



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 187 - TERÇA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 26 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ⁽⁹⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁸⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾ PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 201ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE NOVEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR ACIR GURGACZ – Registro de pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Municípios sobre o crescimento do crack no Brasil; e outros assuntos..... 45889

SENADORA ANA AMÉLIA – Apresentação de condolências à família do repórter cinematográfico Gelson Domingos, da TV Bandeirantes, assassinado no Rio de Janeiro..... 45890

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.342, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cinegrafista da TV Bandeirantes Gelson Domingos da Silva..... 45895

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GEOVANI BORGES – Destaque para a reportagem do jornal **A Gazeta do Amapá**, intitulada “Amapá tem pior acesso a contas públicas do País”... 45896

SENADOR PEDRO SIMON – Expectativa em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Lei da Ficha Limpa; e outros assuntos. 45897

SENADOR PEDRO TAQUES – Considerações acerca da Lei da Ficha Limpa, cuja constitucionalidade será julgada pelo Supremo Tribunal Federal. 45901

SENADOR WILSON SANTIAGO, como Líder – Relato histórico da vida pessoal e política de S. Ex^a. .. 45905

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Expectativa com o julgamento, nesta quarta feira, pelo Supremo Tribunal Federal, da validade e constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa; e outro assunto. . 45912

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Apoio à decisão do Supremo Tribunal Federal que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade que questionava a possibilidade de a Presidente da República, Dilma Rousseff, reajustar o salário mínimo por meio de decreto; e outro assunto..... 45914

SENADOR ANTONIO RUSSO – Defesa da aplicação de um novo índice para a cobrança de

juros sobre as dívidas dos estados e municípios com a União..... 45916

SENADORA ANGELA PORTELA – Comentários acerca da importância da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 para obtenção de avanços na saúde pública do País; e outro assunto. 45918

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, como Líder – Críticas ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); e outro assunto. 45920

SENADOR PAULO PAIM – Registro do debate sobre a questão quilombola realizado, hoje, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e outros assuntos..... 45925

SENADOR CÍCERO LUCENA, como Líder – Apoio às categorias de servidores públicos do Estado da Paraíba que não tiveram reajuste salarial. 45931

SENADOR EDUARDO BRAGA – Considerações sobre o Novo Código Florestal e os seus impactos na Amazônia; e outros assuntos. 45934

SENADOR ROMERO JUCÁ, pela ordem – Registro de reportagem em que o Deputado Rodrigo Jucá destaca a importância das obras em Boa Vista; e outro assunto. 45937

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Solidariedade ao ex-Presidente Lula; e outros assuntos. 45938

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Considerações acerca do projeto aprovado no Senado Federal referente à divisão dos royalties do petróleo; e outro assunto..... 45943

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Reflexões sobre o assassinato do cinegrafista Gelson Domingos, no Rio de Janeiro; e outro assunto. 45945

SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Relato histórico do surgimento e da evolução da televisão no Estado de Sergipe; e outro assunto... 45946

SENADOR ANIBAL DINIZ – Solidariedade à família do cinegrafista Gelson Domingos, assassinado no Rio de Janeiro; e outros assuntos. 45948

1.2.4 – Ofício do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Nº 50, de 2011-CN (nº 900/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório

Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*..... 45951

1.2.5 – Pareceres

Nºs 1.243 a 1.245, de 2011, das Comissões de Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; e de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009..... 96018

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº 6/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)..... 96049

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 461, de 2003; 253, de 2005; 56, 129 e 384, de 2008; 583, de 2009; e 163, de 2010. 96049

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 51, de 2011. 96049

Término do prazo, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 2009. 96049

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Registro do artigo intitulado “Os Zumbis do crack querem voltar a ser gente” publicado no **Jornal Opção**, edição nº 1.895, de Elder Dias. 96050

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do editorial intitulado “O ministro tem que sair” publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 18 de outubro último. 96051

SENADOR CYRO MIRANDA – Registro do editorial intitulado “A CNI vê risco de inflação alta” publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 12 de outubro último. 96052

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do editorial intitulado “Quando a vida fica mais fácil” publicado pelo jornal **O Globo**, edição de 14 de outubro último. 96053

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Conar mantém anúncio de Gisele de *lingerie*” publicada pelo jornal **O Globo**, edição de 14 de outubro último; e outro assunto. 96054

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do editorial intitulado “Perdas e danos dos Refis” publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 9 de outubro último. 96056

SENADOR ROMERO JUCÁ – Homenagem a todos os trabalhadores do comércio pelo transcurso do seu dia, comemorado em 30 de outubro. 96057

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 8, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 96057

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA

2.1 – Ata de Reunião da Mesa do Senado Federal

Ata da 14ª Reunião, realizada em 7 de novembro de 2011..... 96063

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 201ª Sessão, Não Deliberativa em 7 de novembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Sra. Ana Amélia, e dos Srs. Geovani Borges e Paulo Paim,
da Sra. Angela Portela, e dos Srs. Marcelo Crivella, Anibal Diniz e Eduardo Amorim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 29 minutos)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, peço que me inscreva para fazer uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está inscrito o Senador Acir Gurgacz para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, peço minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável, em segundo lugar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Geovani Borges, V. Exª está inscrito em segundo lugar.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Para uma comunicação inadiável.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesse domingo, o Brasil assistiu estarrecido à morte de um jornalista que foi baleado durante o cumprimento de seu dever. Também todos nós ficamos chocados ao nos confrontarmos com uma realidade de guerra ocorrendo dentro de nosso território. Vimos ruas ocupadas por narcotraficantes, policiais e jornalistas encurralados no meio do fogo cruzado, impossibilitados de caminhar sem o risco de morte à sua espreita. Tudo isso ocorre porque o narcotráfico se espalhou como uma praga em todo o País. Armados até os dentes, eles enfrentam a polícia, matam jornalistas e debocham da sociedade exatamente por um único motivo: para manter seu lucrativo negócio

de milhões e milhões de reais. E esse rentável mercado de drogas somente existe porque há demanda, porque há compradores, porque existe um consumo crescente no País.

Hoje, nesta segunda-feira, o Brasil, além de acompanhar o sepultamento do cinegrafista Gelson Domingos, de 46 anos, toma conhecimento também dos dados de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) revelando o crescimento do mercado do *crack* no nosso País.

O novo estudo feito a partir de pesquisa com mais de 4,4 mil Municípios, que foi apresentado na tarde de hoje na Câmara dos Deputados, indica que 63,7% enfrentam problemas na área da Saúde por causa da circulação da droga. Na Segurança e na Assistência Social, esse percentual é de 58,5%. E 44,6% dos Municípios relataram problemas preocupantes por causa do *crack* e de outras drogas.

A primeira pesquisa da CNM mostrou que o *crack* já se havia espalhado pelo País, e 98% dos Municípios pesquisados confirmaram a presença da droga em sua região. A base de dados foi expandida por meio do Portal Observatório do Crack, e problemas comuns foram relatados, entre os quais está o aumento da violência, a falta de estrutura para atendimento de usuários e a quase unânime falta de recursos financeiros para aplicar em políticas de prevenção, de tratamento, de reinserção social e de combate ao tráfico.

Gelson Domingos – que Deus o tenha e conforte a sua família! – une-se a Tim Lopes e a muitos outros jornalistas que morreram nas mãos do tráfico e do crime organizado, que, no final das contas, são a mesma coisa. Ouso dizer que essas e muitas outras pessoas morreram, porque há gente que consome drogas e coloca, com seu dinheiro, armas nas mãos dos narcotraficantes.

Esse armamento, Srªs e Srs. Senadores, não existe apenas para enfrentar policiais, mas também para alimentar as guerras entre quadrilhas e as conquistas de boca de fumo e para achacar e intimidar os próprios consumidores, sem falar na população civil, que se vê encurralada no meio dos incontáveis tiro-

teios e chacinas que vêm sendo promovidos por todo o País pelo narcotráfico.

Não vamos nos iludir, amigos de Rondônia e de todo o Brasil, que essa é uma realidade apenas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O tráfico mata por todos os cantos do País e, se não mata por bala, mata através da própria droga.

Dados da pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios revelam que 30% dos usuários de *crack* morrem em função do uso da droga em poucos meses. E, dos que conseguem entrar em algum tipo de tratamento, muitos acabam voltando a usar o *crack* e acabam morrendo de qualquer maneira.

Os criminosos, homens e mulheres que produzem o *crack* com esse potencial devastador de envenenar a nossa juventude, são os mesmos que apertam os gatilhos de seus fuzis automáticos contra a nossa sociedade.

Já assomei à tribuna do plenário do Senado Federal para pedir que o Ministério da Saúde criasse condições de oferecer tratamento compulsório para os dependentes químicos, para pedir que o Governo Federal ampliasse o número de Centros de Atendimento Psicossocial (CAPs) pelo Brasil, em cidades pequenas, com menos de 50 mil habitantes. Também já solicitamos que o programa de segurança na fronteira fosse implementado, ampliado e melhorado, para podermos impedir a entrada de armas e de drogas em nosso País, e virei aqui quantas vezes for necessário para cobrar isso do Governo, como também para cobrar da nossa sociedade que pare de entregar dinheiro aos traficantes.

Solicitamos encarecidamente aos nossos jovens e adultos de todo o Brasil que pensem duas vezes antes de comprar drogas.

Organizações internacionais de combate às drogas já revelaram que a maior parte do consumo de drogas no Brasil é destinada a fins recreacionais, à diversão. Mas que diversão é essa, que fornece dinheiro para criminosos matarem nossos filhos, matarem pais de família, espalhareм terror pelo Brasil? Que diversão é essa?

Não é apenas o consumo do *crack* que se expande. Várias outras drogas estão tomando conta da sociedade e alimentando o crime organizado. E esses bandidos vêm aumentando seu poder não somente usando armas, mas também se disseminando no meio da sociedade como um todo.

No mesmo dia em que o cinegrafista Gelson Domingos foi morto com tiros de fuzil, estudantes ocupavam a Universidade de São Paulo (USP), pedindo liberdade para fumar maconha nas suas instalações. Essa não é uma realidade apenas na USP. Estudantes,

infelizmente, só reconhecem a necessidade de policiamento depois que a presença desses mesmos traficantes, fornecedores de drogas de todos os tipos, não apenas de maconha, atraem toda a criminalidade para os seus corredores e estacionamentos.

É disso que estamos aqui falando hoje, dessa hipocrisia da sociedade brasileira que consome drogas e, depois, chora quando um jornalista é morto com um tiro de fuzil.

Todo brasileiro que viu as imagens da morte do cinegrafista assassinado por traficantes no Rio de Janeiro e que também viu as ruas da capital carioca tomadas como um cenário de guerra tem o dever de se decidir a dar um basta nessa situação. Não podemos mais fomentar o crime neste País.

Eram essas as minhas palavras na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Quero parabenizar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, fazendo só um adendo, a título de contribuição: em vez de combater o traficante e o usuário, com tanta tecnologia que existe neste mundo agora, por que não combater o produtor? Se não há produção, não há traficante, não há consumidor. Essa era a contribuição que eu queria dar a V. Ex^a. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. *Fora do microfone.*) – Também as nossas fronteiras precisavam ser mais guarnecidas.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Perfeitamente.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia. S. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Geovani Borges, caro Senador Acir Gurgacz, senhoras e senhores telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, nossos visitantes que vêm conhecer a atividade do Congresso Nacional, particularmente do Senado Federal, as boas-vindas aos senhores; queria apenas reforçar o que disse há pouco desta tribuna o Senador Acir Gurgacz a respeito da fatalidade e do silêncio que fez calar a câmera do cinegrafista Gelson Domingos da TV Bandeirantes. Nosso colega, porque, embora tenha deixado de exercer o ofício da comunicação, ainda permaneço com o coração voltado para essa atividade tão importante

para esse processo democrático brasileiro e para as nossas instituições.

Estou requerendo à Mesa um voto de pesar à família do Gelson e também à TV Bandeirantes, onde ele trabalhava e recebeu muitos prêmios pelo empenho com que se dedicou a esse ofício.

É claro que, como disse o Senador Acir, essa questão envolve um complexo enredamento de questões de segurança pública em nosso País e, sobretudo, a questão do impacto e da influência que a droga representa e o tráfico de drogas representa com aumento da criminalidade.

Então, todas as medidas que nós, aqui no Congresso, possamos tomar em relação a isso, sempre serão menores do que a demanda que exige esse problema, que não é apenas do nosso País, Senador Gurgacz, mas é um problema mundial. O volume de recursos movimentado pela droga no mundo supera o PIB de muitos países, ricos inclusive.

Solidarizo-me com a família e com os colegas da TV Bandeirantes e, evidentemente, aqui trabalhar muito sobre este tema, que é crucial porque envolve também a morte de muitos jovens.

Queria também fazer menção a que – na sexta-feira, Senador, já usei a tribuna para falar disto –, nesta semana, o Supremo Tribunal Federal deve se manifestar a respeito da Lei da Ficha Limpa.

Esta Lei passou a existir graças à mobilização da sociedade brasileira que, com milhões e milhões de assinaturas, conseguiu a sua aprovação, através de uma ação popular. Foi aprovada na Câmara e nesta Casa, uma ação que determina que só poderão participar das eleições os candidatos ficha limpa. E esperamos que, nas eleições de 2012, nas eleições municipais que se avizinham, também o candidato ficha limpa seja uma exigência legal, para que os partidos políticos façam os seus registros. E isso é fundamental para que tenhamos a melhora do padrão e da qualidade de responsabilidade.

Queria, Senador Acir Gurgacz, antes de lhe passar a palavra com muito prazer, lembrar que amanhã, às 14 horas – e o Senador Pedro Simon teve um papel muito importante nesse processo, junto com o Senador Paulo Paim, ambos meus colegas do Rio Grande do Sul –, haverá uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos junto com a OAB, a CNBB, a representação da Magistratura, o Ministério Público também, para debater exatamente a importância dessa questão relacionada à Lei da Ficha Limpa, para que ela vigore mesmo nas eleições do ano que vem. E às 17 horas, teremos uma audiência com o relator no Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, exatamente para reforçar a importância dessa manifestação do

Supremo para que a Lei Ficha Limpa entre em vigor no ano que vem.

Com muita alegria e honra, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema que aborda com relação à Ficha Limpa. A Lei da Ficha Limpa, que ajuda a melhorar os quadros dos políticos brasileiros, teve o seu nascedouro na população brasileira; nasceu da vontade popular. É uma lei completa, portanto, que teve a participação da população, da sociedade organizada, da sociedade independente – como queira cada um se colocar dentro da nossa sociedade –, mas também teve a participação da Câmara dos Deputados, dos Senadores, do Executivo. Ou seja, é uma importante lei que vem ao encontro dos debates de todos os dias. Nós precisamos diminuir a corrupção no Brasil e separar os maus políticos dos bons. E a Lei da Ficha Limpa é, no meu entendimento, fundamental para que isso ocorra no nosso País. É uma depuração que será feita ao longo do tempo, pois a própria população vai escolher melhor; e a Lei da Ficha Limpa vem colaborar ainda mais para que isso aconteça o mais rápido possível. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo belo pronunciamento e pelo tema que traz nesta tarde.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Acir Gurgacz. O senhor é o líder da Bancada do PDT nesta Casa e tem atuado com grande responsabilidade, transparência e ética no comando da Comissão de Agricultura, mas também em suas próprias atividades políticas.

Eu fico extremamente honrada e até grata, porque no meu Estado, Rio Grande do Sul, muitas Câmaras Municipais, como, por exemplo, a de Erechim, a de Passo Fundo e – fiquei sabendo pela manhã – a de Santa Cruz do Sul têm tomado iniciativas.

No caso de Erechim, segundo o Vereador José Rodolfo Mantovani, do meu partido, a lei já foi aprovada prevendo que, tanto na Câmara de Vereadores quanto na prefeitura, todos os cargos de confiança do Poder Executivo e Legislativo também, necessariamente, devem ser ocupados por pessoas com a ficha limpa.

Isso é uma iniciativa louvável, porque a legislação fala em candidatos. Mas quando chega a alcançar essas instâncias do poder, que não atingem candidatos e apenas pessoas exercendo cargos de confiança ou de comissão, é também relevante essa iniciativa.

No caso de Passo Fundo, a lei está tramitando, por iniciativa do Vereador Rafael Bortoluzzi, do meu partido; no caso de Erechim, já está sancionada pelo prefeito; e, em Santa Cruz do Sul, fiquei sabendo hoje, também tramita.

Na Assembleia Legislativa, por iniciativa de uma Deputada do PSDB, está tramitando também, prevendo que candidatos ao Executivo, em cargos de confiança, à Assembleia Legislativa e também ao Poder Judiciário igualmente tenham que ser candidatos ficha limpa. Então, essas pessoas têm que apresentar essa ficha limpa para o exercício da sua função e não necessariamente serem candidatos.

Associo-me a esse reforço que V. Ex^a dá à importância do ponto de vista ético. Aguardaremos com muita atenção a decisão do Supremo.

Senador Pedro Simon, vamos até quarta-feira retomar este assunto como pauta prioritária e permanente, porque, na raiz de toda essa questão da Ficha Limpa podem estar também esses desmandos que acontecem com muita frequência no setor público.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, também nesta semana outro grande desafio nos aguarda na agenda de trabalho, que é a votação do Parecer do Senador Luiz Henrique da Silveira ao Projeto de Lei nº 30, de 2011, o Novo Código Florestal, que vai acontecer na reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura e Reforma Agrária.

Essa reunião acontecerá amanhã e, se conseguirmos votar o parecer do Senador Luiz Henrique, venceremos mais uma importante etapa da tramitação desse projeto, que há muito percorre as Comissões do Congresso Nacional.

Desde a publicação do Decreto 6.514, em 22 de julho de 2008, que determinou a averbação das reservas legais das propriedades rurais, o Poder Legislativo está empenhado em formular um novo texto para o Código Florestal que encontre o equilíbrio necessário entre a preservação ambiental dos nossos recursos naturais e a necessidade, cada vez maior, de produzirmos alimentos em quantidade suficiente para garantir a segurança alimentar da população.

A próxima etapa da tramitação desse projeto, após a votação de amanhã, será a apreciação do parecer do Senador Jorge Viana pela Comissão de Meio Ambiente, onde a previsão do Presidente da Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, é de que a votação aconteça no dia 22 próximo.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tempo é curto para que possamos votar o novo Código Florestal em plenário e enviá-lo depois à Câmara, para que analise as alterações que foram promovidas nesta Casa.

A partir do dia 11 de dezembro, grande parte dos produtores de alimentos de todo o Brasil poderão ser criminalizados se o novo Código não for aprovado.

Em 11 de dezembro, terminará o prazo de suspensão da aplicação das multas decorrentes da apli-

cação do Decreto 6.514, e muitos produtores terão de pagar multas diárias que variam de R\$50 a R\$500 por hectare.

E, como já foi mencionado inúmeras vezes neste plenário e também nas comissões desta Casa, as incoerências deste decreto colocarão em situação de ilegalidade as áreas de cultivo de produtos essenciais para a alimentação dos brasileiros, como o arroz, o café, a cana, entre muitos outros, que, de acordo com o decreto, estão sendo cultivados em áreas que não são próprias para o plantio.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a discussão de um projeto de tamanha relevância para o futuro da Nação e, por que não dizer, do futuro mundial do Planeta, está sujeita a pressões oriundas dos mais diversos setores da sociedade, não só em nosso País, mas também de organizações internacionais.

Neste contexto, é preciso reconhecer o esforço empenhado pelos Poderes Executivo e Legislativo para que os debates sobre o novo marco regulatório da preservação ambiental aconteçam, e continuem acontecendo, em um ambiente de plena democracia e pluralidade.

Durante a tramitação do Código, a Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, e o Ministro Mendes Ribeiro Filho, da Agricultura, realizaram um trabalho dedicado para mitigar as controvérsias desta matéria, em conjunto com o Parlamento.

Foram realizadas inúmeras audiências públicas com todos os segmentos da matéria que envolvem a discussão desse tema. Primeiro, o aspecto ambiental, porque a principal razão da existência do Código Florestal é a preservação dos recursos naturais do nosso País para as gerações futuras. Outro é o aspecto da segurança alimentar, porque o Brasil exerce papel de extrema relevância no fornecimento de alimentos para a população, não apenas brasileira, mas para todo o mundo.

No momento em que atingimos os sete bilhões de habitantes, com tendências de crescimento até os 10 bilhões no Planeta, a preocupação com a produção sustentável de alimentos a custos acessíveis para todos os seres humanos é a parte central dos debates sobre o futuro da humanidade.

Outro aspecto a ser considerado é o aspecto econômico, porque a produção de alimentos é uma atividade econômica muito importante para milhões de famílias brasileiras, principalmente pequenos agricultores, que fazem da produção de alimentos a sua própria sobrevivência e subsistência, em muitos casos.

Também tem sido o setor econômico o responsável pelo superávit da balança comercial brasileira nos últimos anos. Também não é possível desconsiderar

os aspectos jurídicos do Código, porque esses produtores, sejam grandes, médios ou pequenos, precisam realizar o seu trabalho em um ambiente de segurança jurídica e de muita legalidade. Aspectos também que não podem ser descuidados referem-se à área social. É de interesse da sociedade brasileira que todos esses interesses estejam equilibrados na redação de um novo Código Florestal: o econômico, o jurídico, o social e, especialmente, o ambiental.

Tenho a convicção de que, durante esse extenso e complexo processo, o Poder Legislativo tem exercido, Sr. Presidente, com excelência seu papel, que é o de ser o intermediário do entendimento entre as suas diversas partes e interesses contraditórios da sociedade.

O Código Florestal tem contado com o trabalho exemplar dos seus relatores, na Câmara, o Deputado e agora Ministro Aldo Rebelo, e Luiz Henrique da Silveira, em três Comissões (Justiça, Ciência e Tecnologia e Agricultura e Reforma Agrária), e Jorge Vianna (Comissão de Meio Ambiente) que não pouparam tempo e esforços para consultar todos os setores da sociedade que possuem opiniões a emitir sobre esse novo texto.

Durante as discussões do novo Código no Congresso Nacional foi possível ouvir o Poder Judiciário, o Ministério Público, as organizações dedicadas à proteção do meio ambiente, a comunidade científica e os produtores rurais, dentre os principais setores interessados. Todos deram a sua contribuição no trato de uma matéria que tem conteúdo complexo e da qual dependem questões inadiáveis para a produção sustentável de alimentos destinados ao abastecimento interno e à obtenção contínua do *superávit* comercial.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no Brasil, o setor agrícola desempenha um papel estratégico para o desenvolvimento humano, social e econômico. Em pronunciamentos anteriores, tratei da participação do setor agrícola em nossa pauta de exportações e de como a ampliação da demanda mundial por alimentos pode oportunizar um novo posicionamento do Brasil na economia internacional.

Hoje, trago ao plenário um exemplo de como esse setor econômico é importante para a redução das desigualdades regionais, levando desenvolvimento à população que está longe dos grandes centros urbanos.

Um estudo produzido pela Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) mostra como o agronegócio tem reduzido a desigualdade no centro-oeste do País. Trata-se de uma análise dos números do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal entre os anos de 2000 e 2009. Os números mostram que a expansão da fronteira agrícola fez com que os indicadores de renda, emprego formal, saúde e educação nos

municípios da região Centro-Oeste se elevassem, chegando próximo aos índices das regiões Sul e Sudeste.

Em 2009, o Centro-Oeste já tinha 83,4% das cidades com alto ou moderado grau de desenvolvimento percentual, muito semelhante ao do sudeste, com 86,4% das cidades e da região Sul, com 96,2% das cidades neste patamar, de acordo com os critérios do índice da Firjan.

Com muita alegria, concedo o aparte ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senadora, eu quero parabenizá-la pela fala e concordar com o que V. Ex^a está a dizer. Nesse estudo da Firjan, dos 100 municípios ali levantados e relacionados existem três de Mato Grosso, Estado cujo povo, para minha honra, me mandou para cá. Dos 15 primeiros municípios com IDH superior, nós temos um único de Mato Grosso. São 14 do Estado de São Paulo e o oitavo o Município de Lucas do Rio Verde, oitavo município com IDH, índice que possa orgulhar a República Federativa do Brasil. O Município de Lucas do Rio Verde foi administrado pelo ex-presidente do PDT do nosso Estado, o gaúcho e ex-Deputado Estadual Otaviano Pivetta, durante oito anos e agora, terminando o seu segundo mandato, também de oito anos, o seu então vice e hoje prefeito Marino Franz. É uma cidade que orgulha não só o Estado de Mato Grosso mas, se for conhecida mais ainda, orgulhará o Brasil. Lucas do Rio Verde é uma cidade que tem um sistema educacional excepcional, em que as escolas públicas municipais possuem esporte e lazer para as crianças; os professores têm o piso elevado em relação ao piso nacional. Eu quero cumprimentar V. Ex^a e citar que dentre esses 100 municípios existem três do Estado de Mato Grosso: Lucas do Rio Verde em oitavo lugar, e os municípios de Sorriso e Primavera. Sorriso, até a semana passada, era o maior produtor de soja; e Primavera do Leste, município administrado por Getúlio Viana, grande prefeito do Estado de Mato Grosso. Parabenizando e concordando que o agronegócio com a sua verticalização, não só com a exportação de produtos primários e *commodities*, é a vocação para o Estado de Mato Grosso. Parabéns pela sua fala!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fico muito honrada com o seu aparte, Senador Pedro Taques, porque tive o prazer e o orgulho de conhecer Lucas do Rio Verde. Visitei uma escola e me impressionou não só a qualidade da edificação, mas a qualidade do conteúdo escolar. Vi, inclusive, para confirmar a sua informação sobre a questão do esporte, uma piscina de tamanho olímpico numa escola municipal, Senador Pedro Taques. É aí que a gente faz a diferença.

Então, esses índices se justificam pelas prioridades que as administrações em Lucas do Rio Verde dão à educação. É realmente edificante.

Ali, como disse V. Ex^a, se realiza uma verticalização com a diversificação econômica. Quer dizer, a matéria-prima – o milho e a soja – é transformada em proteína animal, com a criação de suínos e aves, num sistema integrado de alta tecnologia e isso amplia não só o aspecto econômico, mas a diversificação da própria região.

Então, cumprimento V. Ex^a e os eleitores do Mato Grosso, que, sem dúvida, mandaram para cá um grande Senador.

Também, Senador Pedro Taques, em certa medida, o desenvolvimento das cidades do Centro-Oeste ocorreu em virtude do aumento da produtividade das lavouras e da valorização das *commodities*, especialmente a soja e até o próprio milho, no mercado internacional.

Com mais dinheiro no bolso, os habitantes desses municípios consumiram mais, dinamizando a economia local e aumentando a arrecadação dos impostos por parte das prefeituras, que puderam, então, oferecer melhores serviços de saúde e educação para suas populações, como foi sublinhado agora pelo próprio Senador Pedro Taques.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o estudo da Firjan nos dá dois bons exemplos: o primeiro é o de como o agronegócio é importante para a economia brasileira, principalmente na diminuição das desigualdades regionais. A agricultura e a pecuária chegam a localidades onde a indústria, o comércio e os serviços ainda têm dificuldades logísticas e infraestruturais para se desenvolver.

Aliás, vale a pena, já que os artistas estão sempre em evidência, destacar, no campo da pecuária, dois grandes comunicadores, um artista, o Tarcísio Meira, que tem profundo conhecimento na área da produção pecuária, e também o Galvão Bueno, que é um grande investidor na área da pecuária com excelência genética nos dois casos.

Então, vamos festejar esses empreendedores do setor da pecuária brasileira que sabem entender e certamente são produtores, como a maioria dos pecuaristas brasileiros, voltados a uma produção de qualidade com a preservação ambiental, porque sabem que, se não preservarem o ambiente, não terão, futuramente, como fazer esses investimentos prosperarem e ter espaço no mercado internacional porque cada vez mais o comprador é exigente nesses quesitos, não só ambientais mas sociais, também, no nível de emprego e também da própria condição de vida e de trato dos próprios animais, o chamado bem-estar dos animais.

O segundo bom exemplo que a Firjan nos traz nessa pesquisa, Senador Pedro Taques e Presidente Geovani Borges, é de como uma entidade pode utilizar o estudo e a pesquisa para fundamentar os seus posicionamentos, contribuindo de forma construtiva para os debates nesta Casa.

Então eu queria aproveitar para estender os meus cumprimentos ao comando da Firjan, no Rio de Janeiro, que tomou a iniciativa de usar a sua equipe técnica de pesquisa e de consultoria econômica para fazer esta avaliação.

As questões do meio ambiente, Presidente Geovani Borges – e o senhor é de uma região, a região amazônica, e sabe e nós somos defensores dessa preservação ambiental e da floresta amazônica – são muito complexas e, às vezes, até incompreendidas e precisam ser muito bem avaliadas quando se toma uma decisão e um posicionamento nesta Casa. Em muitos casos, somos criticados pela apreciação de projetos em plenário, que não foram compreendidos adequadamente pela sociedade.

E aí, às vezes, há incompreensão e, outras vezes, o que é pior, má-fé. Um desses casos foi a aprovação do PLC nº 1/2011, que gerou equívocos de interpretação. O PLC ampliou a cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios no exercício das competências ambientais. Definiu com mais clareza o marco regulatório dessas competências. O projeto foi amplamente debatido por esta Casa antes de vir a plenário. Infelizmente, a ampliação do poder de fiscalização de órgãos ambientais estaduais e municipais foi entendida por muitas entidades como a diminuição das atribuições do Ibama. Ora, se quem trouxe para cá e quem mais trabalhou nesse projeto foi um ex-Ministro do Meio Ambiente, muito comprometido com as organizações não governamentais ambientalistas, como o Greenpeace, o ex-Ministro Zequinha Sarney, não se pode duvidar do interesse preservacionistas de uma matéria dessa natureza – desinformação ou, como disse, má-fé.

Assim é que essa matéria veio trazer a luz e a segurança jurídica de uma questão que é muito importante, que é a preservação ambiental. E até faço isso com muito prazer, porque, no meu Estado, a Fepam, que é o órgão responsável pela fiscalização ambiental, é um dos mais rigorosos e bem equipados, trabalhando no controle e na fiscalização ambiental. Seria até uma injustiça não dar à Fepam e não reconhecer, no Rio Grande do Sul, essa competência e essas atribuições legalmente, agora, definidas pelo PLC 1 deste ano, aprovado aqui, praticamente por unanimidade.

Muitas vezes, a complexidade do nosso trabalho, Presidente, e V. Ex^a sabe bem disso, não é percebida

por todos os setores. Alguns optam pela crítica, em vez de avaliar construtivamente o papel que tivemos numa solução que interessa à sociedade e que traz luz à segurança jurídica numa questão que interessa a todos nós.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/ PMDB – AP) – Parabenizo a Senadora Ana Amélia

por esse discurso em que abordou vários temas brilhantes. E, ao tempo em que a convido a reassumir a presidência, quero lhe dizer que o Amapá tem 97% de suas áreas preservadas, o que é um privilégio para todos nós e para o Brasil.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:


REQUERIMENTO Nº 1.342 , DE 2011

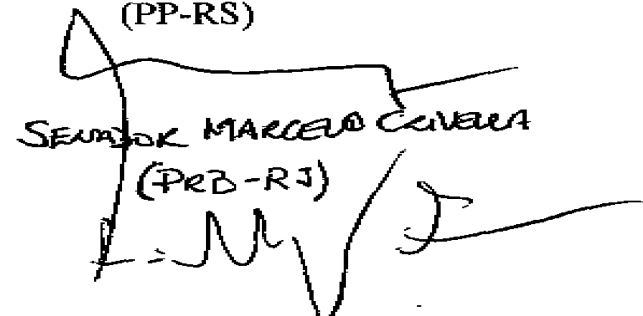
Requeiro, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar, à viúva do cinegrafista da TV Bandeirantes **Gelson Domingos da Silva**, que morreu no domingo (6), baleado no peito quando acompanhava uma operação do Batalhão de Operações Especiais (Bope) na favela do Antares, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Gelson usava um colete à prova de balas, que não foi suficiente para protegê-lo do disparo no peito. O corpo de Gelson Domingos foi velado no cemitério Memorial do Carmo, no Caju, Zona Portuária do Rio, enterrado hoje, às 11 horas.

O cinegrafista tinha mais de 20 anos de profissão e recebeu importantes prêmios por coberturas jornalistas de casos policiais. Ele foi um dos cinco mortos na operação. Os outros quatro, segundo as investigações, são traficantes. Gelson Domingos, deixa 3 filhos, 2 netos e esposa.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2011.


Senadora Ana Amélia
(PP-RS)


SENADOR MARCELO CAVERA
(PRB-RJ)

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido, então, para fazer uso da palavra, em comunicação inadiável, o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, ter oportunidade de ocupar uma tribuna honrosa como esta para exibir a todos os assuntos relacionados aos Estados que politicamente representamos torna-se, particularmente, grandioso quando essas falas traduzem notícias boas, alvissareiras e otimistas de nossa Federação. Triste é quando temos que usar este espaço para o contrário.

E hoje, mais uma vez, enfrentamos o dissabor de ler na matéria estampada no jornal *A Gazeta*, do Amapá – de propriedade do Jornalista Silas Júnior, que sempre nos dá a honra de sua audiência – que a transparência nas contas públicas do Amapá é a pior do Brasil.

Que lamentável!

A reportagem revela que o Portal da Transparência do Governo do Amapá foi reprovado em pesquisa nacional do Instituto Ethos.

E aqui, textualmente, eu registro a integralidade da aferição jornalística, Srª Presidenta, do jornal *A Gazeta*, jornal independente que tem compromisso com a verdade:

O site ainda não tem a prestação de contas da 48ª Expofeira, já encerrada. O Amapá, governado por Camilo Capiberibe não cumpre a Lei da Transparência, ironicamente formulada por seu pai, João Capiberibe, em 2009, em seu primeiro mandato de Senador.

A família, portanto reproduz a velha máxima: Faz o que eu falo, mas não faz o que eu faço.

A inacessibilidade aos dados do Portal da Transparência do Governo do Amapá é apontada na pesquisa *“A Boa Governança nos Estados”*, realizada de janeiro a agosto e concluída em setembro deste ano pelo Instituto Ethos em todas as Unidades da Federação.

Segundo o estudo, o site oficial amapaense não possui formatos flexíveis de bancos de dados para consulta *on-line* da execução orçamentária.

Dentro das terminologias usadas na Tecnologia da Informação, isso significa dizer que qualquer cidadão que acessar o Portal da Transparência do Governo do

Amapá vai descobrir qual o salário do seu vizinho, se ele, por acaso, for funcionário público estadual. Mas não vai encontrar o que realmente importa: a fidelidade dos números das prestações de contas. E chama atenção sobre o caso da Expofeira.

Por uma falha que alguns especialistas do setor de Tecnologia da Informação qualificam de amadorismo, no *site* oficial do Governo amapaense é impossível obter dados básicos relativos à última Expofeira: custo global, licitações e valores empenhados ou pagos aos prestadores de serviços que participaram da feira. E o povo quer saber quanto foi gasto, quanto foi empenhado.

Na falta de informações concretas, especula-se que a Adap teria investido na 48ª Expofeira em torno de R\$7 milhões. E ficamos, então, assim, na especulação.

O jornal *A Gazeta*, de forma apropriada e isenta, inclusive ironiza ao dizer que só com bola de cristal o povo do...

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – ... Amapá pode ter alguma chance de saber como está sendo gasto o dinheiro público na atual administração.

Assim é a referência, e abro aspas, novamente, para matéria publicada no jornal *A Gazeta*, do nosso querido jornalista Silas Júnior:

Da mesma forma, apenas quem dispõe de bola de cristal poderá saber, com um grau razoável de certeza, quantas e quais licitações foram realizadas pelo Governo estadual; ou, ainda, quais obras e serviços foram dispensados de processo licitatório e foram realizados sob a forma de contrato emergencial.

Senhores, como bem destaca a matéria, é apropriado lembrar que o Orçamento de 2011 é de R\$2,6 bilhões e já estamos praticamente no final do ano.

Eu me pergunto: teremos, afinal, alguma garantia de poder acompanhar a execução dos orçamentos públicos, pela Internet, em tempo real?

Lamentavelmente, o Portal da Transparência do Governo do Amapá de transparente nada tem. É obscuro, é nebuloso. Não adianta ter o dado se ele não é acessível. Se ao cidadão comum é negado esse direito, então o advento da lei está escorrendo pelo ralo.

A pesquisa do Instituto Ethos, entidade voltada para o estudo de responsabilidade social, é explícita ao dizer que o Estado do Amapá se destaca pelo atraso em relação às outras Unidades Federativas no cumprimento das metas básicas dessas informações.

Estou concluindo, Srª Presidente. Dê-me só mais um minuto.

(Interrupção do som.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Isso nos envergonha. Isso nos apequena.

A pesquisa avaliou oito critérios de combate à corrupção.

O pesquisador do Centro de Estudos da Opinião Pública da Unicamp e coordenador do estudo, Valeriano Costa, critica o acesso nos Estados com baixo nível de transparência, caso do Amapá. “Há dados mais ou menos disponíveis, mas a acessibilidade é baixa.

Para alcançar o padrão de governo aberto, segundo as conclusões da pesquisa, “ainda falta avançar mais, permitindo o acesso aos bancos de dados completos”. No seu relatório, o pesquisador destacou que:

O pequeno número de governos que disponibilizam relatórios de atividades de controle interno é um indicador da baixa qualidade da informação disponível sobre os padrões de integridade e qualidade da gestão das administrações estaduais.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Faltam três laudas. Vou usar esses dois minutos.

Quando não se sabe quanto de dinheiro entrou e quanto de dinheiro saiu, a contabilidade é furada. E se isso é funesto para a contabilidade individual de cada cidadão, muito mais o é para o orçamento de um Estado, de um gasto público.

Fica aqui, portanto, registrado o alerta dado pela imprensa amapaense. E eu saúdo a coragem do jornal *A Gazeta* de fazer essa denúncia e cobrar as providências.

Quando não se sabe como o dinheiro está sendo gasto, entendemos, por exemplo, as mais de quinhentas denúncias pelo péssimo atendimento na saúde tramitando no Ministério Público amapaense.

Mais de quinhentas ações! Mais de quinhentos apelos! Mais de quinhentas vozes a pedir socorro.

Citamos aqui a saúde, mas podemos facilmente discorrer sobre outras áreas.

Portal da Transparência. O nome indica a razão de sua existência e o propósito a que se destina.

Que pena, que triste saber que o Amapá apresenta o resultado mais nebuloso do País!

Era este nosso registro.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia por sua generosidade em me conceder o tempo para que eu, com folga, pudesse concluir este nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Geovani Borges.

Esse tema de acesso à informação e transparência é fundamental. Uma lei foi aprovada por esta Casa e está aguardando a sanção presidencial. Os órgãos

públicos terão sempre de prestar informações e satisfação à sociedade.

Cumprimentos a V. Exª.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não apenas no seu Estado, o Amapá, mas em todo o País.

Estão inscritos os Senadores Demóstenes Torres, Wilson Santiago, Rodrigo Rollemberg, Cícero Lucena, José Pimentel, Angela Portela, Cristovam Buarque, Geovani Borges e Pedro Simon.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Srª Presidente, Srs. Senadores, eu creio que nós estamos em véspera de assistir a um grande acontecimento na vida pública brasileira. Eu diria que esse início de semana marca a expectativa de que algo de novo vai acontecer. Infelizmente, as nossas reformas políticas estão andando muito lentas, eu diria muito desencontradas, tanto na Câmara quanto no Senado.

Tenho dito e repito que não acredito que se possa esperar muito desta Casa. Por isso, a reunião de amanhã, quarta-feira, no Supremo Tribunal Federal, marcada que está para a decisão sobre a Ficha Limpa, é uma hora que o Brasil vai parar para assistir.

Meu nobre Pedro I, eu não conheço, no mundo inteiro, um sistema judiciário em que uma decisão tão importante, tão séria quanto essa, o povo possa assistir ao vivo pela televisão. Em qualquer lugar do Brasil, o cidadão pode assistir à TV Justiça. E não apenas saber o resultado, mas saber o argumento de cada um dos Srs. Ministros. Olha que é um grande avanço.

E você, meu irmão, que está me assistindo neste momento, você, sua família, seus amigos, avisem a todo mundo: quarta-feira começa, às 14h, e vai haver a votação.

Primeiro, o relator. O voto do relator é muito importante, porque ele não votou na primeira votação, que deu empate, cinco a cinco, e só havia 10 Senadores. Por isso, não houve decisão definitiva; por isso, a importância do voto do relator, porque, em rigor, em tese, o relator está decidindo com o voto dele. E há uma expectativa.

Eu tenho o maior respeito pela figura do jovem procurador. Em rigor, até se diria muito jovem para o cargo de Ministro do Supremo, mas aos jovens hoje se entende que o certo é ele estar lá no Supremo, o errado é um velho como eu, de 80 anos, ainda estar aqui nesta tribuna. Que responsabilidade!

Não me lembro, querida Presidente, e lá se vão 80 anos de um advogado que, desde o tempo de es-

tuante, é apaixonado pelas coisas do Direito –posso não ser um profundo conhecedor, mas sou um profundo interessado –, não me lembro de um voto tão importante e de uma responsabilidade tão grande quanto essa do jovem Ministro do Supremo Tribunal Federal. É ele; é ele que vai dar a última palavra. Não tenho nenhuma informação. Tenho informação a respeito de S. Ex^a, do caráter, do estilo de S. Ex^a, o que me leva a dizer que a mim a impressão é a de que ele votará favoravelmente. Não sei. Mas que decisão importante!

Nós todos dizíamos, e os dois dos mais brilhantes Senadores estão aqui, Ana Amélia e V. Ex^a: um, vivendo a experiência emocionante como procurador-geral, em que marcou posição de dignidade, de correição e de firmeza; a outra, eu já disse duas vezes e nunca mais vou repetir o número de anos em que V. Ex^a foi uma grande jornalista. Durante os anos em que foi jornalista, foi a mais notável e a mais brilhante que tivemos aqui, em Brasília.

Eu olho para o Supremo. Os senhores já estão convidados: amanhã, às 14h. O Paim já convocou hoje, na reunião, a Comissão de Direitos Humanos. Lá estará a OAB, também convocando; a CNBB, também convocando; e a ABI, também convocando, para que manifestemos a nossa confiança no Supremo e na decisão; para que nós, Parlamentares, mostremos a nossa convicta posição de que o caminho é por aí.

Na quarta-feira – estamos pedindo –, vai haver um ato bonito e democrático. Trinta, quarenta, cinquenta Senadores sentados lá na plateia do Supremo Tribunal, para assistir à decisão. Eu estarei lá e tenho certeza de que muitos, como já me disseram, inclusive, pessoalmente, o Senador Pedro e a Senadora Ana Amélia, estarão lá presentes para assistir.

Será uma aula. Para nós, pessoalmente, acho que vai ser um dos momentos em que mais poderemos aprender, conhecer e viver a realidade. E estamos pedindo aos colegas Senadores que venham para esta tribuna.

Falei com o ilustre Presidente da Comissão da Câmara dos Deputados, que está coordenando a comissão pela ética e contra a corrupção, para que os Srs. Deputados façam a mesma coisa. E acho que eles o farão.

Essa decisão é muito simples. O Supremo decidirá se, para a eleição do ano que vem, vale o projeto que votamos nesta Casa. Em outras palavras, o cidadão que foi condenado pelo juiz, que recorreu e que foi condenado numa junta, num tribunal coletivo, se tiver que ser preso, será preso; se tiver que ser candidato, não será mais candidato. Isso não significa que ele não possa recorrer. Continua igual. Ele pode recorrer da junta para o Tribunal de Justiça, ele pode recorrer do

Tribunal de Justiça para o Superior Tribunal de Justiça; vai para uma junta do Superior Tribunal de Justiça e depois vai para o pleno, depois pode ir para o Superior Tribunal Eleitoral ou ir para o Supremo, mas ele está na cadeia e não pode ser candidato. Como é no mundo inteiro. No mundo inteiro é assim.

No Brasil, o cidadão tem direito a seis recursos. Não é que nos Estados Unidos, na Europa, na China e na Ásia não tenha. Lá, como aqui, há o mesmo direito. Só que lá ele vai para cadeia e responde na cadeia. Lá, ele não poder ser candidato até ser absolvido.

Então, lá nos Estados Unidos, lá na Europa e lá na China, ele está sendo processado por um grande advogado. Procura um advogado para ser absolvido. Ele exige ser absolvido ou condenado, mas ser julgado. Se não for julgado, nunca vai acontecer nada.

No Brasil, ninguém procura advogado para ser absolvido. O cidadão procura um advogado competente para fazer chicana, para prorrogar, para empurrar um, dois ou três anos, para que, ao final, prescreva; e, por decurso de prazo, morra o processo, e as coisas continuem.

Essa é a maior desgraça deste Brasil.

Se nós queremos entrar na origem da corrupção, da bandalheira, no que existe aí, está nessa impunidade.

Por isso essa decisão.

Alguns ministros dizem... Mas está lá na Constituição que ninguém pode ser condenado, pode ser considerado réu antes de o crime ser julgado, porque tem que haver presunção de inocência. Presunção de inocência quando ele é processado.

O promotor apresenta a denúncia. Ele tem presunção de inocência. O juiz condena. Ele tem presunção de inocência, e aí é julgado em segunda instância. Se ele é condenado de novo, dizer que ele tem presunção de inocência, que fique solto e que não aconteça nada? Isso não! Ele tem que ir à luta para ser absolvido, e não, como hoje, o processo ser engavetado.

Nós já melhoramos. Iniciativa minha, há 30 anos, esta Casa votou que o procurador não precisa da nossa licença para processar Senador ou da Câmara para processar o Deputado. Já mudou muito, porque o processo ficava na gaveta do Presidente do Senado ou do Presidente da Câmara para não ser votado nunca. Disso nos livramos. Ninguém pode dizer que o Deputado e o Senador não são julgados porque a Câmara ou o Senado ajuda, abraça e esconde o processo.

O Sr. Brindeiro, Arquivador-Geral da República, durante oito anos, deixou na gaveta. Os processos saíam, e o procurador deixava-os na gaveta. Havia a CPI, a CPI denunciava, ia para o procurador, e o procurador o deixava na gaveta.

Justiça seja feita: os três procuradores do Lula e o atual que foi nomeado pela Presidenta Dilma mudaram tudo isso. As denúncias são apresentadas e vão ao tribunal sem precisar vir a esta Casa. Não ficam na gaveta do procurador.

Mas ficar na gaveta do tribunal ou esperar recurso, mais recurso e mais recurso; recorre, recorre e recorre; e tudo prescrever?! Quanta gente importante tem por aí – sabemos os nomes – que não foi condenada porque o crime prescreveu!

Que coisa interessante, Sr^a Presidente, amanhã não tem Senado, não tem Câmara dos Deputados, não tem nada, não tem Poder Executivo. A decisão é do Supremo, a palavra é do Supremo, a responsabilidade é do Supremo, e a decisão vai ser do Supremo.

Respeito o sentimento de alguns Ministros e de algumas pessoas a favor do direito de defesa. Elas dizem que o cidadão tem que ter a presunção de inocência. Isso é importante. Não discuto. Mas, com todo o respeito, com todo o respeito, não me parece que as coisas estejam acontecendo no Brasil com injustiça a quem quer que seja. Não me parece que os tribunais tenham levado ao exagero, prejudicado ou prejudicado os direitos de defesa. Não. Não me parece que o mundo inteiro esteja errado e que nós estejamos certos. Não. O que vai acontecer, meus irmãos do Supremo, é que vai mudar toda ótica e toda ética da maneira de agir.

Com essa maldita impunidade, no fundo, todo mundo quer dar um jeitinho, quer ganhar alguma coisa, quer fazer alguma coisa, porque ninguém é condenado, não acontece nada! Por que eu? Por que comigo, se com o resto não se faz nada?

Vai mudar. Ah, eu, Pedro Simon, se for denunciado, vou correr atrás para me defender. Sou denunciado a segunda vez, sou condenado, vou enlouquecer para me defender. Não vai ficar na gaveta de nenhum delegado, de nenhum promotor, de nenhum juiz, de nenhum tribunal, de ninguém o meu processo. O meu processo vai a julgamento. Se, no momento em que virem o Pedro Simon, o João, o Manuel, o Senador, o Ministro, sei lá quem, sendo processado, tendo que se defender, o povo comum vai dizer: “A coisa mudou, agora é diferente, a coisa mudou”.

E, meus irmãos do Supremo – meus irmãos em Cristo, não vou ter a ousadia de querer me comparar aos ilustres magistrados –, o Executivo já está pensando nisso. O Executivo está às vésperas de baixar uma norma em que candidato nomeado para Ministro ou para os cargos do Executivo também tem que ter ficha limpa. Tem que dizer quem é o cidadão candidato a Ministro, qual é a história dele, qual é a biografia dele, qual é o antepassado dele e qual é a competência

que ele tem para o cargo que vai executar. O Executivo está pensando nisso.

As manchetes de hoje nos jornais são estas: corregedor está fazendo o estudo, e a Casa Civil está analisando. O Executivo, para escolher alguém, tem que ver se tem ficha limpa.

Quem é esse cidadão? Qual é a biografia dele? Qual é o cargo que ele vai ocupar? O que ele entende de futebol? O que ele entende de saúde para exercer esse cargo?

O Executivo está pensando nisso. E é claro que, se o Supremo arquivar, o Executivo também vai arquivar. E se o Supremo for contra o projeto da ficha limpa? Até nisso, a decisão de quarta-feira do Supremo vai influenciar. Se a decisão for pela obrigatoriedade da ficha limpa, o segundo passo já estará ali, pronto para sair: o Executivo vai exigir ficha limpa para fazer a nomeação para seus cargos. Não acontecerá mais como acontece hoje: lamentavelmente, hoje, o partido escolhe o ministério de porteira fechada, e todo o comando do ministério é daquele partido. Presidenta Dilma, pelo amor de Deus, isso tem de terminar!

Quando o Presidente do PTB à época fez a denúncia do mensalão, numa reunião da nossa CPI, ele teve muita coragem, e eu o felicitei por essa coragem. Foi ele que decidiu, no momento em que disse como as coisas aconteciam: “Nós nos reunimos, a base do Lula, e distribuímos. Este ministério é para ti, este é para ti, este outro para ti. E cada ministério era analisado e tinha sua base composta, a equipe do ministério era do partido, e a gente tinha de arrumar dinheiro naquele ministério”. Ele contou isso. E parece que isso está acontecendo até hoje. Parece que é isso que está acontecendo até hoje.

Vejam o PCdoB! É difícil a atuação do Sr. Ministro, é difícil. A Presidenta Dilma escolheu um cidadão controvertido. Nos últimos tempos, o cidadão mais controvertido tem sido o Sr. Aldo, Relator do projeto do Código Florestal. Há pessoas que o admiram, há pessoas que o odeiam. Pessoas que são radicalmente contra ele perguntam: “Mas como? Esse cidadão agora está votando de forma diferente? Está conversando com os homens grandes, com os proprietários de terra?”. Houve grande debate em torno do voto dele, mas não vi uma vez alguém falar sobre a dignidade dele. Não vi ninguém dizer: “Não, ele agora mudou daqui para lá por causa disso ou por causa daquilo”. E foi escolhido para Ministro, e houve unanimidade de apoio. Houve unanimidade de apoio, porque é um homem sério. Todo mundo sabe que Sr. Aldo é um homem sério, é um homem de bem, uma das figuras mais dignas deste Congresso. E ele está agora dizendo... Se vai ser PCdoB ou se não vai ser PCdoB, não sei.

A primeira coisa que ele fez foi relativa às ONGs, o que merece um debate particular. Queríamos uma CPI das ONGs para provar as coisas que estavam acontecendo, e o PT e o PSDB não deixaram apurar. Eu fui à reunião: “Vamos parar com essa conversa, com esse debate, com essa briga de quem é e de quem não é! O PT escolhe três ONGs, o PSDB escolhe três ONGs, e vamos analisar o que há de errado e o que não há de errado”. Sabe o que aconteceu? Eles se acertaram e não discutiram nenhuma ONG. Nem o PT insistiu em analisar as do PSDB, nem o PSDB insistiu em analisar as do PT. Morreu!

Conheço ONGs maravilhosas, dignas, sérias, corretas. Primeiro, eu me assustei com o número de ONGs existente no Brasil. Nunca imaginei uma coisa dessas! Nunca imaginei isso. Agora, vou ter de me perguntar: há cinquenta anos, estou na política e nunca criei uma ONG, uma coisa tão fantástica como essa?

O Governo estava certo quando mandou suspender todos os contratos com as ONGs para ver o que estava acontecendo.

Reparem o que vai ser a eleição no ano que vem, meus irmãos! Se o Supremo disser que vale a ficha limpa, para começar, muita gente não vai ser candidata. Muitas pessoas não vão ser candidatas, como já não o foram nessa eleição. Havia aquela dúvida se o projeto ficha limpa valia, se não valia, e parecia que não ia valer. Muita gente não foi candidata. E, se for para valer, muita gente já não é candidata. Vamos começar a mudar o destino do nosso País.

Vimos momentos sérios, momentos em que o Supremo tomou as decisões mais variadas. O Vice-Presidente Café Filho tinha se licenciado, porque estava doente. Carlos Luz, Presidente da Câmara, estava na Presidência da República. Quiseram dar um golpe para Juscelino não assumir, e Lott deu um contra-golpe, e aí Café Filho entrou no Supremo porque ele queria reassumir, mas não o deixavam reassumir. O Supremo só foi decidir quatro meses depois de Juscelino já ter tomado posse. Aí a resposta foi a seguinte: “Já é tarde, já passou o tempo”.

Tudo isso aconteceu, mas essa decisão de quarta-feira será a decisão mais séria da política brasileira ao longo de todos esses anos. Eu não me lembro de uma reunião importante como essa de quarta-feira no Supremo. Vou ser sincero: eu, Pedro Simon, vou analisar a figura dos Ministros de acordo com o voto que derem. Eu, com minha consciência e com meu direito de analisar, vou analisar o voto que derem. As pretensões jurídicas e, de certa forma, a defesa de ideias, tudo isso é natural. Fulano ser liberal, decidido, é natural. Mas, nesta hora, juro que penso, penso, penso

e reflito, e não me chega à cabeça uma decisão que seja contrária a esse projeto.

Amanhã será o dia do Supremo, amanhã o Supremo será irrecorrível. O Presidente da República nada pode fazer, o Executivo nada pode fazer, o Congresso nada pode fazer, os partidos políticos nada podem fazer. A decisão que o Supremo tomar será definitiva.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, só lhe peço um minuto, para cumprimentar V. Ex^a por essa luta que vem travando, eu diria, durante toda a sua vida, contra a corrupção e a impunidade. Hoje, pela manhã, V. Ex^a me dizia, pelo telefone, que me procurou no fim de semana – eu estava no interior do interior do Rio Grande –, para que eu marcasse uma audiência pública em caráter de urgência urgentíssima, para que discutíssemos na Comissão de Direitos Humanos a questão da ficha limpa antes de quarta-feira, quando o Supremo votará. Neste momento, encerrei uma audiência pública com os quilombolas, em que, atendendo a V. Ex^a, aprovamos, extrapauta, o seu requerimento. Então, a reunião será realizada amanhã, às 14 horas. Lá estaremos sob a sua coordenação. É claro que lá também estarei, juntamente com V. Ex^a, para debatermos essa questão. Convocaremos os Senadores...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E a OAB, a CNBB e a ABI participarão da responsabilidade da reunião.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Exatamente. V. Ex^a fez questão de que constasse no requerimento a OAB, a CNBB, a ABI e outras entidades comprometidas com essa luta que V. Ex^a tão bem trava aqui, no Congresso Nacional. Aproveito o momento em que está na tribuna V. Ex^a, que é símbolo dessa caminhada, para convidar – não convocar – todos os Senadores a estarem amanhã, às 14 horas, na Comissão de Direitos Humanos, sob a coordenação de V. Ex^a. Por que V. Ex^a? Porque é V. Ex^a que coordena o grupo de trabalho que tem o objetivo de avançar nessa linha de combate à corrupção e, naturalmente, à impunidade. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Realmente, V. Ex^a tem razão. A OAB, a CNBB, a ABI e nós estaremos na reunião presidida por V. Ex^a, em uma demonstração de carinho, de afeto e de respeito, deixando bem claro, neste momento, a importância que damos para essa decisão. Deixamos bem claro que estamos convictos e entendidos de que este é o momento mais importante da política brasileira em termos institucionais. E Deus sabe o que faz, porque deixou essa decisão nas mãos do Supremo! Deus sabe o que faz!

Meu Deus, quando aquele jovem defendeu sua posição no Supremo – com muita alegria, votei nele para Ministro do Supremo –, senti, na sua maneira de ser, na sua firmeza, nas suas convicções, a sua grandeza. Senti, realmente, que ele é um homem predeterminado. E, depois, soube que é um homem que, na sua vida, foi um lutador. Sempre lutou por aquilo que quis e foi avançando. Amanhã, ele vai abrir seu coração e sua alma para o Brasil inteiro. Amanhã, ele traçará o destino dele perante o Brasil. Duvido que, em sua vida, mesmo que chegue à Presidência do Supremo ou à Presidência da República, ele terá uma oportunidade como a de amanhã para dizer quem é e o que quer e para apontar os rumos deste País.

De hoje até quarta-feira, como um humilde franciscano, passarei em meditação. Que Deus nos oriente, que Deus oriente os Srs. Ministros do Supremo, para que cada um cumpra o que a sua consciência determinar! Que eles olhem para este nosso Brasil, que eles olhem para este nosso País, para as nossas dificuldades, com a determinação necessária para dar uma linha de ética, de moral, de dignidade e de seriedade!

Não aceito, Sr. Presidente, que se diga que o brasileiro é como o que falou aquele pobre infeliz na Inglaterra, que cometeu aquela desgraça. Ele deixou dito que o Brasil era um País perigoso, que a mistura de raças estava levando para algo imponderável. Repito o que já disse desta tribuna: fico com o que disse Darcy Ribeiro no seu livro *O povo brasileiro*. Aqui, ao contrário dos Estados Unidos e de outros lugares, o negro, o índio, o mameluco, o chinês, o japonês, o árabe, o judeu, o inglês, o italiano, o alemão se reuniram e se mesclaram e deram origem a uma raça, que, a rigor, vai ser a raça brasileira, em que a seriedade, a dignidade, a bondade são grandes características. Não tenho dúvida disso.

Agradeço-lhes a tolerância e encerro, acrescentando que, por uma semana, fiquei de licença por causa de uma cirurgia que fiz.

Quero ainda dizer que trago aqui meu abraço ao Presidente Lula, meu desejo pela sua recuperação e a certeza, a convicção absoluta de que ele vai vencer. Expresso minha solidariedade a ele e digo isso por causa do ridículo de algumas posições que aparecem aí, mas que não representam o povo e a sociedade brasileira.

Como é a vida! Fiquei com drama de consciência, porque eu dizia: “Lula tem de tomar cuidado. Precisa viajar em jatinho cinco estrelas, recebendo US\$300 mil por conferência, hospedando-se em hotel cinco estrelas, com esse luxo todo. Ele não está acostumado com isso!”. O que ia acontecer? E vejam o que é a vida! E viu o que é a vida: exatamente por causa da sua voz, que para ele é o mais importante, ele teve de paralisar

até janeiro. Essa é a vida da gente, hoje e amanhã. Meu abraço, Lula! Que você volte são e recuperado!

Não me lembro na minha vida política de uma felicidade como essa, que terei de ter se o Supremo aprovar o projeto da ficha limpa, porque uma grande etapa será vencida. Mas também não quero saber o que acontecerá se o contrário acontecer. Mas confio que o melhor vai acontecer. Que Deus ilumine o Relator! Que Deus ilumine o Supremo! Que Deus olhe pelo povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Pedro Simon, a Mesa também se congratula com a sua visão macro de um Brasil modelo, exemplo, aos outros países em relação à Ficha Limpa. Somo-me a V. Ex^a.

Quero também aproveitar a oportunidade e fazer das suas palavras as nossas palavras ao Presidente Lula, por quem o Senador Gilvam Borges tem um carinho todo especial. A minha família está orando por S. Ex^a, o Presidente Lula, que sempre tratava o Senador Gilvam com muito carinho. O Senador Gilvam sempre foi pau para toda obra. Então, estamos aqui todos – eu, a minha mãe, a minha família toda – orando para que sua recuperação seja breve. S. Ex^a, o ex-Presidente Lula, é muito importante para o nosso País.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Pedro Taques. A tribuna está à disposição de V. Ex^a. Em seguida, o Senador Wilson Santiago, que está se preparando para assumir a tribuna daqui a alguns minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para me somar à Senadora Ana Amélia, ao Senador Pedro Simon, neste momento importante da República, momento em que o Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte, aquele que erra por último, segundo alguns, decidirá se a chamada Lei da Ficha Limpa produzirá ou não efeitos nas eleições de 2012, que avizinham.

A Lei da Ficha Limpa, como nós todos sabemos, surge de um movimento social capitaneado pela OAB, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela Associação dos Juízes Federais, pela Associação Nacional dos Procuradores da República e, o que é mais importante, surge do cidadão. Muito bem, essa lei surge do que se denomina de democracia participativa, democracia dialógica, na qual o titular do poder, que é o povo, se adona do que é seu e apresenta projetos

de lei. Lembremo-nos de que a Constituição de 1988 trata disso lá em seu art. 61, §2º. De 1988 até hoje, poucas vezes essa iniciativa, a qual a Constituição dá o nome de iniciativa popular, restou utilizada. Poderia lembrar aqui a lei que transforma o homicídio qualificado em crime hediondo. Poderia lembrar aqui a Lei Eleitoral ao criar a chamada conduta vedada. E poderia lembrar essa lei complementar que está padecendo de reconhecimento de sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Na quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal vai decidir um dos temas mais importante para a República. Será que existem limites para a decisão do Supremo Tribunal Federal? Vamos debater um pouco isso daqui para a frente. Será que cabe ao Supremo Tribunal Federal escolher os valores que deverão nortear a sociedade brasileira quando a Constituição da República, como ocorre neste caso, já fez a opção pela defesa da probidade, pela defesa da moralidade? Esse tema nós precisamos debater.

Muito bem! Alguns alegam que a Lei da Ficha Limpa ofenderia o chamado Princípio da Presunção de Inocência. Na Constituição da República, como todos sabemos, não existem direitos que sejam absolutos. O direito à vida é relativo porque a Constituição permite a pena de morte em caso de guerra declarada. Até o direito à vida, o maior direito que nós temos, é relativo, não é absoluto. O Código Penal fala na possibilidade de legítima defesa. A liberdade não é um direito absoluto, porque a Constituição da República permite que o cidadão tenha a sua liberdade subtraída em razão das chamadas prisões cautelares. Se até a liberdade pode ser subtraída e não se alega ofensa ao princípio da Presunção de Inocência, por que a Lei da Ficha Limpa ofenderia o princípio da Presunção de Inocência?

O Supremo Tribunal Federal, Senador Wilson, já discutiu isso. O Supremo Tribunal Federal, em um voto da lavra do Ministro Moreira Alves, disse o seguinte:

“Se é indisputável que a Presunção de Inocência não impede o cerceamento do bem maior, que é a liberdade, como pretender-se que possa cercear a atuação do legislador no terreno das inelegibilidades em que, por previsão constitucional expressa, até fatos de ordem moral podem retirar a capacidade eleitoral passiva?”

O Supremo Tribunal Federal já decidiu isso, e não é de hoje! O Supremo Tribunal Federal decidiu isso há muito tempo e os ministros do Supremo sabem disso.

O princípio constitucional da Presunção de Inocência, aliás, como todos os princípios aqui revelados, ele não é absoluto. Cito, Senadora Ana Amélia – e já

lhe passo a palavra –, dois exemplos. Digamos que o Senado da República, ao sabatinar um indicado para o Supremo Tribunal Federal – e esta é a nossa obrigação constitucional –, a Comissão de Constituição e Justiça entenda que o indicado pela Presidente da República não tem reputação ilibada, não é idôneo para assumir o Supremo Tribunal Federal. O Senado da República pode recusá-lo. Isso ofende o princípio da Presunção de Inocência? É óbvio que não ofende o princípio da Presunção de Inocência, porque o princípio da Presunção de Inocência, na nossa Constituição, aplica-se à ordem material do chamado Direito Penal. Não há que se falar em ofensa ao princípio da Presunção de Inocência quando nós estamos a tratar aqui de uma causa de inelegibilidade que é e foi criada pela lei complementar que introduz no Brasil a Lei da Ficha Limpa.

Antes de passar a palavra a V. Exª, cujo aparte com certeza honrará a minha fala, eu faço uma pergunta ao cidadão simples do Estado de Mato Grosso que está me ouvindo nesta tarde: o que significa candidato? Candidato é aquilo que vem de cândido. Cândido é o que é alvo, o que é limpo, o que é sem sujeira. Por isso, água sanitária cândida, que limpa a sujeira de uma roupa.

Eu vou continuar a minha fala depois de passar a palavra a V. Exª.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senador Pedro Taques, cumprimentos a V. Exª. O senhor reforça os argumentos usados pelo Senador Pedro Simon, que usou há pouco essa tribuna. Na abertura da sessão desta tarde também abordei este tema, como já havia feito na sexta-feira. O brilho de V. Exª nas questões constitucionais, no direito individual, em relação à Presunção de Inocência, dos seus aspectos legais e jurídicos, deixo de lado para ficar no cândido, na limpeza. Exatamente essa é uma questão política, quando lamentavelmente a sociedade a cada dia vê uma notícia de corrupção no setor público. Isso envolve todas as áreas. Um prefeito lá no interior de Alagoas, fugindo da Justiça por corrupção grossa naquele Município pobre de Alagoas. Isso acontece em todos os cantos do País. A Ficha Limpa tem que ter o condão, a propriedade, o instrumento legal para que, por essa via da legalidade, partidos políticos no nosso País, nas eleições do ano que vem, deixem com clareza que um candidato tem que ser cândido, tem que ser puro, tem que ser limpo, tem que ter ficha limpa para participar de uma eleição, seja para vereador, para vice-prefeito, para prefeito, para deputado estadual, federal, para o Senado, para governador e para todos os níveis de candidaturas. Quero cumprimentar V. Exª, assim como o Senador Pedro Simon, o Senador Paim, que amanhã

promove essa audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, e dizer que tenho até dúvidas, Senador Pedro Taques, de que, se não tivesse havido essa ação nacional, popular, movimentada por milhões de assinaturas, não sei se esta Casa teria tido, junto com a Câmara, a coragem de ter dado o enfrentamento a essa questão da maneira como o fez no ano passado. Cumprimentos a V. Ex^a. Isso tudo vai acabar com essa insegurança jurídica que agora discute a Casa se coloca ou não, se assume ou não, e o Supremo terá que se manifestar sobre essa questão de candidatos que estavam incursos na Ficha Limpa que foi aprovada no ano passado. Cumprimentos a V. Ex^a pelo belo discurso, assim como ao Senador Pedro Simon que o antecedeu, pelo mesmo motivo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senadora Ana Amélia. Ouvi com atenção a fala de V. Ex^a agora no início desta sessão – eu estava lá no gabinete que ocupo nesta Casa – e tanto com o seu pronunciamento anterior como com este concordo inteiramente.

Continuando, Sr. Presidente, cândido é aquele que é limpo, que é alvo, que não é sujo, que não é podre. Qualquer criança no Brasil sabe que, se a roupa estiver suja, ao chegar da aula, da escola, essa roupa precisa ser limpa, precisa ser lavada, isso é cândido. Muito bem, ofende o princípio da Presunção de Inocência. Esse é um argumento pedestre, vamos chamar assim, pedestre é aquele que é ingênuo, primário, singular, porque o próprio Supremo Tribunal Federal, por mais de uma vez, já decidiu isso. Para minha honra, concedo a fala ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu tenho muita admiração por V. Ex^a, que, ao contrário de nós outros, como eu que tenho 50 anos de vida pública, teve um longo período exatamente praticando a justiça. Eu acompanhei a vida de V. Ex^a. Não são muitos os que se dedicaram para valer, porque a Procuradoria, querer agir, querer avançar, é uma posição muito delicada, e V. Ex^a teve muita coragem, V. Ex^a agiu, agiu com uma dignidade fantástica e agiu com os poderosos, porque agir com o ladrão de galinha até eu. V. Ex^a agiu com os poderosos. V. Ex^a, uma pesquisa dizia que V. Ex^a tinha 2%, 3%, renunciou ao cargo vitalício de Procurador para ser candidato e ser derrotado como Senador da República. Eu acompanhei, e todo mundo me dizia que as chances de V. Ex^a eram zero. E muitos estavam contentes, porque se livravam de V. Ex^a: não vai para o Senado e vai deixar de encher a nossa vida aqui. V. Ex^a veio para cá. Então a linha de V. Ex^a é emocionante e muito importante, porque é a linha de quem... V. Ex^a não tem nenhuma experiência política. Eu tive a honra de ter V. Ex^a na reunião em que

eu fui visitar os gaúchos do Mato Grosso e olhando V. Ex^a, eu que tenho uma vida inteira de vida política, vi que V. Ex^a era de uma simpatia, mas não entendia nada de política. V. Ex^a era o que era. Aquele jeito tradicional do político “Olá, como vai a família? Como é que está? Eu vou aparecer lá.” V. Ex^a era quase um estranho, um Procurador andando no meio dos políticos. Mas isso dá a V. Ex^a essa importância. Eu acho que quem está vendo V. Ex^a na TV Senado deve ouvir, entre todos nós, com mais importância o pronunciamento de V. Ex^a neste dia. V. Ex^a é uma voz, não a voz nossa de todo dia, da experiência. Quer queira, quer não queira, estou comprometido porque só vivo isso, V. Ex^a não. V. Ex^a está aqui e, da maneira que V. Ex^a fala, os argumentos que V. Ex^a apresenta são de um conteúdo, de uma profundidade. O que V. Ex^a disse sobre candidato eu já tinha ouvido, mas não me lembrava: candidato vem de cândido; cândido é limpo, é honesto. V. Ex^a, acho que vai ser a pessoa que... Vai ser mais um vidro para os Ministros do Supremo, porque eles estão vendo alguém igual, não dá o voto final; aliás, eles não dão nunca o voto final, mas V. Ex^a fez as denúncias muitas e muitas vezes. Então, V. Ex^a está numa posição igual à deles. Estes seis meses que V. Ex^a está na política não mudaram os tantos anos que V. Ex^a está lá do outro lado, como membro do Judiciário. E é muito importante o pronunciamento de V. Ex^a porque tem muito significado. Não podemos ficar numa tese jurídica. Eu me nego, sinceramente, eu me nego a querer me colocar que eu, de repente, mudei. Eu, Pedro Simon, quando advogado, a vida inteira só defendi, nunca fiz uma acusação. Nunca aceitei ser relator de CPI, essa coisa toda porque não sei, não sei acusar. Eu contava, outro dia, para o seu colega Demóstenes, que, quando estávamos votando a cassação do Presidente do Senado, ele sentou neste lugar que estou aqui agora – aqui –, e quando eu estava falando ali, ele ficava olhando para a gente nos olhos, no fundo dos olhos, e eu tinha vergonha de olhar para ele. Demóstenes saiu daí onde V. Ex^a está e olhou nos olhos dele, e ele baixou os olhos. “És tu, porque és isso, porque és isso, porque és isso, porque és isso, porque és isso.” Aí fui até ele e disse: “Ô, Demóstenes, mas parece que tu sentes prazer em dizer as coisas. Ele disse: “Não, não é que sinto prazer; é a minha obrigação fazer as coisas”. Então, V. Ex^a desempenha esse papel aqui. V. Ex^a representa perante nós, Senadores, um outro segmento da sociedade que, cá entre nós, com todo o respeito, acho que, hoje, neste Brasil, é que vem cumprindo melhor a sua parte. Tem algum promotor aqui que exagera, até pela mocidade, essa coisa toda, mas, no fundo, no fundo, os promo-

tores vêm exercendo um grande papel. Queira Deus que o Supremo nos acompanhe!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Para mim, é uma honra ombrear-me com V. Ex^a aqui no Senado e, sobretudo, ser apartado e elogiado por V. Ex^a. Elogios muitas vezes nos trazem uma pretensão, uma veleidade. Temos de entendê-los levando em conta a bondade de V. Ex^a.

Continuo, Sr. Presidente, a dizer que a Lei da Ficha Limpa não ofende o princípio da presunção da inocência. Não ofende. Falar que ofende é decidir politicamente, e aí nós teremos que entender que o Supremo Tribunal Federal está a decidir politicamente. E será que o Supremo Tribunal Federal pode tudo na República? Ele não pode tudo na República, porque ele está subordinado também à Constituição da República. Alguns dizem que é ele que erra por último, mas ele só pode errar por último quando a Constituição da República não tiver feito uma opção pelo caminho a ser trilhado.

A Constituição de 1988, Srs. Senadores, já fez a opção do caminho a ser trilhado. O art. 14, § 9º da Constituição fala em vida pregressa. Portanto, não cabe ao Supremo Tribunal Federal decidir de acordo com a sua vontade e violar o que está escrito na Constituição da República. A respeito disso, Senador Pedro Simon, a Suprema Corte dos Estados Unidos, em uma decisão do magistrado Félix Frankfurter, no caso *Dennis versus Estados Unidos*, perguntou: “Quem deve ponderar os fatores relevantes e avaliar o que interessa e em que se circunstâncias deve prevalecer?” Ele fez essa pergunta.

A responsabilidade plena por essa escolha não pode ser transferida aos tribunais. Tribunais não são corpos representativos. Esses não se destinam a ser um bom reflexo da sociedade democrática. A responsabilidade primária pelo equacionamento dos interesses concorrentes necessariamente pertence ao Poder Legislativo. Nós – fazendo referência à Suprema Corte americana – devemos afastar o julgamento daqueles que têm o dever de legislar apenas se a sua obra não possui nenhuma base de razoabilidade. E a Constituição da República já nos dá o caminho no art. 14, § 9º, ao falar da vida pregressa como causa de inelegibilidade, que nada mais significa, Senador Wilson, do que um obstáculo, um impedimento para que aqueles que não têm condições de exercer a cidadania possam exercê-la na sua plenitude.

Muito bem. Alguns dizem que a Lei da Ficha Limpa também ofenderia, Senador Paulo Paim, o princípio da irretroatividade da lei.

Nenhuma das nossas Constituições, desde 1824, nenhuma delas fala no princípio da irretroatividade ou no princípio da retroatividade. A nossa Constituição de 88 faz referência à segurança jurídica e à trilogia da irretroatividade, mas não no sentido em que aqui está a se estabelecer.

Não há que se falar em ofensa ao princípio da irretroatividade, porque as eleições de 2012 ocorrerão, por óbvio, depois da promulgação da lei complementar chamada Lei da Ficha Limpa. Não há, também, que se falar na ofensa ao princípio da irretroatividade. E isso já foi decidido pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Existem decisões do Supremo Tribunal nesse sentido que eu me reservo o direito de apenas citar.

Há um caso do Supremo Tribunal Federal, o MS, Mandado de Segurança nº 22.087, do Distrito Federal, cujo Relator foi o grande constitucionalista e Ministro Carlos Velloso, publicado...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) ... no *Diário da Justiça* de 10 de maio de 1996. Não há que se falar em ofensa a esse princípio, porque esse princípio não se encontra na Constituição. Encontra-se no aspecto penal. A lei penal não pode retroagir para prejudicar. Agora, causa de inelegibilidade não se trata de lei de natureza penal e o Supremo Tribunal Federal já decidiu a respeito disso.

Portanto, a decisão do Supremo Tribunal Federal é uma decisão que pode, Srs. Senadores, trazer um alento à sociedade; pode mostrar à sociedade que a República Federativa do Brasil está num outro patamar histórico, no patamar histórico em que nós não podemos concordar mais com a bandalheira – com a bandalheira.

Para ser policial, a banca examinadora pode reprovar o candidato se ele responde a um inquérito policial. Para ser defensor público, Senador Wilson Santiago – e V. Ex^a muito honra essa categoria –, a banca examinadora pode reprovar o candidato por entender que ele não é idôneo para o exercício do cargo. Como eu disse, nós, aqui no Senado, podemos recusar o candidato indicado pelo Presidente para assumir um cargo de Ministro do Supremo se entendermos que ele não tem uma vida pregressa sem mancha, sem nódoa, que tem uma vida pregressa que desrespeita a sociedade brasileira. Aí, não se fala em princípio da presunção de inocência. Para mim, com todo o respeito, decisão do Supremo Tribunal deve ser cumprida, porque vivemos em um Estado democrático de direito. Agora, precisamos nos atentar para ela.

Assim, eu, juntamente com o Senador Pedro Simon, estaremos lá no Supremo Tribunal Federal

naquela data. Porque os Ministros do Supremo, senhores, não passam de servidores públicos iguais a nós; não passam de servidores públicos iguais ao Sr. José da Silva, que abre os buracos todos os dias de manhã para que nossas fezes possam passar. Todos eles representam a República. Agora, infelizmente, alguns dizem que, quando o candidato a Ministro do Supremo vem conversar aqui no Senado para a sabatina, para a sua votação, mostram a humildade franciscana; mas quando estão a decidir, representam a vaidade napoleônica.

Nós temos de ficar atentos a essa decisão do Supremo Tribunal Federal.

Quero me ombrear a V. Ex^a nessa data, que pode-
rá ser histórica para a República Federativa do Brasil.

Muito obrigado pelo tempo, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Taques,
o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência,
que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Senador Pedro Taques pelo pronunciamento, na mesma linha do pronunciamento Senador Simon e também do da Senadora Ana Amélia.

Agora, passamos a palavra para o Senador Wilson Santiago, que falará pela Liderança.

Estou sabendo – permita-me – que poderá ser o discurso de despedida de V. Ex^a, então, V. Ex^a dispõe do tempo que for necessário.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim; meu caro Senador Pedro Taques; meu caro Senador Pedro Simon; Geovani Borges; demais Senadores e Senadoras; profissionais da imprensa; meus senhores e minhas senhoras, todos nós, Sr, Presidente, temos de ter a humildade para, em qualquer instante da vida, enfrentarmos aquilo que a vida nos impõe, no que se refere ao cumprimento de determinação, além de obstáculos que a vida nos oferece.

Eu sou um homem do interior da Paraíba. Nasci no campo, Senador Pedro Simon, vivi no campo até os 16 anos de idade, enfrentando a vida com as dificuldades que todo homem do campo enfrenta, trabalhando na roça como filho de agricultor, como trabalhador e como homem que sempre honrou aquilo que a vida nos destina e nos oferece.

Trabalhei, sim, durante todo esse tempo, mas, em nenhum instante, me senti ofendido e muito menos humilhado pela função que exercia de filho de agricultor rural.

Comecei a estudar já com 12 anos de idade, trabalhando no campo e estudando na cidade. Com 16 anos, saí do campo e fui morar em João Pessoa,

porque, na minha cidade, Uiraúna, não havia escola de segundo grau, só tinha até o primeiro grau. Fui para a casa do estudante, onde morei durante quase nove anos trabalhando e estudando.

Meu primeiro emprego foi na Vila Romana, uma fábrica de confecções. Continuei nessa luta estudando à noite e, em seguida, fiz um concurso público e virei servidor público. Posteriormente, terminei o curso de Direito, fui advogado do Estado e, em seguida, ingressei na Defensoria Pública do Estado da Paraíba. Por lá, trabalhei durante quase nove anos, também, como defensor público, defendendo os pobres na forma da lei, enfrentando os obstáculos como qualquer cidadão enfrenta, qualquer jovem como eu à época enfrentava, para tentar dar justiça àqueles que se sentiam injustiçados e exercer o digno compromisso que tinha de defender o pobre na forma da lei, sem cobrar um tostão, já que o Estado nos contemplava com um salário pequeno – e que ainda é muito pequeno lá no nosso Estado –, mas que me dignificava no pleno exercício do dever e da missão de defensor público do Estado da Paraíba.

Em seguida, resolvi, a convites de alguns companheiros, ser candidato a Deputado Estadual. E me elegi por duas vezes Deputado Estadual lá na Paraíba, a primeira vez na oposição. Em seguida, continuei trabalhando, graças a Deus, procurando exercitar aquilo que a população paraibana e brasileira espera de todos os seus representantes, Senador Paim.

Exerci, sim, repito, durante oito anos, o mandato de Deputado Estadual, defendendo muitos dos projetos justos de interesse do Estado da Paraíba, especificamente da sua população, sem temor, sem medo, com a consciência tranquila, procurando fazer aquilo que a população espera de todos os seus representantes.

Em seguida, elegi-me Deputado Federal mais votado do Estado da Paraíba, por duas vezes, ambas com cerca de 10% dos votos do Estado para Deputado Federal, o que me honrou muito, graças a Deus, graças ao trabalho que realizei na Câmara dos Deputados, ao lado da Deputada Vanessa e de tantos outros Deputados, Senador Pedro Simon, que, de fato, dignificam aquela Casa, apesar dos obstáculos, dos atropelos e das intempéries que, às vezes, enfraquecem o Parlamento e fragilizam o exercício parlamentar.

Ocupei a Liderança do PMDB, o Partido de V. Ex^a, Senador Pedro Simon, por duas vezes, na Câmara dos Deputados. Fui Líder do PMDB durante dois períodos, escolhido pela maioria dos companheiros da Casa, em um momento de turbulência. Como todos vocês sabem, aquele momento não foi fácil para dirigir uma bancada, quando se instalavam nesta Casa várias CPIs, como a CPI do Mensalão, a CPI dos Sanguessugas e tantas

outras, que, de fato, tumultuaram o processo legislativo. O Congresso ficou praticamente parado por um determinado tempo. Mesmo assim, exerci o meu mandato. Encontrei uma bancada dividida, Senador Pedro Simon, e entreguei ao meu sucessor uma bancada unida, com todos os Deputados unidos, trabalhando em prol do projeto de fortalecimento do PMDB e do engrandecimento da democracia brasileira, exercitando e concretizando aquilo que o Brasil e o meu Estado da Paraíba exigem de qualquer um de nós, de exercer o mandato com dignidade e também aproveitar as oportunidades e dar ao povo brasileiro, o qual representamos, aquilo que espera de qualquer um de nós.

Venci todos esses obstáculos. De lá, depois dos dois mandatos, depois de ser vice-líder do governo, repito, presidente de comissão na Câmara dos Deputados, decidi, por indicação do meu Partido, disputar a uma das vagas para o Senado da República.

Em um processo político claro, em que existia a chamada lei moralizadora da ficha limpa em vigor, apresentaram-se oito candidatos ao Senado da República, só cinco deles conseguiram os respectivos registros.

Disputamos uma eleição em um jogo claro, de conhecimento público, com o mapa político traçado e com o direcionamento do futuro, colocado naquele instante à disposição do povo paraibano, como também os demais, em outros Estados da Federação.

Tudo isso nos levou ao resultado final da eleição. Apurando-se a eleição, o nosso nome foi considerado pela Justiça Eleitoral como um dos Senadores eleitos para exercer o mandato na Casa maior do Congresso Nacional, o Senado Federal.

Os tempos passaram. Os recursos na esfera judicial continuaram, e posteriormente todos nós fomos surpreendidos com aquela decisão do Supremo Tribunal Federal em jogar por terra, em suspender aquilo que ele próprio havia decidido anteriormente. Por cinco votos a cinco, ele decidira que aplicaria a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, e apenas um voto, posteriormente chegando, jogou por terra aquilo que fora construído pelo Brasil inteiro, através de um projeto de iniciativa popular, inicialmente, com quase dois milhões de assinaturas e, posteriormente, numa segunda fase, Senador Pedro Simon, com quase dois milhões de assinaturas, que tramitou na Câmara e que foi discutido e aprovado, inclusive com a presença do Presidente do TSE em vários instantes discutindo o assunto, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

E a Câmara entendeu, naquele instante, que a lei, na verdade, cumpria todos os requisitos, não só constitucionais, como também de técnica legislativa

e de procedimentos regimentais, o que levaria à sua respectiva aprovação em momentos posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Wilson Santiago, se V. Exª me permite. Estou presidindo a sessão e não é de praxe, mas a forma digna, a altivez com que V. Exª está posicionando-se, V. Exª foi proclamado eleito dentro das regras estabelecidas, foi diplomado, foi empossado, está no exercício da função, seguindo as regras, como colocou, com muita propriedade, dessa tribuna.

Quero dizer a V. Exª que me congratulo com o seu pronunciamento. Primeiro pela honra que tive em conviver com V. Exª nesta casa. V. Exª é um exemplo de trabalho, um exemplo de dedicação, um exemplo de determinação de toda Casa, V. Exª conquistou o seu respeito.

Quero dizer nesta oportunidade, dada a humildade da sua origem, da minha origem também, meu pai era agricultor, Senador Pedro Taques, Senador Wilson Santiago, que passava a noite treinando, desenhando o meu nome para votar naquela oportunidade para Vereador. Meu pai era um analfabeto, mas era de uma inteligência e de uma sabedoria fantástica.

Quero dizer a V. Exª que tenho muito orgulho nesta Casa de ter presenciado o seu trabalho. O povo paraibano, tenho certeza absoluta, está somando com V. Exª neste momento e o seu filho, Deputado, que está aqui presente na tribuna.

Quebrei um pouco o Regimento, mas não poderia perder a oportunidade do gancho das colocações que V. Exª proferiu com tanta propriedade e com tanta justiça.

Falava com o Senador Pedro Taques: qual foi o crime que V. Exª cometeu e que nós cometemos?

Só quero lhe dizer uma coisa, uma frase do Senador Gilvan Borges: Senador Wilson Santiago, é muito bom ser ficha limpa!

Parabéns!

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senador Geovani pelas palavras de V. Exª, que, de fato, fortalecem e engrandecem o nosso pronunciamento, e dá a todos aqueles que estão nos assistindo, Senador Cristovam Buarque, aquilo que o Brasil exige e espera que é a moralização com a coisa pública.

Além da moralização com a coisa pública, um verdadeiro espírito de solidariedade ao que deve ser respeitado, que é o patrimônio do povo.

Senador Pedro Taques, quando ouvia V. Exª há pouco, não quis atrapalhá-lo para não tirar o seu raciocínio, mas tudo que V. Exª falou não só como procurador, como ex-procurador, mas especialmente como jurista, como professor, como conhecedor profundo

do Direito e da própria doutrina, naquilo que se refere a aplicabilidade da lei e o cumprimento da própria lei.

Nós precisamos separar tudo isso e só se separa com bom senso, só se separa com espírito público. Além de tudo, com o dever e a missão de corresponder à expectativa do povo brasileiro não só no que se refere ao julgador, como também a todos aqueles que têm oportunidade de decidir em relação àquilo que interessa à sociedade brasileira.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Pedro Taques, que foi o primeiro a pedi-lo. E já agradeço por antecipação o seu aparte.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Wilson Santiago, não conheço detalhes do caso cuja decisão afetou o mandato de V. Ex^a, mas quero cumprimentá-lo pelo tempo em que estivemos juntos nesta Casa. V. Ex^a sempre foi um Senador atento, não só com a sua atividade política, com o exercício do seu mandato, mas também na administração da Casa. Assim, quero cumprimentá-lo e dizer que a convivência com V. Ex^a nesses dez meses foi uma honra.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, na mesma linha do Senador Taques, quero manifestar a minha simpatia e a minha admiração pelo seu trabalho. Independentemente de qualquer julgamento – todos nós somos passivos disso – quero dizer que nesse período em que o senhor esteve aqui aprendi a admirar o seu trabalho, a maneira como se pronuncia sempre em defesa da Paraíba, do nosso Nordeste. Percebemos que o senhor faz o dever de casa e que, às vezes, por estamos aqui há muito tempo, terminamos relaxando um pouco. Por isso, a minha admiração bastante forte pelo seu trabalho. Quero que isso fique registrado, se o senhor permitir, no meio do seu discurso.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço as suas palavras, com certeza de coração, as palavras do Senador Pedro Taques, do Senador Pedro Simon, da Senadora Vanessa Grazziotin e de tantos outros companheiros, não só vozes conhecidas nesta Casa em defesa dos interesses do Brasil, da moralidade pública, daquilo que de fato a sociedade brasileira cobra de todos nós.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Wilson Santiago. Da mesma forma que fizeram nossos companheiros Senadores, quero aqui somar minha voz às deles no sentido

de cumprimentá-lo. E o faço não apenas pelo período que estamos juntos no Senado Federal, porque tive o prazer de compartilhar dois mandatos de Deputada Federal ao lado de V. Ex^a. Tenho certeza que o Estado da Paraíba sempre se orgulhou do parlamentar que tem. V. Ex^a tem demonstrado muita preocupação com o Brasil. Mas, antes de tudo e de mais nada, levanta sempre as necessidades do desenvolvimento do Estado da Paraíba, voltado sempre para a melhoria da qualidade de vida de sua gente. Então, Senador Wilson, é com uma tristeza profunda, V. Ex^a sabe disso, não somos só Senadores juntos, não fomos apenas Deputados juntos, mas convivi neste período com V. Ex^a na Mesa Diretora desta Casa – eu como suplente e V. Ex^a como segundo Vice-Presidente – e V. Ex^a tem sido não apenas um grande companheiro, um grande colega, mas um grande parlamentar. É de pessoas como V. Ex^a que o Brasil precisa. Sei que V. Ex^a deverá deixar esta Casa, mas continuará lutando pelo seu mandato. V. Ex^a tem a certeza e a convicção de estar aqui representando o seu Estado da Paraíba. Quero que não apenas V. Ex^a, mas todos seus correligionários, companheiros de Partido, amigos, sua família – temos aqui o Deputado Federal, seu filho, presente nesta sessão – recebam meu mais profundo abraço. Tenho certeza de que V. Ex^a irá não por muito tempo, porque a política brasileira, a Paraíba irá vê-lo lutando muito por aquele povo, por aquele Estado. Foi um prazer compartilhar com V. Ex^a este tempo de mandato. Sou testemunha do belo trabalho que V. Ex^a vem fazendo em defesa do Brasil e, principalmente, do Estado da Paraíba. Um abraço.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Antes de o Senador Pedro Simon fazer o seu aparte, gostaria de pedir permissão do orador e do apartante para registrar a presença dos alunos do curso de Direito do Centro Universitário Padre Anchieta, do Município de Jundiá, Estado de São Paulo. Sejam bem-vindos. Sintam-se em casa.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Senador, sempre tive as melhores referências de V. Ex^a e acompanhei muito o seu trabalho, a sua capacidade de liderança. Disse muito bem V. Ex^a, em uma das fases difíceis de nosso Partido, onde às vezes não sabíamos qual era o caminho certo. Por muito tempo, nosso Partido foi o Partido do povo brasileiro, das ideias, da luta, da resistência. Mas, com a confusão, com as contingências, com a morte de lideranças nossas e com os desígnios com a morte do Dr. Tancredo, fomos levados, às vezes, a interrogações de por onde

deveríamos caminhar. V. Exª tem o nosso respeito. Tenho muito respeito pela Paraíba, que tem nomes pelos quais também tenho muito respeito, como Humberto Lucena, que foi nosso colega aqui; ou como Antonio Mariz, que morreu no início de seu mandato. Nós, do Rio Grande do Sul, sempre respeitamos a Paraíba, porque fomos juntos naquela Revolução de 30, quando conseguimos terminar com o café com leite e iniciar uma verdadeira República neste País. Estive na Paraíba há poucos dias, numa palestra, e pude sentir o respeito e a admiração que aquele povo tem por V. Exª. Acho que V. Exª está vivendo um momento difícil. E posso lhe dizer, pela experiência de pai – pela grande diferença das nossas idades –, que é exatamente nesses momentos que a gente marca a vida política da gente, que a gente marca a personalidade da gente. Na hora das coisas fáceis, na hora da vitória, é fácil o cara apontar o caminho, mas em horas como esta – sinto a dificuldade e o drama de V. Exª – é preciso ter capacidade, firmeza e convicção de que a luta continua. Tenho certeza de que V. Exª haverá de provar sua inocência e haverá de voltar à vida política com o respeito e a admiração de todos. V. Exª, posso acrescentar, é o exemplo daquilo que quero analisar. Quando falo em ficha limpa, não quero dizer que quem está sendo processado, obrigatoriamente, seja culpado. Não, tem todas as condições de ser absolvido. Agora, o que não pode acontecer é o seguinte. Repare V. Exª: estamos em novembro, decidindo um processo que, se tivesse trâmite normal, já deveria ter sido julgado. V. Exª já deveria ter sido condenado ou, muito provavelmente, absolvido. Isso não deveria acontecer um ano depois. Acho que os processos que envolvem casos como o seu e o meu, de homens públicos, devem ser colocados em primeiro lugar e julgados com a urgência necessária. Infelizmente, isso não tem acontecido no Brasil. Normalmente, o processo fica numa gaveta anos a fio, oito, nove, dez anos, ou daqui a pouco, de uma hora para outra, é julgado ou deixado de lado, conforme o caso, conforme o interesse. Por isso, que acho importante que tenhamos um processo legal no qual as coisas aconteçam com a rapidez necessária e no qual possamos ver as coisas acontecerem em seu devido tempo e não o que está acontecendo agora. Levo o meu abraço, meu carinho a V. Exª e a minha convicção, pelo que o conheço, de que V. Exª terá um grande caminho pela frente. Eu tive muitas vitórias na minha vida, e tive uma derrota. A eleição que me parecia a mais fácil e a mais importante para o Governo do Estado, eu a perdi. Mas digo a V. Exª: das minhas vinte vitórias, com nada eu aprendi mais do que com aquela derrota. No momento em que as portas me fecharam, eu vi quem era amigo, quem não era; vi as

coisas como eram, como não eram e foi quando eu mais aprendi. Repare V. Exª, não há um grande líder na história da humanidade que não tenha passado pela derrota. Mitterrand, foram quatro vezes; Winston Churchill, outras tantas; Lincoln outras tantas. Todos aqueles que foram adiante conheceram a hora do sofrimento. Meu abraço a V. Exª.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Agradeço a V. Exª, Senador Pedro Simon. A experiência de V. Exª, na verdade, não só alimenta a todos nós, como também nos dá um rumo para de fato continuarmos na luta e defendendo os interesses do meu Estado da Paraíba e do Brasil, já que não é só um dever, entendo que é uma obrigação continuar trabalhando, fazendo com que a Paraíba cresça, a Paraíba se desenvolva e siga os exemplos de tantos outros Estados da Federação que saíram do buraco, mas que encontraram o seu caminho e, encontrando o seu caminho, com certeza, retribuí-se à sociedade e à população com ações, com benefícios dentro da expectativa da maioria da população do seu Estado.

Isto que está ocorrendo – como V. Exª bem ouviu quando falei anteriormente – em decorrência de uma derrubada, de uma suspensão da Lei da Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal, que fez com que todos nós concorremos a uma eleição limpa, a uma eleição com o jogo colocado na eleição daquela forma, das oito candidaturas, só cinco registradas, e as demais fora porque já havia se posicionado assim não só o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, como também o Tribunal Superior Eleitoral. O TSE já havia se posicionado dizendo que o jogo daquela eleição era aquele que estava em prática, em vigor naquele instante.

De repente, mais de um ano depois – quase um ano e seis meses depois –, o Supremo Tribunal Federal toma uma decisão retroagindo a 5 de julho do ano passado – quase um ano e seis meses antes –, causando efeitos que, de fato, não só destroem uma perspectiva ou tentam destruir a perspectiva de um trabalho construtivo em favor do bem-estar da população do nosso Estado e também em favor do próprio Brasil.

Mas vamos em frente.

Sabemos, repito, que os obstáculos que a vida nos impõe sempre são grandes, mas temos que ter a capacidade de enfrentá-los e com isso vencê-los; e a sociedade deve tomar conhecimento de que o nosso objetivo principal é trabalhar e retribuir com ações aquilo que a população espera de cada um de nós.

Então, por essa razão é que a situação na qual hoje nos encontramos, Senador Geovani, Presidente, é até inusitada. Você é afastado de um mandato em que não há nenhum processo contra; você é afastado de um mandato em que houve um ato jurídico perfeito, e

é prolatado o resultado de uma eleição, a convocação para uma diplomação e, posteriormente, uma posse, e nesta posse não houve questionamento nenhum, nem impugnação, nada, questionamento jurídico nenhum. E, um ano e seis meses depois, a própria Justiça diz que se deve retroagir e rever o caso de julho, de 5 de julho do ano passado, exatamente por conta dos obstáculos impostos, digo até pelo vazio criado, Senador Pedro Simon, pela Lei do Ficha Limpa, pela lei de iniciativa popular, pela lei tão almejada pela população brasileira, pela lei tão defendida por todos aqueles que defendem a boa aplicação do dinheiro público, por aqueles que defendem a dignidade, a honrabilidade e o respeito ao patrimônio do povo.

Isso, de fato, ocorreu, e Constituição, a Lei Maior e as próprias leis ordinárias, as leis complementares, especificamente a lei de inelegibilidade, diz que ninguém pode exercer um mandato inelegível e chegar a esta Casa para exercer um mandato ao lado de V. Ex^{as}.

É a isso que a Justiça, nesses recursos que fizemos, vai ter que dar uma resposta. Não a mim, a Wilson Santiago, mas à sociedade brasileira, àqueles que defendem, sim, aquilo que a própria lei impõe e também ao povo que, de fato, almeja e deseja que o exercício parlamentar seja plenamente respeitado, não só pelo cumprimento da lei como também pela conduta daqueles que abusam, que denigrem e, além de tudo, que desrespeitam o patrimônio público.

Concedo, meu Presidente, Senador Raupp, um aparte a V. Ex^a e, como Presidente do meu Partido, V. Ex^a não só me ensinou ao longo dos anos como também me estimulou a trabalhar e a procurar fazer pelo meu Estado, a Paraíba, aquilo que V. Ex^a muito tem feito pelo seu Estado.

É nessa linha que nós antecipadamente agradecemos a V. Ex^a, e tenho certeza de que as suas palavras não só enriquecerão o nosso pronunciamento como também darão mais força para que tenhamos condições de continuar trabalhando. Farei pelo meu Estado da Paraíba aquilo que todos os paraibanos e brasileiros esperam dos seus representantes.

Com a palavra V. Ex^a.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco/PMDB – RO) – Meu querido Senador Wilson Santiago, na mesma linha de todos aqueles que o apartearam, quero dizer que V. Ex^a, sem dúvida, fará muita falta ao Parlamento brasileiro, especialmente ao Estado da Paraíba. V. Ex^a muito bem representou o povo paraibano como Deputado Estadual, por alguns mandatos, e como Deputado Federal. Mas, agora, nesse quase um ano aqui, no Senado Federal, V. Ex^a deu demonstração de que é um grande Parlamentar e um grande homem público. Eu ia falar exatamente o que V. Ex^a falou, quando disse que não

há nenhum processo. O Senador Pedro Simon até falou em processo, mas V. Ex^a não tem processo. Não houve julgamento. V. Ex^a simplesmente foi eleito na legislação vigente daquele momento, que era a legislação vigente em todo o Brasil, oriunda do TSE, Tribunal Superior Eleitoral, o órgão máximo na área eleitoral, e a eleição foi limpa. V. Ex^a foi vitorioso, assim como o Senador Gilvam Borges, hoje sucedido pelo Senador Geovani, que deve, infelizmente, também nos deixar em breve. Nós ficamos aqui a imaginar por que a Justiça Eleitoral bateu cabeça na questão da eleição do ano passado, quando disse que a lei valia para aquela eleição. Depois, o Supremo Tribunal Federal, cuja maioria dos membros, creio, esteja também no TSE, divergiu da posição do TSE e mudou toda a legislação. Mas tenho certeza de que V. Ex^a não está aqui se despedindo, V. não está dizendo adeus, mas um até logo, um até breve, porque, daqui a dois anos e meio, teremos novamente eleições para o Senado Federal. As eleições são tão rápidas! Apesar de o mandato de Senador ser longo, de oito anos, a cada quatro anos há eleição para dois terços ou para um terço do Senado. Na próxima eleição, renovaremos em um terço o Senado Federal, e, certamente, V. Ex^a terá oportunidade de voltar, e o povo paraibano mais uma vez o reconduzirá ao mandato de Senador da República. V. Ex^a voltará, não tenho nenhuma dúvida. Antes de terminar o meu mandato e o mandato de muitos que estão aqui, que é de oito anos, que foi renovado no ano passado, V. Ex^a voltará para, junto conosco, concluir esse mandato de oito anos aqui, no Senado Federal. Que Deus o ilumine, que Deus o proteja. Muito obrigado.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, Senador Rollemberg.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Wilson Santiago, pelo trabalho que desenvolveu nesses dez meses de convivência no Senado. Já tive oportunidade de conviver com V. Ex^a na Câmara dos Deputados, quando V. Ex^a era Vice-Líder do PMDB. Sou testemunha do seu compromisso com seu Estado da Paraíba, com sua busca incessante em defesa dos interesses do Estado. Quero, aqui, concordar com o Senador Valdir Raupp: o povo da Paraíba, em breve, fará com que V. Ex^a possa retornar a essa tribuna do Senado. Portanto, receba aqui os meus cumprimentos pelo trabalho que desempenhou e que desenvolveu aqui, no Senado, nesses dez meses. Parabéns!

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador. As palavras de V. Ex^a não só engrandecem o nosso pronunciamento como também fortalecem o nosso posicionamento em relação a tudo

que falei, inclusive os demais companheiros que me apartearam.

Sr. Presidente, estou nesta Casa com o sentimento do dever cumprido. Nesses quase dez meses, Senador Geovani, que aqui estou, procurei representar o Estado da Paraíba de forma honrada, justa e honesta, dentro daquilo que de fato esperam todos os paraibanos e brasileiros. E assim continuarei fazendo tão logo seja possível, nas oportunidades que o futuro nos conceder.

Todos os meus conterrâneos estão cientes de que me afasto de cabeça erguida e feliz por ter trabalhado em prol de todos os paraibanos e por todos os brasileiros especificamente.

Agradeço a todos que depositaram sua confiança em minha pessoa, especificamente aos companheiros do Senado Federal, às companheiras do Senado Federal, aos profissionais da imprensa, aos funcionários da Casa, aos funcionários do meu próprio gabinete e, além de tudo, àqueles que, de fato, apesar de serem prestadores de serviço, têm uma dedicação invejável no que se refere ao cumprimento do seu trabalho e também da sua missão.

Tenho certeza de que os projetos que apresentei visaram a atender diversos assuntos de interesse da sociedade brasileira, principalmente do meu Estado, a Paraíba, além do semiárido nordestino, cujo projeto apresentei, como todos sabem, criando a Zona Franca do Semiárido, para beneficiar, portanto, uma região carente, que sofre, reclama e não teve, até então, aquilo que de fato merece receber no que se refere ao apoio dos governos.

Apresentei projeto com o objetivo, repito, de criar a Zona Franca do Semiárido, a Universidade Federal do Sertão da Paraíba, também a Universidade Federal Rural da Paraíba, porque acredito que a educação e o incentivo às empresas farão com que essa região alcance o desenvolvimento econômico, social e cultural que seus moradores tanto merecem.

Como defensor do meio ambiente, procurei incentivar a construção de imóveis com equipamentos para aproveitamento de energia solar e energia eólica, a nossa conhecida energia limpa, determinando a redução de impostos, para que não só o Imposto de Renda, mas o ganho de capital da própria empresa, de fato, sejam reduzidos no que se refere à aquisição dos imóveis.

O projeto tramita. Eu diria até que está em plena execução no Governo Federal, possibilitando, Senador Pedro Simon, o atual grande programa Minha Casa, Minha Vida, quando destina, Senador Raupp, recursos do FGTS, comprometendo cada real para investimentos do FGTS, dinheiro do trabalhador. E também que

o real seja investido em habitação, devido a projeto nosso ainda como Deputado Federal, em pleno vigor, graças a Deus, no próprio Governo Federal.

A questão da segurança pública.

Falamos muito, Senador Geovani, sobre a questão da segurança pública, que merece, sim, receber uma atenção maior, com melhores salários, melhores condições de trabalho. Além de tudo, mais respeito no que se refere ao exercício do trabalhador, do agente, do policial, daquele que dá segurança ao cidadão, não só paraibano como brasileiro.

Então, pronunciei-me neste plenário algumas vezes sobre a necessidade de melhor aparelhar a segurança pública, como todos têm conhecimento, de pedir maiores investimentos financeiros e tecnológicos para o setor, com o intuito de combater todo tipo de violência, violência essa que incomoda e amedronta grande parte da população brasileira.

Apresentei, ainda, projeto de lei para dar também garantia e maior segurança para o cidadão no que se refere aos crimes cometidos pelos motoqueiros, que têm aumentado cada dia. É preciso identificar esses cidadãos no capacete ou na própria moto para que, de fato, haja maior facilidade para que os referidos crimes sejam elucidados.

Manifestei minha indignação com o problema das drogas, que tanto tem incomodado os jovens brasileiros. A violência, indicada no mapa da violência de 2011, refere-se aos jovens do Brasil. Por tudo isso, deixei claro o meu apoio ao lançamento da nova Campanha Nacional do Desarmamento, que de fato vem não só contribuir para a diminuição da violência no Brasil, mas dar à população brasileira aquilo que ela espera, merece e é dever do Estado no âmbito da segurança pública.

Está aqui o Deputado Wilson Filho que, juntamente com outros companheiros, apresentou à Comissão um projeto, lá na Câmara dos Deputados, sobre a Copa de 2014. É para que as propagandas deem visibilidade e direcionamento aos programas e ações de divulgações da Copa do Mundo. Para que tudo tenha o *slogan*: Brasil sem Armas e também sem drogas. Esse *slogan*, com certeza, não será só marcante, mas também dará ao povo brasileiro um verdadeiro entrosamento ao combate às drogas e à não utilização de armas.

São tantos os pronunciamentos e são tantos os projetos que apresentamos nesta Casa. Estive praticamente todos os dias neste plenário manifestando minha preocupação com a educação no Brasil, com a questão da interiorização da educação, com a questão da interiorização da indústria.

Temos de manter, Senador Valdir Raupp, o homem do interior, o jovem do interior, lá no interior. Para que

ele se mantenha no interior deste Brasil é necessário que lá tenha universidade pública, é necessário que lá tenha os centros tecnológicos, é necessário que lá tenha a indústria com incentivos dados pelo Governo, para que ele tenha oportunidade de ter um emprego e não seja obrigado a se deslocar para os maiores centros do País à procura de um emprego, que pode, sim, lhe ser dado na cidade, ou na região, ou no Estado onde ele reside.

Foram muitos esses programas e projetos de lei que apresentamos nesta Casa, além também de investimentos que apresentamos por meio de projeto de lei, no que se refere à interiorização, repito, do ensino superior.

Apelei para que o programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para rede de escolas públicas de educação infantil fosse ampliado, além de me posicionar a favor da expansão do Fies, beneficiando um grande número de estudantes pobres que não têm condições de pagar uma universidade particular.

Interpus projeto visando à expansão das vagas na educação profissional, técnica, articulada com o ensino médio, aproveitando, sim, a estrutura, hoje, Senadora Vanessa – V. Ex^a que tem uma dedicação muito grande no que se refere à educação –, desse projeto. Assim, V. Ex^a terá condições, como tantos outros, de se debruçar sobre ele, pois possibilitará que a atual estrutura física existente, Senador Geovani, nas escolas públicas do Brasil seja melhor utilizada, permitindo que, em 40% daquelas instalações físicas, seja permitida a utilização de cursos profissionalizantes para treinar os jovens a exercer uma profissão.

Recursos existem, estão aí no Pronatec parte deles; recursos do FAT do Ministério do Trabalho – se estamos procurando gerar emprego e renda, vamos aproveitar o dinheiro do FAT, que é em torno de R\$40 bilhões, para que se fortaleça o Pronatec, interiorizando a educação, qualificando os profissionais e, com isso, gerando uma melhor mão de obra qualificada por todo o interior do Brasil e, além de tudo, por todo o território nacional.

São essas, Sr. Presidente, e tantas outras ações: melhoria na rede de saúde pública... Temos que melhorar o SUS; a saúde pública brasileira precisa, sim, ser melhorada. Temos, Senador Geovani, um projeto de lei que chamamos de permissão de apresentação pela população brasileira de todos os Municípios de uma emenda popular, no valor de R\$500 mil para cada Município, para diminuir a humilhação dos prefeitos das cidades pequenas, das cidades do interior, aqueles especificamente que não têm representantes na Câmara ou no Senado, ou que não são beneficiados por nenhum dos programas do Governo; que tenham

pelo menos o acesso a uma emenda popular, indicada essa ação pela população dos Municípios em parceria com as administrações municipais e também com as Câmaras Municipais e apresentada aqui no Senado Federal na Comissão de Legislação Participativa. Que todos esses prefeitos, esses Municípios e essa população tenham acesso ao dinheiro da União, no que se refere a um projeto de iniciativa da própria população dos seus respectivos Municípios.

Mais recentemente, visando a aprimorar o combate à corrupção no Brasil, apresentei uma proposta de emenda constitucional acabando com o foro privilegiado. Não podemos, Senadora Vanessa, permitir que continue de fato esse tratamento diferenciado com os detentores de mandato no que se refere ao fato de responderem a determinados processos somente nas instâncias superiores. Nós temos, sim, que permitir que todos respondam seus respectivos processos, como responde o cidadão brasileiro, começando na comarca e terminando, se necessário for, no Supremo Tribunal Federal. Não invertendo o papel, começando no Supremo e finalizando no Supremo.

É esse o nosso projeto de lei, com apenas, Senador Pedro Simon, uma ressalva: que o Parlamentar, o Senador ou o Ministro ou o Presidente da República, responda o processo pelo menos na comarca em que trabalha, para evitar que chovam processos por todo o interior e por todo o território nacional e inviabilize o trabalho desse cidadão Ministro, Deputado ou Senador. Portanto, que ele tenha condições de responder os processos na comarca ou na cidade em que trabalha, mas começando pela primeira instância, onde começam também os processos contra qualquer cidadão comum deste País.

Além disso, abordei muitos outros assuntos em minha trajetória nesta Casa. Aplaudi o Governo Federal e a Presidenta Dilma, como todos têm conhecimento, em tudo aquilo que de fato engrandecia e possibilitava a melhoria da sociedade brasileira, procurando fazer de fato aquilo que o Governo tem o dever de fazer em favor da sociedade e da sua própria população.

A intenção da Presidenta, como todos nós sabemos, é fazer com que o Brasil se desenvolva, principalmente quando viu o empenho do atendimento aos mais carentes, no que se refere às ações do Governo beneficiando ou direcionando as ações para os mais pobres do Brasil. Nós, sim, testemunhamos isso. Por isso que defendi, durante todo esse tempo, não só do Governo da Presidenta Dilma como também do governo do ex-presidente Lula, nas missões que ocupei e também nas oportunidades que tive, porque senti, Senadora Vanessa, que estava sendo justo com aquilo que, na verdade, a população paraibana me deu, que

foi um mandato para defender os interesses do meu Estado e do meu País.

Venho apoiando a nossa Presidenta na luta pela moralidade, tanto que no início deste semestre me pronunciei, chamando a todos para a luta contra a corrupção, contra políticos que atuam ou atuaram de forma a comprometer o patrimônio público. E isso nos obriga e nos determina que, de fato, tenhamos condições de, na prática, e no exercício parlamentar, tornar público e registrar o nosso próprio posicionamento.

Por isso, Sr. Presidente, é que não preciso mais me alongar, apenas acreditando ainda na Justiça do nosso Brasil e nos princípios da moralidade pública, voltarei, sim, Senador Raupp, a esta Casa, porque confio, sim, no Direito; confio, sim, nas decisões judiciais que ainda estão pendentes e confio também na decisão popular do nosso povo, o Estado da Paraíba.

Agradeço a todos que me apartearam e agradeço, enfim, a todos aqueles que estão nos assistindo.

Sinto-me, repito, Senador, Geovani, com o dever cumprido. Exercerei, sim, o meu trabalho de simples advogado, de defensor público e de trabalhador brasileiro. Mas, na mesma linha, com a cabeça erguida, com os mesmos posicionamentos e com os mesmos ideais. O Brasil precisa, sim, ser defendido pelos homens de bem.

Não vamos permitir que os corruptos tomem conta do Poder Público; não vamos permitir que aqueles que, de fato, não merecem exercer mandato e, além de tudo, que denegriram a imagem do seu Estado e do próprio Brasil, exerçam com a cara daqueles que, de fato, merecem o apoio popular e o respeito da população brasileira.

Despeço-me, repito, de V. Ex^a e de todos dizendo que o nosso trabalho continua e continua, sim, porque temos muitas missões a cumprir em favor do meu Estado, em favor da Paraíba, em favor daqueles que acreditam e sabem que o Brasil é e será sempre de todos nós, brasileiros.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Wilson Santiago, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geovani Borges.

O SR. PRESIDENTE (Geovani Borges. Bloco/PMDB – AP) – Senador Santiago, V. Ex^a desce dessa tribuna com a certeza e a convicção de que não cometeu nenhum ilícito. V. Ex^a sai de cabeça erguida e pode ter muito orgulho de ser um ficha limpa.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, serei breve, não utilizarei todo o tempo regimental, mas quero fazer aqui dois registros.

Primeiro, quero manifestar a minha profunda confiança no Supremo Tribunal Federal, no julgamento que deverá ocorrer na próxima quarta-feira, dia 9, quando julgará a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Foi um movimento histórico esse, em que cidadãos de todo o Brasil, liderados por entidades da maior credibilidade, como a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, a OAB, o Movimento Nacional de Combate à Corrupção, coletaram milhões de assinaturas para garantir o projeto de iniciativa popular.

E quero registrar aqui que, para apresentar um projeto de iniciativa popular, Senadora Vanessa, é necessário um número que é mais do que o dobro do número de assinaturas necessárias para a criação de um partido político. Foi o clamor da população brasileira, dos cidadãos brasileiros para melhorar a qualidade da política do nosso País. E é claro que uma das formas de melhorar a qualidade política do nosso País é melhorar a qualidade da representação política.

Pois bem. A Lei da Ficha Limpa produziu efeitos políticos importantes durante o processo eleitoral, porque muitos foram desencorajados de participar do processo eleitoral. Mas surgiu uma grande polêmica, especialmente sobre se ela já poderia entrar em vigor para aquela eleição, alguns defendendo o princípio da anualidade.

Essa questão só foi resolvida no início deste ano, quando o Ministro Fux entendeu, com o voto de desempate, que ela teria que respeitar o princípio da anualidade e, portanto, não caberia para as eleições de 2010.

No entanto, o Brasil todo aguarda ansioso – porque superada essa questão – a demonstração do Supremo Tribunal Federal no sentido de validar, do ponto de vista constitucional, a Lei da Ficha Limpa.

E quero registrar a posição do Ministro Jorge Hage manifestada recentemente, defendendo que entende os mesmos princípios da Lei da Ficha Limpa para aqueles também que vão ocupar cargos públicos, cargos comissionados na gestão pública do nosso País.

Tenho profunda convicção de que o Supremo Tribunal Federal saberá compreender e decifrar os sinais que vêm das manifestações populares em todo o Brasil e que buscam o aperfeiçoamento e a consolidação da democracia no nosso País e é, sem dúvida alguma, fundamental para a consolidação da democracia a melhoria da qualidade da representação política.

Quarta-feira, o Brasil todo estará com os olhos voltados para o Supremo Tribunal Federal, confiante de que o Supremo Tribunal Federal, fiel às suas melhores tradições e decisões, confirmará a validade e constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa.

Este era o primeiro registro que gostaria de fazer.

E quero registrar também que, nesta semana, celebramos o Dia Nacional da Cultura, que, pela primeira vez, terá uma mulher como homenageada especial, escolhida como tema da celebração da Ordem do Mérito Cultural 2011. Falo da jornalista, poetisa, escritora e revolucionária musa do movimento antropofágico, Patrícia Galvão, mais conhecida pelo pseudônimo Pagu.

Uma escolha significativa, Senadora Vanessa, no ano em que o País completa 26 anos de redemocratização e a cultura celebra seus 26 anos de Ministério.

Pagu talvez seja uma das personagens femininas mais libertárias e emblemáticas de nossa cultura e justamente por isso encarna a força simbólica, o sentido maior do que representa o Brasil de hoje e o Brasil que queremos para o futuro, um país que assuma cada vez mais a sua imensa riqueza e diversidade cultural.

Faço questão de destacar essa dimensão porque carregamos uma contradição histórica de, por um lado, sermos um dos países mais reconhecidos internacionalmente por nossa expressiva criatividade e diversidade cultural, mas, por outro lado, de também apresentarmos um dos piores índices internacionais de acesso cultural. Esse é um problema alarmante para o Brasil, que apresenta hoje um quadro de verdadeiro *apartheid* cultural, em que nem 20% da população têm acesso aos museus, teatros, bibliotecas e centros culturais do País.

Esse é um problema que pode ser mais bem enfrentado se conseguirmos consolidar bases legais que venham garantir e fazer da cultura uma pauta prioritária para o desenvolvimento do País.

Temos vários projetos importantes da cultura em tramitação no Congresso Nacional que merecem o nosso olhar, a nossa atenção especial: o ProCultura; a reforma da Lei Rouanet, que deve ampliar e democratizar o financiamento cultural do País; o Vale-Cultura, que será a primeira política pública voltada para o consumo cultural; a PEC 150, que deverá dobrar o orçamento da cultura quando aprovada; a PEC da música, da qual sou um dos signatários, que prevê imunidade tributária para a produção de DVDs e CDs de música brasileira em qualquer lugar do País, entre vários outros projetos.

Também está por vir a reforma da Lei do Direito Autoral, que vem atualizar a legislação brasileira diante da convergência digital. E esperamos garantir maior equilíbrio entre os direitos de quem cria, quem investe e quem acessa a cultura no Brasil.

Trata-se de pauta extensa da cultura brasileira e estratégica para a agenda nacional, na medida em que, juntas, trazem impactos diretos para o desenvolvimento social e econômico do País. Apenas o Vale-Cultura, por exemplo, tem o potencial de injetar, segundo o Ministério da Cultura, cerca de sete bilhões a cada ano no setor.

No último ano, conseguimos uma grande conquista, que foi a aprovação do Plano Nacional de Cultura. O plano define as diretrizes de políticas públicas culturais para os próximos dez anos, indo além de conjunturas de governos e afirmando uma agenda discutida por todo o País, com a construção de políticas efetivas de Estado, discutidas e legitimadas em todo o País, independentemente de partidos e bandeiras ideológicas.

Se considerarmos que há oito anos a cultura não contava sequer com estatísticas nacionais, com discussões em processos públicos, com gestão compartilhada, tampouco com políticas estruturais, esse avanço é inquestionável. Juntos, todos esses projetos vão representar uma verdadeira revolução cultural no Brasil. E para que representem, de fato, a visão de toda a sociedade, é importante que todos participem, acompanhem as discussões, enviem suas contribuições a esta Casa. Cresce, cada vez mais, o sentido de emergência dos valores da cultura no universo simbólico de um país mestiço, na própria economia criativa e na construção da cidadania como expressão das liberdades democráticas. Portanto, precisamos discutir, aprovar e consolidar essa pauta, para que o País e a cultura brasileira possam ocupar o lugar que merecem na vida política da Nação e no dia a dia dos brasileiros.

Para encerrar, Sr^a Presidenta Angela Portela – é uma alegria poder falar tendo V. Ex^a como Presidenta desta sessão – a decisão do Supremo Tribunal Federal, a ser proferida na quarta-feira, tem muito a ver também com a semana em que comemoramos o Dia Nacional da Cultura, porque estamos construindo uma nova cultura na relação política deste País, na relação entre as pessoas que assumem a representação política com o Estado e a Nação brasileira.

Por isso, quero reafirmar minha confiança no Supremo Tribunal Federal quanto à decisão que tomará na quarta-feira, consolidando uma nova cultura política no nosso País, que fortalece a democracia e melhora substantivamente a qualidade da representação política em nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidenta.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Geovani Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Angela Portela.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Parabéns pelo pronunciamento, Senador Rodrigo Rollemberg.

Passo a palavra, agora, à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Angela Portela. Quero também falar da minha alegria de vê-la conduzindo os trabalhos no dia de hoje.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Senador Paim, que está aqui entre nós, Senador Pedro Simon, Senador Russo, na última semana, o Supremo Tribunal Federal adotou uma decisão, em julgamento, que contribui muito para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil.

Em julgamento uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelos Partidos PPS, PSDB e DEM, que solicitavam ao Supremo Tribunal Federal a anulação de uma lei aprovada no início deste ano na Câmara e no Senado que garante a possibilidade de a Presidência da República, ou seja, de a Presidenta Dilma reajustar o salário mínimo a partir de decretos. Partidos de oposição ingressaram na Justiça porque têm o entendimento, segundo eles, de que a Constituição determina que o salário mínimo deve ser estabelecido por lei.

Entretanto, Srª Presidente, o debate foi interessante no período da discussão da matéria. Grande parte dos deputados, senadores e senadoras que concordam com a lei vieram à tribuna não apenas para defendê-la, mas para destacar que essa é uma das maiores conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras dos últimos anos. O que nós aprovamos aqui não é apenas uma lei estabelecendo um valor para o salário mínimo, mas uma lei que estabelece uma política de valorização e recomposição do salário mínimo, Senador Russo.

Nós compreendemos, entendemos e respeitamos a Constituição quando diz que o salário mínimo tem que ser estabelecido por lei, e a lei que nós aprovamos determina como política que, do ano de 2012 até 2015, o salário mínimo será estipulado levando em consideração a inflação do ano anterior e a variação do Produto Interno Bruto, ou seja, do crescimento da economia brasileira.

Portanto, não estamos delegando algo que é da competência do Parlamento brasileiro à Presidência da República. Pelo contrário, aprovamos uma lei que tem duração superior a um ano, uma lei que determina, efetivamente, a política, repito, de valorização e recomposição das perdas salariais sofridas pelo salário mínimo nesses últimos anos.

Repito que isso representa uma das maiores conquistas dos trabalhadores nos últimos tempos, visto que, pela primeira vez, esse critério foi utilizado, foi estabelecido em decorrência de um acordo celebrado entre todas as centrais sindicais do Brasil e o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu mesma, Srª Presidente, represento a bancada do PCdoB e, como bancada, tínhamos, tramitando no Congresso Nacional, um projeto de lei com o mesmo conteúdo, um projeto de lei estabelecendo uma política de valorização do salário mínimo.

Então, quero aqui saudar todos os ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal pelo que considero uma decisão extremamente acertada. Eles apenas reforçaram aquilo que todos nós dizíamos. A Presidência da República escreveu, no encaminhamento, na mensagem enviando o projeto ao Congresso Nacional, o que foi base de muitos dos nossos pronunciamentos, dizendo que, em momento algum, estávamos abrindo mão do nosso direito de legislar, mas tão somente aprovando uma lei com um tempo de duração maior.

Com a decisão do Supremo que confirma a aprovação pelo Senado e pela Câmara da lei que determina a política de reajuste do salário mínimo, os trabalhadores brasileiros podem ter a certeza de que, não só a partir do ano de 2012, mas nos anos subsequentes até 2015, quiçá depois do ano de 2015, terão a garantia de que, a cada ano, haverá não apenas um reajuste levando em consideração as perdas inflacionárias, mas um aumento que irá para além do reajuste decorrente das perdas inflacionárias, Srª Presidente.

Ainda nesse mesmo aspecto, porque falo dos trabalhadores, Presidente Angela Portela, quero aqui comentar questões relativas a uma pesquisa que foi feita pela Central Única dos Trabalhadores, dando conta de um comparativo entre a situação dos trabalhadores contratados diretamente por empresas no setor privado e os trabalhadores terceirizados. É uma pesquisa muito importante, que é uma prova cabal disto que dizíamos: infelizmente, a terceirização da mão de obra não tem sido boa para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Pelo contrário, ela tem servido muito para fortalecer a situação de precariedade nas relações do trabalho. A pesquisa leva em consideração principalmente quatro aspectos, analisando comparativamente os trabalhadores terceirizados e aqueles contratados diretamente por empresas. Levou em consideração o valor dos salários recebidos por ambos os trabalhadores – terceirizados e não terceirizados; levou em consideração um segundo elemento, que é a jornada de trabalho; um terceiro elemento: a rotatividade; e um quarto elemento: a incidência de acidentes de trabalho.

É bom dizer que, de imediato, a pesquisa descarta a possibilidade de os índices negativos relativos aos trabalhadores terceirizados se darem pelo fato de que eles poderiam ter uma formação profissional inferior à dos trabalhadores contratados diretamente. Então, nada pode ser justificado pela menor capacitação para o trabalho, visto que a pesquisa mostrou que 61% dos trabalhadores terceirizados têm ensino médio e superior, um índice muito próximo, muito próximo ao dos trabalhadores da ativa, assim como outros índices que levam em consideração as diferenças entre um e outro trabalhador. Portanto, não há absolutamente nada – nem a formação profissional, nem a qualificação, nem a capacitação técnica – que justifique índices tão negativos em desfavor dos trabalhadores terceirizados.

Em relação aos salários, Sr^a Presidente, esse é o único item em que os trabalhadores terceirizados estão abaixo dos trabalhadores efetivos. O salário dos trabalhadores terceirizados é, em média, aproximadamente 27% inferior ao dos trabalhadores contratados diretamente – Presidente Angela Portela, 27% a menos para cumprir as mesmas funções, para desempenhar o mesmo tipo de trabalho. A média salarial entre os trabalhadores contratados diretamente é aproximadamente de R\$1.824,00, enquanto que a média salarial dos terceirizados é de R\$1.329,00 – repito: 27% a menos.

Quanto à jornada de trabalho, há outro dado esbarrecador. Os trabalhadores terceirizados, Srs. Senadores, Senador Paim, possuem uma jornada semanal de trabalho, em média, superior a três horas comparada à dos trabalhadores contratados diretamente. Trabalham, em média, três horas a mais do que trabalham os trabalhadores contratados diretamente, o que significa dizer que, se não fosse a existência de tantos terceirizados no Brasil, poderiam ser abertas aproximadamente 800 mil vagas no mercado de trabalho!

Esse é um dado que deve ser levado em consideração e que eu considero extremamente grave, além, obviamente, dos salários a menos que recebem os terceirizados.

Em relação à rotatividade – outra questão gravíssima, Sr^a Presidente –, entre os trabalhadores terceirizados, gira em torno de 45%, contra uma média de rotatividade dos diretamente contratados de 22%, o que significa que a média de permanência no emprego de um trabalhador contratado diretamente é de 5,8 anos, contra 2,6 anos de um trabalhador terceirizado.

Por fim, acidentes de trabalho. Também nesse item os trabalhadores terceirizados apresentam índices preocupantes, muito mais preocupantes se comparados aos trabalhadores contratados diretamente. A média de acidentes de trabalho sofridos por terceirizados é muito maior. Eu poderia aqui pegar inúmeros exem-

plos, mas citarei apenas um. Na refinaria da Petrobras na cidade de Manaus, há estes dois tipos de trabalhadores: aqueles que são contratados diretamente pela empresa Petrobras e os contratados por empresas terceirizadas. A média de acidentes de trabalho dos contratados por empresas terceirizadas é muito superior à dos trabalhadores contratados diretamente.

Isso, Sr^a Presidente, nos remete... Eu vou apresentar um requerimento à Comissão de Assuntos Sociais da Casa para que possamos debater, com maior profundidade, esses dados que considero extremamente negativos, extremamente prejudiciais a uma parcela muito grande e importante de trabalhadores e trabalhadoras no nosso País. Afinal de contas, percebemos o quanto a economia avança no País apesar da crise. A economia avança, mas infelizmente o avanço alcançado pelos trabalhadores não só quanto aos ganhos salariais, mas na qualidade do trabalho não tem acompanhado esse mesmo crescimento. O que tem avançado muito é a rentabilidade das empresas, a lucratividade, em detrimento das boas condições de trabalho para os trabalhadores brasileiros. Então, deveremos, em breve, debater com mais profundidade esse tema na Comissão de Assuntos Sociais.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr^a Presidente, peço somente um minuto a mais a V. Ex^a para concluir. Quero aqui apenas registrar que, nesse último final de semana, dias 5 e 6, último sábado e domingo, nós realizamos, na cidade de Manaus, capital do Amazonas, a XVI Conferência Estadual do Partido Comunista do Brasil.

O Partido reuniu em torno de 370 delegados de todo o Estado do Amazonas. Lá se fizeram presentes delegados de 41 dos 61 Municípios do Estado, e fizemos uma avaliação dos trabalhos do nosso Partido, uma avaliação crítica, assim como aprovamos o planejamento para os próximos anos. Debateremos, obviamente, a nossa participação nas eleições próximas, assim como nas eleições de 2014. Participaram da abertura da nossa Conferência companheiros e companheiras de vários partidos políticos aliados – e eu gostaria de citar aqui o Partido dos Trabalhadores. Lá esteve o Senador João Pedro, representando o diretório estadual; lá esteve também, honrando o ato de abertura da nossa conferência, o Governador Omar Aziz, que se filiou recentemente ao PSD, além de vários outros partidos, amigos e irmãos que compartilharam, com mais de 400 pessoas, de uma conferência que, para nós, tem uma importância fundamental.

Elegemos a nova direção, que deverá conduzir os trabalhos do partido nos próximos quatro anos no

Estado do Amazonas, e, com muita alegria, registro aqui que mais de 30% da direção é composta por mulheres, Srª Presidente.

Então, quero desejar à nova direção, da qual faço parte, sucesso e que possamos continuar ajudando o Brasil e, sobretudo, o Estado do Amazonas a continuar trilhando no caminho do desenvolvimento e oferecendo à população uma qualidade de vida melhor da que tem hoje.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. Parabéns por seu pronunciamento.

Agora, com a palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Angela Portela, Srªs e Srs. Senadores, amanhã a Comissão de Assuntos Econômicos volta a discutir um tema fundamental para o País. Pela quinta vez, estará na pauta para ser votado o Projeto de Resolução 42, de 2011, do Senador Casildo Maldaner.

O projeto, relatado pelo Senador Romero Jucá, dispensa os Estados e Municípios de comprovarem plena regularidade financeira na renegociação de débitos com as instituições credoras.

A flexibilização dos critérios de adimplência dos entes federados é questão complexa e abrange diversos aspectos; por isso, imagino, esse debate tenha tido tantas idas e vindas.

Diversos governadores estão clamando pela reorganização do perfil da dívida e pela redução do repasse dos juros. Aqui nesta Casa, tenho visto a manifestação de alguns Senadores pedindo a definição de novas bases de juros e correção da dívida dos Estados e Municípios para com a União. Este assunto é extremamente relevante para a sociedade brasileira, e venho a esta Tribuna hoje, Sr. Presidente, para aderir a esta reivindicação urgente.

No meu Estado, o Mato Grosso do Sul, 15% da arrecadação anual vai para o pagamento de juros da dívida com a União, que chega a R\$ 6,6 bilhões. Somos o segundo ente federativo com maior dívida com relação à receita. Em 2010, o Estado desembolsou R\$ 639 milhões só em pagamento de juros da dívida. Para 2011, a projeção é ainda maior: R\$ 700 milhões. Por mês, o governo paga entre R\$ 60 e R\$ 70 milhões ao Governo Federal.

Acho importante, Srs. Senadores, lembrar aqui um fato histórico: esta dívida foi criada basicamente nos anos 80 por conta da falta de cumprimento por parte da União de repassar recursos previstos na Lei

Complementar número 31 que criou o Estado de Mato Grosso do Sul.

Em vez de o governo federal repassar as verbas previstas no decreto originário, houve praticamente uma imposição para que fizéssemos empréstimos externos para cobrir as necessidades de implantação da infraestrutura necessária para colocar o Mato Grosso do Sul em funcionamento.

Infelizmente, até hoje não foi possível fazer um encontro de contas que viesse a reduzir nossa dívida e, com isso, o peso dos juros que pagamos sobre ela.

O Governador André Puccinelli, vem, nesse sentido, com justa razão, reivindicando a alteração do índice indexador da dívida a fim de reduzir de 15% para 9% o comprometimento da receita do Estado.

A medida é necessária para que Mato Grosso do Sul possa investir mais em áreas carentes como infraestrutura e habitação. O Estado já chegou a comprometer 18,6% de sua arrecadação anual para pagar a dívida com a União. Nosso governador chegou a classificar essa cobrança extorsiva de juros como agiotagem.

De acordo com o parecer sobre a prestação de contas do Governo, de 2010, o saldo da dívida ativa passou de aproximadamente R\$ 567 milhões para R\$ 3,5 bilhões em uma década. Essa dívida está sendo cobrada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), mas os óbices de ordem jurídica têm dificultado a aceleração desse processo.

Caso o Governo Federal concordasse em diminuir o comprometimento para 9%, o Estado economizaria R\$ 20 milhões mensais e R\$ 240 milhões anuais. Os Estados já analisam a possibilidade de criar um fundo social para que o dinheiro seja aplicado em educação, saúde e habitação, caso o Governo Federal concorde com a redução do percentual.

O Mato Grosso do Sul foi um dos primeiros a renegociar a dívida, pois estava inadimplente. No entanto, a projeção frustrada de crescimento nacional de 4% ao ano acabou se transformando em fator negativo, pois não houve amortização e apesar de os juros serem pagos, a dívida continua aumentando.

Para o Governador André Puccinelli, um dos principais desafios do seu governo é manter as contas estaduais equilibradas num período de instabilidade mundial.

Senhora Presidente, estes são os dados de um Estado do centro-oeste. Tenho a certeza de que Senadores de diversas outras unidades da federação poderiam, assim como eu, estar aqui relatando exemplos até piores de como os juros cobrados pela União – entre 17% e 20% – têm prejudicado o desenvolvimento regional e o atendimento à população em questões essenciais.

Atualmente, os juros da dívida são calculados pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços e Disponibilidade Interna), somado a 6%. Muitos Governadores querem trocar o índice, que seria baseado no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), somado a outro percentual a ser definido.

O PL nº 5.879, apresentado pelo então Senador Osmar Dias, em 2001, sugere esta alteração e muda a correção das dívidas estaduais com a União. Hoje, depois de 10 anos tramitando no Congresso, o projeto está pronto para ser votado no Plenário da Câmara dos Deputados. Se aprovado, poderá ser sancionado pela Presidente da República.

A mudança pode ser benéfica de 1998 a 2010: o IGP variou 206% enquanto o IPCA oscilou 122%.

A correção da dívida pelo IGP-DI, em minha opinião, é uma forma inadequada e incorreta de corrigir as dívidas dos Estados que, em última instância, acabaram contribuindo com a melhoria das finanças públicas da União.

Em junho, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, acenou com a possibilidade de manter os índices atuais, mas criar um teto para a correção que poderia ser a taxa básica de juros, a Selic. O objetivo é justamente deter um pouco o rápido crescimento das dívidas. Além da inflação, os contratos estaduais prevêm uma taxa de juros de 6% ao ano.

Hoje, o Brasil vive uma realidade econômica muito diferente da do final da década de 90, quando foi instituído o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Em 1997, a Selic, estava em 38%. Hoje, a taxa básica de juros está em 11%. Como se pode ver, a conjuntura é mais amistosa, mas ainda estamos presos a regras e critérios do passado.

Este assunto também nos leva a uma reflexão sobre a necessidade de reformular o Pacto Federativo; de reduzir a carga tributária por meios dos impostos federais como IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e Imposto de Renda; de redefinir a cobrança do ICMS; de elaborar uma reforma tributária efetiva e consistente, entre tantos outros assuntos relacionados.

Quero aproveitar para destacar um excelente trabalho que foi realizado pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa do Senado, neste ano, sobre o Fundo de Participação dos Estados que discute sugestões de novos critérios de partilha do FPE para atender a determinação do Supremo Tribunal Federal.

Aconselho a leitura deste material porque ele será muito útil no debate que vamos travar nesta Casa. Como sabemos, teremos que alterar as regras de cotas fixas na distribuição do FPE, pois elas contrariam o caráter equalizador do Fundo, visto que prejudicam os Esta-

dos que tiveram crescimento acelerado da população e queda da renda *per capita*. Por essa razão, o STF declarou inconstitucional o atual método de partilha e fixou prazo até 31 de dezembro de 2012 para que o Congresso aprove nova regra.

No entanto, alterações no sistema tributário brasileiro e nas regras de partilha de recursos entre membros da Federação dificilmente são aprovadas por falta de consenso. Por isso, a determinação do Supremo abre uma janela de oportunidade para o aprimoramento do Fundo de Participação dos Estados.

Esperamos que o Mato Grosso do Sul possa ser contemplado com mais recursos provenientes dessa fonte, visto que hoje somos extensamente prejudicados pela regra de cota fixa.

Na repartição do bolo do fundo recebemos 7% dos recursos, enquanto que nossos vizinhos Goiás e Mato Grosso recebem, respectivamente, 8,2% e 10%. Veja a incoerência: estamos entre os 10 Estados que menos recebem o Fundo de Participação dos Estados, ficando ao lado de Estados como Espírito Santo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Isso é uma incoerência porque o Mato Grosso do Sul não é um Estado rico e sim uma unidade federativa que depende de recursos externos para alavancar o seu processo de desenvolvimento, com regiões e micro-regiões extremamente pobres e carentes.

Por essas razões citadas, parabenizo a iniciativa dos senadores Walter Pinheiro, Delcídio do Amaral e Lindbergh Farias de sugerir a realização de um ciclo de debates sobre o novo pacto federativo na Comissão de Assuntos Econômicos.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO RUSSO (PR – MS) – Não é possível pensar em um Pacto Federativo, desconsiderando problemas que afligem gestores de norte a sul do País, como a dívida dos Estados e municípios, bem como os futuros critérios de distribuição dos Fundos de Participação; a nova partilha dos *royalties* do petróleo e as metas do Plano Plurianual 2012-2015..

Senhora Presidente, a vida acontece nos municípios: o trânsito, a violência, a falta de saneamento, o posto de saúde sem médicos, o bairro sem asfalto, o desemprego...Tudo isso impacta diretamente a vida das pessoas.

Desde que cheguei ao Senado, há cerca de 120 dias, percebi o quanto é penosa a tarefa de prefeitos que precisam vir a Brasília para “convencer” parlamentares de que as necessidades da sua cidade merecem uma emenda no Orçamento Geral da União. Sinceramente, não é justo com gestores e muito menos com a população que depende daqueles serviços para ter

uma qualidade de vida melhor. Da mesma forma, os Estados precisam de tranquilidade financeira para investir em projetos de infraestrutura e possibilitar o crescimento com justiça social.

Repensar o relacionamento entre os entes federados representa colocar o Brasil no caminho da modernidade, superando os entraves de excessiva burocracia que nos atrasa e nos paralisa diante das desigualdades regionais.

Muito Obrigado, Presidente. Desculpe-me avançar um pouco. Muito obrigado por sua paciência.

Durante o discurso do Sr. Antonio Russo, a Sra. Angela Portela deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O tema merecia essa ampliação do tempo, pela relevância que tem no caso da Federação e do pacto federativo, porque impacta diretamente a situação dos Estados, os primos remediados, e dos Municípios, os primos pobres da Federação. Está desequilibrada e fragilizada.

Obrigada, Senador Antonio Russo.

Passo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Supremo Tribunal Federal marcou para esta quarta-feira a discussão sobre a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Eu observo aqui, hoje, muitos Senadores – Senador Pedro Simon, Senadora Ana Amélia, Senador Paim – e muitos outros Senadores que já se manifestaram neste plenário, favoráveis à votação e aprovação desta lei de grande importância para a política brasileira.

Há uma grande expectativa na sociedade para que as eleições municipais de 2012 já sejam conduzidas com base nos critérios definidos pela Lei da Ficha Limpa. E o critério mais relevante é justamente o que impede a candidatura de políticos com condenação em colegiados de segunda instância.

Em um País em que vicejam escândalos envolvendo os políticos, com inevitável desgaste para todos, inclusive para aqueles que cumprem rigorosamente com suas obrigações, é fundamental dotar a Justiça de mecanismos que possam filtrar, de alguma forma, o ingresso aos cargos de poder.

Então, a Lei da Ficha Limpa, fruto de proposição legislativa que surgiu no seio da sociedade brasileira e que foi apresentada a este Congresso Nacional com mais de um milhão de assinaturas, representa uma

conquista histórica, que impõe a todos uma profunda reflexão sobre a atividade política em nosso País.

Quero, portanto, deixar aqui registrado o meu apoio à Lei e a sua aplicação, torcendo para que o Supremo Tribunal Federal tenha, nesta quarta-feira, o mesmo entendimento, sob pena de gerar grande frustração em toda a sociedade brasileira e no Congresso Nacional, porque tem muitos Senadores, muitos Deputados que estão torcendo e trabalhando para que ela seja aprovada já para as eleições de 2012.

Mas, Srª Presidenta, Srs. Senadores, eu gostaria de tocar num outro tema de fundamental importância também para o nosso País, que é a regulamentação da Emenda nº 29, a emenda que disciplina investimentos em saúde no nosso País. Definir uma correlação entre saúde de qualidade e investimento constitui questão essencial para o nosso País.

Uma criança nascida hoje em um país desenvolvido pode esperar viver cerca de dez anos mais que uma nascida em 1960. Nos últimos cem anos, o nível de morte prematura caiu pela metade. Isso se deu, em grande parte, pelas melhorias dos cuidados médicos. Assistimos, no passado recente, a avanços decisivos na prevenção e no tratamento de doenças graves, como as cardíacas ou o câncer.

Conseguimos praticamente erradicar determinadas moléstias, graças a imunizações ou a novos medicamentos. Temos hoje como tratar doenças crônicas de forma a prolongar a vida das pessoas e, em especial, melhorar sua qualidade de vida.

Com novas drogas, técnicas e procedimentos, podemos tratar essas doenças melhor do que antes. Técnicas cirúrgicas minimamente invasivas proporcionam restabelecimento mais rápido e menos doloroso para os pacientes. Alguns que outrora sequer eram candidatos a cirurgia podem agora receber cuidados médicos eficientes.

Esses avanços têm um custo. E um custo elevado. As despesas – podemos dizer investimentos – em saúde representam em média mais de 8% do Produto Interno Bruto dos países industrializados. Ultrapassam 10% nos Estados Unidos, na Suíça e na Alemanha.

É um aumento significativo em relação aos níveis anteriores. Em 1970, os custos ligados à saúde não representavam, em média, mais de 5% do Produto Interno Bruto dos países desenvolvidos. Esse aumento se deve não apenas ao progresso registrado pela medicina, mas também às crescentes expectativas de cuidados médicos. Podemos registrar isso no Brasil, onde todas as pesquisas de opinião mostram que a saúde ocupa o primeiro lugar entre as preocupações dos entrevistados, à frente da segurança e da educação.

Decorre daí uma lição, Srs. Senadores: se os avanços tecnológicos permitem que se faça muito mais e, com isso, abrem uma nova expectativa, também precisaremos pagar mais. Será esse um problema ou uma solução? Podemos ser otimistas. Prolongar a vida com mais qualidade significa que os benefícios ultrapassam os custos suplementares, mas eles existem e é preciso lhes fazer frente. Isso coloca em discussão o papel do Poder Público. Mesmo nos países já desenvolvidos, cerca de três quartos das despesas de saúde provêm do dinheiro público. E vamos lembrar que isso ocorre no momento em que os orçamentos governamentais vêm sendo reduzidos. Até nos Estados Unidos, onde o setor privado desempenha papel muito mais importante nesse financiamento, as despesas públicas já representam 6% do Produto Interno Bruto e estão em alta. Isso explica a prioridade conferida pelo Presidente Barack Obama ao seu programa de saúde.

Esses dados não são estáticos, Sr^a Presidenta. A pressão dos custos de saúde é crescente e incessante. Como já disse a Presidenta Dilma Rousseff, não se faz saúde de qualidade sem um custo elevado. Mais do que isso, há um fator adicional a examinar. Refletindo os avanços contínuos nos cuidados médicos, haverá demanda maior pelas populações idosas. Ao mesmo tempo, a parcela da população economicamente ativa tende a decrescer em relação ao total, provocando ainda mais tensão nas finanças públicas.

Sr^a Presidenta, o Brasil registrou progressos significativos na universalização do atendimento médico. Avançou, por exemplo, na sofisticação dos tratamentos acessíveis ao conjunto da população. Não podemos perder de vista que o Brasil tornou-se o único País com mais de 100 milhões de habitantes a assumir o desafio de implementar um sistema universal, público e gratuito de saúde.

Hoje, 145 milhões de brasileiros dependem exclusivamente do SUS para sua assistência médica. Não há paralelo no mundo.

O SUS chegou à média anual de 32 milhões de procedimentos ambulatoriais, um milhão de internações por mês e dois milhões de partos. É hoje quem faz o maior número de transplantes de órgãos no Planeta. Mantém a maior rede de bancos de leite, igualmente em todo o mundo.

É quem movimenta 90% do mercado de vacinas do País. Partem dele, do SUS, 80% dos investimentos no combate ao câncer. E é ainda o responsável por 90% das hemodiálises realizadas no País. Todos eles são tratamentos de valor elevado.

Tudo isso mostra por que o SUS opera a um custo cada vez mais alto, tanto *per capita* quanto no valor total. Seu gasto em medicamentos e em equipamentos

de saúde, por ano, chega a R\$10 bilhões. Corresponde a 50% do mercado da área de equipamentos e 25% do mercado de medicamentos.

Decreto Presidencial de 28 de junho de 2011 institui mecanismos de controle mais eficazes e criou instrumentos para que o Ministério da Saúde atue na pactuação e no monitoramento das ações realizadas na rede pública, com o intuito de racionalizar esses gastos e de proporcionar maior transparência.

Entretanto, Sr^a Presidenta, justamente em função dos custos do equipamento e da pressão da demanda, ainda há problemas a corrigir. Um dos exemplos está na demora no início dos tratamentos.

É o que acontece no caso da quimioterapia. O tempo de espera médio tem sido de 76 dias. Apenas 35% das pessoas foram atendidas em 30 dias, prazo recomendado pelo Ministério da Saúde. Na radioterapia, a espera média chega a 113 dias e apenas 16% são atendidos no primeiro mês.

Sr^a Presidenta, essa lentidão se deve, reconhecidamente, às despesas elevadas e à necessidade de novos investimentos na saúde. É por isso que adquire especial relevância a discussão que agora empreendemos neste Congresso Nacional sobre a regulamentação da Emenda nº 29.

Esperamos que essa regulamentação que agora examinamos assegure à saúde do nosso País um fluxo contínuo de recursos, dando previsibilidade às contas do setor e garantindo instrumentos para que a sociedade possa cobrar o uso desses recursos.

Será possível, Sr^a Presidenta, a partir daí, disciplinar os gastos com saúde, retirando de sua base de cálculo áreas paralelas, ainda que não menos relevantes, como saneamento básico. Assim, os investimentos deverão atender exclusivamente, a partir de agora, a pré-requisitos, como sua destinação a ações e serviços de acesso universal, de responsabilidade específica do setor de saúde.

Acredito, sinceramente, que, com a regulamentação da Emenda nº 29, conseguiremos um avanço significativo para a ampliação e qualificação da assistência médica em nosso País.

Então, Sr^a Presidenta, Senadora Ana Amélia, eu queria aqui registrar a nossa grande preocupação com esses dois temas tão relevantes, neste momento, para o Congresso Nacional e para a sociedade brasileira: a regulamentação da Emenda nº 29, que destina recursos para a saúde do nosso País, da nossa população, e a aprovação, na quarta-feira, no Supremo Tribunal Federal, da Lei da Ficha Limpa.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr^a Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Ângela Portela .

São, de fato, duas questões da maior relevância. Uma diz respeito à vida, porque trata de recursos para a saúde, a regulamentação da Emenda nº 29, para garantir que a União faça a sua parte. Os Estados e os Municípios já estão fazendo a sua. Alguns Estados nem conseguem aplicar o que a lei determina, que são 12%. Os Municípios, em sua maioria, aplicam mais do que os 15% determinados pela lei. Assim, vamos corrigir essa distorção.

Agradeço a sua manifestação, endossando a sua posição sobre o desejo de que quarta-feira o Supremo Tribunal Federal, enfim, tome uma decisão que responda e corresponda ao anseio da sociedade.

Para fazer uso da palavra como orador inscrito, o Senador Paulo Paim. Pela ordem, o Senador Demóstenes Torres falará depois do Senador Paulo Paim, pela Liderança dos Democratas (*Pausa.*)

Pela gentileza do Senador Paulo Paim, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Como Líder. Sem revisão do orador) – Srª Presidente, Srªs e Srs Senadores, primeiro, quero agradecer ao Senador Paulo Paim pela gentileza que sempre demonstrou. O Senador Paulo Paim é um dos grandes tribunos desta Casa, de grande assiduidade e com projetos importantíssimos para o Brasil, a exemplo do Estatuto do Idoso, que tive a honra de relatar.

Quero parabenizar o Senador Pedro Simon pelo pronunciamento brilhante, que eu vim assistindo pelo rádio, em que ele fazia toda uma alegoria acerca da importância da lei que ficou conhecida como Lei da Ficha Limpa no Brasil. Vejam que, se a lei tivesse sido aplicada desde o ano passado, nós teríamos um novo quadro, inclusive no Senado Federal.

Vale lembrar – aqui está o Senador Pedro Taques, que é uma das figuras mais importantes do nosso Congresso e mais limpas – que Pedro Taques sofre como todo mundo sofre em seu Estado. Lá um grupo quer dar a impressão para a sociedade de que Pedro Taques é igual a todos eles. Não é. Pedro Taques é um dos grandes, um dos gigantes. Quem me ouve, no Brasil, em Mato Grosso, saiba que nós temos aqui, hoje, mais um que veio se somar àqueles que conhecem o Direito, mas que têm coragem.

Pedro Taques é um homem que tem uma vida limpa, uma vida que contribuiu para a sociedade, perseguindo criminosos, regularizando áreas que ninguém imaginava que pudessem ser regularizadas, fazendo justiça social, e hoje é um forte candidato a governador do seu Estado. Isso, certamente, incomoda a muitos, porque um homem com a estatura moral, a envergadura

dura de um Pedro Taques realmente é de fazer com que os bandidos tremam em Mato Grosso.

O Senador Pedro Simon falava, então, sobre a Lei da Ficha Limpa, que, lamentavelmente, não foi aplicada pelo Supremo Tribunal Federal. E vamos lembrar que o Supremo Tribunal Federal, é certo que sempre por uma margem estreita...

Quando nós conversamos na sexta-feira, a Senadora Presidente Ana Amélia fazia um retrato dessa lei. Eu comentava e repito aqui: foi o Supremo Tribunal Federal que mudou o seu entendimento, porque não se aplicava a anualidade, o princípio da anualidade para critérios. Portanto, todas as outras leis relativas à inelegibilidade foram feitas no ano eleitoral e foram plenamente aplicadas. O Supremo, com sua nova composição, resolveu mudar esse entendimento. E até fiz um comentário acerca do discurso do Presidente do Supremo Tribunal Federal, que já era o Presidente naquela ocasião em que tive a oportunidade de criticar, e repito a crítica.

Ele chegou a dizer que o Congresso Nacional precisava submeter as propostas de emenda à Constituição previamente ao Supremo, para saber se elas eram constitucionais ou não.

Ora, naquele caso nem o Supremo sabia, porque mudava uma jurisprudência vintenária. O Congresso seguiu o Supremo Tribunal Federal, que mudou de opinião para não aplicar a Lei da Ficha Limpa.

Então o Congresso Nacional foi coerente com o que tinha feito anteriormente. E até uma Ministra do Supremo chegou a comentar: ora, se o Presidente queria estabilidade bastava aplicar a jurisprudência vintenária do próprio Supremo Tribunal Federal.

Concedo a palavra, com imenso prazer, ao nobre colega Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Demóstenes, inicialmente quero agradecer as palavras de V. Exª e dizer que com certeza elas decorrem do coração chagoso de V. Exª, um coração grande. E não sou merecedor delas. A respeito do tema, eu falei, um pouco antes, a Senadora Ana Amélia também fez referência a esse tema. A duas perguntas a sociedade brasileira também precisa de resposta. A primeira, o Supremo pode tudo? O Supremo está acima da Constituição? O Supremo não está acima da Constituição, ele não pode tudo. E a Constituição já fez a sua opção, no art. 14, § 9º, pela proteção do patrimônio moral do cidadão que recebe o nome de vida pregressa. Portanto, a Lei da Ficha Limpa é uma causa de inelegibilidade que está de acordo com o art. 14, § 9º. O segundo ponto, princípio da presunção de inocência. Senador Demóstenes, V. Exª bem sabe, foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça: a

CCJ pode recusar um indicado do Presidente da República para o Supremo por entender que o indicado não tem idoneidade moral. Isto ofende o princípio da presunção de inocência?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Aliás, tive a honra de ser o Relator da Lei da Ficha Limpa aqui, a pedido inclusive do próprio Senador Pedro Simon. Nós imaginávamos que não teríamos aquela facilidade para aprovar, Senadora Ana Amélia, a Lei da Ficha Limpa, e aprovamos por unanimidade, como V. Exª bem lembrou na sexta-feira.

Eu creio, sinceramente, que, no julgamento que o Supremo Tribunal deve iniciar depois de amanhã – e deve até concluir depois de amanhã, porque as propostas são bem repisadas dentro do Supremo Tribunal Federal –, pela constitucionalidade integral da lei, nós vamos ter o placar de sete a quatro. E explico.

O Ministro Dias Toffoli, embora dizendo que não aplicava de imediato a lei, disse reconhecer que a lei era constitucional. E o Ministro Fux, que também desempatou para que a lei não fosse aplicada na eleição passada, fez rasgados elogios à lei.

Então, acredito firmemente que se somarão aos cinco votos esses outros dois e que nós teremos o placar de sete a quatro, pelo reconhecimento da constitucionalidade da lei.

Então, Senador Pedro Simon, estaremos com V. Exª em tudo o que promover. Amanhã V. Exª terá um evento de que vamos participar. Na quarta-feira, se dermos conta, se não houver votação de medida provisória ou algo semelhante, nós sabemos participar do julgamento, porque acho que é uma maneira não de pressionar o Supremo Tribunal Federal, mas de fazer com que aquela nossa compreensão, aquele nosso entendimento...

E, como disse o Senador Pedro Taques, o Supremo tem mudado muito de opinião, enquanto nós seguimos muito a opinião do Supremo Tribunal Federal – e deve ser assim mesmo. Só que, muitas vezes, o Supremo nos deixa pendurados na brocha, não é? O Supremo, por vinte anos, decide da mesma forma. E nós fazemos uma lei do jeito que o Supremo decidiu sempre. Aí o Supremo muda de opinião, ficamos, o Congresso, em desacordo com o novo entendimento do Supremo e fica a sociedade desprotegida, porque pessoas que não deveriam estar na política, infelizmente somos obrigados a conviver com elas, muitas vezes, no dia a dia.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Felicito V. Exª. V. Exª sabe a admiração e o respeito que lhe tenho. Olho o seu mandato, a sua atuação, a compe-

tência com que V. Exª o exerce. E veja que, de certa forma, eu vou aconselhar o meu filho de que, se ele quiser fazer política, não adianta ser advogado, que seja procurador ou promotor pelo menos, porque vejo que os dois têm uma superioridade de competência que realmente me impressiona. Mas eu dizia, em aparte ao Pedro I e agora repito a V. Exª, que V. Exªs, os dois, têm sobre nós, os outros, uma grande importância de comportamento. V. Exªs vieram de lá. V. Exª, como Procurador, como Procurador-Geral, teve um mandato em que viveu e exerceu isso. E o nosso companheiro Senador de Mato Grosso, então, é de ontem, com um mandato até mais agitado. Ele se envolveu em lutas mais duras. Então é importante o pronunciamento de V. Exª, é importante o pronunciamento de Pedro Taques, porque vocês falam ao Supremo em igualdade de condições, quer dizer, não são como eu, Pedro Simon, com 60 anos de vida pública só falando em política, política, política.... Não, vocês vêm lá de dentro. Vocês têm uma responsabilidade talvez maior do que a do próprio juiz, que é fazer a denúncia, fazer o lado ruim, o lado difícil, que é defender a sociedade. Eles podem absolver, têm a liberdade, a tranqüilidade. Muita gente não entende isso. Se o juiz, na dúvida, absolve, V. Exª na dúvida tem de apresentar denúncia para, durante o processo, a gente buscar a verdade. Essa é uma missão... Eu, por exemplo, não tenho capacidade para fazer isso. Eu, na meia dúvida, já absolvo, mas isso dá importância aos pronunciamentos de vocês dois. Acho que o Ministro do Supremo deve pensar, refletir: esse é um colega meu, é um cara que está na minha situação. O que a gente vê, e eu acho uma coisa muito estranha, que me deixa magoado, é de repente fazer uma defesa de princípio bonita, sob o ponto de vista intelectual, e ouvir dizer: você, tal de Pedro Simon! Você agora esqueceu os direitos humanos, o direito à liberdade, o direito *in dubio pro reo*? Acho que não é por aí. Eu digo com toda a sinceridade: não é por aí. Eu me considero, no fundo da minha alma, *in dubio pro reo*, defender o direito do cidadão em todas as circunstâncias. Mas não são essas as coisas que estão acontecendo hoje no Brasil. Não vemos nenhum cidadão, rico ou pobre, que está sendo injustiçado pelas decisões judiciais; o que nós vemos é rico que está sendo injustiçado pela não decisão, pela não tomada de posição, pela coragem de decidir. Eu vejo, às vezes com o maior respeito e não discuto, um cidadão que ganha o teto pedindo mais. É até um direito pedir mais, mas se olhar... Uma vez apresentei um projeto de lei que diz que o salário de um Senador não pode ser vinte vezes maior do que o menor salário. Houve gente que me chamou de demagogo, de ridículo e não sei o quê. Até me indagaram: “Senador, como V. Exª quer

que um Senador viva com vinte salários mínimos?”. Eu respondi: “Mas acho que a pergunta não é essa. O que V. Ex^a teria que me perguntar é: Senador, como é que um trabalhador vive com um salário mínimo?” Então, nesse sentido, acho que está faltando um pouco de profundidade na análise dessa agenda, mas V. Ex^a e o Pedro I têm demonstrado essa profundidade com muito respeito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Tenha certeza de que V. Ex^a é, para nós, o Pedro II, com todo respeito ao nosso Senador Pedro Taques, porque Pedro II, com certeza, na minha opinião, foi o maior estadista deste País.

Senadora Ana Amélia, peço a V. Ex^a só um pouco de tolerância para fazer este pronunciamento. Em seguida, teremos a palavra do Senador Paulo Paim e do nosso grande ex-Governador do Amazonas, nosso amigo Eduardo. Rapidamente tentarei concluir, fazendo uma análise do que aconteceu com o Enem e com o último Enade.

Na semana passada, quatro milhões de estudantes, Sr^a Presidente, entre os cinco milhões de inscritos se submeteram ao Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Ontem, 376 mil formandos foram testados no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o Enade. Hoje começou a Prova Brasil para mais de cinco milhões de alunos que estão no 5º e 9º anos do ensino fundamental. Neste segundo semestre, três milhões de crianças do 2º ano da alfabetização de escolas públicas fizeram a Provinha Brasil.

São muitos os testes, e em todos eles o grande reprovado é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Inep, órgão do Ministério da Educação. Ou muda-se a política ou rebatiza-se o instituto, porque o grande educador Anísio Teixeira não merece o que estão fazendo nos exames nacionais.

Dias atrás, estive aqui, nesta mesma tribuna, para criticar o Enem, analisando os testes de 2010. Hoje, vamos ver algumas perguntas de 2011. Ainda não foram divulgadas as provas do Enade aplicadas no fim de semana, mas o conteúdo deve ter repetido a edição anterior.

O Enade é obrigatório e, oficialmente, tem como principal função avaliar o nível das universidades brasileiras e a capacidade técnica dos futuros profissionais. Na prática, assim como o Enem, o Enade compactua com a baixa qualidade do ensino superior e tenta instaurar nos jovens o germe da militância partidária.

Na edição deste ano, a desorganização levou estudantes do Espírito Santo a perderem o Enade. No mesmo molde de incompetência do Enem no Rio de

Janeiro, o cartão com o local de prova estava com o endereço errado.

Mas os problemas do Enade, Sr^a Presidente, assim como no Enem, são muito maiores que as imperdoáveis falhas burocráticas. Na edição de 2010, o Enade avaliou dezenove cursos de A a Z, de agronomia passando por medicina até zootecnia. Nas quarenta questões, dez eram comuns a todas as áreas, e trinta, específicas, tendo, em cada parte, duas discursivas.

A questão nº 2 de formação geral é um atentado a quem está ingressando no mercado de trabalho. Depois de apresentar uma charge, na qual quem não opta pela ponte da ética cai de um despenhadeiro, os alunos são obrigados a apontar, entre cinco alternativas, as que melhores representam a ideia da imagem. No gabarito do Inep, a alternativa correta é a letra a, com as afirmativas I e II. A primeira merece destaque. Ela diz – e leio textualmente:

“A ética não se impõe imperativamente nem universalmente a cada cidadão; cada um terá que escolher os seus valores e ideias, isto é, praticar a autoética”.

Então, Sr^a Presidente, o Governo Federal, utilizando humor infantil, afirma a milhares de estudantes que os códigos de ética são opcionais. Essa é a lógica de uma administração apodrecida que quer socializar seus furúnculos ideológicos aplicando um Enade purulento. Os futuros médicos e os demais profissionais aprendem que os valores arraigados no ofício são uma questão apenas de foro íntimo. Com isso, o Inep tenta tornar as más práticas da equipe da Presidente Dilma Rousseff uma opção a ser seguida ou não pela juventude. Nada mais natural para o Governo! Nada mais abjeto para o Brasil!

A pergunta nº 3 do Enade, Sr^a Presidente, repete o vício identificado no Enem: a demonização dos produtores rurais e o endeusamento dos sem-terra. Nos dois exames, o Inep joga os estudantes contra quem faz do seu suor o equilíbrio da balança comercial. Ao mesmo tempo, enaltece as qualidades do programa de reforma agrária, retrato acabado de uma administração que valoriza o oportunismo em vez do mérito. O enunciado da tal pergunta nº 3 do Enade joga na mesma vala áreas privadas e as que estão em diversos estágios de posse, responsabilizando-as por cerca de 80% do desmatamento na Amazônia – V. Ex^a acredita numa coisa dessa, Senador Eduardo? – do ponto de vista fundiário.

Na matemática torta do Enade, os assentamentos promovidos pelo Incra ficariam responsáveis por apenas 8% dos danos à mata nativa; as terras indígenas, 7%; enquanto as unidades de conservação ficariam com 5%. Se houvesse dados confiáveis, seria possível esclarecer que 8% do total da área agricultá-

vel significam quase todas as terras recebidas pelos privilegiados do Incra. Os sem-terra, quando recebem um terreno, não dão sossego à motosserra.

O Enade tenta mascarar as responsabilidades dos fazendeiros com as irresponsabilidades dos sem-terra. Assim, mistura os dados dos dois grupos, com ganhos para o que o exame chama de “posseiros irregulares” – os sem-terra são chamados de “posseiros irregulares” –, que, na prática, são os baderneiros do MST e quadrilhas semelhantes, pois eles comparam esses foras da lei com os produtores regularizados. Não há nenhuma linha sobre os sem-terra que devastam fazendas invadidas e laboratórios de pesquisas, os índios que vendem madeira e as transações irregulares com áreas ganhadas do Incra. Na tese do coitadismo, os sem-terra têm sempre razão. Parece até o pronunciamento que fiz aqui, um mês atrás, sobre o Enem 2010, mas me refiro ao Enade.

Não bastasse o imbróglio estatístico, o aluno ainda tem de dizer no que a questão do desmatamento está centrada. A resposta dada como correta pelo Inep é a letra c, nos posseiros e proprietários regularizados porque “não estão integrados aos planos de manejo sustentável da terra”. Então, quem é fazendeiro é o devastador, para o Inep. O Enade quer saber se o concluinte de curso superior considera todos os fazendeiros incapazes de manejar a propriedade. A culpa não é da falta de fiscalização do Governo, mas dos produtores, regularizados ou não, que não têm consciência ambiental suficiente, segundo o Enade. Esse é o pagamento que o produtor rural recebe por alimentar o Brasil e transformá-lo num celeiro do mundo.

A questão seguinte, a número 4, trouxe uma pesquisa do IBGE mostrando que, conforme aumenta o grau de instrução dos trabalhadores, maior é a diferença salarial entre os gêneros. Depois o estudante analisa quatro opções e identifica as corretas. O gabarito dá como certa a letra e, afirmativas I, III e IV. A número III afirma:

“No Brasil, a desigualdade social das minorias étnicas, de gênero e de idade não está apenas circunscrita pelas relações econômicas, mas abrange fatores de caráter histórico-cultural”.

Os organizadores do Enade, Sr^a Presidente, se esqueceram de consultar o IBGE para saber que as mulheres são a maior parte da população brasileira, que não temos guerra racial e que é a Fifa, e não a sociedade, que está contra o Estatuto do Idoso. Uma tentativa ridícula de politizar a estupidez de empregadores preconceituosos utilizando jargões de militância.

E assim continuam as questões de múltipla escolha, que dariam um tratado sobre a maldade contra os alunos.

As questões dissertativas são um caos à parte. A número 9 apresenta as acepções de democracia e ética de acordo com o dicionário. O avaliado, então, deve escrever um texto sobre o tema Comportamento Ético nas Sociedades Democráticas abordando os seguintes aspectos: conceito de sociedade democrática; evidências de um comportamento não ético de um indivíduo e o exemplo de um comportamento ético de um futuro profissional comprometido com a cidadania.

A construção do enigma leva o universitário a pintar a figura de um pequeno revolucionário de *shopping center*. Todas as exigências para o texto são a cara da base aliada do Governo, e não há alternativa para o aluno a não ser repetir no papel a doutrinação à qual foi submetido durante o ensino médio e o terceiro grau. Não há qualquer sentido acadêmico na pergunta a não ser identificar se o aluno tem a consciência política estabelecida pelo Governo. Um ongueiro do segundo tempo acertaria na mosca caso fosse alfabetizado na Escolinha do Professor Agnelo.

A pergunta número 10, também discursiva, é simplesmente uma peça de propaganda oficial. Ela apresenta os dados do Plano Nacional de Educação para a Educação de Jovens e Adultos. Afirma que o fracasso do projeto foi porque “a esmagadora maioria dos Municípios e Estados não aprovou uma legislação que garantisse recursos para cumprir suas metas” – citei literalmente a mentira que está na prova. Jogou nas costas dos Municípios e dos Estados, Senadora Presidente.

Pode ser que alguma cidade não tenha alíquota definitiva, mas uma pesquisa rápida nas constituições estaduais mostra que, além dos 25% previstos na Carta Magna, as unidades da Federação estão obrigadas por suas próprias leis a investir em determinados setores do ensino. Não necessariamente no EJA, como quer o Governo Federal, mas aplicam seus esforços na reparação histórica com quem deseja recuperar na escola o tempo perdido. Se prefeitos e governadores têm dificuldades, a União também apronta muito nesse setor, delegando tarefas sem a devida verba para executá-las. Depois de ler na prova do Enade a alevisia contra suas cidades, o estudante deve fazer uma redação sobre o seguinte tema: “O desafio, hoje, não é só matricular, mas manter os alunos da Educação de Jovens e Adultos na escola, diminuindo a repetência e abandono”.

O texto deve incluir, Senador Magno Malta, a “associação entre a escola e o trabalho na vida dos estudantes do EJA” e “uma proposta de ação que garanta a qualidade do ensino e da aprendizagem e diminua a repetência e a evasão”. Estou lendo a transcrição da prova. Em suma: o Enade quer que os universitários

façam aquilo que o Governo não foi capaz, embora atribua a culpa aos Estados e Municípios.

Depois de mensurar o grau de militância do aluno com as 10 questões gerais, chega a vez do componente específico do teste. Não importa se o formando é da área de humanas, biológicas ou exatas, o nível de doutrinação só aumenta. O enunciado da pergunta número 11 da prova para assistente social, Senadora Ana Amélia, afirma que o profissional deve estar embasado em clássicos para melhor atuar junto aos movimentos sociais e para auxiliar sua prática investigativa. O universitário, então, deve assinalar a alternativa que apresenta os conceitos fundamentais para a profissão, não a de agente de polícia, responsável por investigações, mas a de assistente social. A resposta correta é a letra e, que diz o seguinte: “Anomia/disnomia em Durkheim, burocracia em Weber e consciência e luta de classes em Marx”. Em outras palavras, para os responsáveis pelo Enade, o profissional do serviço social deve ser inimigo do capitalismo. Os benefícios do livre mercado para a sociedade, conceituados desde Adam Smith até Milton Friedman, são completamente dispensáveis.

A avaliação para os estudantes de educação física não permite que as limitações técnicas amenizem a doutrinação. A questão 13 da prova afirma que, “com o advento da Constituição de 1988, houve grande mudança nos parâmetros políticos e filosóficos que direcionaram o Brasil” e “a educação física passou a intensificar as atividades inclusivas”, “diagnosticando interesses, expectativas e necessidades de grupos e de comunidades”.

Essa linguagem, Srª Presidente, de panfleto do PT é toda da prova. Então, o universitário deve apontar quais ações devem ser implantadas nos programas sociais. A alternativa tida como correta é a letra c, as afirmativas III e IV:

“As que valorizem a ética coletiva em detrimento dos interesses individuais” e “contextualizados com suas realidades socioculturais e econômicas”.

Senador Eduardo Braga, venho dizendo o seguinte: a educação física deixou de ser atividade para manutenção da saúde e competição para se tornar meio de propagação do coletivismo. O próximo passo do Governo Federal é incentivar a ida de atletas esforçados para os Jogos Olímpicos, no lugar daqueles que tiverem melhor desempenho. Se a história do competidor for digna de lágrimas nos programas vespertinos, então, está automaticamente classificado. Tudo em nome do interesse social e do bem comum. O Governo dispensa o mérito em todas as áreas e, nesse ritmo, não será surpresa se o campeão brasileiro for

o time de futebol considerado mais simpático, não o que tiver mais pontos.

A prova para o curso de medicina é preocupante.

E caminho para encerrar rapidamente Senado. Dê-me mais algum tempo só para... Temos o Senador Paim e o Senador Eduardo, que já está doido para me apartear.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadores Cícero Lucena e Magno Malta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, digo o seguinte: a avaliação para os estudantes de medicina é tão preocupante quanto as outras.

O exercício número 31 deveria ser alvo de representação do Conselho Federal da categoria. Ele coloca o aluno em uma visita a um paciente “em fase terminal devido a um carcinoma metastático do reto”, e estou lendo como veio escrito na prova. O enfermo então faz um lamento sobre dores, o descaso da família e os médicos que não lhe dão remédios mais fortes para aplacar o sofrimento. Após o exame clínico, o professor pergunta ao aluno o que ele acha de tomar algum outro cuidado além da sedação do paciente. O enunciado afirma que o correto seria unir os cuidados paliativos a uma proposta mais humanizada, não por obrigação, mas como ato de respeito e solidariedade. O futuro médico deve escolher, entre as cinco opções, a alternativa c:

“Orientação e preparo da família para lidar com o processo de morte, cuidados com as necessidades básicas do enfermo, respeitando seus limites quanto à realização de reanimação”.

Vou encerrar com medicina.

Srªs e Srs. Senadores, “respeitar os limites quanto à realização de reanimação” é um jargão criminoso para simplesmente deixar o paciente morrer. A função do médico é tentar salvar até quem perdeu as esperanças, ainda mais no contexto da prova. O paciente diz:

“Peço a Deus para me levar o quanto antes. Quando os médicos vêm, imploro para que me deem um remédio mais forte para tirar a dor”.

Ele pede a Deus, Srª Presidente, que o leve, e aos médicos que façam seu trabalho. O Enade tenta incutir nos futuros médicos a ideia de que são deuses e de que é natural na medicina permitir que doentes morram por omissão. Os profissionais da área deveriam ter aproveitado as aulas do básico e feito passeata pedindo respeito do Enade à categoria. Não bastasse o absurdo ético, no patamar da questão número 2 da mesma prova, a letra b é considerada errada, apesar de ter características condizentes com a de um profissional da medicina e de ser humano. Diz a letra b:

“Atenção ao enfermo no sentido de tentar melhorar sua qualidade de vida, preparando-o para o

óbito, estimulando o emprego de todas as formas de conforto, inclusive espirituais". Está obvio que é a correta. Agora, a outra ensina o estudante a despachar o paciente para o outro lado do mundo. É uma loucura um negócio desses, inclusive é crime.

Para o Inep, o bom médico não é aquele que prepara para a vida, busca o conforto físico e espiritual do paciente, mas aquele que o deixa morrer. O americano conhecido como Doutor Morte, se ainda estivesse vivo, seria um símbolo do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Assim acontece em todas as provas dos 19 cursos avaliados pelo Enade, que deveria aferir o nível das universidades e é utilizado...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Assim acontece em todas as provas dos 19 cursos avaliados pelo Enade, que deveria aferir o nível das universidades e é utilizado apenas para formar militantes. Não é de se espantar o baixo desempenho das instituições de ensino superior brasileiras nas avaliações internacionais. O Governo trata a educação como parte do seu feudo e tenta reger seu conteúdo pela cartilha esquerdista. Não estamos formando profissionais. Estamos preparando militantes.

A parte relativa ao Enem desse ano, eu deixo para um próximo pronunciamento, e agradeço a V. Exª e a todos os Srs. Senadores pela tolerância. Muito obrigado pela gentileza.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Demóstenes, cometi aqui uma... Não violência, porque o tema merecia isso, mas, em comunicação de Liderança, o Regimento diz que não há permissão de apartes, e não fiz nenhuma objeção aos apartes que o Senador Simon e o Senador Pedro Taques fizeram a V. Exª por se tratar de uma matéria relevante. O Regimento às vezes fica menor quando a causa é maior, e a questão ética é uma causa maior. Obrigada, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. *Fora do Microfone.*) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, realizamos, na Comissão de Direitos Humanos, um belo debate sobre a questão quilombola. Em torno de três mil quilombolas estão aqui em Brasília, fizeram uma marcha hoje à tarde, pedindo, de forma definitiva, a

titulação da terra dos quilombolas. Hoje, pela manhã, tivemos essa audiência pública, com a participação de senadores, deputados e lideranças quilombolas.

Agradeço ao Senador Simon, ao Senador Cristovam, que, enquanto eu estava dialogando com o presidente da Comissão de Orçamento, Senador Vital do Rêgo, e o Relator Arlindo Chinaglia, coordenaram os trabalhos até que eu retornasse, atendendo o nosso pedido, e, no fim, retornamos, e os trabalhos terminaram – eu diria – muito tranquilos. Os quilombolas entenderam que o Estado, a União tem uma dívida secular com eles, mas que não será resolvida agora, do dia para noite. É preciso muito diálogo, muita conversa, muito entendimento, até que se construa, de forma articulada e negociada, uma saída que garanta a titularidade da terra dos quilombolas.

Estiveram presentes os representantes do Incra, da AGU, da Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), com sua Ministra, da Fundação Palmares, com o Presidente Eloi e representantes dos quilombolas, como também do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Srª Presidenta, a reunião foi ao vivo, debatemos longamente, iniciou-se às 10 horas e terminou às 14 horas. O País sabe o que lá aconteceu, e, para mim, foi positivo o resultado final.

Mas eu quero falar da reunião que tive com o presidente da Comissão de Orçamento, o Senador Vital do Rêgo, e também com o Arlindo, que é o relator.

Senador Simon, quero falar ainda do Ficha Limpa antes que V. Exª se retire, que sei tem outro compromisso, mas quero dar este informe aqui.

Tanto o Presidente Senador Vital do Rêgo, quanto o Relator Arlindo Chinaglia garantiram que, no relatório preliminar, que vai ser votado amanhã, no § 17, 1.5, e no § 17, 1.3, está assegurado que, se a Comissão do Orçamento aprovar a emenda coletiva que fiz em nome de senadores para garantir os 80% do PIB aos aposentados que ganham mais que o mínimo – e o Deputado Paulinho fez também emenda em nome de inúmeros deputados –, se essa emenda que, no fundo, é a mesma emenda, for aprovada na Comissão de Orçamento, ele acata. Isso depende, naturalmente, do diálogo que faremos com os líderes dos partidos e também com os deputados e senadores que fazem parte da Comissão de Orçamento.

É uma notícia positiva. Esses 9 milhões de aposentados e pensionistas que ganham pouco mais que o salário mínimo, a partir desse diálogo, começam a perceber que há uma luz no sentido que eles possam, em janeiro, receber a inflação mais 80% do Produto Interno Bruto, como fizemos no ano passado, mediante

um amplo acordo, que o Presidente Lula sancionou, e foi pago a partir de 1º de janeiro.

Esperamos que se repita esse fato também neste ano. Estavam nessa reunião, além de deputados, o presidente e o relator, também lideranças do movimento social, de centrais e de entidades de aposentados e pensionistas. Lembro-me da Cobap e tantas outras. À tarde, conversamos novamente e caminhamos nesse mesmo sentido. Vamos torcer para que, na votação das emendas, seja garantido o reajuste para os aposentados.

Senador Pedro Simon, antes mesmo de entrar no tema sobre o qual vou aqui discorrer, quero, mais uma vez, cumprimentá-lo, porque V. Exª, ainda no fim de semana e principalmente hoje pela manhã, fez uma convocação a este Senador para que, em nome da Comissão de Direitos Humanos, a partir do requerimento que aprovamos, encaminhado por V. Exª hoje pela manhã, marquemos uma reunião para amanhã, às 14 horas, para debater a questão do Ficha Limpa.

Na verdade, vai ser um ato de apoio ao Projeto Ficha Limpa, com a presença da ABI, convidada por V. Exª; da OAB, convidada por V. Exª; da CNBB, como também vai estar lá o representante das redes sociais, mais precisamente os internautas.

Teremos um grande momento nesta tarde de terça-feira. Tenho certeza de que inúmeros deputados e senadores estarão conosco – estamos mais uma vez convidando -, para que, a partir desse ato, fortaleçamos a decisão do Supremo - que, tenho certeza, será favorável ao Projeto Ficha Limpa -, que foi uma construção da sociedade brasileira, aprovada, por unanimidade, pela Câmara e pelo Senado.

Cumprimento todos os Senadores que usaram a palavra na tarde de hoje: a Senadora Ana Amélia, o Senador Pedro Taques, o Senador Simon, a Senadora Vanessa, a Senadora Angela Portela e, creio também, o Senador Cristovam. Todos falaram na mesma linha da importância dessa votação na quarta e da atividade que teremos amanhã à tarde, na Comissão de Direitos Humanos.

Mas, Senadores e Senadoras, venho à tribuna prestar contas - por que não dizer? -, porque fiquei no Rio Grande nesta quinta e sexta-feira – eu, que tenho procurado ficar aqui de segunda a sexta. E, quando fico lá na quinta e na sexta – e como vou repetir na semana que vem –, faço questão de vir à tribuna relatar qual o motivo da minha estada no Rio Grande.

Senador Simon e Senadora Ana Amélia, principalmente, ambos gaúchos, sabem que sempre que a gente volta ao chão do solo pátrio, eu diria, do Rio Grande, a gente traz sempre muita emoção e muito carinho pela forma com que o povo gaúcho trata todos nós.

Eu diria a todos aqueles que abracei, que beije, que, neste momento, estamos de novo aqui, cumprindo nosso trabalho parlamentar, mas os meus olhos continuam voltados para o nosso povo, para a nossa gente, para as suas lutas, na perspectiva sempre de melhorarmos a qualidade de vida, não só do povo gaúcho, mas de todo o povo brasileiro.

Srª Presidente, parece estranho, eu diria. Essas nossas vidas são estradas marcadas e cadenciadas por idas e vindas. Mas, eu diria, pelo barulho do vento, como que em silêncio eterno, a bater nos arvoredos, nas árvores, lá nos nossos pinheirais. Para quem não conhece, a araucária é árvore que dá o pinhão, e, quando ando por lá, acabo trazendo comigo, como se aqui este barulho do vento e das árvores estivesse comigo.

Eu diria que há uma cumplicidade de quimeras e esperanças nas cercanias de nossas almas, que quase se sentem embriagadas com gotas de orvalho nas tardezinhas de primavera, como esta que eu tive a alegria de passar, neste fim de semana, em Passo Fundo, em Erechim, em Ijuí, em Canoas e em Porto Alegre.

Srª Presidente, quando nos miramos ao Sul, em destino que cada um de nós sabe a importância dele, quando percebemos os rios que, como sempre, voltam ao mar, após abrir sulcos naturais na terra, semear, germinar e assim fazer a vida nascer e crescer, como foi um poema que eu ouvi lá de um gaudério de quatro costados, numa homenagem às plantações do solo gaúcho.

Parece estranho, Senador Simon, mas essas nossas vidas, eu diria, são estradas marcadas e cadenciadas.

Enfim, após o feriado da quarta-feira passada, dia em que lembramos os nossos mortos, caminhei muito pelo Rio Grande e segui as agendas pelas estradas, diria, das nossas vidas. Foram agendas para mim muito gostosas, que trataram de diversas pautas que compõem este meu mandato. Falamos de igualdade racial, mas falamos do Código Florestal. Falamos da questão sindical. Falamos da Previdência. Falamos muito do envelhecimento humano e, como eixo, do Estatuto do Idoso. Falamos dos avanços sociais do Brasil, mas também falamos que fizemos muito, mas temos que fazer muito mais. Falamos, sim, da inclusão social e tudo isso culminado com a participação, com muita alegria de minha parte, no dia 6, na 57ª Feira do Livro de Porto Alegre – o Senador Simon, seguidamente, também assina livros –, onde fiquei, como lhe dizia, Senador Simon, das 2h15min até às 7 da noite, lançando a segunda edição de um livro de minha autoria, *O Rufar dos Tambores*.

O Rufar dos Tambores, Senador, tem muito a ver com essa caminhada contra a impunidade e con-

tra a corrupção. Eu digo em *O Rufar dos Tambores*: “É preciso que a batida do tambor, que a caminhada lenta ou acelerada do nosso povo nas ruas seja ouvida, seja vista por aqueles que ficam normalmente nos palácios de Brasília.”

Senador, a Câmara de Vereadores de Esteio, na Grande Porto Alegre, me recebeu, também neste fim de semana, para eu falar sobre contribuição assistencial, mas principalmente sobre a nossa questão da Previdência, a questão dos aposentados.

Lembro-me de que, tanto em Porto Alegre quanto em Esteio, estavam os companheiros da Aerus. É de chorar quando os companheiros do Aerus nos procuram e dizem: “Senador, viemos só agradecer. Sabemos da luta de vocês.” Senadora Ana Amélia, permita-me que eu diga, Senador Simon e tantos outros Senadores que se dedicam a esta causa para encontrarmos uma saída para os companheiros aposentados da Aerus: estamos em novembro, vai chegar dezembro, e, mais uma vez, a solução não veio, e muitos já morreram!

Enfim, o evento, Srª Presidenta, foi promovido pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário, Feticom, com a presença de entidades das mais variadas categorias. Além do próprio presidente da Feticom, Aroldo Pinto da Silva Garcia, o Prefeito Municipal de Esteio, Gilmar Rinaldi, também se fez presente. Estavam nesse debate o vice-prefeito, meu amigo Costelinho; o presidente da Câmara de Vereadores, Luiz Duarte; o presidente da

Contricom, Francisco Chagas; o Secretário de Educação da Feticom, Ivo Vailatti, de Bento Gonçalves, e os vereadores do Município, José Sirlon Oliveira Ribeiro, um dos que mais trabalhou para esse evento, Ari Da Center, Therezinha Margarete Merg Heller, Felipe Costella, Jaime da Rosa Ignácio, Jane Battistello, Leo Dahmer. Houve a participação especial da ex-Vereadora Ruth de Souza.

Durante a palestra, falamos de todos os temas sobre os quais aqui discorri. Depois nos deslocamos para a Escola Municipal Maria Marques, acompanhados da Profª Fabiana. Ali falamos também, sob o olhar atento dos alunos, da importância da democracia, da importância do Congresso Nacional. Não é que o Congresso Nacional seja perfeito, todos sabem das mazelas e até mesmo das denúncias de corrupção no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, mas dizia que eles devem guardar sempre a frase “se não está bom com a democracia, muito pior sem ela”, porque, com certeza, no tempo da ditadura, era muito pior, só que a imprensa não podia falar, e o Congresso não podia se manifestar.

Ainda na quinta-feira, ao entardecer, nós fizemos uma visita à escola de samba Imperadores do Samba,

que faz um pouco, eu diria... Não é que faz um pouco, ela vai contar um pouco, eu digo, das nossas vidas na avenida, falando daqueles que lutam e fazem o bem sem interessar a quem.

Eu agradeço muito à escola, estaremos juntos na avenida. Eu apenas sou uma ferramenta desse processo, porque, quando dizem, “Paim, vão contar a tua história”, eu digo: não! Não vão contar a minha história. Vão contar a história dos trabalhadores, dos aposentados, dos deficientes, dos idosos, dos homens e mulheres que fizeram esta Nação. É isso que a escola vai retratar na avenida, e, como senador, enfim, trabalhador, eu estarei lá trabalhando junto.

Srª Presidenta, seguindo a sina dos brasileiros do Sul, dos gaúchos estradeiros, o Senador Simon escreveu até livro, cruzei parte do Rio Grande e estive lá em Passo Fundo, na região do Planalto Médio. Lá fui recebido pelo Prefeito, fui recebido pelas lideranças e por um povo muito querido, mas também quero agradecer à imprensa local pela abertura que deu para a nossa participação nos eventos daquela cidade.

Não vou esquecer que um dos maiores compositores gaúchos e um dos mais populares cantores do nosso País foi lá homenageado, o saudoso Vitor Mateus Teixeira, o Teixeirinha, e com algumas pessoas visitei inclusive a homenagem que eles fizeram para ele com um belo busto na cidade.

Enfim, o cerne da minha presença nesta cidade foi, na verdade, uma palestra, na Universidade de Passo Fundo, a UPF, a convite do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano, para falar sobre o Estatuto do Idoso e Políticas Públicas para esse segmento.

Além de acadêmicos, Professores, comunidades, alunos e trabalhadores, aposentados e pensionistas, faço referência aqui, com muito carinho, ao reitor da UPF, o reitor José Carlos de Souza, e ao Secretário Municipal da Habitação, que também estava presente, Clademir Daron, ao Coordenador Adjunto da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, o Professor Israel e o Coordenador de Mestrado e Envelhecimento Humano da UPF, Professor Astor Antônio.

Lembro aqui algumas palavras do reitor, ao dizer, em certo momento, da abertura dos trabalhos.

Temos Senador, pode ter certeza, na visão não só minha, que os três Senadores do Rio Grande são um belo exemplo à escola pública, que serve de orgulho a todos os gaúchos.

Acompanhamos o trabalho de vocês em prol de políticas bem definidas e sempre fiéis a suas raízes e à coerência.

Falou o nome dos três Senadores: Ana Amélia, Simon e este que está na tribuna neste momento – até

porque não havia como falar de mim porque eu estava lá. Tinha de se referir a mim.

Quero também agradecer ao coordenador do mestrado em envelhecimento Astor Antonio, que disse da importância das políticas públicas para a terceira idade. Diz ele: daqui a alguns anos, Senador, em 2025, teremos 14% da população deste País idosa. Em 2050, a cada cinco brasileiros, um será idoso. São damos que merecem uma enorme atenção de todo o nosso povo e nossa gente e, principalmente, dos poderes constituídos.

Há oito anos, o Presidente Lula, sancionou, no meu entendimento, uma das leis mais importantes deste País, e isso não porque foi de minha autoria. Até porque, Senador, quando eu apresentei o projeto original ele era pequeno, e o Congresso, com audiências públicas, mais que duplicou o número de artigos e, aí, aprovamos o estatuto do idoso: direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à cultura, à saúde, à Previdência, à habitação. Enfim, todo homem e mulher com mais de 65 anos de idade, que comprovar que não tem como se manter, a partir do estatuto ele vai receber da União o correspondente a um salário mínimo.

Enfatizei no debate da Previdência, como exemplo, que tanto a Alemanha, França, Estados Unidos, Argentina, Chile e Espanha contribuem para a Previdência com menos do que a metade do que nós brasileiros contribuímos. Por isso, quando vamos a um debate sobre a Previdência e vêm com a história de que é deficitária, dizem: “veja lá fora!” Mas lá não cumpram o dever de casa e nós cumprimos.

Aqui no Brasil, com certeza absoluta, podemos voltar 50 ou 60 anos atrás, que a Previdência é uma questão, sim, de gestão. Eu sou daqueles que não boto um centavo a mais: “olha, vamos criar um tributo para garantir a Previdência”. Não há necessidade! Se todos os recursos da Seguridade, onde está a saúde, a assistência e a Previdência, ficarem ali, com todas as renúncias fiscais que já foram infelizmente asseguradas, que ultrapassam a 170 bilhões, assim mesmo a Previdência continua superavitária.

É só lembrar que, nos últimos anos, o superávit da Previdência, principalmente no Regime Geral da Previdência, onde estão os mais pobres, tem sido da ordem de 14 bilhões. Só para o próximo ano, está prevista uma renúncia de 40 bilhões.

Enfim, eu queria ainda, se me permitir ainda, Sr^a Presidenta, para avançar aqui, dizer que eu não tenho nenhuma dúvida que se de fato nós permitirmos que os recursos da Seguridade, – repito: previdência, saúde e assistência – fiquem com a Previdência, disse lá e repito ali, dá para acabar com o fator, e sobra dinheiro; dá para garantir os 80%, e sobra dinheiro.

Quero dizer que participaram desse evento também outras autoridades: a Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários, Lorena Geib; o diretor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia, Márcio Leiria; o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Álvaro Della-Bonna; o coordenador do programa de Pós Graduação em Educação, Eldon Henrique.

Destaco ainda que, antes da minha palestra, o grupo vocal Tocando em Frente fez uma bela apresentação, e alunos da Escola Estadual Anna Willig apresentaram uma dança africana lindíssima, um espetáculo que levarei na minha memória.

Em Passo Fundo, quero dizer que tivemos outro grande evento, do qual, com muita alegria, a minha 1^a Suplente, Vereadora de Guaporé, Veridiana Tonini participou. Ela é professora também da universidade daquela cidade.

Quero dizer que, em Erechim, fomos recebido pelo movimento social, onde fizemos um belo debate sobre os temas sobre os quais aqui já discorri e que não vou repetir.

Quero também lembrar que o Movimento das Barragens esteve conosco e participou também, naquele momento, em um bom debate.

Concluo já – porque acelerei aqui, Senadora, entendendo que outros Senadores têm que usar da palavra –, relatando que estive em Ijuí, onde V. Ex^a já esteve, em um debate promovido pela Unimed, discorrendo sobre o tema “Novo Brasil: avanços sociais como fator de desenvolvimento”.

Foi um grande momento. O Prefeito Fioravante Batista Balim e o Vice-Prefeito Ubirajara estiveram conosco naquele diálogo, como também o Sr. Leandro Zambon e o Diretor da Unimed, Sr. Paulo Rocha.

Enfim, depois, acabamos almoçando no CTG – porque ninguém é de ferro – Piazzito Carreiro. Um belo almoço.

Concluo, dizendo que foi uma alegria ir ao Rio Grande, como também ter participado da Feira do Livro, onde estiveram algumas centenas – como eu dizia – de trabalhadores naquele ato político-cultural tão importante para o Rio Grande.

Parabéns à nossa querida Diretora do Senado, que estava lá organizando, na banca do Senado, todo o evento.

Concluo, dizendo muito obrigado pela tolerância à nossa querida Senadora Ana Amélia, porque sei que falei mais do que vinte minutos.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. sempre quando volto do Rio Grande do Sul trago junto ao meu coração o carinho daqueles que abracei e também dos que ficaram longe dos meus olhos.

Parece estranho: essas nossas vidas são estradas marcadas e cadenciadas pela sonoridade do vento como que em silêncio eterno nos arvoredos ilhados.

Há uma cumplicidade de quimeras e esperanças nas cercanias das nossas almas que nos embebeda com gotas de orvalho nas tardezinhas de primavera.

Miro o sul em destino que a mim cabe como rios que voltam para o mar após abrir sulcos na terra, semear, germinar, ver a vida nascer e crescer.

Parece estranho... Essas nossas vidas são estradas marcadas e cadenciadas... Parece estranho.

Sr. Presidente, após o feriado da quarta-feira passada, dia que lembramos os nossos mortos, fui ao Rio Grande do Sul para cumprir uma série de agendas e compromissos.

Foram agendas muito boas, que trataram de diversas pautas que compõem meu mandato: questões sindicais, previdência, envelhecimento humano, avanços sociais do Brasil, inclusão social e tudo isso culminando com minha participação, no domingo, dia 06, na 57ª (quingagésima sétima) Feira do Livro de Porto Alegre, onde distribuí mais de 1000 exemplares do meu livro *Rufar dos Tambores*.

Bem, na Câmara de Vereadores de Esteio, na Grande Porto Alegre, falei para um repleto auditório sobre o fim do fator previdenciário, contribuição sindical e estabilidade sindical.

O evento foi promovido pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário (Feticom – RS). Destaco aqui a presença de inúmeras lideranças, além do próprio presidente da Feticom, Aroldo Pinto Garcia e do prefeito municipal, Gilmar Rinaldi.

Também compuseram a mesa o Vice-Prefeito, Costelinha, o presidente da Câmara de Vereadores, Luiz Duarte, o Presidente da COTRICOM, Francisco Chagas e o Secretário de Educação da FETICOM, Ivo Vailatti.

Também participaram dos debates muitos vereadores do Município e dos mais diversos partidos: José Sirlon Ribeiro, Ari da Center, Terezinha, Felipe Costella, Jaime, Jane, Léo Dammer e houve a participação especial da ex-vereadora, Ruth de Souza.

Durante minha palestra os alunos da Escola Municipal Maria Marques, acompanhados da Prof. Fabiana, assistiram minha fala e pude ver seus olhares muito atentos.

Ainda na quinta-feira, logo após o sol se esconder no horizonte, fiz uma visita a Escola de Samba Imperadores do Samba, que no próximo ano vai levar ao sambódromo de Porto Alegre a história da vida deste senador que fala com o tema “Um leão na luta que faz o bem sem olhar a quem”.

Seguindo a sina dos brasileiros do sul, dos gaúchos estradeiros, cruzei parte do Rio Grande, em direção a querida Passo Fundo, na região do planalto médio.

Lá eu fui recebido de braços abertos por àquela carinhoso povo e muito bem tratado, não só pelas lideranças partidárias, políticas e sociais, mas como também por toda a imprensa local, televisão, rádios e jornais. É sempre prazeroso estar na terra em que há uma estátua em homenagem a um dos maiores compositores gaúchos e um dos mais populares cantores do nosso país, o saudoso Vitor Mateus Teixeira, o nosso Teixeirainha.

O cerne da minha presença nesta cidade foi uma palestra na Universidade de Passo Fundo (UPF), a convite do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano para falar sobre O Estatuto do idoso e políticas públicas a este segmento da nossa sociedade. Além de acadêmicos, professores, comunidade, aposentados e pensionistas, faço referência ao reitor da UPF, José Carlos de Souza, ao secretário municipal de Habitação, Clademir Daron, ao coordenador adjunto da 7ª Coordenadoria Regional da Educação, Israel Kujawa, e ao coordenador do Mestrado em Envelhecimento Humano da UPF, Astor Antônio Diehl.

Lembro algumas palavras do reitor, por que me senti lisonjeado com tal referência: “Temos na pessoa do senador Paim um belo exemplo da escola política do RS, que serve de orgulho para todos os gaúchos. Acompanhamos seu trabalho em prol de políticas bem definidas, sempre com muita coerência”.

O coordenador do mestrado em envelhecimento, Astor Antônio, disse falou da importância de discutir políticas públicas para a terceira idade. Daqui alguns anos, em 2025, teremos 14 % de idosos no país. Em 2050, de cada cinco brasileiros, um será idoso. São dados que merecem a nossa maior atenção.

Há oito anos o presidente Lula sancionou uma das mais importantes leis dos último cinquenta anos: o Estatuto do Idoso, no qual estão previstos direitos à vida, liberdade, respeito, dignidade, cultura, saúde, previdência, habitação, entre outros. O estatuto é claro “todo homem ou mulher com mais de 65 anos, que comprovar que não tem como se manter, têm o direito de receber um salário mínimo. Depois do estatuto, cerca de cinco milhões de pessoas passaram a receber um salário mínimo para se manter. Enfatizei, aos meus

amigos lá de Passo Fundo que a justificativa de que a Previdência é quebrada não se sustenta.

Na Alemanha, Estados Unidos, França e Argentina, por exemplo, a contribuição para a previdência é em média, a metade do que nós pagamos aqui no Brasil.

No regime geral da previdência, o superávit atual ultrapassa 14 bilhões. A grande questão é que a Previdência é usada para custear outras despesas.

Por exemplo, quando são anunciadas anistias ou renúncias fiscais para vários setores da economia, quem paga a conta é a previdência.

Só para o próximo ano, estão previstos 40 bilhões de renúncias fiscais. Disse a eles que esse debate precisa ser aprofundado e apropriado pela população.

Com relação a paridade e ao fator previdenciário disse que no legislativo, judiciário, executivo, não se aplica o fator, por isso não é justo que os demais trabalhadores tenham esse prejuízo. Quando há reajustes no salário mínimo, o aposentado que ganha um pouco mais que esse valor não tem o reajuste real, e sua aposentadoria vai sendo achatada. Lá na frente, todos vão estar ganhando somente um salário mínimo. É uma injustiça que estamos trabalhando para reverter.

Participaram também do evento a vice-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários, Lorena Geib, o diretor da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia, Márcio Leiria, o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Álvaro Della-Bonna, o coordenador do programa de Pós Graduação em Educação, Eldon Henrique.

Importante destacar que antes da minha palestra, o grupo vocal Tocando em Frente fez uma apresentação musical, bem como um grupo de alunos da Escola Estadual Anna Willig apresentou um número de dança africana. Foi, e aqui eu deixo o meu testemunho: foi um momento espetacular.

Em Passo Fundo também concedi entrevista ao vivo na rádio Uirapuru, com abrangência regional, principalmente sobre o tema Previdência. Foram diversos questionamentos ao vivo dos ouvintes.

Participei do Jornal do Almoço na RBS TV de Passo Fundo, quando falei sobre Fator Previdenciário e Aposentadoria.

Quero destacar e agradecer a contribuição da Vereadora Veridiana Tonini, que colaborou com a organização dos eventos de Passo Fundo.

Sr. Presidente, após este belo evento rumei para Erechim, onde fui recebido pelo vereador Jaime Basso, que me levou a TV Erechim para participar do Programa Perfil.

A pauta dominante foi o fator previdenciário e também o lançamento na feira do livro de POA do Rufar dos Tambores.

A seguir houve um deslocamento para o sindicato dos metalúrgicos, que é dirigido pelo Sr. Roberto Balen, onde realizamos importante reunião.

Nesta reunião fui convidado a ser o representante da agricultura familiar no Senado Federal. Pediram que meu gabinete, em Brasília, tivesse um assessor para tratar desse tema, aos moldes do gabinete do RS, que já tem essa pessoa.

Eles me entregaram um documento no qual explicitam as diferenças entre um projeto que está na Câmara de Deputados, 8023/2010, e o PL 330/2011, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Mais tarde fui ao ginásio de esportes, onde ocorreu uma palestra para aproximadamente 500 pessoas sobre: 40 horas semanais, fator previdenciário, turno de 6 horas, contribuição assistencial, aviso prévio, demissão de sindicalistas, voto secreto e Estatuto do Motorista Profissional.

A mesa foi assim composta: Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Valdecir Frare, Prefeito Paulo Pollis, Deputado Estadual Altemir Tortelli, representante da Câmara de Vereadores, Vice-Presidente, Jaime Basso, Representante do MPU– Movimento Popular Urbano, sr. Fagir, Representante do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, sra. Patrícia, Sindicato dos Bancários, sr. Paulo, Rep. do Sindicato da Alimentação, sr. Osmar, Sindicato dos Comerciantes, sr. Vilmar Krol, Sindicato do Vestuário, sra. Geraci, ATAPERS, Dóris Matte, Centro Acadêmico do Direito da URI, sr. Everton Deke.

Também houve uma grande sessão de autógrafos do meu livro Rufar dos Tambores, tendo em vista que a maioria dos presentes não poderia se deslocar para a Feira do Livro de Porto Alegre, que ocorreria no domingo, 6.

No sábado, dia 5, a convite do Espaço Social Unimed, estive em Ijuí, nas dependências do SESC, abordando o tema “Novo Brasil: avanços sociais como fator de desenvolvimento”.

Ao chegar à cidade fui recebido logo no pórtico de entrada pelas seguintes autoridades: Prefeito Fioravante Batista Balim, Vice-Prefeito Ubirajara Teixeira, presidente da UNIMED Noroeste, sr. Leandro Zambon e o Diretor da UNIMED Noroeste, Paulo Rocha. Ao chegar ao local do evento participei de uma coletiva para o canal da TV Universitária e depois me dirigi ao auditório onde fui recebido com muitos aplausos.

Falei para um público de aproximadamente 200 pessoas e depois da minha fala foi firmado o Termo de adesão da Unimed/Noroeste ao Projeto Cantando as Diferenças.

Ao término recebi uma comitiva da Universidade UNICRUZ, formada pela Magnífica Professora Doutora

Elizabeth Dorneles, pelo Presidente da Fundação, Sr. Lubardoni e pelo Prefeito de Cruz Alta, Vilson Roberto.

Eles levaram suas questões sobre o status de Filantropia e ficaram de encaminhar um email explicando melhor a situação.

Também fui conhecer o Hospital da UNIMED IJUI e Hospital Bom Pastor, que em parte ainda está em obras. O hospital Bom Pastor recebeu emenda parlamentar de minha autoria.

Almocei no CTG Piaçito Carreteiro promovido pelo diretório do Partido dos Trabalhadores com formato pluripartidário.

A mesa foi a seguinte: Fioravante Batista Balin, Prefeito de Ijuí, Ubirajara Machado Teixeira, Vice-Prefeito, Derlan Trombeta, Presidente do PT de Ijuí, Adalberto Noronha, Coordenador Regional do PT e Coordenador do Conselho Político deste senador, Leandro Zambon, Presidente da Unimed e Elton Retzfeld, Prefeito de Nova Ramada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essas minhas atividades no meu Rio Grande do Sul findaram ontem, domingo, com uma tarde de autógrafos do meu livro de memórias "O Rufar dos Tambores" na 57ª Feira do Livro de Porto Alegre. Iniciamos por volta das 14h 30min e terminamos quase cinco horas depois.

Lá estiveram presentes a Patrona Jane Tutikian, o Guri de Uruguaiiana, Jair kobe, o sempre líder Olívio Dutra e sua esposa Judith, entre outras lideranças de movimentos Sociais.

Representantes da Escola Imperadores do Samba, como a diretora social Flávia, a rainha da bateria, Raquel, também estiveram lá.

A organização da Feira pelos responsáveis: Gerson Souza, Coordenador Geral da Administração da Câmara do Livro e das Sessões de Autógrafos, Ana Toledo (Agenda) e Cleci Grande (organização da Praça de Autógrafos), foi excelente.

O Rufar dos Tambores é uma obra que foi lançada em 2006, mas continua atual, e que tem um grande significado para mim e sobretudo para aqueles que continuam coerentes com sua história.

Um pequeno trecho do livro diz assim: (...) Onde está a batida dos tambores que outrora escutávamos a exigir o fim da ditadura militar, as Diretas Já, a reforma agrária, os direitos da cidadania, a valorização do salário-mínimo, A grande virtude do homem público é a fidelidade para com a sua história, mas, sendo assim, o que dizer daqueles que a aviltam? Que a corrompem? Que a esmagam? Que a esquecem? Serão eles saqueadores da dignidade de toda uma nação?

Fico ao lado dos meus: se tiver de começar tudo outra vez, faço com a mesma paixão. A minha mensa-

gem é a minha vida...embalada caudalosamente pelo rufar dos tambores.

Era o que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Senador Paim, como o senhor sempre é generoso também com os colegas, quando preside esta Mesa, então, a retribuição lhe é dada.

Para falar, como orador inscrito, o Senador Cícero Lucena, pelo PSDB, informando que, depois de S. Ex^a, como Senador inscrito, o Senador Eduardo Braga; depois, como o orador inscrito, Magno Malta, pelo PR e também... Desculpa-me, pela liderança do PR, Magno Malta e, pela liderança do PRB, Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, Senador Cícero Lucena.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SP) – Que considere na íntegra o meu pronunciamento.

A SRª PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Conforme o Regimento, será registrada e acolhido sua solicitação, Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, pela liderança do PSDB.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho à tribuna desta Casa, Senador Pedro Simon, Senador Paulo Paim, relatar algo que está ocorrendo na minha pequena, mais brava, Paraíba.

O Estado da Paraíba, me dez meses ainda de governo, da atual administração, já teve greve de praticamente todos os setores do funcionalismo público estadual. Nesse final de semana, Senador Paulo Paim, após o Governo conseguir fazer uma licitação para divulgação social dos seus trabalhos e tudo, algo em torno de R\$ 18 milhões para ser gasto até o final do ano, resolveu – como primeira peça publicitária – emitir uma nota que eles chamam: "A Intransigência do Fisco", como nota oficial, que está saindo nas rádios do Estado, de meia em meia hora, na televisão, em todos os espaços que estavam disponíveis em um quarto dos jornais paraibanos, uma nota que, no mínimo, nós podemos dizer que é uma nota nazista, fascista e ditatorial.

Vou dar a oportunidade de ler a nota e fazer as comparações com as notas dos sindicatos representativos do meu Estado.

Nota Oficial:

Ao mês, os servidores do Fisco oficial decretaram greve e abandonaram os serviços, lacraram as repartições fiscais, até com cadeados, prejudicando abusivamente a arrecadação do Estado. Todos os seus contribuintes e até empresas paraibanos e de fora, que

ficaram impedidos de desempenhar as suas cargas. Os servidores do Fisco também não mantiveram os 30% do serviço da categoria, conforme determina a Lei.

A nota do Fisco, já em resposta a essa:

Nesta segunda-feira (7/11), a greve do Fisco paraibano completa 33 dias. Os auditores fiscais escrevem um irretocável capítulo da história de luta da entidade, com profissionais engajados no movimento demonstrando espírito de união e amadurecimento político-sindical.

Se por um lado a categoria fiscal está com 30% do contingente em atividade, o que atende à lei de greve, por outro, o Governo não dá a mínima condição de trabalho. Conforme relatos, falta combustível para abastecer as viaturas do Comando Fiscal, falta material de expediente e o número de pessoal do serviço terceirizado é reduzido. O sistema de informática está inoperante [inclusive por falta de pagamento do Governo do Estado à empresa que presta esse serviço] e o Governo, indiferente às cobranças dos auditores pelo restabelecimento dos serviços.

Basta dizer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, dos 146 cargos comissionados da Secretaria da Receita do Estado da Paraíba, todos – todos os cargos comissionados – foram entregues ao Governador do Estado, inclusive o do Secretário do Estado e do Secretário executivo. Ou seja, todos! É bom que o Brasil preste atenção: todos os cargos comissionados não se sujeitaram à imposição, à intransigência e à falta de diálogo do atual governo da Paraíba.

Continuando a nota do Governo do Estado:

Em respeito à verdade, o Governo da Paraíba leva aos paraibanos os seguintes esclarecimentos:

1 – O Governo do Estado já recebeu os grevistas e seu sindicato inúmeras vezes e, em todas, apresentou propostas de reajuste salarial já a partir de janeiro de 2012. Mas, em todas, os grevistas intransigentemente recusaram.

Qual é a verdade? A verdade, o Sindicato também esclarece:

A greve, deflagrada no dia 5 do mês passado, é tão somente para garantir o cumprimento da Lei nº 8.438/2007 (Lei do Subsídio), direito conquistado pela categoria que vinha sendo observado pelos dois últimos governos

e está sendo desrespeitado pelo Governador Ricardo Coutinho.

A Lei do Subsídio assegura à categoria fiscal reajuste anual se – veja bem! – se alcançada a meta de arrecadação do exercício anterior. No caso da arrecadação do ano de 2010, houve um superávit de 19% acima da de 2009, quando a meta que a lei estabelecia era a de 9%.

A sociedade paraibana está do lado Fisco. A greve do Fisco, inclusive, foi objeto de audiências públicas na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, na Câmara Municipal de João Pessoa e na Câmara Municipal de Campinas, as duas cidades mais importantes. Sempre o Fisco se colocou à disposição. Não houve – é verdade – proposta do Governo para que houvesse a verdadeira democracia no processo de discussão.

Primeiro, o Governador em momento algum recebeu a categoria; aliás, uma prática que já difere da sua história dita como socialista, dita como representante dos movimentos sociais, que tanto foi prometida na campanha passada, mas na prática, no dia a dia do meu Estado, o que há é intransigência, o que há é autoritarismo por parte do atual Governo.

Ainda na nota oficial do Governo, pago pelo dinheiro público, como eu disse, de meia em meia hora, nas rádios, nas televisões, em todos os espaços disponíveis e nos jornais, continua o Governo:

“Melhor do que ninguém, os servidores do Fisco conhecem as dificuldades e as limitações financeiras do Estado e sabem que tal movimento grevista está golpeando bem fundo a arrecadação do Estado. Isso pode colocar em risco os reajustes salariais de todo o funcionalismo estadual e o equilíbrio financeiro do Estado que, a duras penas, foi conquistado em dez meses de muito esforço por todos os paraibanos.

Mais uma vez, esse atual Governo, na sua prática, sempre procura arrumar culpa na administração passada e não na sua vontade de não fazer o bem.

Em resposta a isso, o Fisco disse o seguinte:

Diante da indignação, externada por todas as categorias dos servidores públicos estaduais, o Governo adotou um discurso vago que promoveria o reajuste salarial em janeiro, mas sem mencionar qualquer índice e sem pagar os valores dos reajustes aos quais têm direito os servidores desde janeiro deste ano, ou seja, menosprezando o direito do trabalhador, que é toda a política do Plano de Cargo e Carreira e Remuneração do Estado da Paraíba, simplesmente desprezando um ano sem o devido reajuste.

E mais ainda. Ele disse que o dinheiro em caixa – aqui, quem diz são os auditores fiscais –, ele quer postergar o direito, porque em caixa o Governo dispõe de mais de um bilhão de reais, disponíveis à custa de sacrifício, à custa de doenças. À custa da desestrutura financeira de várias famílias de nosso Estado é que ele vem mantendo esse recurso para sacrifício dessa família, apenas para dizer que tem um bilhão em caixa e não levar o benefício a toda a população.

Basta dizer, senhores e senhoras, que, sob o pretexto de ajustar as finanças estaduais à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governador Ricardo Coutinho não concedeu o reajuste salarial a diversas categorias de servidores públicos, a despeito de muitos terem assegurado tal direito por lei.

Além do Fisco, as entidades que têm reajustes garantidos em lei são: a Procuradoria Geral do Estado, a Controladoria de Contas Públicas, a PBPrev, a Suplan, entre outras. O que o Governo se esquece de dizer em seu discurso é que esse é um reajuste garantido em lei ou por sentença judicial, como é o caso do Ipep, o que não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu já tratei, desta tribuna, sobre o problema da Polícia. Vou relembrar mais uma vez.

O Governo passado criou uma PEC, similar à PEC 300, Senador Benedito. Essa PEC estabelecia que o policial da Paraíba, depois de dezoito meses de escalonamento, ia ganhar igual ao que ganha hoje o policial de Sergipe. Depois de dezoito meses, o policial da Paraíba com pagamentos parcelados iria ganhar o mesmo que o policial de Sergipe.

O Governo, ao assumir, alegou a inconstitucionalidade dessa lei. Mas, se ele quisesse pagar, bastava mandar esse projeto para a Assembleia Legislativa que, tenho certeza absoluta, os 36 Deputados votariam, unanimemente, pela aprovação da lei.

E, o que é pior, além de não pagar essa PEC, um direito que o policial tinha na lei anterior, que era um reajuste de 15% em dezembro de 2012, que não foi pago pelo Governo passado porque tinha sido aprovada a PEC, o policial perdeu. Há um ditado no nordeste, na Paraíba: nem mel, nem cabaça. Nem teve o reajuste da PEC, nem teve o reajuste que a lei lhe dava de 15% em dezembro do ano passado.

Os policiais entraram em greve. Sabe qual foi o diálogo do Governo do Estado? Foi mandar prender os policiais, foi entrar na Justiça e conseguir que fosse decretada a ilegalidade da lei. Mas os policiais continuam com fome e seus familiares continuam desamparados, porque não é decreto, não é lei que encham as panelas das famílias. Da mesma forma, para reafirmar o que o Fisco diz sobre a falta de diálogo do Governo do Estado, os professores também entraram

em greve e pediram o pagamento do piso salarial. E o Governo do Estado, mais uma vez, descumpra a lei e não paga o piso nacional dos professores. Sabe qual foi o diálogo deles? Cortar o ponto dos professores. Sabe qual foi o processo democrático? Entrar na Justiça e pedir ilegalidade. Agora, outras categorias estão entrando, como a do policial civil e a do Fisco. O Fisco, não, cumpriu. Tanto que, o Governador do Estado, em vez de dialogar, entrou na Justiça e não foi dada a ilegalidade da lei.

Portanto, lamento profundamente – profundamente mesmo – que o dinheiro público do Estado da Paraíba, em vez de estar pagando salário, esteja pagando a divulgação de uma nota oficial falsa – Senador Lindbergh, que é paraibano e que tem o prazer e a honra de representar o Rio de Janeiro – com o dinheiro público. Em vez de pagar o salário do Fisco, do professor, do policial, está gastando uma fortuna em nota oficial. E o que é pior: uma nota nazista, uma nota fascista, uma nota ditatorial, querendo jogar categorias, dizendo que o Fisco ganha muito. Ora, minha gente, os auditores, os agentes fiscais são concursados na Paraíba e muitos que passaram em concursos anteriores estão passando em concursos para outros Estados ou para outras categorias, desfalcando o Fisco local, exatamente pela diferença de salário que existe na Paraíba e nos demais Estados da Federação brasileira.

E ele fica querendo jogar a categoria do Fisco, que conhece os números, que sabe que tem dinheiro, que o Governo está cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que pode dar o reajuste, porque não é aumento de salário que eles estão pedindo.

O governo está descumprindo e, de uma forma cínica, apresenta uma nota oficial dizendo que vai dar reajuste em janeiro. E o direito do trabalhador, das famílias desses trabalhadores, que vão passar o ano de 2011 sem ter reajuste? Isso é um processo transparente? Isso é um processo social? Isso é um processo justo? Não é, não! A Paraíba toda sabe que é injusto e que há a vontade de fazer caixa, não interessando a custo de quê: da dor, do sofrimento, do sacrifício de muitas famílias paraibanas, principalmente dos funcionários públicos.

A minha solidariedade ao servidor do meu Estado. O meu grito de revolta e de indignação pelo tratamento desrespeitoso de quem devia fazer cumprir a lei. Que autoridade tem um governador que descumpra uma lei de plano, cargo, carreira e remuneração criada pelo Governador Cássio Cunha Lima e cumprida pelo Governador que o sucedeu e é seu adversário político, José Maranhão? Essa lei está sendo desrespeitada pelo atual governador, que se dizia socialista.

Era o que eu tinha a dizer.

Peço a Deus que proteja todos, principalmente a nós paraibanos.

Obrigado, Senador.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, bravo representante da Paraíba.

Convido para usar da palavra o Senador Eduardo Braga, do Estado do Amazonas.

V. Ex^a tem vinte minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, volto à tribuna, Sr. Presidente, para fazer um pronunciamento sobre o tema Código Florestal e os seus impactos na nossa região, no Índice de Desenvolvimento Humano da região Norte, da Amazônia brasileira, bem como no Estado do Amazonas.

Mas, antes, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de, a exemplo de outros Senadores que já se manifestaram nesta tarde, reforçar a nossa fé, a nossa convicção de que o Supremo Tribunal Federal haverá, nesta quarta-feira, de manter a expectativa dos legisladores e do povo brasileiro com relação à Ficha Limpa. Creio que há uma grande expectativa da população brasileira, Senador Crivella, para com a resposta que o Supremo Tribunal Federal dará nesta próxima quarta-feira.

Fica aqui, portanto, a minha esperança, a minha convicção de que o Supremo saberá o importante momento por que passa a Nação brasileira, em que precisamos deixar claro para o povo e para a democracia brasileira a necessidade de uma postura diferente não só dos políticos, mas da sociedade com relação à corrupção neste País. Portanto, a definição por parte do Supremo Tribunal Federal, a votação do mérito da Ficha Limpa na próxima quarta-feira necessita de toda a nossa esperança. Externo a nossa convicção de que o Supremo haverá de manifestar-se de forma positiva em relação a essa matéria.

Por outro lado, Sr. Presidente, eu gostaria também de deixar aqui registrado nos Anais da Casa o meu pesar e lamentar profundamente o ocorrido no Estado de V. Ex^a com o cinegrafista da Rede Bandeirantes.

Numa operação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, na busca de garantir segurança pública às famílias de bem daquele Estado, que é a esmagadora maioria no Rio de Janeiro, lamentavelmente,

ao registrar para a imprensa brasileira e para a Rede Bandeirantes aquela ação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o cinegrafista Gelson Domingos veio a falecer. Quero aqui manifestar o meu mais profundo pesar por esse ocorrido, estender os meus votos de sinceros sentimentos de pesar aos seus familiares todos. Tenham certeza de que esses votos são extensivos à Rede Bandeirantes.

Quero aqui mandar minhas profundas condolências também, na figura de Johnny Saad, a todos aqueles que trabalham, labutam e fazem da Rede Bandeirantes um dos nossos grandes instrumentos dos meios de comunicação e da imprensa livre neste País.

Por fim, antes de entrarmos no mérito do meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero aqui fazer um registro com relação a uma importante posição que o Senado da República haverá de tomar nos próximos dias, Senador Lindbergh, com relação à Emenda nº 29.

Fui Governador do Estado do Amazonas durante quase oito anos. E, durante esses quase oito anos, Senador Benedito de Lira, pude fazer e executar uma política de recursos na área da saúde pública de forma que o Estado do Amazonas aplicou sempre acima de 22% de seu orçamento, de sua receita própria nessa área.

Portanto, pratiquei, no governo do Estado, aquilo que a Emenda nº 29 propõe para o País, para os Estados e para os Municípios. Quando vamos fazer um pronunciamento a respeito do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, em que, com toda a razão, o Presidente Lula...

E aqui quero também abrir um parêntese para prestar a minha solidariedade e o meu mais profundo voto de pronto restabelecimento a este grande brasileiro, a este grande político brasileiro, grande Presidente da República que este País já teve, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Que ele possa vencer mais esta batalha que enfrenta, com o espírito de guerreiro, de lutador, Senador Magno Malta, que ele sempre teve na sua vida. Ele é um sobrevivente desde a infância, e não tenho a menor dúvida de que haverá de derrotar mais esse desafio, mais esse obstáculo em sua vida, que é enfrentar esse câncer na laringe e fazê-lo com a transparência, com a esperança, com as orações e com a fé do povo brasileiro, porque tenho certeza de que, neste momento, milhares de brasileiros estão com a sua fé voltada para o pronto restabelecimento do Presidente Lula.

Mas, quando se discute o Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro e vê que o Presidente Lula questiona a eficiência desse índice exatamente porque não se fizeram as leituras corretas com relação às políticas sociais e aos avanços das políticas sociais

neste País, quero manifestar aqui a necessidade de que o Brasil, por questão de prioridade, porque questão de recursos, na área da gestão pública, Senador Lindbergh – V. Ex^a já foi prefeito tal qual eu também já tive oportunidade de ser prefeito da cidade de Manaus e governar o Estado do Amazonas –, questão de recursos públicos e destinação de recursos públicos é uma questão de prioridade, à exceção daquelas que já têm vinculação constitucional.

Portanto, o Brasil tem os recursos públicos disponíveis e precisa estabelecer prioridades para questões como a saúde pública, para questões como a segurança pública, que está aí a bater na porta de todo o povo brasileiro, bem como a questão da educação, porque o Brasil não vai avançar e não vai vencer as desigualdades se a educação, a saúde e a segurança pública não forem prioridades nacionais e na aplicação dos seus recursos. Portanto, quero aqui dizer publicamente e assumir um compromisso com a Nação brasileira em relação à prioridade de recursos para a saúde pública.

A recente divulgação, portanto, Sr. Presidente, e passo a ler o nosso discurso, do Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, mostrando que melhoramos, mas não tanto, levanta, uma vez mais, a crucial questão do desenvolvimento sustentável no Brasil e, em especial, na Amazônia.

A enorme extensão do Estado do Amazonas abriga a maior população indígena brasileira, as maiores áreas de unidades de conservação, tanto estaduais como federais, e, ainda assim, temos de conservar 80% das terras públicas e privadas disponíveis, restando apenas 20% para a utilização do desenvolvimento da economia e do aspecto social do Estado do Amazonas e do seu povo.

Nosso desafio é como fazer para garantir a sobrevivência das populações pobres que habitam o interior da floresta, tão brasileiros como os gaúchos, os paulistas, os cariocas, os catarinenses e os demais cidadãos deste País.

Não se trata apenas de alimentá-los, ainda que, com o mínimo suficiente, mas salvá-los da malária, do dengue, que agora volta a ameaçar com o retorno das chuvas, da mortalidade infantil, da mortalidade materna, do analfabetismo, das condições precárias de saneamento público, da falta de comunicação e do isolamento dentro da floresta, enfim, da falta de políticas públicas que assegurem um mínimo de proteção a esses brasileiros amazonenses e amazônidas.

Sei que não estamos apenas contemplando a floresta, em sua indescritível exuberância. Desenvolvemos, quando governamos o Amazonas, alguns projetos de relevância que foram mantidos pelo atual Governador, Omar Aziz, e estão sendo consolidados.

Um deles, ao qual me refiro com justificado orgulho neste momento, até porque foi referência no último relatório do Pnud sobre o Atlas de Desenvolvimento Humano, é o Programa de Saneamento Ambiental dos Igarapés de Manaus, o Prosamim, desenvolvido em torno de três grandes eixos que se interligam e se complementam: a infraestrutura sanitária, a sustentabilidade social e institucional e a recuperação do meio ambiente.

Na infraestrutura sanitária, ampliamos a cobertura dos serviços de água potável e esgotamento sanitário, incluindo disposição final de águas servidas, melhoramos os serviços de coleta e disposição de lixo e buscamos a redução da incidência de enfermidades de veiculação hídrica.

Ninguém mora na beira de um Igarapé, colocando em risco sua família e a segurança de sua família, porque quer, Senador Magno Malta. Mora porque não tem alternativa. E este programa, o Prosamim, que agora é destacado pelo Pnud no índice do Atlas de Desenvolvimento Humano como uma das boas práticas no Brasil, mudou a qualidade de vida de nada mais nada menos do que 36 mil famílias no Estado do Amazonas, nos últimos anos.

Portanto, é importante destacar que, na recuperação ambiental, adotamos ações de melhoria das condições de ambientes, mas também do ponto de vista habitacional, mediante saneamento e recuperação das áreas inundáveis durante as épocas de chuva e de cheias do rio Negro, beneficiando 36 mil famílias que ocupam áreas sujeitas a essas cheias.

No entanto, por mais meritório que seja esse esforço, ainda é pouco em comparação com as necessidades da população mais carente.

Precisamos de mais e mais recursos para investir em infraestrutura, principalmente em saneamento público, para retirar a gente mais humilde, mais pobre dessas regiões, da Região Metropolitana de Manaus e de seu entorno, das condições degradantes em que vivem.

Mantemos fundadas esperanças de que a extensão do modelo da Zona Franca para a Região Metropolitana de Manaus, conforme decisão da Senhora Presidenta Dilma Rousseff, cumprindo o compromisso de prorrogar por mais 50 anos os incentivos fiscais que alavancam o Polo Industrial de Manaus, dará enorme contribuição para melhorar a renda e o emprego de milhares de amazonenses.

Em recente estudo, Senador Romero Jucá, V. Ex^a, que é Líder do Governo nesta Casa e representa o Estado de Roraima nesta Casa, em recente estudo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acaba de demonstrar que, na Amazônia, está a maior,

mais grave e mais profunda exclusão de renda *per capita* do povo brasileiro, exclusão está que não será resolvida se não for por políticas públicas que possam assegurar melhorias nas atividades socioeconômicas e ambientais daquele povo, onde o projeto do Polo industrial de Manaus tem sido um grande exemplo e uma grande contribuição para melhorar a renda e o emprego de milhares de amazonenses na capital. E, agora, com a ação pretendida por Sua Excelência, a Presidenta Dilma, essa ação será estendida para a região metropolitana, agregando quase 64% da população do Amazonas nesse projeto. Portanto, um projeto extremamente importante para reversão da qualidade de vida no Estado do Amazonas e, por via de consequência, Sr. Presidente, na Amazônia Ocidental.

Defendemos a floresta com todas as forças de nossa convicção, mas o fazemos com o coração e a mente voltada para o povo pobre que vive na floresta e em suas cercanias.

Não é à toa que, amanhã, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, vamos dar início à votação do relatório do Senador Luiz Henrique, juntamente com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pela primeira vez, no mérito, no Senado da República. Lá está contemplado um novo capítulo na estruturação do Código Florestal, o capítulo, Senador Aníbal, que trata exatamente dos incentivos econômicos e financeiros para a floresta.

No entanto, lá está colocada apenas a estruturação e a indicação dessa estruturação para o Governo Federal, para o Executivo. Creio que teremos ainda, na Comissão de Meio Ambiente e Controle, sob a relatoria do Senador Jorge Viana, do Estado do Acre, que continuar a luta para ampliar e fortalecer esses incentivos e mecanismos que valorizam a floresta em pé e que dão aos amazônidas, aos extrativistas, àqueles que vivem dentro das unidades de conservação, dentro das terras indígenas, a oportunidade de alcançar renda, emprego, desenvolvimento sustentável e políticas públicas sociais que possam apontar um melhor Índice de Desenvolvimento Humano, sob pena de, daqui a alguns anos, um novo indicador ser colocado pelo Pnud e, novamente, o povo brasileiro achar injusto o resultado apresentado pelo Pnud, porque não mostra a evolução e as conquistas alcançadas pelo povo brasileiro. O povo brasileiro que nos assiste, que mora no Sul e no Sudeste e que tem, portanto, condições diferenciadas diante da relação com o meio ambiente e com o bioma, sabe exatamente o que estamos dizendo. Viver na Amazônia significa um desafio de um lado e de outro lado significa também zelar, guardar, proteger o maior patrimônio do povo brasileiro.

A ponte que a Presidenta Dilma recentemente inaugurou, ligando Manaus à região metropolitana, Iranduba, e às demais cidades da nossa região, não se resume a uma obra em si, marcada pela sua beleza arquitetônica e pela frieza do seu concreto. Ela representa muito mais. Significa o instrumento que viabilizará um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, por meio do qual as populações das cidades separadas pelo rio Negro terão, dentro de pouco tempo, acesso às mesmas oportunidades criadas pelo Polo Industrial aos amazonenses que vivem em Manaus.

É importante destacar e dizer àqueles que não conhecem a história e a política amazonense que o Polo Industrial de Manaus foi criado por uma lei de autoria do Deputado Francisco Pereirinha da Silva, aprovada no Congresso Nacional em 1957. Depois, foi reformulado pelo Decreto-Lei nº 288, do Presidente Humberto Castello Branco, e levou nada mais nada menos do que uma década para poder amadurecer e avançar sobre as bases de industrialização.

Se, portanto, a nossa Presidenta Dilma encaminha o projeto para o Senado e para a Câmara dos Deputados, para o Congresso Nacional, prorrogando e estendendo o Polo Industrial de Manaus, não poderemos achar que essas ações redundarão, amanhã, numa melhoria e num amadurecimento desse projeto. Não! Nós levaremos algum tempo. Tomara Deus que não tanto quanto levamos na fase anterior.

E, no alvorecer desse novo modelo, faz-se necessária a destinação de mais investimentos em infraestrutura, sobretudo em rodovias, comunicação, educação, saúde e saneamento público, para que as cidades do entorno de Manaus estejam prontas para receber os novos empreendimentos que virão.

Sem dúvida, garantir a consolidação do Polo Industrial de Manaus é o ponto de partida para que essa mudança qualitativa seja alcançada, com mais emprego e mais renda para a população.

Estou convencido de que os brasileiros de boa fé, que amam o nosso País e defendem o seu desenvolvimento integral, de forma equilibrada, equânime, de Norte a Sul, de Leste a Oeste deste País, com a superação das desigualdades regionais, sempre apoiarão e continuarão apoiando o regime de incentivos que a Constituição garante às indústrias que se instalem em Manaus e, a partir de agora, em sua região metropolitana.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que os brasileiros sabem das limitações estruturais e de logística que impedem um pleno desenvolvimento industrial no Amazonas, em condições de igualdade com o Centro-Sul e com as regiões mais desenvolvidas do Brasil,

com uma melhor logística e uma melhor infraestrutura, dificultando o acesso de seus produtos aos centros consumidores. E sabem que os incentivos fiscais que atuam apenas para compensar essas desigualdades, permitindo que os bens fabricados em Manaus possam chegar aos lares dos brasileiros em condições competitivas com os produtos industriais de outras regiões do País, especialmente do Sudeste.

Sabem, finalmente, que o Brasil já é grande. Será muito maior ainda quando todos os brasileiros, de todas as regiões, puderem ter acesso às mesmas oportunidades oferecidas aos cidadãos das grandes regiões mais desenvolvidas.

Quando isso acontecer, o Brasil será, verdadeiramente, um só.

E, Sr. Presidente, é indiscutível, se analisarmos, por exemplo, os dados do IDH de educação, publicados pelo Pnud recentemente, o Estado do Amazonas tem evoluído muito na educação. Na renda, Sr. Presidente, lamentavelmente, estamos evoluindo, mas evoluindo ainda lentamente, por causa da inclusão daqueles que vivem na floresta, que precisam de mecanismos como o Bolsa Verde, agora implantado pelo Governo Federal, pelo Governo da Presidenta Dilma e, com humildade, inspirado num programa chamado Bolsa Floresta, implantado no Estado do Amazonas, que, quando governador daquele Estado, tive a oportunidade de assim fazer.

É importante dizer que, na longevidade, Senador Romero Jucá, nós, da região Norte, também temos grandes desigualdades, se comparadas com as regiões mais desenvolvidas. No IDH da renda, no IDH da longevidade e no IDH da educação, reside a grande desigualdade entre o Brasil rico e o Brasil que se quer desenvolver.

Portanto, fica aqui, Sr. Presidente, a convicção de que estamos no caminho certo, de que este Senado da República e a Câmara dos Deputados, na hora de discutirem e votarem o Código Florestal, de discutirem, votarem e incluírem, pela primeira vez, de forma inédita, incentivos econômicos e financeiros, fazem-no também para estimular e fortalecer modelos, como o modelo do Polo Industrial de Manaus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB - RJ) – Nós que agradecemos a V. Ex^a. Agradeço também os votos de pesar que V. Ex^a endereçou à família do cinegrafista Gelson Domingues da Silva, da minha terra, que perdemos neste final de semana.

Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra V. Ex^a

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela

ordem, eu gostaria de fazer um pequeno registro, enquanto o Senador Magno Malta se dirige à tribuna, para pedir a transcrição de matéria em que o Deputado Rodrigo Jucá destaca a importância de obras em Boa Vista e registrar que, na semana passada, assinamos dois convênios do PAC 2, entre o Ministério da Cidade e a Prefeitura de Boa Vista, exatamente para fazer obras de drenagem, pavimentação, esgotamento sanitário e abastecimento de água, em cinco bairros de Boa Vista, bairros da periferia, bairros mais distantes, que recebem um tratamento diferenciado agora com essas obras. Serão realizadas obras gerando empregos e melhorando a condição de vida da população.

Então, gostaria de pedir a transcrição da matéria, como registrei a V. Ex^a, agradecendo a oportunidade.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Deputado Rodrigo Jucá destaca a importância de obras em Boa Vista

Cinco bairros de Boa Vista serão beneficiados com obras de pavimentação, esgotamento sanitário, sistema de drenagem de água pluvial, regularização fundiária, além da construção de unidades habitacionais.

São dois convênios com o Ministério das Cidades que somados chegam a aproximadamente R\$ 36 mi. O primeiro no valor de R\$ 16,2 mi vai atender ao bairro Cidade Satélite com obras de saneamento integrado na localidade. O segundo contrato no valor de R\$ 19.769.565,29 beneficiará os bairros Equatorial, Santa Luzia e Senador Hélio Campos.

Os convênios foram assinados nesta segunda-feira (31), no Palácio 09 de Julho, com a participação do prefeito Iradilson Sampaio (PSB), além dos gerentes de Negócios e Desenvolvimento da Caixa Econômica Federal, Paulo Bragato e Roberto Vilela, respectivamente.

O deputado estadual Rodrigo Jucá (PMDB) representou o senador Romero Jucá (PMDB/RR), autor das emendas junto ao Ministério das Cidades. O parlamentar fez questão de ressaltar a parceria que o senador mantém com o prefeito Iradilson Sampaio no sentido de promover obras que gerem desenvolvimento para a capital de Roraima.

“Estes recursos vão beneficiar milhares de pessoas em Boa Vista de duas formas, haja vista que as obras trarão desenvolvimento e qualidade de vida, além da geração de centenas de empregos. Esta é uma certeza que a parceria do senador Romero Jucá

com a prefeitura de Boa Vista está cada vez mais firme”, explicou Rodrigo Jucá.

O prefeito Iradilson Sampaio esclareceu que o senador Romero Jucá jamais deixou de ajudar a prefeitura de Boa Vista com a alocação de recursos em Brasília para a construção de obras que são necessárias ao crescimento da capital.

“Todos nós somos eternamente gratos ao senador Romero Jucá que não mede esforços em Brasília para garantir recursos que possam melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Estas emendas significam o fortalecimento da união que sempre existiu entre a Prefeitura com o senador Jucá”, disse Iradilson.

O início das obras esta previsto para o prazo de sessenta dias. Nesse período o município realizará processo licitatório para seleção das empresas que vão conduzir as obras. As ações fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Parabéns a V. Exª, que será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem na Rádio Senado e nos veem na TV Senado.

Quero fazer um registro triste antes de relatar o que presenciei na reunião de líderes hoje, com a Presidente Dilma, após a sua reunião com o G-20.

Com muita tristeza, Sr. Presidente, o Brasil tem acompanhado a doença do Presidente Lula, consternado pela história de Lula. Sem contar os oito anos de presidência, uma história vitoriosa de alguém que foi enxotado, de alguém a quem a vida tudo negou. Um torneiro mecânico, líder sindical que se tornou Presidente da República. Hoje o Brasil assiste Lula, aos 66 anos de idade, fazendo quimioterapia. Um País consternado, um País solidário.

Mas, Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, V. Exª que é um cristão, tenho lido alguns comentários de pessoas sobre a doença de Lula. E alguns em nível muito baixo, de esgoto, coisa macabra, de pessoas que não têm respeito pela vida humana, não têm respeito pelas pessoas. E alguns comentários, você vê que são comentários de pessoas politizadas que fazem um comentário jocoso de uma enfermidade porque não comungam politicamente com ele.

Tenho visto isso com tanta tristeza. E aqui quero expressar meu repúdio, o meu repúdio em nome de brasileiros como eu, que reconhecem a importância do Lula para o Brasil.

Reafirmo aqui minha solidariedade e digo a ele: Lula, com quem tenho uma relação pessoal, Deus

quer e você vai sair dessa para que possa viver ainda muitos anos, Senador Crivella, servindo ao País, como fez. E Lula fez a melhor escolha quando Presidente da República. Lula escolheu os pobres. Jesus disse “os pobres, sempre os tereis convosco” e “quem a eles faz empresta a Deus”. Certamente, Lula, Deus é contigo neste momento de sua vida. Não é um bom momento, mas ninguém tem vitória sem lutar. E a maior de todas as vitórias... Aliás, todo sofrimento é prenúncio de uma grande vitória, porque a maior de todas as vitórias também veio do maior de todos os sofrimentos.

Sr. Presidente, hoje, às 15h30, exatamente, às 15h45, V. Exª estava lá pelo seu Partido, o PRB. Era uma reunião de líderes com a Presidente da República.

Ontem, recebi um telefonema da Ministra Ideli Salvatti me convocando, como Líder do meu Partido nesta Casa, para essa reunião. Eu disse a ela: “Qual é a pauta, Ministra Ideli?” Ela disse: “O relatório do G-20 e a votação da DRU.” Eu disse: “Eu não vou, não. Eu iria se a pauta fosse royalties do petróleo.” Ela disse: “Não é, não.” “Pode incluir?” Ela disse: “Não.” “E se eu falar?” Ela disse: “Bom, a boca é sua. O microfone vai estar ligado. Ninguém lhe toma a palavra.” E me incentivou.

Eu vim, Sr. Presidente. Fui para a reunião. A Presidente trocou em notas de um real a questão da crise do mundo, e com muita competência, diga-se de passagem. Aliás, a Dilma é competente. Ela tem pleno conhecimento. Dessa grande empresa chamada Brasil, de que ela foi gerente por oito anos e agora é a diretora principal, ela fala com muito conhecimento e propriedade. E viva o Lula, que abriu e ganhou respeito quando nos firmamos no mundo econômico de forma definitiva. A Presidente falou, deu relatórios. A partir daí, falou da importância da votação da DRU para blindar o País caso as chamadas cheguem até nós, Senador Lindbergh Farias, e a palavra foi aberta.

Quando a palavra foi aberta, mandei um bilhete a um Senador do Rio de Janeiro chamado Marcelo Crivella, não sei se o senhor conhece. Falei: passe o bilhete. E escrevi assim: “Crivella, vou falar sobre os royalties.” Ele olhou para mim, por trás das costas do resto – resto, não – dos Senadores e Deputados que lá estavam e fez assim.

Quero dizer à população do Rio de Janeiro que, assim que a primeira rodada se encerrou e chegou ao Senador Marcelo Crivella, do alto do seu conhecimento, do seu amor ao Rio e das perdas e humilhações impostas ao Rio, o Senador Marcelo Crivella fez uma bela exposição. Uma bela exposição mostrando, Senador Lindberg, por exemplo, que é uma covardia contemplar Santa Catarina, contemplar o Paraná, contemplar o Rio Grande do Sul e São Paulo em detrimento da miséria do Nordeste.

V. Ex^a, Senador Lindberg, daquele lado da tribuna, porque cada um escolhe um lado – e eu só sei falar se for deste lado aqui, se eu for para o lado de lá eu gaguejo –, fez um discurso mostrando o desequilíbrio da Federação, como o Fundo de Participação dos Estados, por exemplo, altamente desequilibrado, e o Fundo de Participação dos Municípios. E o desequilíbrio é tamanho que agora tentam tirar do Rio e do Espírito Santo para dar a quem já muito tem com o Fundo de Participação dos Estados. Sem mostrar constrangimento, Senador Crivella, senti muito orgulho da sua postura lá, e que o povo do Rio aplauda a sua postura.

V. Ex^a colocou de forma muito aberta, dizendo: “Eu não sei realmente qual será a reação da bancada do Rio com relação à votação da DRU, embora a votação da DRU seja alguma coisa que importa para o Brasil. E não somos nós que vamos inviabilizar o Brasil, como estão querendo inviabilizar os nossos Estados”.

Quando a palavra chegou a mim, Senador Lindberg, eu disse: “Presidente, vou relatar direitinho. Eu sempre estive do seu lado. Aliás eu não gosto de gente frouxa. E estou diante de uma mulher que com 17 anos de idade enfrentou a ditadura num mundo absolutamente tenebroso, sem enxergar nenhuma luz do outro lado, mas acreditava que o País pudesse ser este País”.

E até disse: hoje é muito fácil falar mal de José Dirceu, hoje é fácil falar mal de Genoíno, mas não há que se esquecer a luta que eles fizeram lá na ditadura para que eu, filho de uma faxineira, um pé rapado do Nordeste, V. Ex^a também, paraibano, veio tocado para o Rio de Janeiro... Alguns Deputados e Senadores são filhos de famílias nobres dos seus Estados, têm sobrenome bom, mas eu sou filho de faxineira. E se não fosse a luta da Dilma, eu olhando para ela, falando isso, a sua luta, Presidente, enfrentando a ditadura aos 17 anos de idade, eu não teria a mínima chance de estar aqui, falando para você como Presidente. Eu seria simplesmente o filho da faxineira.

A senhora é corajosa e não se emociona tanto com o oba, oba. Eu gosto disso. Não se emociona com o oba, oba como se fosse festa de São João.

Eu estou repetindo aqui, Senador Lindbergh, o que falei lá.

Pois bem, minha Presidente, a senhora sabe que sempre contou comigo e vai continuar contando. Mas agora algo me angustia muito mais: é o Estado do Espírito Santo e o Estado do Rio de Janeiro.

Passo a contar uma história: quando Lula ganhou o seu primeiro governo, o Estado do Espírito Santo estava quebrado – eu estava falando e olhando para ela, olhando para a Ideli, olhando para o Temer, e todos estavam me ouvindo.

O meu Estado estava quebrado, o crime organizado ajoelhou por 14 anos o Estado, e o Estado não se curvou porque não tem vocação para andar de joelho. O Estado se recusou, porque tem vocação para o crescimento.

Eu era o coordenador da bancada, Senador Crivella, e vim ao Lula com a bancada federal daquela época. Pedi a ele que fizesse a antecipação dos royalties do petróleo.

V. Ex^a é testemunha de que eu falei lá para a Presidente.

O Governador Paulo Hartung ganhou a eleição. O Estado estava desarrumado. Ele estava fazendo a sua parte com os Deputados Estaduais e veio também a Brasília. O Lula falou para nós: “Estou assumindo o governo agora. Eu não sei o pode acontecer, porque, antecipo esse dinheiro, e se na época de pagar o preço do barril estiver mais barato?” Eu disse: Presidente, eu não sei. Só sei que o senhor precisa nos salvar!

O Lula disse que ia consultar o Ministro das Minas e Energia – eu estava falando isso tudo e olhando para a Dilma. Chamou o Ministro das Minas e Energia, consultou e colocou na mesa o nosso pedido. O Ministro das Minas e Energia falou a mesma coisa do Lula: “E se na época o barril estiver mais barato? Como vamos fazer isso? A não se que tenhamos tanta vontade de salvar esse Estado, acreditando que o País vai melhorar.” O Lula disse: “Eu acredito que o País vai melhorar.” O Ministro das Minas e Energia autorizou mandar 500 milhões para o Espírito Santo.

E eu falei para ela: a senhora sabe quem era o Ministro das Minas e Energia? A senhora! A senhora salvou com uma mão e agora vai matar com a outra? A mesma pessoa que salvou agora vai matar?

Sabe por que eu estou falando isso, Presidente Dilma? Porque eu acredito na senhora, acredito na sua valentia e sei que esse assunto não vai ficar desse jeito. Esse assunto há que entrar em debate, em discussão. Presidente, eu quero lhe fazer uma sugestão. Está aí o seu Ministro Mantega. Mande o seu Ministro criar uma comissão com os técnicos dele, chamar o Cabral, o Renato Casagrande, os técnicos dos dois Estados e mais os técnicos ligados aos Senadores e Deputados do Rio e do Espírito Santo, façamos uma grande comissão para colocar na mesa esse desequilíbrio, porque, Presidente, o que o Senado fez foi uma indecência.

Estou repetindo tudo o que falei lá, Lindbergh. Estou repetindo a reunião, não é, Senador Marcelo Crivella?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – E eu estou aqui para testemunhar.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu impetrei um mandado de segurança no Supremo contra a Mesa do Senado.

Presidente, cláusula pétrea não pode ser violentada. Ou pode, Lindbergh? Não! Por que marginal, matador, no Brasil, só fica preso por trinta anos? Porque nós não temos nem prisão perpétua nem pena de morte, correto?

O que fizeram com a votação aqui no Senado, com os royalties, foi a mesma coisa de o Senado ter votado uma lei – eu disse isso lá, não foi? – afirmando: a partir de agora o Brasil tem prisão perpétua. Como? Se não houve uma constituinte, se não mudou em constituinte, se não houve plebiscito? Não pode!

O art. 60, Capítulo IV... § 4º, da Constituição, que trata do equilíbrio federativo, do pacto federativo, trata exatamente dessa questão da inviolabilidade, ou seja, é conquista, é cláusula pétrea, só uma Constituição pode mudar. O Senado votou alguma coisa dizendo: agora, há pena de morte, agora, vai haver, sim, prisão perpétua. Como, se é cláusula pétrea?

Se o Supremo julgar como Corte – o Ministro Lewandowski, que é competente e tem feito seus julgamentos com base na interpretação da Constituição, não fará esse julgamento politicamente –, certamente nós ganharemos essa liminar. Nós vamos protelar e chamar uma discussão verdadeira, com números em cima da mesa. Porque, veja: discutir os royalties do pré-sal, vamos discutir. Está errado. Eu disse lá para a Presidente: está errado, porque royalty não é petróleo. A lei fala de riqueza do subsolo. Vamos dividir, mais o royalty é passivo ambiental social. Qualquer pessoa mais simples, o sujeito que nunca entrou numa escola entende isso com facilidade, pelo amor de Deus. Vamos discutir os royalties do pré-sal, mas quebra de contrato, Presidente? É a mesma coisa de tentar mudar a regra do jogo no meio de jogo.

Lindbergh, a Presidenta é mineira. Eu disse, a senhora viu domingo, o que aconteceu? O América de Minas Gerais ganhou do Corinthians, o último ganhou do primeiro. É a mesma coisa de Ricardo Teixeira dizer: não, agora quem vai ser o campeão é o América. Eu acho até que Ricardo Teixeira tem coragem para fazer isso. Mas não pode, não pode! Vai mudar a regra no meio do jogo?

O senhor foi Governador, Senador Blairo. Pode quebrar contrato no meio? Os contratos que o senhor celebrou... O senhor é um empresário bem sucedido – aliás, bote bem sucedido nisso, Graças a Deus. Se quebra contrato celebrado no meio do contrato? Não pode! É o que fizeram com os royalties e estão tentando fazer conosco.

Então eu espero que ela não permita que essa aberração chegue a bom termo ou a mau termo para nós, porque tem tantos caminhos a serem seguidos. E V. Exª deu essa idéia tão brilhante.

O Dornelles, a emenda dele é maravilhosa: vamos taxar as petroleiras ou então vamos aumentar os royalties da energia ou vamos aumentar os royalties dos minérios, que ainda são muito baixos, e aí você faz uma compensação para todo mundo.

O Estado do Espírito Santo tem duas coisas importantes: o Fundap, que é um incentivo de que os Estados grandes todos têm raiva, São Paulo odeia, Minas Gerais odeia.

O nosso falecido coleta Itamar Franco, na época em que foi Governador, toda e qualquer importação que vinha pelos portos do Espírito Santo, por empresa fundapiana, ele não deixava passar na barreira, de tanto ódio que tinha desse incentivo.

E quando se fala em reforma agrária no Brasil, nego foca logo para acabar com esse negócio de Fundap que tem no Espírito Santo. Sabe que dia que vai ter reforma agrária no Brasil? Nunca! Sabe qual é o dia mais importante e bom para se fazer uma reforma tributária? Quando um País está começando. Depois que ele começou ninguém faz mais, não, porque ninguém quer abrir mão de nada, nego quer tirar do outro e ficar com o seu. Quando alguém fala: vou ganhar eleição e fazer reforma tributária, não acredite. Mamãe, me acode! É mentira, ninguém faz. Ninguém faz! Eu quero ver o bom que vai fazer! Pronto, eu quero ver. Não faz! Tem que começar quando é distrito ainda, não é como País, não. Aliás, tem que começar o País com a reforma pronta, porque depois não faz. Não faz.

Ora, o incentivo fiscal que Mato Grosso deu na sua época, Senador Blairo. Você acha que o próximo Governador vai querer tirar de lá? As empresas não vão querer mais.

Será que o incentivo que Manaus deu – cadê o Eduardo –, e vão querer abrir mão agora? Como é que vocês vão querer abrir mão? Ninguém quer! Aí o Presidente chama aqui, todos almoçam com o Presidente, batem uma foto, mas é tudo piada. Não vai acontecer nunca. Não vai acontecer nunca!

Então, se esse projeto que passou aqui... Com todo o respeito ao meu colega Vital do Rêgo! Nada contra ele, tudo contra o projeto. Tudo contra o projeto! Tudo contra a lei votada aqui, neste oba-oba, com complexo de Silvio Santos: “Quem quer dinheiro?”. Você lembra, o Municipiozinho em que você nasceu, onde não tinha nada, nem escola, agora vai ganhar um dinheirinho e tal? Não é por aí. Não é por aí, como se nós fôssemos os vilões da história, e a miséria do País estivesse debitada na nossa conta.

A reunião encerrou. Depois de mim, falou mais um Senador, falou o Renan, falou o Vaccarezza e voltou para a Presidente. Sabe o que ela disse, Senador Blairo? Lindbergh, isso lhe interessa e ao seu assessor também, mande-o vir. Você é o assessor, não é? Escute aí. Ela falou assim: “Normalmente, quem encerra essa reunião é o Vice-Presidente, mas, antes de passar a palavra para ele, eu vou falar. Muito obrigada pelo apoio, muito obrigada pelo equilíbrio da base do Governo, entendendo a necessidade de se unir em favor do País. Porque a Europa não está assim. Vejam que os Estados Unidos – o parlamento, a Câmara, o Senado – estão no quanto pior, melhor. A Grécia, pior ainda. Eles desajustam tudo para poder ganhar o governo. Aqui, nós não queremos crise igual à Grécia. Nós queremos aqui é um País equilibrado, não é?”, ela disse. “Muito obrigada e tal”.

Queremos equilibrar o País sim, não queremos produzir desequilíbrio – e essa questão do pré-sal é uma.

E aí ela disse: “Entrou em debate aqui agora o tema *royalties*. Não vou debatê-lo aqui agora, mas quero dizer aos senhores, aos três Senadores que falaram, ao Deputado Vitor Paulo, aos Senadores Crivella e Magno Malta, que isso será uma pauta do Governo”.

Meu coração encheu de alegria, porque eu confio nela. Quando terminou e fui abraçá-la, ela olhou para mim e falou: “Fique calmo”. Eu falei: “Estou calmo”. “Fique calmo. O que foi aprovado no Senado tem muito exagero”. A frase é esta: “Tem muito exagero. Fique calmo, que nós vamos preparar uma pauta para discutir esse assunto”.

Que coisa boa! Uma luz no final do túnel, a lucidez da Presidente. Ela não virou Presidente à toa. Ela não virou Presidente se colocando como a messias salvadora do Brasil. Ela foi gerente desta empresa por oito anos. Ela é a diretora principal hoje, mas conhece a fundo e sabe da necessidade de ter um país equilibrado.

Presidente Dilma, saí de lá satisfeito – não sei o Senador Marcelo Crivella – com o que ela disse. Até aqui não nos faltou com a palavra, e nós esperamos que não precisemos votar qualquer tipo de veto, porque aí se vai criar uma rebelião, mas que haja a criação dessa comissão para que se coloque tudo na mesa e se chegue a bom termo.

Nós aceitamos perder até de um a zero, mas de dez a zero, como estão dando em nós, é brincadeira, e por w.o... O Espírito Santo e o Rio de Janeiro podem ficar tranquilos, porque, se depender de nós, por w.o., nós não vamos perder.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT –RJ) – Senador Magno Malta...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT –RJ) – Primeiro, quero parabenizá-lo, V. Ex^a e o Senador Marcelo Crivella, pelo encontro com a Presidenta, por terem colocado de forma tão firme, tão arrojada as angústias dos nossos Estados. Eu sei que a Presidenta Dilma... É aquilo que nós dissemos nessa tribuna, no dia em que veio o projeto do Senador Vital do Rêgo: esse não foi um projeto equilibrado. Não foi, Senador Marcelo Crivella, um projeto razoável, e nós mostramos os números. Eles diziam que nós não íamos perder. Só o Estado do Rio de Janeiro perde, em 2012, um bilhão e meio, e os Municípios, um bilhão e oitocentos. Senador Magno Malta, isso significa fechar postos de saúde, significa fechar escolas. Ele trouxeram um número que falava, para 2020, da arrecadação de 79 bilhões. Disseram aqui que era da EPE (Empresa de Pesquisa Energética). A EPE disse que não tem cálculo. Ela só faz o cálculo da produção de petróleo. Isso chegou à Presidenta. A Presidenta viu essas inconsistências. Acho que V. Ex^a fez muito bem. O que V. Ex^a conseguiu, no dia de hoje, com o Senador Marcelo Crivella... V. Ex^a relata uma fala da Presidenta Dilma, que diz que há exageros no projeto. Isso só nos enche de esperança. Hoje, pela manhã, Senador Magno Malta, nós tivemos, no Rio de Janeiro, uma cena... Reuni toda a política do Rio de Janeiro, de todos os lados, todos os partidos, os três Senadores, a Bancada de Deputados Federais, a Bancada de Deputados Estaduais, lideradas pelo Governador, para um ato no próximo dia 10. Sei que V. Ex^a e o Governador...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Renato Casagrande.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT –RJ) – ... do Espírito Santo, Renato Casagrande, também vão fazer uma manifestação no próximo dia 10, Senador Marcelo Crivella. São manifestações muito importantes porque aqui pode haver uma distorção na representação do Parlamento, mas estou dizendo que no Rio de Janeiro há uma população de 15 milhões de habitantes e queremos colocar 100 mil pessoas nas ruas, dando o nosso recado. Eu só quero, para finalizar, Senador Magno Malta, dizer que estamos juntos, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Eu tenho conversado muito com o povo do Rio de Janeiro. Nessa questão dos *royalties*, estão cometendo uma grande injustiça contra o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro está melhorando, mas falta muito. Tem de levar as UPPs para todo o Rio, para a Baixada, para São Gonçalo, para o interior, tem de melhorar a saúde, tem de pagar melhor salário para o professor. Nós vamos às últimas consequências para defender o Rio de Janeiro e também o Espírito Santo.

Então, Senador Magno Malta, quero parabenizar V. Ex^a. Temos muita esperança nisso que V. Ex^a transmite, na fala da Presidenta Dilma. Nós sabemos do espírito de justiça da Presidenta Dilma e eu tenho certeza de que, ao final de tudo, ela vai conseguir arbitrar uma boa saída para esse impasse. Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Aproveito e incorporo ao meu pronunciamento a palavra de V. Ex^a, sempre contundente e bem colocada. Quero parabenizar o Governador Cabral pela maneira firme como está tratando do assunto, assim como o ex-Senador e Governador Renato Casagrande, que esta semana fez uma reunião com lideranças empresariais e políticos tratando desse ato que vai acontecer dia 10, na Praça dos Namorados. E aí quero convocar o povo do Espírito Santo que me ouve e que me vê agora, povo que ama o seu Estado. A perda representa para nós algo assim... Eu penso o seguinte: se tirarem de nós os *royalties*... O Fundap, eles já tentaram de todo jeito, mas se eles conseguirem tirar o Fundap e os *royalties*, eles terão que desapropriar uma área e construir um monte de casas populares para nos levar para lá e fechar o Espírito Santo, porque eles não vão nos quebrar, mas nos moer.

Então, em favor do interesse dos nossos filhos, de um Estado pujante como o Estado do Espírito Santo, que não pediu para essas bacias de petróleo estarem lá – foi Deus que as colocou lá –, eu queria convocar o povo que me vê, eu queria pedir às pessoas que estão ouvindo e vendo, Senador Crivella, no Rio e aqui, que reverberassem a informação de que, no Espírito Santo, vai ser na Praça dos Namorados e, no Rio de Janeiro, na Cinelândia.

Senador Lindbergh, por favor.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco/PT – RJ) – O encontro é na Candelária, às 15 horas. Depois, às 17 horas, uma passeata para a Cinelândia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Exatamente. Começa na Candelária e termina na Cinelândia.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu queria pedir para os líderes religiosos, padres, pastores, para quem tem rádio, quem tem o microfone na mão, quem vai falar hoje à noite com as pessoas, quem vai falar amanhã, para conclamar, para convocar o povo, para que nós estejamos na rua demonstrando nossa insatisfação. Não é para fazer baderna, mas para demonstrar nossa insatisfação, para que a Nação veja, para que a Presidente perceba a insatisfação de um povo que está se sentindo violentado nos seus direitos, naquilo que lhe é próprio.

Na sexta-feira próxima passada eu fechei a BR-101 Norte, no norte do Estado. E sabem que eu co-

mecei a contar com a solidariedade de motoristas de outros Estados, que começam a entender? Quando eles param e vêm para frente e começam a ouvir a explicação do que é *royalty* e do que é petróleo, eles ficam assustados, porque todo mundo pensa que é a mesma coisa. E não é a mesma coisa. Aí o cara fala: “Ah, mas eu sou de Manaus”. Aí eu digo a ele: “Você já pensou se a gente quisesse uma zona franca em tudo quanto é Estado? Se eu pedir uma zona franca para cá, arrebenta vocês”. Você já pensou se tiverem que dividir o minério de Minas ou os *royalties* da energia com a gente? Olha aí.

Fiquei lá três horas, com os prefeitos da região, como a Prefeita Raquel, o nosso Prefeito de Pedro Canário, o Prefeito de São Mateus, Amadeu Boroto, com Deputados, com vereadores, com secretários, com a população toda na rua, na divisa, lá em Pedro Canário. Quero parabenizar o povo por isso. Estavam também o Prefeito de Conceição da Barra e o Prefeito de Boa Esperança. Estavam lá Deputados Federais, como o Deputado Jorge e a Deputada Lauriete. Estávamos juntos. Eles fazem parte dessa comissão de mobilização, junto com o Deputado Gilsinho, o Deputado Zé Esmeraldo, o Deputado Vandinho, o Deputado Freitas, o Deputado Gildevan, ex-Prefeito da cidade de Pinheiros. Todo mundo está angustiado. Sabem que São Mateus do Espírito Santo tem uma base da Petrobras? Será que vai ser preciso invadirmos a base da Petrobras para chamar atenção? O Morales invadiu e ficou por isso mesmo. Aquilo lá é simbólico? Não é simbólico? Olhem que tem uma base nova da Petrobras sendo construída em frente à universidade. Imaginem se os estudantes resolvem invadir aquilo lá, num movimento pacífico, mas para chamar atenção? Chamar atenção!

Nós vamos fazer de tudo, porque, se tivermos de cair, nós vamos cair de pé. Espero em Deus que não caiamos, porque o meu coração se encheu de alento e de felicidade, pois valeu a pena ter vindo para essa reunião. Primeiro, para ter ouvido uma Presidente inteligente e corajosa. Ela foi ao G20, deu um *show* e ouviu todo o respeito do mundo com relação ao nosso País, à nossa solidez, aos muito bons fundamentos da economia do Brasil. Dizia o Temer que foi a uma reunião e que não o chamaram mais de emergente, mas de emergido. O Brasil não é mais um emergente, é um emergido. Eles começam a nos respeitar. A era Lula. Não podemos nos esquecer também de que esses fundamentos foram postos lá no Governo Fernando Henrique Cardoso. Penso que foi uma das coisas boas do Governo dele – não conheço outras não, mas essa foi. E o Lula, corajosamente, rasgou um monte de bandeiras que ele pregou nas ruas, assumiu essa política econômica e colocou o Brasil onde o Brasil está. Dil-

ma foi ao G20, deu um *show* e trocou em miúdos para nós, hoje, nesta reunião. Ela chamou a atenção para a necessidade de votar a DRU, recebeu a solidariedade do Congresso todo hoje e depois teve paciência para nos ouvir. Ela poderia ter virado as costas ou poderia...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Um minuto e encerro. *(Fora do microfone.)*

Ou ela poderia não responder nada e ficar caladinha da silva, mas ela disse: “Antes de passar a palavra, eu vou falar”. Ela agradeceu e disse: “Foi colocada na pauta aqui a questão dos *royalties*. Quero avisar aos senhores que teremos uma pauta sobre isso para tratar desse assunto”. Depois, abracei a Presidente e disse: “Entre nessa luta. Não deixe a gente sozinho. Você pode”.

Ela disse: “Fique calmo. Teve muito exagero na votação do Senado. Nós vamos ter uma pauta sobre esse assunto”. E eu saí de lá feliz, porque acredito. Se tomou cadeia com 17 anos, sonhando com uma liberdade em um País como o que nós temos hoje, eu não posso desacreditar a palavra dessa mulher.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Senador Magno Malta, nós é que agradecemos a V. Ex^a por essa coragem cívica, por essa bravura. Eu estava lá e ouvi V. Ex^a se expressar com o seu coração e extravasar a sua emoção em nome do povo do Espírito Santo, que se orgulha de V. Ex^a.

V. Ex^a não foge à luta; V. Ex^a diz a verdade. E eu tenho muito orgulho de ser seu companheiro e de estar ao seu lado. E foi tudo isso que a Presidenta Dilma disse, V. Ex^a não acrescentou um milímetro. Ocorreu exatamente como V. Ex^a narrou ao povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a!

Convido o Senador Anibal para assumir a Presidência enquanto eu farei rapidamente uso da palavra. Em seguida, falará S. Ex^a o Senador Lindbergh Farias.

São 19 horas e 36 minutos.

Senador Anibal, pelo bravo Estado do Acre.

O Sr. Marcelo Crivella deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, nós do Rio e do Espírito Santo estamos vivendo momentos difíceis em nossas vidas parlamentares exatamente por isso que foi narrado aqui pelo Senador Magno Malta.

Na semana retrasada, o Senado Federal aprovou uma lei em que o Rio de Janeiro perde R\$3,5 bilhões e o Espírito Santo, quase R\$1 bilhão. Nós éramos aqui três Senadores do Rio e três do Espírito Santo, mas, na nossa terra, somos quinze milhões no Rio e mais cinco milhões no Espírito. Serão vinte milhões de brasileiros inconformados. Mas inconformados, por que, Senador Crivella? Porque a tese do que votamos aqui era diminuir a desigualdade regional. Agora, eu pergunto aos senhores telespectadores: qual é a desigualdade regional que existe entre o Espírito Santo e Brasília? É a favor do Espírito Santo. Qual é a desigualdade regional que existe entre Rio e São Paulo? É a favor do Rio.

É justo que o Senador Vital do Rêgo venha aqui e diga: “Srs. Senadores de Brasília, votem conosco, porque vocês vão receber mais R\$200 milhões. Srs. Senadores de São Paulo, votem aqui, porque os senhores vão receber mais R\$800 milhões”. Eles podem esperar a produção dos *royalties* do pré-sal em 2018 e 2019 e repartir como o Lula, como o grande Presidente Lula fez e deixou. Lula não se despediu do Espírito Santo nem do Rio de Janeiro de mão fechada.

Ele se despediu de mão aberta, vetando uma proposta interesseira, ambiciosa, uma proposta sem nenhum argumento, vencida aqui pelo número, vencida pela maioria no rolo compressor, mas que não tinha mérito, que não se sustenta.

Ora, desigualdade regional, nós temos que lembrar, é com o Nordeste brasileiro das crianças pobres da Paraíba, das crianças pobres de Sergipe, de Alagoas. Ali, sim, ali existe desigualdade. A renda per capita da região Sudeste é R\$20 mil; do Nordeste, R\$7 mil; do Norte, R\$10 mil. Então, se temos que combater a desigualdade regional, vamos contemplar a eles, mas não ao Centro-Oeste, cuja renda per capita é de R\$20 mil; não o Sul, que também é de R\$20 mil.

Com a renúncia que o Governo Federal fez, ainda modesta, poderia ser mais, de R\$1 bilhão, com o aumento da produção, nós podemos contemplar Norte e Nordeste agora, mas não podemos sacrificar o Rio e o Espírito Santo em R\$4,5 bilhões apenas para dar recursos a quem pode esperar. Isso vai quebrar o Rio de Janeiro. O Rio não tem condições de fazer isso.

O Rio sempre pensou o Brasil. O Rio foi capital e cedeu. O Rio fez a união dos Estados: Estado do Rio e Guanabara pensando sempre no Brasil. O Rio de Janeiro é o Estado que tem mostrado generosidade, espírito cívico. Agora, nós não podemos comprometer ou fazer bonito com o chapéu dos outros, com a aposentadoria dos nossos idosos, comprometer, por exemplo, os compromissos assumidos com as Olimpíadas e com a Copa do Mundo.

Agora mesmo, neste final de semana – eu até queria pedir um momento de silêncio, um minuto de silêncio a este Plenário –, o Gelson morreu aos 46 anos com um tiro de fuzil no peito, com um colete de aço que não foi suficiente para guardar sua vida. Hoje nós todos estamos de luto. Há entre as viúvas do Rio de Janeiro uma que chora amargamente, pois seu marido não voltará para casa. Há entre os órfãos do Rio de Janeiro três, duas meninas e um menino, que não terão mais o seu pai no Natal, no dia de aniversário, no momento de uma celebração. Há entre os netos do Rio de Janeiro dois pequeninos que jamais verão a face do seu avô. Morreu tentando mostrar ao Brasil e ao mundo, e a esses que não conseguem ver – parece até o que Cristo disse: têm olhos, mas não veem –, a esses que aqui tentam tirar recursos do Rio as nossas mazelas. Domingo de manhã, tiroteio numa comunidade da zona oeste e um homem de bem morre com um tiro de fuzil no peito. Esse é o Rio de Janeiro do qual nós queremos tirar dinheiro para levar para São Paulo, para o Paraná, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul.

Será que isso é justo? Será que isso se impõe pelo bom senso? Será que isso é combater desigualdade? Ou será que isso é o irracional das ambições desmedidas e insensatas que nós vimos serem votadas aqui?

Agora, o Magno disse bem: nossa Presidenta não se coaduna com isso, ela disse para todos que vai pautar. Eu disse a ela, durante a reunião: “Vossa Excelência determinou que o Ministro Mantega e o Ministro Lobão – e ambos estavam – nos reuníssemos – e eles o fizeram exaustivamente – e encontrassem uma fórmula, mas não foi possível. De tal maneira, Presidenta, que o assunto voltou para Vossa Excelência, e só Vossa Excelência, do alto da autoridade que lhe foi confiada por 60 milhões de brasileiros que sufragaram o seu nome nas urnas, poderá trazer de volta os princípios federativos e a imposição do bom senso e da lógica nessa questão do pré-sal, nessa questão dos *royalties*”.

A Presidenta ouviu tudo isso, mas disse ela também que a bancada do Rio e a do Espírito Santo jamais se proporiam a fazer chantagem contra o Governo, colocar o Governo contra a parede na votação da DRU para impor nosso ponto de vista. Nós não precisamos disso! Não precisamos de chantagem! Nós temos a Justiça a nosso lado! Nós temos a Constituição! Nós temos a lei! Sobre tudo temos os argumentos!

E temos o povo brasileiro. O povo brasileiro está ao nosso lado. Enganam-se esses políticos que votam contra o Rio agora. Ninguém neste País quer construir a sua casa roubando a janela do vizinho, roubando a porta do outro vizinho. As pessoas querem construir

com seu suor, com a sua luta. Ninguém quer construir o seu Estado destruindo o nosso: o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

De tal maneira, Sr. Presidente Anibal – V. Ex^a que é um homem do Norte –, conte com a nossa solidariedade, porque a renda *per capita* do Norte é R\$10 mil, a renda *per capita* do Nordeste é R\$7 mil. Nós não viramos as costas para aquelas crianças pobres da floresta amazônica; nós vamos ajudá-las. Agora, nós não podemos é abrir mão dos *royalties* do petróleo para mandá-los para São Paulo, para o Paraná, para Santa Catarina. Eles podem esperar. 2018 está aí. Nós vamos ter *royalties* para dividir para todos. Lula já encontrou a fórmula, esse grande político brasileiro, esse grande estadista. Está lá a fórmula, todos concordaram, todos vão ganhar. Quem não pode esperar, precisam receber agora, é o Nordeste e o Norte. E aí nós vamos fazer a divisão com a renúncia do Governo Federal, com o aumento da produção – vamos encontrar os números –, e é assim que vamos resolver essa questão.

Eu confio no espírito de ponderação, eu confio nas altas tradições cívicas da Câmara dos Deputados. Eu confio, sobretudo, no espírito de justiça da Presidenta Dilma, e o que ela disse hoje é uma mensagem redentora ao povo do Rio de Janeiro, que vai marchar nas ruas nesta próxima quinta-feira, a partir das três horas da tarde, saindo da Candelária e chegando até a Cinelândia. E eu e o Senador Lindbergh estaremos de mãos dadas, representando nossa gente sofrida e valente, representando o Gelson, que morreu com um tiro de fuzil no peito...

E gostaria também, Senador Lindbergh, se V. Ex^a me permite, se o Presidente me permite, de pedir a todos um minuto de silêncio em nome do Gelson e da sua esposa querida, e das suas filhinhas, dos seus netinhos. Se V. Ex^a me permite, eu vou contar um minuto de silêncio por esse nosso conterrâneo.

(Faz um minuto de silêncio.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador hoje houve um voto de solidariedade, uma moção de pêsames à viúva, da Senadora Ana Amélia, que pedi a ela que pudéssemos subscrever, e ela permitiu, eu, o senhor e o Senador Dornelles, porque é o sentimento de nós todos.

Quero terminar, dizendo, Senador Lindbergh, do orgulho, da satisfação que tenho de estar ao seu lado. V. Ex^a tem sido tão presente, tão atuante em defesa do nosso povo. E hoje senti aqui também muito orgulho de pertencer à bancada do Rio. Nós estávamos todos ali, independentemente de divergências partidárias, de ambições políticas – todos temos, é natural que isso

ocorra –, mas havia ali, naquele ambiente, uma unidade. Nós não somos perfeitos, mas estávamos unidos. Eu acho que é assim que a gente conquista vitórias. Perfeição neste mundo não existe, mas, quando existe união, a falta de perfeição é suprida por esse espírito de solidariedade que há entre nós todos.

Eu creio na nossa vitória, Senador Lindbergh. Eu creio que eu e o senhor não voltaremos para o Rio envergonhados, humilhados, derrotados. Nós vamos voltar lá e, com alegria, com sorriso no rosto, vamos andar pela sua Nova Iguaçu, pela nossa Baixada Fluminense, pela nossa São Gonçalo, e o povo há de nos cumprimentar e dizer: “Olha, muito obrigado. Vocês nos representaram à altura, prevaleceu o bom senso, e o Rio de Janeiro não saiu perdendo”.

Sr. Presidente, muito obrigado, que Deus abençoe este Plenário e que Deus ilumine o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Agora, com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Anibal, é uma honra falar depois do Senador Crivella.

Tenho aprendido no convívio com o Senador Crivella a respeitá-lo, a admirá-lo. Sempre quando o Senador Crivella está falando, está falando, Senador Magno Malta, com a preocupação com as pessoas que mais precisam. Muita gente no Rio me pergunta: Senador Crivella passa generosidade? Mas ele é assim mesmo no dia a dia. E tem sido uma honra atuar, Senador Magno Malta, aqui no Senado Federal, na Bancada do Rio de Janeiro, junto com o Senador Crivella.

Quero comentar também a tragédia que aconteceu com o cinegrafista Gelson Domingos. O Gelson Domingos, Senador Magno Malta, fez a minha campanha em Nova Iguaçu em 2004, foi o cinegrafista da minha campanha, era uma figura da minha idade tinha 46 eu tenho 41, com alegria, uma figura que estava sempre entusiasmada com o trabalho. Aquela morte chocou tanto o Rio de Janeiro, não só o Rio de Janeiro, o Brasil. São tantas reflexões que nós podemos tirar depois do acontecido, foi o papel do jornalista, o papel de quem está cobrindo áreas e zonas como aquela. Mas eu não quero aqui entrar muito fundo nesse debate. Não quero aqui fazer todas as reflexões. Num outro momento subirei à Tribuna. Esse caso do Gelson não pode ser esquecido, temos que tirar lições concretas de tudo isso que aconteceu naquela manhã de domingo.

Essa é uma realidade, e sempre quando eu falo aqui para os Senadores e Deputados, essa é uma realidade que o Rio ainda vive, nós temos um clima de guerra civil permanente, são muitos trabalhadores, são

muitas crianças que vivem sobre esse fogo cruzado, em áreas dominadas pelo tráfico.

Não tem nada pior para uma mãe, para um pai do que ter ser seu filho de dez anos, onze anos, doze anos, treze anos, um adolescente sendo criado em uma comunidade dominada pelas armas, pelo tráfico, e aqueles bandidos e marginais servindo como referência, e o medo das mães e dos pais de perderem suas crianças.

Senador Magno Malta, eu vejo e via muito isso em Nova Iguaçu, como os pais – o senhor é evangélico – ficam felizes quando as levam para a igreja, quando tem toda a sua família ali. É uma forma de você cuidar da família. Pois bem, a situação do Rio é essa. É essa situação...

Às vezes, no debate sobre os royalties, falava aqui que talvez tenha muito desconhecimento sobre a nossa realidade. Muita gente, quando os Deputados e Senadores, quando vão ao Rio de Janeiro, devem ir a Copacabana, a Ipanema e ao Leblon, não conhecem...

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – A imagem do Cristo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não conhecem os problemas e estou falando da Baixada Fluminense que V. Ex^a conhece, os problemas de São Gonçalo, a luta por água, água que falta na região metropolitana em mais de 40% das casas, o problema do esgotamento sanitário. Temos graves problemas na região metropolitana e não tenho dúvida de dizer uma coisa: na questão dos *royalties* estão cometendo uma grande injustiça com o Rio de Janeiro. O Rio está melhorando, mas ainda falta muita coisa: tem que levar UPP para todo o Rio, para a baixada, para São Gonçalo, para o interior, tem de melhorar a saúde, tem de pagar melhor salário para o professor. Vamos lutar até as últimas consequências para defender o Rio. E não é apenas o Rio, Senador Magno Malta, mas o Espírito Santo. Estamos irmanados nessa batalha e sinto que isso é fundamental neste momento: nós mostrarmos o nosso sentimento de unidade.

Hoje o Senador Crivella falou da reunião, uma reunião difícil de acontecer no Rio de Janeiro. Juntamos, o Governador juntou todo mundo, todos os partidos: DEM, PSDB, PT, PMDB, o ex-Governador Garotinho, a Prefeita Rosinha também foi junto com o Governador Cabral. E vai ter uma passeata unificada com entidades patronais, entidades sindicais. Não é uma passeata contra ninguém, é uma passeata em defesa dos nossos direitos, dos direitos do Rio de Janeiro, dos direitos do Espírito Santo, mas uma passeata que tem esse objetivo de mostrar a nossa mobilização.

Há uma distorção federativa muito grande. Apesar de termos 20 milhões de habitantes entre Rio e Espí-

rito Santo, nossa força aqui no Senado e na Câmara Federal é uma força pequena, mas se conseguirmos sair com essa unidade vamos conseguir reforçar os nossos argumentos, fortalecer a negociação com a Presidenta Dilma, porque, de fato, a notícia que V. Ex^a, Senador Magno Malta, falou para gente é uma notícia alvissareira, essa de a Presidenta Dilma reconhecer que há exageros, que ela vai chamar a discussão dos *royalties*. Então, acho essa notícia é a melhor que temos neste debate no último período.

O Sr. Magno Malta (PR – ES) – Senador Lindbergh, os líderes estavam lá. Está ali o nosso Líder do PSC, que estava lá também entre mim e Crivella. Os líderes são testemunha de que a Presidente, ao encerrar a reunião, antes de passar a palavra para o Temer, agradeceu o apoio e, em seguida, disse: com relação ao tema colocado aqui pelos dois Senadores sobre os *royalties*, nós teremos uma pauta sobre esse assunto.

Em determinado momento eu cheguei a não ter esperança de ouvir isso, mas eu sabia que também não tinha direito de duvidar dela. Como tenho uma relação próxima e sou fã dessa coragem e também sou fã de... Ela não é festeira. Ela não é festeira, observa as coisas... Ela falou comigo e disse: “fique calmo, fique calmo, fique calmo!”. Nós vamos ter uma pauta sobre esse assunto e realmente há um exagero no que foi votado no Senado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Agradeço o aparte de V. Ex^a e o parabenizo. V. Ex^a tem dado grandes contribuições. V. Ex^a é o coordenador da mobilização dos dois Estados: Rio de Janeiro e Espírito Santo. Nós vamos fazer um ato em conjunto no dia 10. Eu estava até advogando que fossem em dias diferentes, mas V. Ex^a tem razão porque nós criamos uma notícia mais forte nessa quinta-feira. Volto a dizer que não é um ato contra ninguém, mas é um ato em defesa dos nossos direitos.

Quero dizer e, vou falar novamente porque esse é nosso mantra, é a marca da nossa passeata, quero dizer ao povo do Rio de Janeiro e ao povo do Brasil que nessa questão dos *royalties* estão cometendo uma grande injustiça contra o Rio. O Rio está melhorando, mas falta muita coisa. As UPP's, como falei aqui, temos que levar para todo o Rio, para a Baixada, para São Gonçalo, para o interior. Tem que melhorar a saúde, tem que pagar melhor o salário do professor. Nós vamos até as últimas consequências para defender o Rio de Janeiro. É o futuro dos nossos filhos e netos que está em jogo.

Agradeço aos Srs. Senadores, agradeço ao Presidente Anibal Diniz, Senador pelo Acre e pelo nosso partido, agradeço a tolerância do tempo e concluo

convocando todos os cariocas e fluminenses para o evento do dia 10.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Lindbergh.

Agora, com a palavra, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, em novembro de 1971, iniciava-se a transmissão televisiva no meu Estado e, desde então, há exatos 40 anos, a TV Sergipe, com muito trabalho e perseverança, vem retratando o cotidiano da nossa gente.

E falar da história da TV Sergipe é falar de Nairson Menezes, um sergipano nascido na cidade de Laranjeiras, dono de uma bela, forte e cristalina voz, que, no Sudeste do País, trabalhava no rádio e que, ao conhecer a televisão, encantou-se pelo veículo.

Funcionário da extinta TV Excelsior de São Paulo, trabalhou ao lado de grandes nomes do teatro e da televisão brasileira e, ao retornar a Sergipe, com a bagagem recheada de conhecimentos, foi em busca de parceria para a realização de seu grande sonho: a implantação de uma estação de TV no Estado e encontrou no empresário Francisco Pimentel Franco o entusiasmo de que necessitava para ver seu sonho tornar-se realidade.

Apesar de o poder político e econômico do grupo que apoiava a ideia não ser grande, os empresários Francisco Pimentel Franco, Josias Passos, Getúlio Passos, José Alves, Hélio Leão, Augusto Santana, Paulo Vasconcelos, Lauro Menezes e Luciano Nascimento não desanimaram. Na ocasião, estavam todos contagiados pelo idealismo de Nairson Menezes, que enxergava na televisão o caminho perfeito para ajudar o desenvolvimento econômico, político e sociocultural da nossa gente.

Os empresários então decidiram que trariam o povo para participar daquele momento histórico e, dessa maneira, 900 ações foram vendidas em pouco tempo. Assim, a TV Sergipe foi a única emissora do País que nasceu com a participação popular e foi também a primeira emissora montada com equipamentos produzidos no Brasil, Sr. Presidente.

Em 1967, começaram a ser realizadas algumas transmissões experimentais e esporádicas. E, graças às autorizações temporárias, em 1969, os sergipanos puderam assistir, ao vivo, à chegada do primeiro homem à Lua e, em 1970, à conquista do tricampeonato mundial de futebol, na Copa do México. A partir de maio de 1971, a Televisão de Sergipe entra, definitivamente, na sua fase experimental e, em novembro desse mesmo ano, o sonho virou realidade. Foi ao ar, agora para valer, o sinal da TV Sergipe.

A emissora iniciou suas operações como afiliada da Rede Tupi de Televisão. Entrava no ar no final da tarde e encerrava as suas transmissões por volta da meia noite, algo impensável hoje em dia, Sr. Presidente. Na sua grade, além de programas locais, eram exibidos noticiários e filmes.

A chegada da máquina de videoteipe permitiu que os telespectadores sergipanos pudessem acompanhar a exibição de programas e novelas que eram exibidos no Sudeste do País.

Mas a nossa produção de programas locais marcou a história da TV Sergipe.

O primeiro telejornal da emissora foi apresentado por Acival Gomes e a primeira equipe de telejornalismo, montada por Sérgio Gutemberg, era formada por profissionais vindos do rádio e das redações de jornais, onde a falta de experiência com o novo veículo foi superada, com brilhantismo, pela força de vontade e pela dedicação.

Já o primeiro programa de auditório, ao vivo, foi apresentado por Nelson Souza. Mas um fato interessante marcou, especialmente, a história dos programas de auditório na TV Sergipe e, por isso mesmo, merece ser relembrado. O programa Domingo Alegre, apresentado por José Raimundo Ribeiro, o cabo Zé, meu amigo, teve uma estreia inusitada: deveria ter duas horas e durou mais de seis, Sr. Presidente! E muitos outros programas fizeram grande sucesso, como o Sábado Geral, com apresentação do meu amigo Reinaldo Moura, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas e pai do meu amigo e irmão, Deputado Federal André Moura.

Em 1973, a TV Sergipe passa a ser afiliada da Rede Globo de Televisão, que exige investimentos na qualificação de pessoal e na compra de novos equipamentos. Diante dessas exigências e das dificuldades financeiras, a sociedade anônima é desfeita e a TV Sergipe é vendida para o grupo Aratu, da Bahia.

A compra da emissora sergipana faz parte de um projeto ambicioso: formar uma equipe de televisão no Nordeste. E, apesar de todos os investimentos que foram feitos, o projeto para a formação de uma nova rede de televisão no Nordeste, com sede em Salvador, não se concretizou, e a TV Sergipe foi comprada pela família Franco.

Aqui, eu gostaria de enaltecer e homenagear o trabalho empreendedor do patriarca da família, o saudoso Dr. Augusto Franco, homem de visão, que sempre se empenhou em favor do desenvolvimento da comunicação no nosso Estado.

Não posso deixar de ressaltar a continuação do trabalho pró-comunicação em nosso Estado, por intermédio de competentes empresários, como, então,

Albano do Prado Franco e do seu irmão, o saudoso Augusto César Franco, proprietários da nobre emissora.

Com essa nova gestão, portanto, a TV Sergipe não parou mais de crescer e de se modernizar. No ano passado, foi a primeira no Estado a produzir, editar e exibir um programa em HDTV (TV de alta definição), o Terra Serigy, sobre o cânion do rio São Francisco.

O fato é que o tempo passou e a Rádio e Televisão de Sergipe S/A, que nasceu de um ideal progressista, manteve sua trajetória de empresa líder de mercado, baseada sempre em princípios éticos e na alta qualidade de sua programação. E, gostaria de parabenizar a todos que fizeram e que fazem a história desta emissora, que, definitivamente, faz parte da vida do povo sergipano.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, gostaria, ainda de parabenizar o Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho, principal casa de saúde do nosso Estado, última porta para muitos, maior esperança para muitos, onde muitas vidas são salvas, desde os que são atendidos na urgência e emergência até mesmo daqueles que são cuidados e tratados de doenças como os diversos tipos de câncer, pelos seus mais de 25 anos de prestação de serviços à população sergipana.

Esse hospital foi construído ainda no mandato do ex-governador João Alves Filho, que, sem dúvida nenhuma, teve uma grande visão na época. Ainda hoje, esse hospital persiste como a principal casa de saúde do povo sergipano.

Somos cientes das dificuldades por que o hospital passa, mas não podemos ignorar que o Hospital de Urgência de Sergipe Governador João Alves Filho é o maior e mais bem equipado hospital público do nosso Estado.

Sr. Presidente, era só.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Convoco V. Ex^a para assumir a Presidência para que eu faça uso da palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, antes de assumir a Presidência, queria manifestar aqui o meu agradecimento à TV Sergipe pelo apoio que deu à campanha em prol da vida, em defesa do Hospital do Câncer de Sergipe, na pessoa do empresário Ricardo Franco, que também abraçou essa nobre causa, essa causa humanitária, porque Sergipe é um dos poucos Estados da Federação que ainda não tem um hospital propriamente dito especializado em oncologia. A TV Sergipe abraçou e defendeu essa causa. Quero agradecer ao empresário Ricardo

Franco por tudo que ele fez. O povo de Sergipe, com certeza, lhe é muito grato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, em primeiro lugar quero manifestar minha solidariedade à família do cinegrafista Gelson Domingos da Silva que perdeu a vida em pleno exercício da profissão no último domingo na favela de Antares no Rio de Janeiro. É lamentável que a violência tenha atingido patamares tão elevados e a gente tenha que fazer um registro dessa natureza.

Com muito pesar, sou um jornalista de profissão, fui Secretário de Comunicação do Governo do Acre durante dez anos e sei o quanto eu contei com a solidariedade dos profissionais da imprensa, meus colegas de trabalho. Imagino o quanto foi dolorido para os familiares e para os colegas de profissão, os companheiros da equipe que viram e sentiram o clima todo ali. Então, foi algo muito lamentável. Diante de uma situação dessas, diante da nossa impotência, porque a gente se sente completamente impotente, não há nada que a gente possa fazer a não ser desejar que Deus conforte essa família, que a polícia possa encontrar os culpados e que eles possam pagar pelo crime que cometeram, além de ficarmos na esperança de que essa violência, essa escalada da violência, encontre um ponto final, um jeito de o Brasil dar conta de garantir a proteção às famílias e às pessoas de bem que estão apenas cumprindo o seu trabalho, sem armas, apenas com uma câmera na mão, que não oferecem nenhum risco, mas, “quando pensam que não”, levam um tiro de fuzil e têm a vida acabada. Que Deus conforte a família e os amigos do cinegrafista Gelson. Então, minha solidariedade, apesar do constrangimento de ter de fazer um registro deste.

Mas, Sr. Presidente, eu começo fazendo um registro aqui de algo muito importante para nós do Acre, que é a viagem que o Governador Tião Viana está fazendo hoje aos Estados Unidos da América, na cidade de Washington, onde vai participar da premiação da Organização Panamericana de Saúde, concorrendo com uma das três experiências mais inovadoras da América no que diz respeito ao combate à malária.

A experiência utilizada no Acre foi uma experiência muito bem-sucedida, e o Governador Tião Viana

teve uma participação direta, primeiro como Senador, apresentando uma emenda e contribuindo para a aquisição de milhares de mosquiteiros medicinais que combatem a carapanã e, dessa forma, houve uma redução muito significativa nos casos de malária na região do vale do Juruá, que era a mais atingida nos anos de 2009 e 2010.

Com essa ação, foi possível ter uma redução muito importante, ao ponto de a Organização Pan-Americana de Saúde incluir essa experiência entre as três melhores das Américas. Essas três experiências estarão sendo expostas em Washington, e uma delas será classificada como a mais bem-sucedida. Eu fico aqui na torcida para que a experiência do Acre seja reconhecida como a melhor dessas experiências e que o Governador Tião Viana continue firme nessa ação que está desenvolvendo na área de saúde, que é a sua especialidade – ele é um médico sanitário, doutor em epidemiologia. Ele tem todas as condições de fazer um grande governo nessa área de saúde, e está fazendo. Na sexta-feira, pela manhã mesmo, ele começou a agenda, que foi bastante agitada por um ato de lançamento do novo combate à dengue, mobilizando prefeituras, mobilizando a sociedade, setores da sociedade, todos em uma intenção de que, neste ano, o Acre esteja mais bem preparado no combate à dengue, para que não aconteça uma epidemia como aconteceu no ano passado, e a gente possa evitar que haja qualquer tipo de complicação por conta dessa doença.

Eu também gostaria de falar que o Governador Tião, também na sexta-feira... Fizemos a entrega de 400 casas do programa Minha Casa, Minha Vida, que é um programa fantástico, destinado a famílias mais necessitadas, que ganham até 3 salários mínimos. E essas 400 casas que foram entregues na sexta-feira fazem parte do conjunto de 10 mil casas contratadas ainda no Governo Binho Marques e no governo do Presidente Lula. Foram contratadas 10 mil casas, e o Governador Binho Marques conseguiu entregar entre 2.300 e 3.000 casas. Mas a ação continuou com o Governador Tião Viana. Ao longo deste ano de 2011, ele vai entregar mais 4.200. Só no mês de dezembro, serão entregues 1,5 mil casas. E vale ressaltar também que, no programa Minha Casa, Minha Vida 2, lançado pela Presidenta Dilma, o Governador Tião Viana entrou com um projeto de mais 10 mil casas. Dessa forma, o Acre está tentando dar uma resposta bem eficiente no que diz respeito ao déficit habitacional, que é bastante considerável no Acre. Com essa ação – será o maior número de casas construídas ao longo da história do Acre –, espera-se dar uma resposta bem efetiva em relação a esse problema do déficit habitacional no Acre.

Vale ressaltar também que esse programa Minha Casa, Minha Vida, iniciado pelo Presidente Lula, com uma ousadia fantástica ao se propor a construir um milhão de habitações para famílias necessitadas, foi duplicado agora pela Presidenta Dilma e vai atingir dois milhões, podendo chegar a três milhões de moradias. E nós ficamos orgulhosos de fazer um registro desses aqui no Senado, no sentido de que um dos problemas mais sentidos pela população pobre do Brasil está sendo atacado, de maneira muito eficiente, pelo Governo Federal, com a Presidenta Dilma, e também pelo Governo do Acre, com o Governador Tião Viana.

Além da entrega das 400 casas, tivemos uma agenda bastante intensa com o Governador. Estivemos no Vale do Acre e visitamos os Municípios de Assis Brasil, Brasileia e Epitaciolândia. Nessas localidades, fizemos entregas de Ruas do Povo, e estivemos em área rural, fazendo entrega de açude, porque o Governo do Governador Tião Viana é muito atento a todas as áreas; está investindo na área urbana, mas também está investindo na produção rural. E uma das apostas mais importantes que ele está fazendo no momento diz respeito à piscicultura. Ele está fazendo um grande investimento na construção de açudes. Já foram 600 açudes abertos, nesses dez meses de governo, e o objetivo é fazer a entrega de quatro mil, ao longo de quatro anos.

E, além dos açudes, há todo um trabalho no sentido de consolidar uma cadeia da produção de pescados, que vai desde a industrialização da ração à produção de alevinos, para fornecer para os produtores, e, finalmente, à indústria de filetagem, que vai cuidar de processar os pescados do Acre para a exportação.

Como já disse outras vezes aqui nesta tribuna, o Acre tem uma produção de pescados, atualmente, entre quatro mil e cinco mil toneladas. E o objetivo do Senador Tião Viana – ele está trabalhando fortemente para cumprir esse objetivo – é chegar a 20 mil toneladas em quatro anos.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de aproveitar a noite de hoje para fazer um registro que também me traz bastante satisfação no que diz respeito à política internacional e como o Brasil tem se portado com a Presidente Dilma e o nosso Corpo Diplomático diante dessas questões.

É um tema que, ao mesmo tempo, me traz satisfação mas alguma preocupação simultaneamente.

Venho saudar, neste plenário, a corajosa resolução da Unesco, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que decidi, na última segunda-feira, dia 31, admitir a entrada da Palestina como membro de pleno direito da Unesco,

uma das principais agências da Organização das Nações Unidas.

Com essa decisão realmente corajosa, porque já provocou inclusive reações que lhe serão certamente prejudiciais, a Unesco permitiu aos palestinos conquistarem uma vitória diplomática simbólica, mas significativa, na intenção do reconhecimento de seu Estado.

Antes desse reconhecimento, a condição anterior dos palestinos era de membro observador.

A decisão da Unesco, tomada durante a Conferência Geral, em Paris, foi aprovada com 107 votos a favor, 14 votos contra e 52 abstenções. Foi saudada por muitos países e, no último final de semana, também pela nossa Presidenta, Dilma Rousseff, em reunião com a Diretora-Geral da Unesco, Irina Bokova. A Presidente Dilma disse, na ocasião, que a decisão de admitir a Palestina como membro efetivo foi muito bem recebida pelo Brasil.

Foram contra o ingresso da Palestina 14 membros da Organização das Nações Unidas, entre eles Estados Unidos e Israel, históricos opositores da decisão, além de Canadá e Alemanha,

Para que a adesão plena fosse concedida, eram necessários 81 votos entre os 173 membros da Unesco. Felizmente foram possíveis 107 votos a favor.

Por outro lado, Brasil, China, Índia, África do Sul e França foram a favor da adesão plena dos palestinos. O Reino Unido foi um dos países que se absteve.

Como já citamos nesta tribuna, o Brasil é um histórico defensor da criação de um Estado Palestino soberano, e essa defesa é compartilhada por quase toda a comunidade internacional.

É uma defesa baseada em muitos instrumentos internacionais existentes, com destaque para a Resolução 181, de 1947, da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que criou o Estado de Israel e assegurou, ao mesmo tempo, ao povo palestino o direito à criação de um Estado que conviveria pacificamente com Israel, configurando o que se chama de “solução de dois Estados” para o conflito do Oriente Médio.

Podemos lembrar que, no mês passado, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, vários líderes mundiais, entre eles a Presidenta Dilma Rousseff, defenderam o direito de os palestinos terem seu país.

Foi nessa ocasião que o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, apresentou formalmente o pedido para ser um Estado-membro da ONU.

Alinhado aos direitos palestinos, o Governo brasileiro já emitiu comunicado, por meio do Ministério de Relações Exteriores, felicitando a Palestina por sua admissão como membro pleno da Unesco.

Mas, infelizmente, ao lado de um momento de satisfação, quero lamentar a atitude do governo dos Estados Unidos, que anunciou uma retaliação e o corte do envio de fundos à Unesco.

Lamento, nesta tribuna, que o governo dos Estados Unidos tenha decidido privar a Unesco de recursos. Para justificar essa atitude, que me parece extremamente equivocada, o governo norte-americano declarou que a decisão da Unesco coloca em prática, automaticamente, uma medida legislativa que obriga um corte completo de financiamento americano a qualquer agência da ONU que aceite a Palestina como membro pleno antes de que seja alcançado um acordo de paz israelo-palestino.

A contribuição americana, de cerca de US\$80 milhões por ano, representa 22% da verba total da agência da ONU. O governo norte-americano já anunciou o cancelamento de um pagamento de US\$60 milhões à Unesco previsto para este mês de novembro.

Trata-se de uma verba importante, e sua falta poderá comprometer seriamente as ações desenvolvidas pela Unesco. Será esse realmente o objetivo do governo dos Estados Unidos? Impedir as ações da Unesco? Levar essa cisão a extremos? A decisão norte-americana não deverá ajudar o processo de paz, mas, ao contrário, poderá torná-lo ainda mais distante. E isso é preocupante.

Prova disso é que o Secretário-Geral da Liga Árabe, Nabil al-Arabi, afirmou que a suspensão de pagamentos dos Estados Unidos à Unesco terá um impacto negativo no processo de paz. O Governo do premiê israelense anunciou a aceleração das construções em Jerusalém Oriental, reivindicada pelos palestinos para o futuro Estado. Além disso, anunciou o congelamento da transferência de recursos à Autoridade Palestina (AP) por tempo indeterminado.

No entanto, para os palestinos e para aqueles que se somam ao desejo de reconhecimento da Autoridade Nacional Palestina, a vitória na Unesco é vista como um passo a mais no caminho do reconhecimento pela ONU.

A Unesco foi a primeira organização em que os palestinos buscaram integração como membro total. A tendência agora é que a Autoridade Nacional Palestina

tente o reconhecimento pleno na Organização Mundial da Saúde, a OMS, outra agência da ONU.

Isso é muito relevante. Poderemos ter, a partir de agora, um fato inédito e expressivo. Poderemos, em breve, possivelmente, ver a adesão da Palestina como membro pleno em vários órgãos da ONU em todo o mundo, antes mesmo da votação sobre a admissão palestina como membro pleno na Organização das Nações Unidas, votação essa que está prevista para este mês no Conselho de Segurança da ONU. Sabemos, entretanto, que os Estados Unidos anunciaram que usarão seu poder de veto para barrar esse desejo palestino.

Mas podemos, inegavelmente, comemorar aqui uma vitória política do que está sendo atualmente uma luta diplomática mundial, levada adiante pelo mundo árabe para ter direito ao reconhecimento. E – quem sabe? – participar de um novo momento na história. Cabe-nos torcer pela paz.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, na torcida de que a nação palestina seja reconhecida pela Organização das Nações Unidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Senador Anibal Diniz, também presto a minha solidariedade à família do cinegrafista Gelson Domingos, pela perda enorme.

É lamentável que vidas sejam perdidas em nosso País, sobretudo dessa maneira, no exercício da sua profissão, na busca daquilo que está acontecendo em algumas localidades. Naquele momento, no Rio de Janeiro, em pleno exercício da sua profissão, Gelson Domingos perdeu a vida. Isso é lamentável. Isso é repudiável.

Quero somar-me a todos que expressaram sua solidariedade à família do cinegrafista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – A Presidência recebeu do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o **Ofício nº 50, de 2011-CN** (nº 900/2011-BNDES GP, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011.

É o seguinte o Ofício:


CONGRESSO NACIONAL
OFÍCIO Nº 50, DE 2011-CN
(nº 900/2011, na origem)

Assunto: Relatório Gerencial da aplicação dos recursos das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminho, nos termos do parágrafo sexto do artigo primeiro da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2011.

Respeitosamente,


 LUCIANO COUTINHO
 Presidente

BNDES

**Banco Nacional de Desenvolvimento
 Econômico e Social**

ÁREA FINANCEIRA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS INSTITUCIONAIS INTERNOS

RELATÓRIO GERENCIAL TRIMESTRAL
RECURSOS DAS LEIS nº11.948/09 e nº12.249/10

3º trimestre de 2011

Rio de Janeiro - outubro de 2011

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	
1.1. Conjuntura Internacional	
Gráfico I - Participação dos Bancos de Países Selecionados nas Dívidas dos PIIGS	
Gráfico II - Evolução da Taxa de Desemprego nos EUA (em %)	
Gráfico III - Impulso Fiscal na Economia Norte-Americana em 2012	
Gráfico IV - Alíquotas de Recolhimento Compulsório e Taxas de Juros na China	
1.2. Economia Brasileira	
Gráfico V - Decomposição da Taxa de Crescimento do PIB em p.p.	
Gráfico VI - Impacto das Medidas Macroprudenciais do Banco Central	
Gráfico VII - Taxa de Crescimento do PIB da FBKF	
1.3. Desembolsos do BNDES	
Tabela I - Desembolso do BNDES por Ramos de Atividade em R\$ Bilhões	
Tabela II - Desembolso do BNDES por Setores em R\$ Bilhões	
1.4. O PSI - Programa de Sustentação do Investimento	
Gráfico VIII - Carteira do Programa de Sustentação do Investimento (PSI)	
Tabela III - Carteira do PSI por Segmentos R\$ Bilhões	
1.5. Operações com MPME's e pessoas físicas	
Gráfico IX - Desembolsos para MPME's e Pessoas Físicas	
Gráfico X - Desembolsos da AOI - FINAME, BNDES Automático e Cartão BNDES	
Gráfico XI - Pedidos de Liberação da FINAME em R\$ milhões	
2. EVOLUÇÃO DAS CAPTAÇÕES EFETUADAS JUNTO AO TESOURO NACIONAL	
Tabela IV - Movimentação Financeira - Recursos do Tesouro Nacional	
3. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
a. Modalidade de Investimento	
Tabela V - Modalidade Operacional BNDES	
b. Análise Geográfica	
Gráfico XII - Desembolsos por Região	
Tabela VI - Comparativo Carteira x Participação no PIB	
Gráfico XIII - Desembolsos por Unidade Federativa	
c. Análise Setorial	
Gráfico XIV - Desembolsos por Ramo de Atividade	
Gráfico XV - Desembolsos por Gêneros de Atividade	
d. Análise Econômico Financeira	
Gráfico XVI - Desembolsos por Porte das Empresas	
Tabela VII - Quantidade de Projetos por Porte das Empresas	
Tabela VIII - Média da taxa líquida após equalização por porte da empresa	
Tabela IX - Média do custo total pago pelo tomador final	
Tabela X - Média dos índices por Modalidade Operacional para Micro Empresa	
Gráfico XVII - Prazos de Carência e Amortização	
Gráfico XVIII - Participação do BNDES no Investimento Total	
Gráfico XIX - Projetos Incluídos no PAC	
e. Maiores projetos no período de janeiro de 2009 a setembro de 2011	
4. DESCRIÇÃO DOS MAIORES PROJETOS DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2011	
5. ANÁLISE DO IMPACTO SOBRE A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	
Tabela XI - Sistema de Contas Nacionais (Investimentos)	
Tabela XII - Geração e Manutenção de Empregos	
6. GLOSSÁRIO	
7. LISTA DE SIGLAS	
ANEXO I - DETALHAMENTO DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	
ANEXO II - DETALHAMENTO DOS GÊNEROS DE ATIVIDADE BENEFICIADOS	

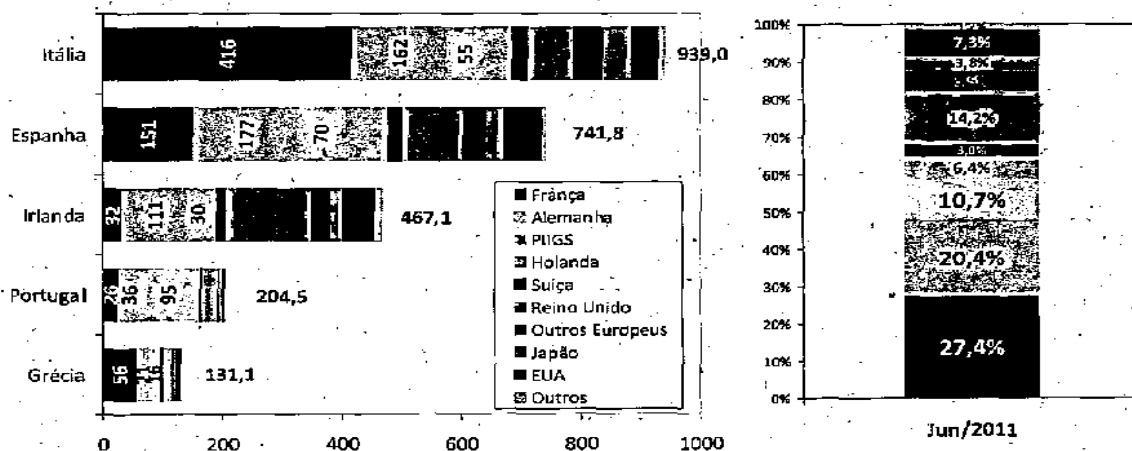
1. INTRODUÇÃO

1.1. Conjuntura Internacional

A economia internacional continua cercada por fortes incertezas. A situação dos países da periferia da Zona do Euro coloca em perspectiva a possibilidade, cedo ou tarde, de uma reestruturação das dívidas soberanas dessas economias. O grande problema, nesse momento, é o potencial de contágio da crise das dívidas soberanas para o sistema bancário da Zona do Euro, em particular dos países centrais da região – França e Alemanha.

O Gráfico 1 mostra os dados do BIS (Banco para Compensações Internacionais) da exposição dos sistemas bancários de países selecionados às dívidas dos PIIGS – Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha. É possível verificar que França e Alemanha carregam quase metade do montante total (47,8% ou € 1,6 trilhão). Outra informação relevante é o “risco soberano cruzado” dos PIIGS. Em conjunto, o sistema bancário desses países carrega € 267 bilhões de papéis soberanos uns dos outros, o que equivale a pouco mais de 10% do volume total de endividamento dessas economias.

Gráfico 1 - Participação dos Bancos de Países Selecionados nas Dívidas dos PIIGS
Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (em %) - Estoque (em € bilhões)

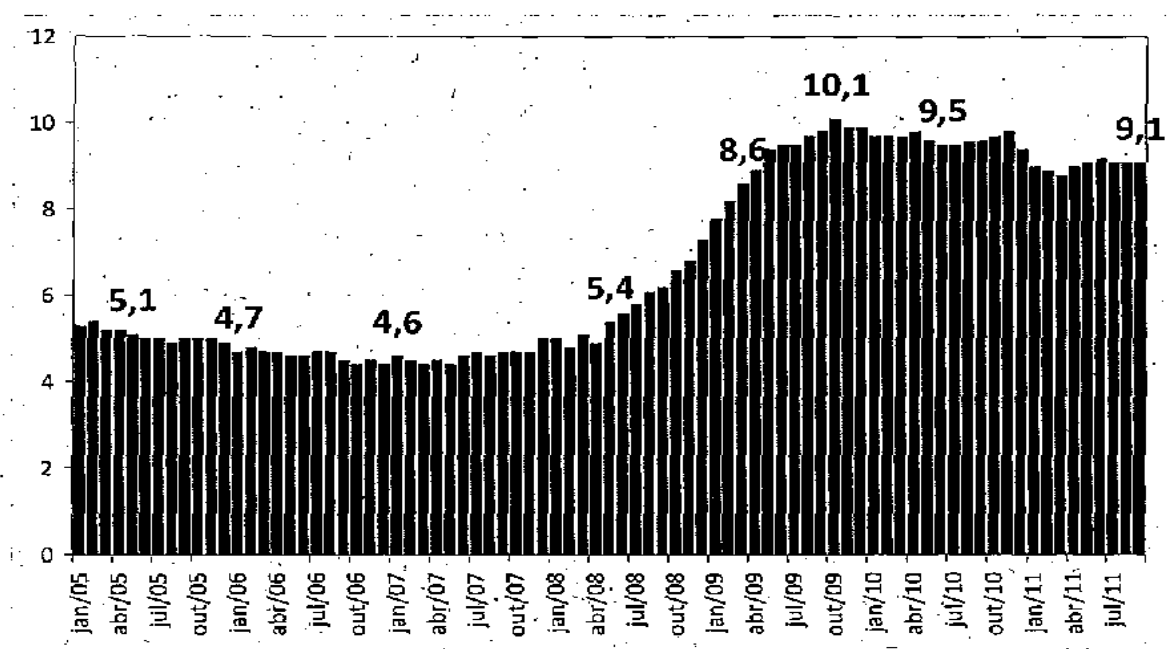


Fonte: BIS. Elaboração APE/BNDES

Nos EUA, a implementação da segunda rodada de afrouxamento quantitativo (quantitative easing 2 - QE2) em meados de 2010 não tem sido suficiente para elevar o crescimento da economia no curto prazo. Parte do aumento da oferta

monetária doméstica não tem se transformado em expansão creditícia, uma vez que os bancos têm elevado, proporcionalmente, seu volume de excesso de reservas remuneradas pelo Federal Reserve (FED). Concomitantemente, as famílias norte-americanas continuam em processo de desalavancagem, isto é, estão reduzindo suas dívidas. O mercado imobiliário permanece desaquecido, com os preços dos imóveis em patamares ainda baixos. O mercado de trabalho, de maneira semelhante, ainda recupera-se de maneira bastante lenta, com a taxa de desemprego ainda acima de 9,0% (Gráfico II).

Gráfico II - Evolução da Taxa de Desemprego nos EUA (em %)

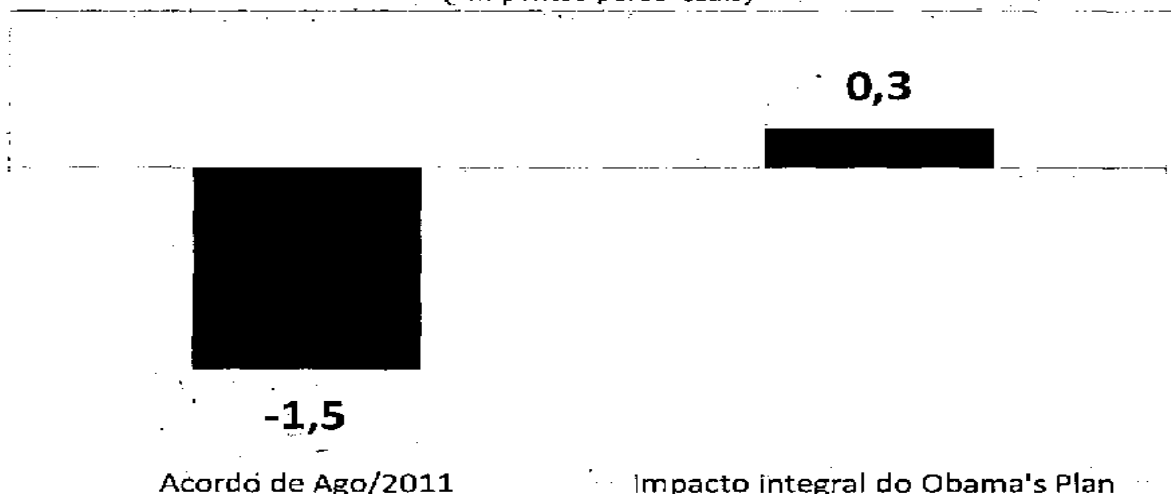


Fonte: Bloomberg. Elaboração APE/BNDES

Além disso, o problema registrado com relação ao teto da dívida pública – após o rebaixamento de rating pela agência de classificação de risco Standard & Poor's – trouxe incerteza e volatilidade nos mercados internacionais. A acirrada e polarizada disputa política nos EUA em torno dessa questão gerou um acordo no qual, estima-se, que a contribuição da política fiscal para o desempenho da economia americana será negativa já a partir de 2012. Em resposta, o presidente Obama lançou o chamado American Jobs Act, que consiste em um plano de fomento ao emprego na economia. O Gráfico III mostra o impacto, em pontos percentuais, da política fiscal norte-americana para 2012 considerando as duas situações. Ainda não se sabe ao certo qual cenário prevalecerá, mas provavelmente estará entre as duas propostas.

Gráfico III - Impulso Fiscal na Economia Norte-Americana em 2012

(em pontos percentuais)

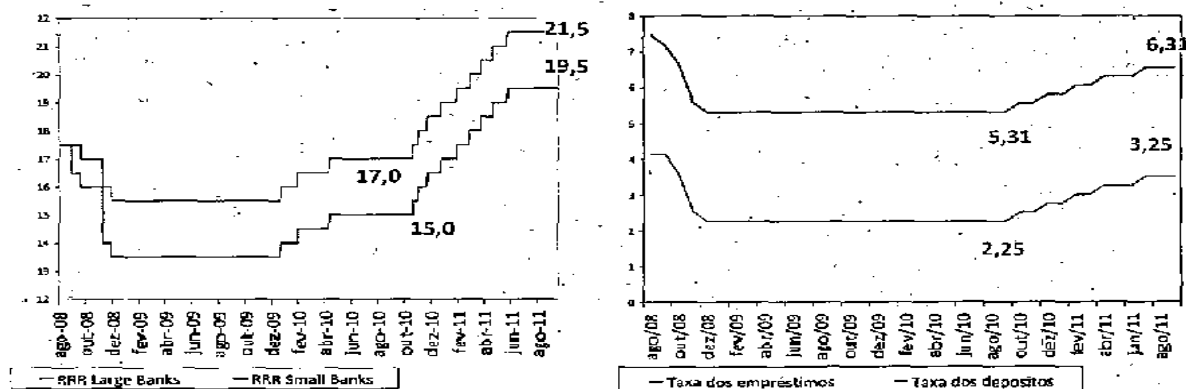


Fonte: IIF (Institute of International Finance). Elaboração APE/BNDES

Na China, a elevação da inflação, em especial dos itens ligados à alimentação básica, tem gerado uma forte reação por parte das autoridades no sentido de apertar as condições monetárias (Gráfico IV). Desde meados de 2010, as taxas básicas de juros já foram elevadas em 5 oportunidades, assim como as alíquotas de recolhimento compulsório dos bancos (em 10 oportunidades). Esse movimento de combate à alta dos preços domésticos certamente gerará algum impacto na trajetória de crescimento da economia. A grande questão é saber não apenas qual é a velocidade e o grau da desaceleração da economia chinesa, mas também como essa dinâmica impactará a evolução prospectiva da economia mundial, em particular os preços internacionais das commodities.

Gráfico IV - Alíquotas de Recolhimento Compulsório e Taxas de Juros na China

(em %)

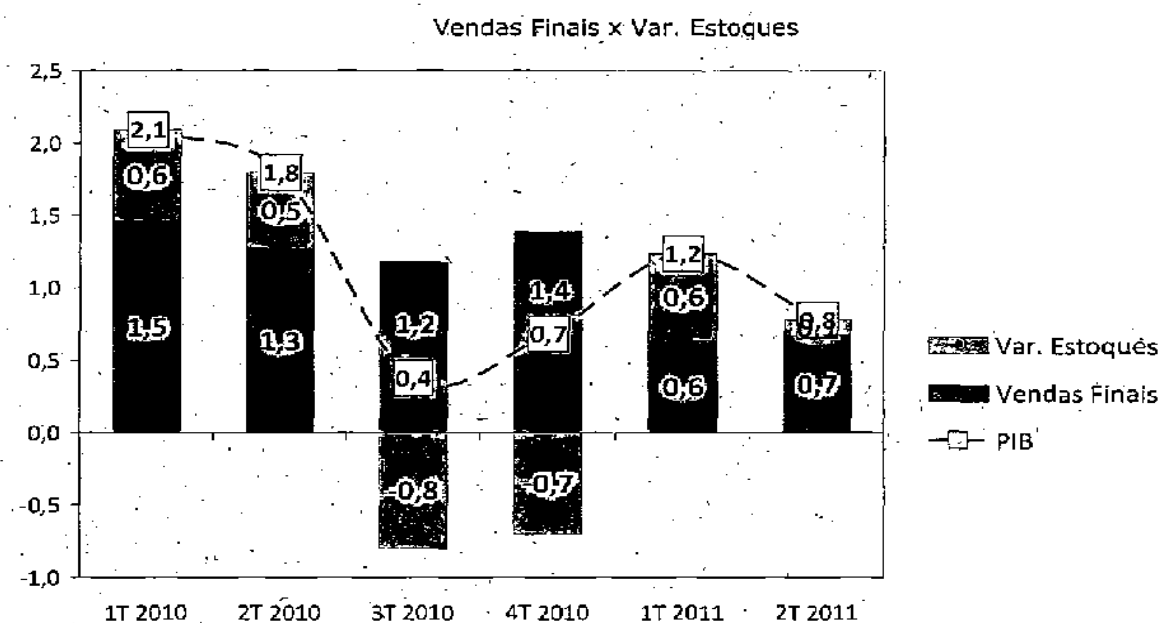


Fonte: Bloomberg. Elaboração APE/BNDES

1.2. Economia Brasileira

Os dados das contas nacionais referentes ao ano de 2011 da economia brasileira mostram uma trajetória de crescimento da demanda agregada menos intensa do que em 2010. O Gráfico V ilustra que, embora o ritmo de expansão no primeiro semestre de 2011 tenha sido superior ao do segundo semestre de 2010, sua composição foi bem diferente. As vendas finais (consumo total + FBKF + exportações líquidas) tem sido bem menos dinâmicas do que em 2010.

Gráfico V - Decomposição da Taxa de Crescimento do PIB em p.p.:



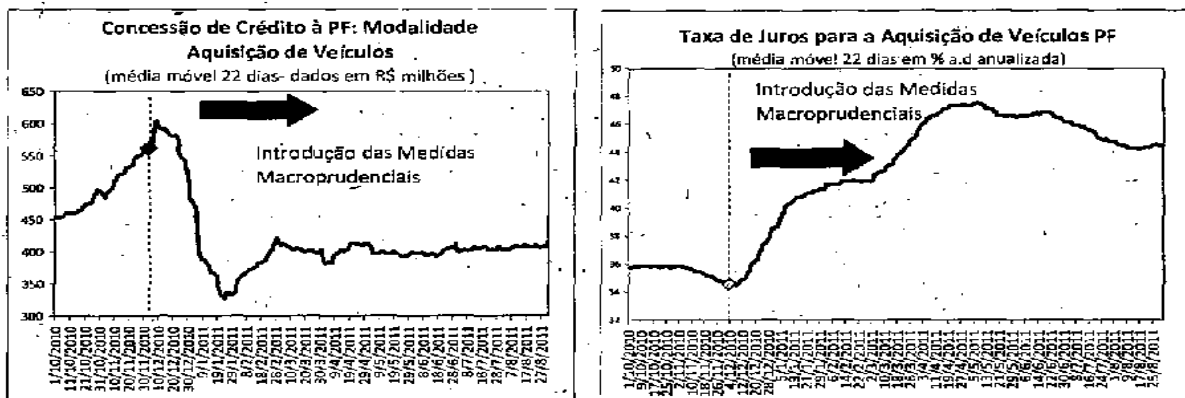
Fonte: Bloomberg. Elaboração APE/BNDES

Esse comportamento da demanda doméstica é fruto, em parte, dos efeitos das medidas macroprudenciais implementadas pelo Banco Central brasileiro em dez/10, e do ciclo de aperto monetário adotado até meados de 2011. Visando desestimular o consumo das famílias, houve não apenas a utilização convencional da política monetária (alta de juros), mas também aumento das alíquotas de recolhimento compulsório e do percentual de requerimento mínimo de capital para operações de crédito a pessoas físicas com prazos superiores a 24 meses.

O crédito para aquisição de veículos foi particularmente impactado, tanto no que tange ao volume de novas concessões, quanto no aumento das taxas de juros cobradas ao tomador final (Gráfico VI).

Gráfico VI - Impacto das Medidas Macroprudenciais do Banco Central:

Dados diários de Concessões e Taxa de Juros acumulados em 22 dias

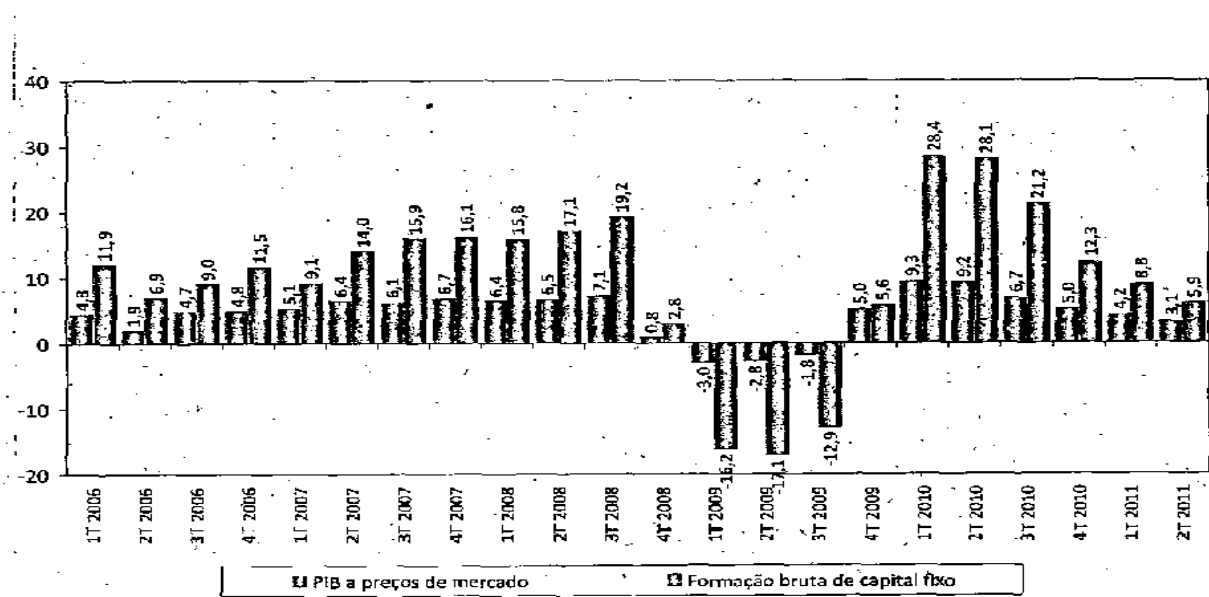


Fonte: BCB. Elaboração APE/BNDES

Os investimentos, por sua vez, continuam apresentando crescimento. Embora sua a velocidade de expansão venha se reduzindo devido ao efeito estatístico de bases mais altas de comparação, ainda pode-se notar que a FBKF cresce a uma taxa duas vezes superior a do PIB (Gráfico VII). Ao final do 2T/2011, a taxa de investimento da economia (FBKF/PIB) atingiu 18,4%. O acirramento do cenário internacional é um ponto a ser monitorado, em especial seus impactos nas decisões de investimento no Brasil.

Gráfico VII - Taxa de Crescimento do PIB da FBKF :

(Var. % trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração APE/BNDES

1.3. Desembolsos do BNDES

Conforme mostra a tabela abaixo, a Indústria e a Infraestrutura responderam por 72,5% dos desembolsos do BNDES no terceiro trimestre de 2011, perfazendo um total de R\$ 36 bilhões. Embora a taxa de crescimento global tenha sido negativa em 18%, os ramos de Infraestrutura e Agropecuária apresentaram crescimento – com taxas de expansão de 27,9% e 7,3%, respectivamente frente ao 3T/2010 (Tabela I).

Tabela I - Desembolso do BNDES por Ramos de Atividade em R\$ Bilhões

	R\$ Bilhões			Taxa de Crescimento (em %)	
	3T 2009	3T 2010	3T 2011	3T 2010/3T 2009	3T 2011/3T 2010
Agropecuária	1,7	2,2	2,8	27,7	7,3
Comér./Serv.	5,6	7,4	7,6	51,8	2,8
Indústria	12,8	21,6	9,7	76,2	-55,0
Infraestrutura	9,4	12,8	16,4	36,7	27,9
TOTAL	28,9	43,9	36,0	51,9	-18,0

(*) Ex-Petróbras 2009 E 2010

Fonte: BNDES

Tabela II - Desembolso do BNDES por Setores em R\$ Bilhões

Setores	R\$ Bilhões			Taxa de Crescimento (em %)	
	3T 2009	3T 2010	3T 2011	3T 2010/3T 2009	3T 2011/3T 2010
Indústria	12,8	21,6	9,7	76,2	-55,0
Alimento e Bebida	2,2	6,4	1,1	194,0	-83,2
Papel e Celulose	0,2	0,7	0,4	316,6	-31,7
Extrativa	0,1	0,7	0,8	692,3	15,1
Mat. Transporte	4,6	4,0	2,0	-12,6	-50,6
Mecânica	1,6	2,4	1,1	51,9	-53,0
Metallurgia Básica	1,1	2,0	0,5	78,7	-75,7
Química e Petroq.	1,2	2,6	1,8	125,1	-31,8
Têxtil e Vestuário	0,2	0,6	0,6	262,6	16,4
Outros	1,2	2,3	1,4	95,7	-37,7
Infraestrutura	9,4	12,8	16,4	36,7	27,9
Energia Elétrica	3,4	2,5	5,0	-26,1	101,9
Transportes(*)	5,2	9,4	9,9	80,2	5,1
Telecomunicações	0,4	0,3	0,8	-8,2	127,4
Outros	0,4	0,6	0,7	93,8	20,9
Outros Ramos	7,3	9,5	9,9	30,9	3,8
TOTAL	28,9	43,9	36,0	51,9	-18,0

Fonte: BNDES

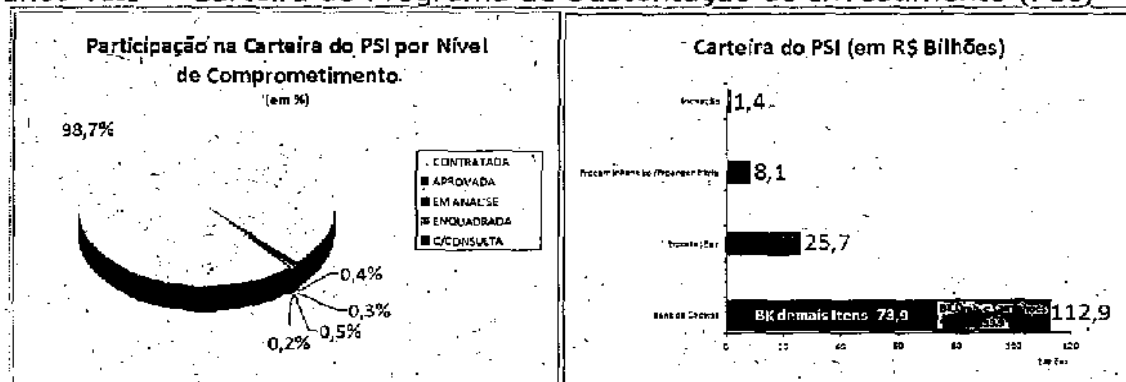
(*) Abrange transportes ferroviário e rodoviário, atividades auxiliares de transportes e outros transportes de acordo com a classificação setorial do BNDES.

Na Indústria, os segmentos que mais se retraíram em termos de desembolsos no 3T/2011 foram alimentos e bebidas, mecânica e material de transporte. Na Infraestrutura, os setores de maior destaque foram os de transporte e energia elétrica – responsáveis, em conjunto, por mais de 40% das liberações totais do BNDES no trimestre.

1.4. O PSI – Programa de Sustentação do Investimento

O Gráfico VIII mostra o valor comprometido no âmbito do PSI por nível de operações e por segmentos. Ao final de junho de 2011, o estoque da carteira do Banco relativo ao PSI atingiu R\$ 148,0 bilhões, dos quais R\$ 1,4 bilhão para Inovação, R\$ 25,7 bilhões para exportações, R\$ 112,9 bilhões para bens de capital e R\$ 8,1 bilhões para os programas Pró-Caminhoneiro / Proengenharia.

Gráfico VIII - Carteira do Programa de Sustentação do Investimento (PSI)



Fonte: BNDES. Elaboração APE/BNDES (Posição outubro/2011)

A Tabela III mostra a carteira do Banco referente ao PSI desagregada entre os segmentos. É importante ressaltar que mais de 76,4% desses valores foi destinado a bens de capital, tanto no financiamento a ônibus e caminhão (R\$ 39,9 bilhões), quanto na aquisição de máquinas e equipamentos (R\$ 73,0 bilhões). Dos R\$ 25,7 bilhões destinados ao financiamento à exportação, a maior parte está relacionada a bens de capital.

Tabêla III - Carteira do PSI por Segmentos R\$ Bilhões

	R\$ bilhões	Participação (em %)
Total	147,8	100,0%
1. Bens de Capital	112,9	76,4%
1.1 Ônibus e Caminhão	39,9	27,0%
1.2 Demais Itens	73,0	49,4%
Coque e Derivados do Petróleo	3,1	2,1%
Alimentos e Bebidas	6,6	4,5%
Papel e Celulose	1,8	1,2%
Metalurgia	2,1	1,4%
Veículos	2,0	1,3%
Eq. De Transportes	1,2	0,8%
Produtos Químicos	1,2	0,8%
Minerais não-metálicos	1,7	1,2%
Borracha e Plástico	1,7	1,2%
Demais	51,6	34,9%
2. Exportações	25,7	17,4%
2.1 Exportações de BK	18,9	12,8%
2.2 Exportações de bens de consumo	6,8	4,6%
3. Inovação	1,1	0,7%
3.1 Capital inovador	0,3	0,2%
3.2 Outras	0,8	0,5%
4. Pró-Caminhoneiro/Proengenharia	8,1	5,5%

Fonte: BNDES

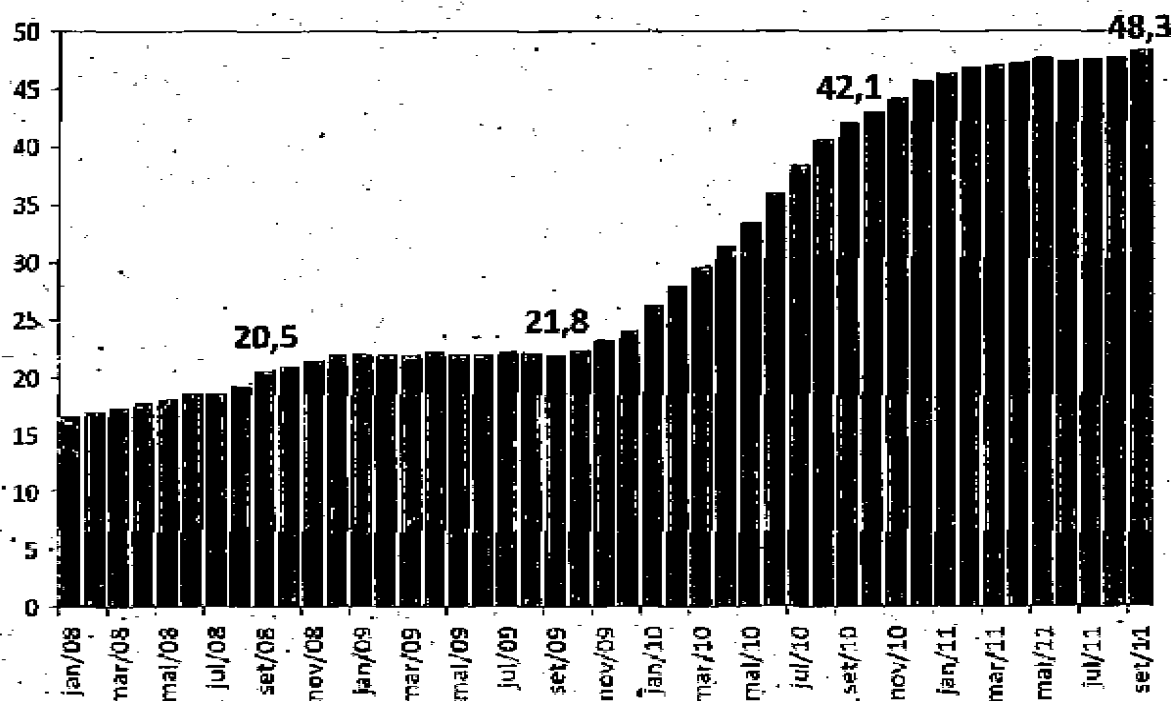
1.5. Operações com MPME's e pessoas físicas

Nos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2011, as liberações para micro, pequenas e médias empresas (MPME's) e pessoas físicas atingiram o valor recorde de R\$ 48,3 bilhões, com aumento de 14,7% frente aos doze meses anteriores (Gráfico IX). O crescimento do número de operações foi ainda mais expressivo; de 49% no período, atingindo 767,3 mil operações, bem acima das 515 mil operações nos doze meses anteriores.

Os dados de 2011 até o mês de setembro mostram que BNDES realizou 593 mil financiamentos às MPME's e pessoas físicas, representando 94% das 812,8 mil operações do BNDES. Desempenho também expressivo foi registrado nas liberações. Os desembolsos às MPME's e pessoas físicas totalizaram R\$ 36,1 bilhões até setembro de 2011, contra R\$ 33,6 bilhões, no mesmo período de 2010. Como resultado, a participação das empresas de menor porte nas liberações do BNDES atingiu 39% até o 3T/2011. No mesmo período do ano anterior, esse valor percentual era de 26%.

Gráfico IX - Desembolsos para MPME's e Pessoas Físicas

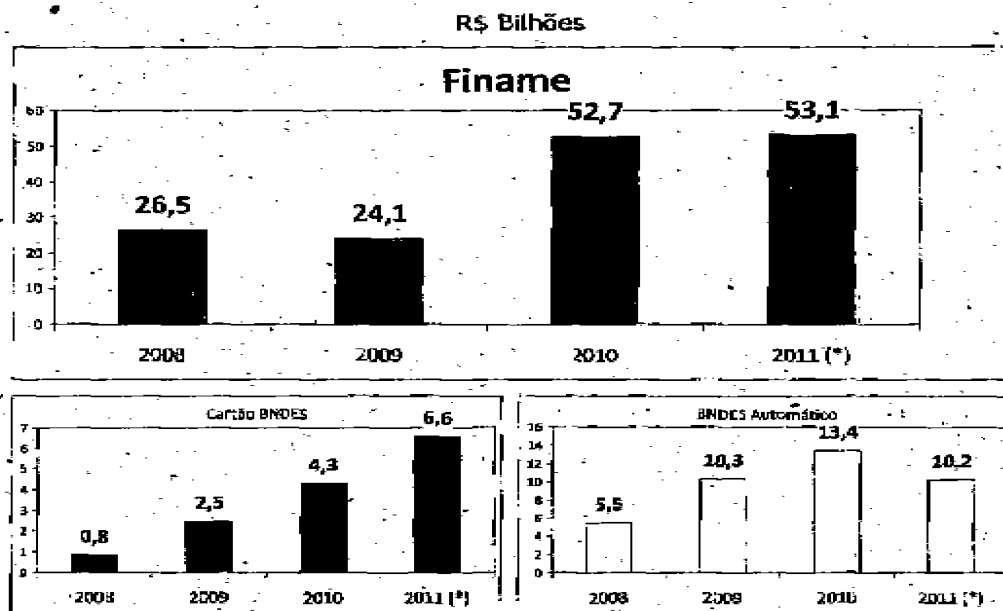
(dados acumulados em 12m até setembro/2011)



Fonte: BNDES

O BNDES apóia as MPME's e pessoas físicas principalmente com auxílio dos agentes financeiros, devido à maior capilaridade dessas instituições, fornecendo maior disseminação das operações. O financiamento ocorre através das linhas: i) FINAME, com financiamento à produção e comercialização de máquinas e equipamentos; ii) "BNDES Automático" - financiamento a projetos de valores inferiores a R\$ 10 milhões; e iii) "Cartão BNDES" - crédito rotativo pré-aprovado para micro, pequenas e médias empresas para aquisição de bens e insumos.

O Gráfico X mostra os desembolsos do BNDES nos últimos anos através dessas operações. Percebe-se com clareza a expressiva trajetória ascendente no volume das liberações, a despeito de alguma acomodação na margem, e da queda observada recentemente no BNDES Automático. Chama atenção o forte aumento dos desembolsos através do Cartão BNDES, de R\$ 0,8 bilhão em 2008 para, R\$ 6,6 bilhões nos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2011. Os valores da linha FINAME, por sua vez, aumentaram de R\$ 26,5 bilhões em 2008 para R\$ 53,1 bilhões, no mesmo período.

Gráfico X - Desembolsos da AOI - FINAME, BNDES Automático e Cartão BNDES

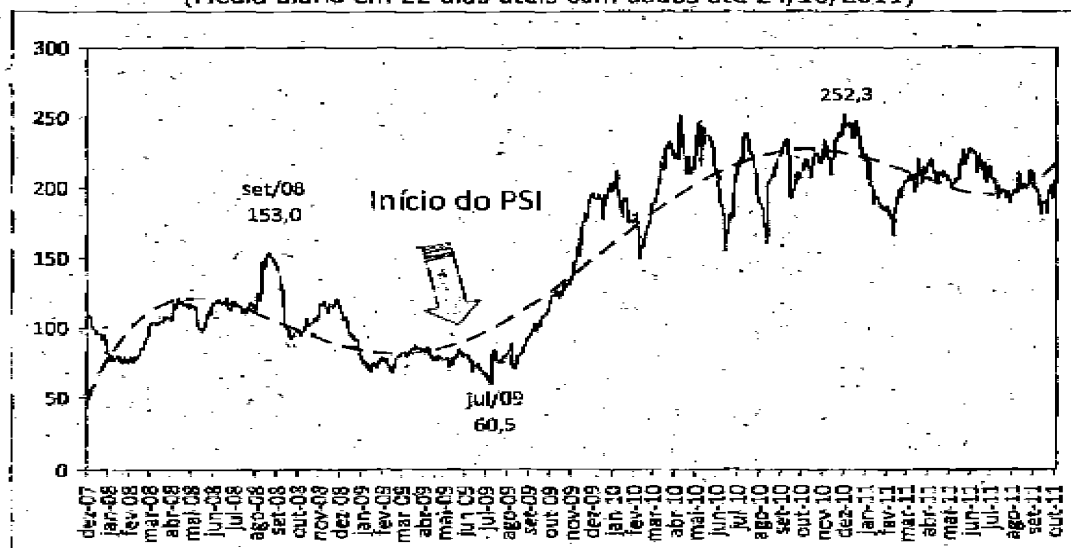
Fonte: BNDES. Elaboração APE/BNDES

(*) dados acumulados em 12 meses encerrados em setembro de 2011

O crescimento dos desembolsos ocorreu, sobretudo, desde 2010, conforme mostram os dados diários de pedidos de liberação da FINAME. O Gráfico XI apresenta a média diária em 22 dias úteis. Em julho de 2009, essa média chegou a apenas R\$ 60,5 milhões. A partir de então, respondendo às medidas de estímulo adotadas (PSI), há uma forte inversão desse processo, com os valores se estabilizando acima dos R\$ 200 milhões desde meados de 2010.

Gráfico XI - Pedidos de Liberação da FINAME em R\$ milhões:

(Média diária em 22 dias úteis com dados até 24/10/2011)



Fonte: AOI/BNDES. Elaboração APE/BNDES

2. Evolução das captações efetuadas junto ao Tesouro Nacional.

Em 2009, o BNDES contou com o aporte de recursos do Tesouro Nacional em títulos públicos federais, autorizado pela Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, posteriormente alterada pela MP nº 462, de 14 de maio de 2009. Em 16 de junho de 2009, ocorreu a conversão da Medida Provisória nº 453/2009, alterada pela MP nº 462/2009, na Lei nº 11.948/2009. Logo em seguida, em 29 de junho, foi emitida a Medida Provisória nº 465, alterando o art. 1º da Lei nº 11.948/2009 e definindo que o valor total dos financiamentos a serem subvencionados pela União ficaria limitado ao montante de até R\$ 44 bilhões de reais.

Em 24 de novembro de 2009, ocorreu a conversão da Medida Provisória nº 465, na Lei nº 12.096/2009, que alterou a Lei nº 11.948/2009. Em 15 de dezembro de 2009, foi emitida a Medida Provisória nº 472, que em seu art. 45, alterou o caput do art. 1º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, autorizando à União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 180 bilhões de reais. Em 11 de junho de 2010 a MP nº 472 foi convertida na Lei nº 12.249/2010.

Posteriormente foi emitida a Medida Provisória nº 487 que alterou a Lei nº 12.096/2009, permitindo à União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, limitado ao montante de até R\$ 124 bilhões de reais. Em 5 de setembro de 2010, a MP nº 487 teve seu prazo de vigência encerrado, voltando o valor da subvenção econômica a ficar limitado em até R\$ 44 bilhões de reais. Logo em seguida, em 8 de setembro de 2010, foi emitida a Medida Provisória nº 501, convertida na Lei 12.385 de 3 de março de 2011, estendeu o período de contratação das operações equalizáveis até 31 de março de 2011 e aumentou o limite de financiamentos subvencionados pela União para R\$ 134 bilhões de reais.

A emissão da Medida Provisória nº 505, de 24 de setembro de 2010, constitui fonte de recursos adicionais ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na forma de autorização à União de concessão de crédito no montante de até R\$ 30 bilhões de reais com custo equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. A MP 505 foi convertida na Lei Nº 12.397, de 23 de março de 2011. Desse valor R\$ 24,75 bilhões foram transferidos para a Petrobrás e o restante R\$ 5,25 bilhões foram incorporados ao passivo do BNDES para aplicações em operações de crédito.

Em 4 de março de 2011, foi emitida a Medida Provisória Nº 526, depois convertida na Lei Nº 12.453 de 21 de julho de 2011, que permite ao BNDES conceder subvenção econômica, sob a modalidade de equalização de taxas de juros nas operações contratadas até 30 de junho de 2012, na aquisição e produção de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica, projetos de engenharia e à inovação tecnológica. O valor total dos financiamentos subvencionados pela União fica limitado ao montante de até R\$ 208 bilhões de reais, em relação ao BNDES. A mesma MP autorizou a União a conceder crédito ao BNDES no montante de até R\$ 55 bilhões, dos quais, R\$ 30 bilhões foram liberados em 14 de junho de 2011.

Sendo assim, a tabela a seguir apresenta a movimentação financeira até o final de junho de 2011. Do valor total autorizado para repasse, R\$ 240,25 bilhões, o BNDES já efetuou a captação de R\$ 215,25 bilhões, equivalente a 90% do total.

Tabela IV - Movimentação Financeira - Recursos do Tesouro Nacional.

Em R\$ milhões

LEGISLAÇÃO	DATA DE CAPTAÇÃO	TRANCHES	VALOR	CUSTO	JUROS EXIGÍVEIS	CORREÇÃO	VALORES PAGOS	SALDO DEVEDOR
MP 453	31/03/2009	1ª TRANCHE	13.000,00	TJLP + 2,5% a.a.	1.788,08		7.272,91	7.515,18
MP 462	15/06/2009	2ª TRANCHE	26.000,00	TJLP + 1% a.a.	4.153,15		3.576,12	26.577,03
MP 465	30/07/2009	ÚNICA	16.297,50	TJLP	2.133,98		2.134,00	16.297,58
	30/07/2009	ÚNICA	8.702,40	5,97% a.a.	1.081,98	(316,78)	1.081,98	8.385,62
	21/08/2009	1ª TRANCHE	8.535,60	TJLP	1.063,54		901,77	8.697,37
	25/08/2009	2ª TRANCHE	21.225,60	TJLP	2.629,27		2.240,98	21.613,89
	27/08/2009	3ª TRANCHE	6.238,80	TJLP	770,55		658,47	6.350,87
MP 472	20/04/2010	1ª TRANCHE	74.200,30	TJLP	8.325,44		2.153,18	78.372,27
	04/05/2010	2ª TRANCHE	5.800,20	TJLP	494,44		168,31	6.126,13
MP 505	15/03/2011	ÚNICA	5.246,46	TJLP	157,93		53,76	5.350,63
MP 526	14/06/2011	ÚNICA	30.000,00	TJLP	454,22		154,62	30.299,60
TOTAIS		TOTAIS	215.246,46		21.052,59	(316,78)	20.396,10	215.586,17

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

A coluna "Correção" refere-se à variação cambial do dólar americano aplicado sobre a captação realizada em 30/07/2009.

3. Análise da aplicação dos recursos.

No período de janeiro de 2009 a setembro de 2011 foram selecionados vários projetos, formando uma carteira, vinculada a essa captação, no valor de R\$ 209,95 bilhões, beneficiando 560.391 projetos de financiamento em todo o Brasil.

A seguir, em atendimento ao parágrafo 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/09, apresentam-se as características dos projetos selecionados:

a. Modalidade de Investimento

A tabela a seguir apresenta os desembolsos da carteira de projetos, divididos por Modalidade Operacional do BNDES.

Tabela V - Modalidade Operacional BNDES

acumulado de 2009 a 2011

Em R\$ milhões

Modalidade	Valor da Liberação	Percentual
FINAME	98.314,2	46,8%
FINEM	50.087,3	23,9%
PRÉ-EMBARQUE	27.748,3	13,2%
BNDES AUTOMÁTICO	11.532,4	5,5%
PROJECT FINANCE	7.782,1	3,7%
MAQ/EQUIP	7.720,0	3,7%
LIMITE DE CRÉDITO	2.773,2	1,3%
FINAME LEASING	1.452,1	0,7%
CARTÃO BNDES	1.437,3	0,7%
PONTE	821,8	0,4%
FINEP	288,6	0,1%
Total	209.957,4	100%

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

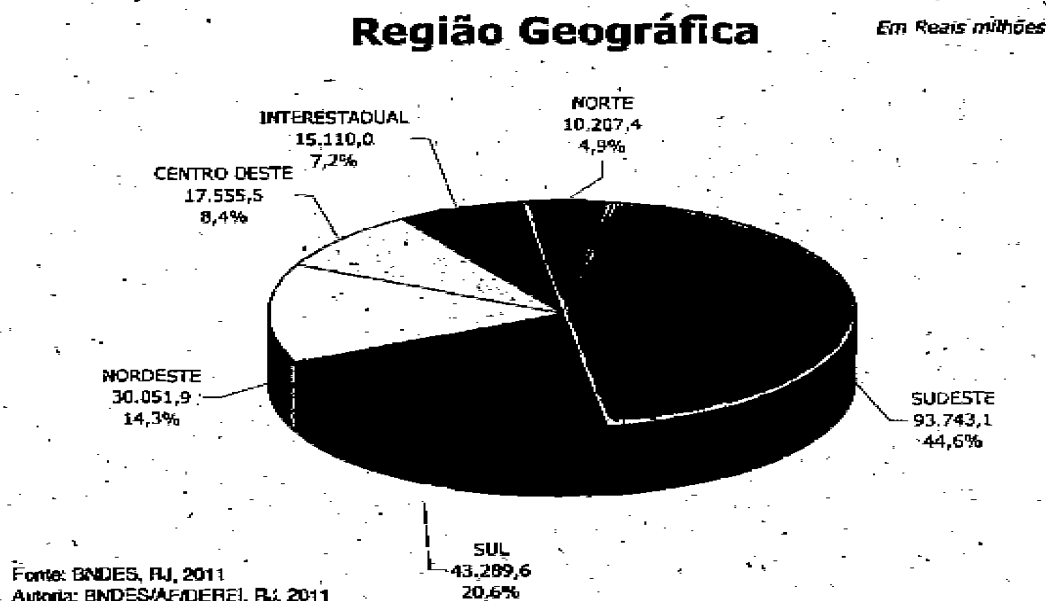
A maior parte dos financiamentos, 46,8% se concentram na modalidade FINAME, onde estão agrupadas as operações de produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio indireto através das instituições financeiras credenciadas.

Outra fatia importante, 23,9%, concentra-se no FINEM, onde estão agrupados os grandes projetos de investimento. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio direto do BNDES aos projetos com valor de financiamento superior a R\$ 10 milhões, para empreendimentos de implantação, expansão e modernização, incluída a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional e capital de giro associado.

b. Análise Geográfica

O Gráfico abaixo apresenta os desembolsos efetuados com recursos das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10 no período janeiro de 2009 a setembro de 2011.

Gráfico XII - Desembolsos por Região



Os desembolsos foram destinados, principalmente, às regiões Sudeste (44,6%) e Sul (20,6%). Na região Sudeste merece destaque o apoio prestado às empresas Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás e Ford Motor Company Brasil Ltda. Já na região Sul as principais operações foram a da WEG Equipamentos Elétricos S/A e da Renault do Brasil S/A.

Destaca-se no gráfico a classificação de dois projetos como operações interregionais. A empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e Transportadora Associada de Gás S/A (TAG) que compõem os investimentos selecionados no montante de R\$ 15,1 bilhões, visando o aumento da produção de óleo e gás, da capacidade de refino e da malha de gasodutos do país. Com esses recursos também serão realizados projetos nas áreas de petroquímica, transporte de combustível, estocagem, liquefação e regaseificação de gás natural. Somente na Petrobras, estão selecionados mais de 70 projetos na área de Exploração e Produção em diferentes bacias petrolíferas no país, além de testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobras fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobras cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte 2009/2013.

Cabe ressaltar ainda, que o BNDES tem trabalhado para melhorar a distribuição dos desembolsos do Programa entre as regiões geográficas, visando beneficiar as regiões com menor participação no PIB, dinamizar a atividade econômica dessas regiões e minimizar as disparidades regionais.

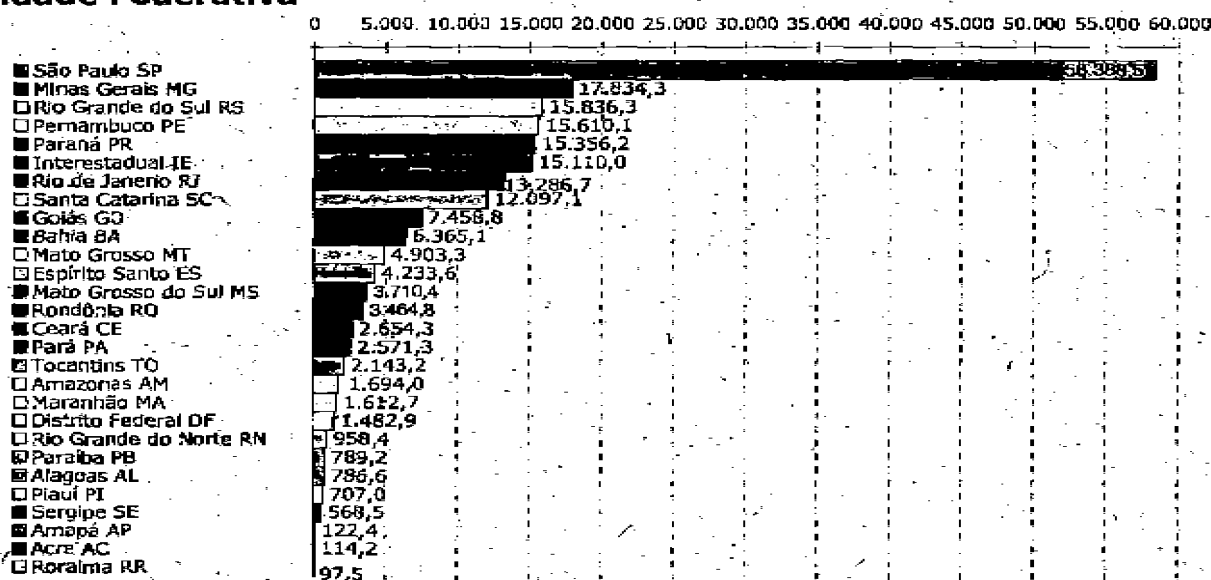
Tabela VI - Comparativo Carteira x Participação no PIB

2009 e 2010		Em R\$ milhões
Região Geográfica	Valor da Liberação	Percentual
SUDESTE	93.743,1	44,6%
SUL	43.289,6	20,6%
NORDESTE	30.051,9	14,3%
CENTRO OESTE	17.555,5	8,4%
INTERESTADUAL	15.110,0	7,2%
NORTE	10.207,4	4,9%
Total	209.957,4	100%

Fonte: BNDES, RJ, 2010

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2010

No gráfico abaixo são apresentados os desembolsos por unidade federativa:

Gráfico XIII - Desembolsos por Unidade Federativa
Unidade Federativa
Valor dos Desembolsos em R\$ milhões


Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

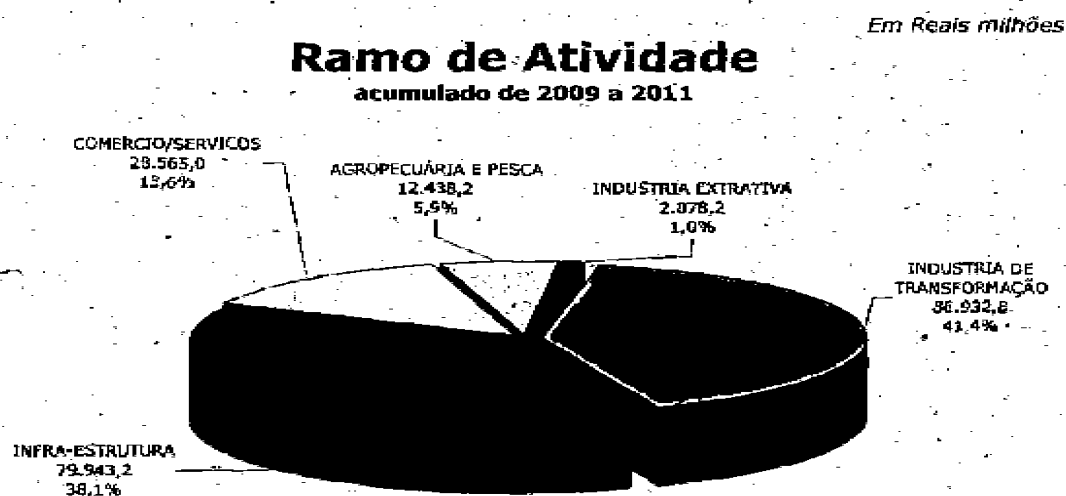
Observa-se 137.389 projetos no estado de São Paulo, no total de R\$ 58,4 bilhões desembolsados, com destaque para os projetos da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás e da Ford Motor Company Brasil Ltda. Da quantidade total de projetos, no estado de São Paulo, verificou-se o percentual de 67% referente as Micros e Pequenas empresas. Já em relação à classificação por Modalidade Operacional, 73% foi aplicado em operações da FINAME e 23,1% em operações do Cartão BNDES.

Em Minas Gerais, foram totalizados 68.478 projetos, onde os maiores são o da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda e o da Oi - Telemar Norte Leste S/A. No Rio Grande do Sul, foram encontrados 54.469 projetos, com destaque para o projeto da Marcopolo S/A.

Os valores classificados como "Interestadual IE" referem-se ao Projeto de apoio a Petrobras e ao projeto da Transportadora Associada de Gás – TAG, ambos contemplam mais de uma unidade federativa na aplicação dos recursos.

c. Análise Setorial

Gráfico XIV - Desembolsos por Ramo de Atividade



Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DERE, RJ, 2011

O ramo da indústria de transformação teve uma participação de 41,4% nas operações realizadas, totalizando R\$ 86,9 bilhões, frente a uma participação de 38,1% do ramo de infraestrutura com R\$ 79,9 bilhões em desembolsos.

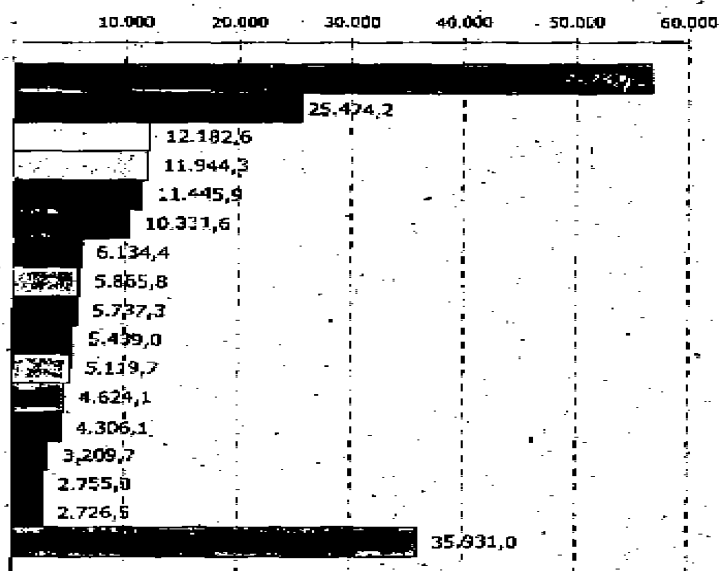
Dentro do ramo da indústria de transformação, merece destaque o gênero de atividade de fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis que absorveu R\$ 25,5 bilhões. Já no ramo de infraestrutura, o mais beneficiado foi o de transporte terrestre com desembolsos de R\$ 56,7 bilhões, destaque para os subsetores: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e transporte dutoviário (gasodutos). Outro setor de destaque foi o de eletricidade, gás e outras utilidades, com participação de R\$ 12,2 bilhões.

Gráfico XV - Desembolsos por Gêneros de Atividade

Gênero de Atividade
acumulado de 2009 a 2011

Valor dos Desembolsos em R\$ milhões

- Transporte Terrestre
- Fabricação de Produtos Derivado Petróleo e de Biocombustíveis
- Eletricidade, Gas e Outras Utilidades
- Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados
- Fabricação de Veículos Automotores, Rebocues e Carrocerias
- Fabricação de Produtos Alimentícios
- Comércio Varejista
- Metalurgia
- Fabricação de Máquinas e Equipamentos
- Obras de Infra-Estrutura
- Telecomunicações
- Com. por Atacado, Exceto Veic. Automotores e Motocicletas
- Fabricação de Produtos Químicos
- Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico
- Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos
- Atividades de Serviços Financeiros
- Demais Gêneros



Fonte: BNDES, RJ, 2011

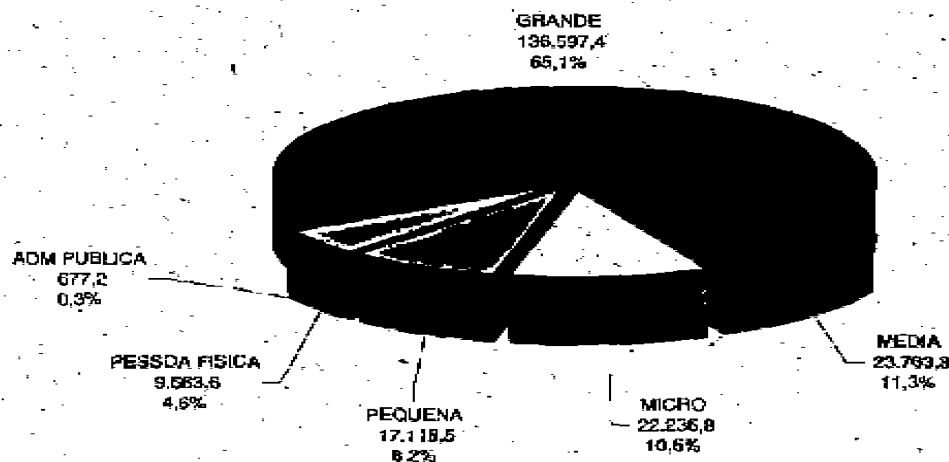
Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

d. Análise Econômico Financeira

Gráfico XVI - Desembolsos por Porte das Empresas

Em Reais milhões

Porte do Cliente Final
acumulado de 2009 a 2011



Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

Os desembolsos beneficiaram, em sua maioria, empresas de grande porte, com 65,1% dos recursos. Tal concentração decorre da predominância das grandes empresas nos setores de infraestrutura, insumos básicos e bens de capital sob encomenda. Além disso, em julho de 2009 houve um repasse para a empresa Petróleo Brasileiro S/A no valor de R\$ 25 bilhões, o que contribuiu muito para o aumento da participação das Grandes empresas, se desconsiderarmos este valor, o percentual de participação de Grandes empresas passa a ser de 60%.

Cabe lembrar que as demandas de micros, pequenas e médias empresas, além das pessoas físicas, também são atendidas, apresentando juntas 483.491 projetos, o que corresponde a 86,3% do total da carteira em quantidade de projetos, sendo o valor aplicado no montante de R\$ 72,7 bilhões.

Tabela VII - Quantidade de Projetos por Porte das Empresas

acumulado de 2009 a 2011

Porte do Cliente	Quantidade	Percentual
ADM PUBLICA	249	0,0%
GRANDE	76.651	13,7%
MEDIA	70.312	12,5%
MICRO	230.699	41,2%
PEQUENA	109.024	19,5%
PESSOA FISICA	73.456	13,1%
Total	560.391	100%

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

Quanto ao custo financeiro, a carteira de projetos apoiados com recursos das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10 apresentou uma média ponderada do índice Taxa líquida após equalização do BNDES de 1,73% a.a.

Esse índice corresponde à soma dos campos de Remuneração Básica do BNDES, Taxa de Risco de Crédito, Taxa de Intermediação Financeira, Fatores de Alteração, Remuneração BNDES e Custos Financeiro Adicional, acrescida da taxa de equalização, nas operações equalizáveis, ou de TJLP para as demais operações, reduzida do custo da moeda (TJLP, TJLP+1% a.a. ou TJLP+2,5% a.a.).

Tabela VIII - Média da taxa líquida após equalização por porte da empresa

acumulado de 2009 a 2011

Porte do Cliente	Em R\$ milhões	
	Valor da Liberação	Taxa Líquida após Equalização
GRANDE	136.597,44	2,05%
MEDIA	23.763,75	1,24%
MICRO	22.236,85	1,08%
PEQUENA	17.118,49	1,10%
PESSOA FISICA	9.563,63	1,00%
ADM PUBLICA	677,23	1,74%
Total	209.957,40	1,73%

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

O custo total ao tomador final foi de 7,42% ao ano, na média. Essa taxa corresponde à soma dos campos Remuneração Básica do BNDES, Taxa de Risco de Crédito, Taxa de Intermediação Financeira, Fatores de Alteração, Remuneração BNDES e Custos Financeiro Adicional, acrescida da Remuneração da Instituição Financeira Credenciada e pelo Custo Financeiro da moeda (Equivalente a TJLP nas operações onde não são cobrados juros fixos).

Tabela IX - Média do custo total pago pelo tomador final

acumulado de 2009 a 2011

Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Em R\$ milhões
		Custo Total
GRANDE	136.597,44	7,63%
MEDIA	23.763,75	7,59%
MICRO	22.236,85	6,98%
PEQUENA	17.118,49	7,60%
PESSOA FISICA	9.563,63	4,91%
ADM PUBLICA	677,23	6,07%
Total	209.957,40	7,42%

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

Na tabela a seguir são apresentadas as médias das taxas cobradas nos programas utilizados pelas Micro e Pequenas Empresas:

Tabela X - Média dos índices por Modalidade Operacional para Micro Empresa

acumulado de 2009 a 2011

Modalidades	Valor da Liberação	Em R\$ milhões
		Taxa Líquida após Equalização
FINAME	20.570,18	0,99%
CARTÃO BNDES	799,05	2,09%
BNDES AUTOMATICO	692,01	2,33%
FINAME LEASING	172,58	1,49%
FINEM	3,03	2,19%
Total	22.236,85	1,08%

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

A modalidade "BNDES Automático", apoia projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empresas, incluindo obras civis, montagens e instalações; aquisição de equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES; capital de giro associado ao projeto; entre outros itens.

O financiamento se dá por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para realização de projetos cujo valor seja de até R\$ 10 milhões, no período de 12 meses, respeitado esse limite também por beneficiária.

Na modalidade **FINEM**, onde ocorre o apoio realizado diretamente pelo **BNDES**, foram observados os programas de apoio à cadeia produtiva do audiovisual e ao desenvolvimento da indústria nacional de software.

O Produto **FINAME Leasing** tem por objetivo financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no **BNDES**, destinados a operações de arrendamento mercantil. O financiamento será concedido à empresa arrendadora para a aquisição de máquinas e equipamentos, os quais serão, simultaneamente, arrendados à empresa usuária (arrendatária).

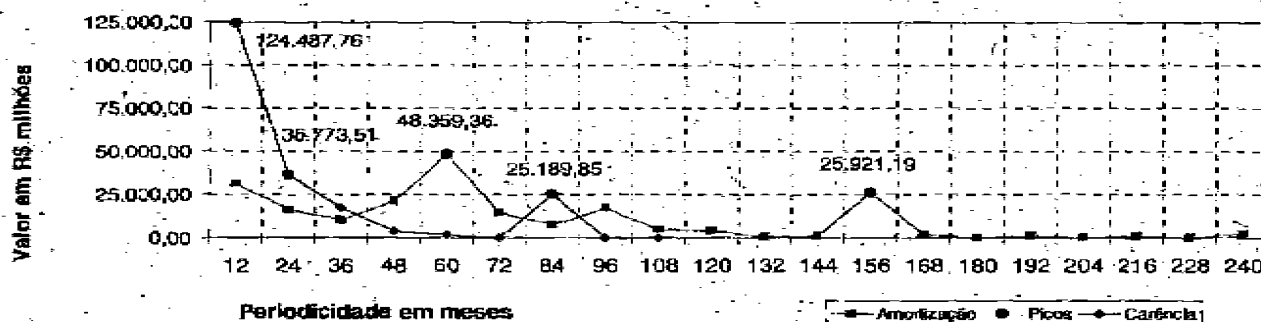
O Cartão **BNDES** é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa financiar os investimentos das **MPME's** de forma simplificada. O produto consiste em uma linha de crédito rotativo e pré-aprovada, concedida ao beneficiário do cartão, pelo agente financeiro, com limite de até R\$ 1 milhão por banco emissor (**Banco do Brasil**, **Bradesco**, **Caixa Econômica Federal**, **Banrisul** e **Itaú**), taxa de juros atrativa, de 0,97% ao mês em outubro de 2011, e pagamento em até 48 prestações mensais fixas, sem cobrança de tarifa e de anuidade.

Até final de setembro de 2011, tínhamos cerca de 444 mil cartões ativos válidos, somando mais R\$ 21,2 bilhões em créditos já concedidos para investimentos. Existiam mais de 34 mil Fornecedores credenciados e cerca de 172 mil produtos disponíveis para compra. Em 2011, até o fim de setembro, foram realizadas mais de 900 mil transações, que representaram mais de R\$ 15 bilhões em negócios. Até o final de 2011, a previsão é que o total do desembolso anual chegue a mais de R\$ 7,5 bilhões de reais.

As taxas médias encontradas no mercado referentes às operações com cartão de crédito para pessoa física estão estáveis em 10,69% a.m. em setembro/2011¹. Esta taxa média implica em taxa anual equivalente de 238,3% a.a., muito superior à taxa anual equivalente do Cartão **BNDES** de 12,28% a.a.

Em relação aos períodos de carência e amortização, o quadro a seguir demonstra o Perfil da Carteira.

Gráfico XVII - Prazos de Carência e Amortização.



Fonte: **BNDES**, RJ, 2011

Autoria: **BNDES/AF/DEREI**, RJ, 2011

¹ Fonte: Associação Nacional de Executivos de Finanças - **ANEFAC**

A carteira apresenta um pico de projetos finalizados no prazo de 60 meses, no valor de R\$ 48,4 bilhões, referente às operações da FINAME. O próximo índice relevante aparece aos 156 meses, sendo R\$ 25 bilhões referentes ao Programa de Apoio a Petrobras. Já em relação ao período de carência, foi observado um período representativo aos 12 meses, referente às operações realizadas, principalmente, com os programas Linha Bk Comercialização, Bens de capital para ônibus e caminhão no PSI E PEC – Programa especial de crédito no volume total de R\$ 124,5 bilhões.

Analisando a taxa de investimento dos projetos beneficiados com os recursos provenientes das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10, o BNDES financiou aproximadamente 100% do investimento total em 43,7% das operações, representando cerca de R\$ 91,7 bilhões. Desses projetos, R\$ 47,4 bilhões correspondem à modalidade de crédito FINAME e R\$ 24,6 bilhões à modalidade EXIM PRÉ-EMBARQUE.

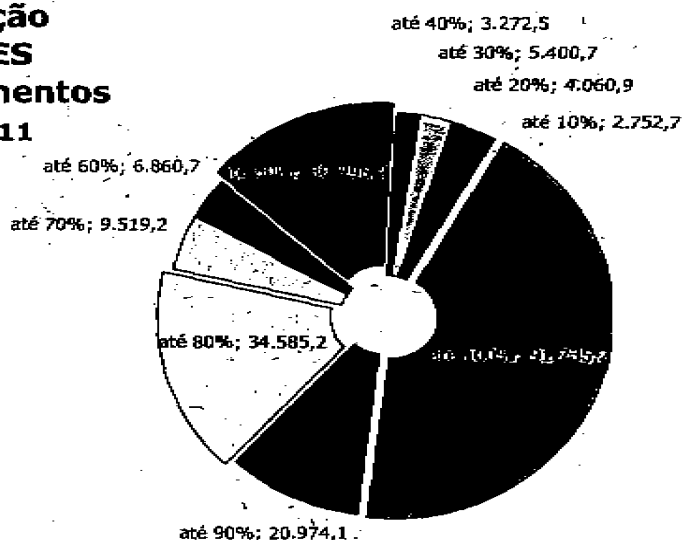
Outro percentual relevante foi encontrado na faixa de financiamento de até 80% do investimento total do projeto, com percentual equivalente a 16,5% das operações, totalizando R\$ 34,6 bilhões. A modalidade de crédito registrada com maior frequência foi a FINAME com R\$ 25,6 bilhões.

O terceiro percentual mais praticado foi na faixa de até 50%, no montante de R\$ 30,8 bilhões. A modalidade mais representativa foi FINEM com R\$ 27,7 bilhões.

Gráfico XVIII - Participação do BNDES no Investimento Total

**Participação
do BNDES
nos Investimentos
2009 a 2011**

Em Reais milhões



Fonte: BNDES, RJ, 2011

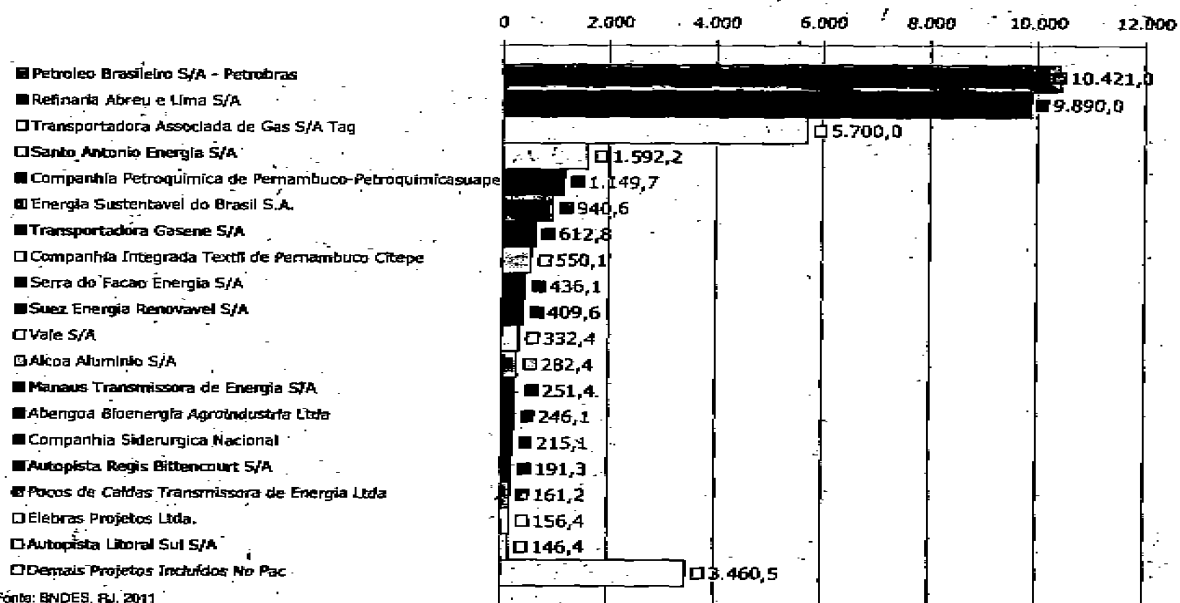
Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

Uma contribuição importante dos recursos do Tesouro Nacional foi o financiamento de parte dos projetos que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Gráfico a seguir apresenta alguns projetos selecionados para a carteira correspondente à aplicação dos recursos das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10.

Gráfico XIX - Projetos incluídos no PAC

acumulado de 2009 a 2011

Valor dos Desembolsos em R\$ milhões



Fonte: BNDES, RJ, 2011
 Autoria: BNDES/AFDERJ, RJ, 2011

No total de R\$ 209,95 bilhões desembolsados, R\$ 37,1 bilhões foram aplicados em projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

e. Maiores projetos no período de janeiro de 2009 a setembro de 2011

Refinaria Abreu e Lima S/A

A Refinaria Abreu e Lima S.A. será implantada no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca (PE). A entrada em operação está prevista para 2011, com capacidade para processamento de 230 mil barris de petróleo por dia. A unidade estará preparada para processar 100% de petróleo pesado, produzindo derivados de baixo teor de enxofre. Seu mix de produtos será concentrado na produção de diesel, além de gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e coque.

Petróleo Brasileiro S/A Petrobras

Estão selecionados mais de 70 projetos nas áreas de exploração e produção em diferentes bacias petrolíferas no país. Também estão incluídos testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobras fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobras cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte 2009/2013.

Transportadora Associada de Gás S/A (TAG)

A Petrobras vai incorporar todas as suas transportadoras de gás em uma só companhia, que se chamará Transportadora Associada de Gás (TAG). Gradualmente, a TAG vai absorver sete transportadoras nas quais a estatal tem participação acionária relevante, controle acionário ou 100% das ações.

TELEMAR Norte Leste 2009/2011

Implantação do Programa de Investimento da Empresa, relativo ao triênio 2009 - 2011.

Santo Antônio Energia S/A (UHE Santo Antônio)

Construção da UHE Santo Antônio, com capacidade instalada de geração de 3.150 MW, no Rio Madeira, no município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a central geradora. Projeto incluído no PAC.

Companhia Petroquímica de Pernambuco-COMPEPE/CITEPE/PTA-PET-PY.

Implantação de três plantas integradas para produzir ácido Tereftálico (pta), fiôs de poliéster e resina para embalagens Pet, todas no município de Ipojuca - PE, próximo ao porte de Suape.

Energia Sustentável do Brasil S.A. (UHE Jirau)

Construção da UHE Jirau, com capacidade instalada de geração de 3.300 MW, no Rio Madeira, no Município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

Telecom - Tele Norte Leste - TNL PCS

Plano de investimento, para o período 2009 - 2011, na empresa TNL PCS S.A.

Transportadora GASENE

Implantação de Gasodutos de Transporte de Gás Natural, com cerca de 1.388 Km de extensão e capacidade de transporte de 20 milhões de m³ por dia, ligando o terminal de Cabiúnas-RJ até a cidade de Catu-BA. Projeto incluído no PAC.

COSAN

Implantação de unidade de produção de etanol, com capacidade de processamento de 4 milhões de ton/safra de cana-de-açúcar, bem como cogeração de energia elétrica de 105 MW, formação de lavoura de cana, investimentos ambientais e sociais voltados para a comunidade, no município de Jataí - GO e outros.

Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE

Implantação de unidade integrada de PTA - Purified Terephthalic Acid - (700 kta), PET - Polyethylene terephthalate - (450 kta) e POY - Partially Oriented Yarn - (240 kta) no distrito industrial de Suape - PE e projetos sociais e suplementação de recursos para a unidade de POY.

COMGAS Investimentos de 2009 a 2011.

Apoio ao Plano de Investimentos da empresa, no período compreendido entre 2009 e 2011.

Fibria - Votorantim Papel Celulose S/A

Implantação, pela interveniente VCP-MS, de uma linha de produção de Celulose Branqueada de Eucalipto com capacidade de 1.300.000 toneladas/ano, no município de Três Lagoas - MS, além de investimentos sociais em áreas de influência da empresa no período 2008/2009.

Brasil Telecom S/A

Expansão da Infraestrutura de rede (Voz, Dados e Imagem) e de Tecnologia de Informação, de forma a dar continuidade ao cumprimento das metas de universalização e de qualidade e permitir a consolidação da empresa como uma multiprovedora de serviços de telecomunicações.

Serra do Facão Energia S/A (UHE Serra do Facão)

Implantação da usina hidrelétrica (UHE) Serra do Facão, com capacidade instalada de geração de 212,58 MW, localizada nos municípios de Catalão e Davinópolis, no estado de Goiás, bem como seu respectivo sistema de transmissão associado.

Suez Energia Renovável S/A (UHE Estreito)

Implantação da UHE Estreito, com capacidade instalada de geração de 1.087 MW, localizada no trecho médio do Rio Tocantins, entre os Municípios de Estreito - MA, Palmeiras do Tocantins - TO e Aguiarnópolis - TO, bem como do seu respectivo sistema de transmissão associado. Projeto incluído no PAC.

Anglo American Brasil Ltda

Expansão da produção da mina de Barro Alto para 3 milhões de toneladas / ano de minério (Base Seca) e implantação de uma unidade para produção de 36 mil toneladas / ano de níquel contido em ferro níquel, no município de Barro Alto (GO).

4. Descrição dos Maiores Projetos do terceiro trimestre de 2011.

Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS

Com o objetivo de se tornar em 2020 uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo, a Petrobras apresentou seu Plano de Negócios para o período 2011-2015, que contempla investimentos da ordem de US\$ 225 bilhões. Destes, ocorre uma maior concentração no segmento de Exploração e Produção, cuja participação no total dos investimentos passou de 53% do Plano anterior para 57% no Plano atual.

Pela primeira vez, a empresa prevê um programa de desinvestimento no valor de US\$ 13,6 bilhões, visando uma maior eficiência na gestão dos seus ativos. O financiamento dos investimentos previstos se dará principalmente pela geração de caixa da empresa. Em relação aos recursos de terceiros está previsto uma necessidade de financiamento líquido entre US\$ 7,2 bilhões e US\$ 12 bilhões por ano, de acordo com os cenários utilizados para a análise.

O plano inclui a construção de plataforma marítima fixa (PMXL-1) de exploração de gás natural, com capacidade de produção de 15 milhões de m³/dia, a ser utilizada nos campos de Mexilhão, Cedro e áreas adjacentes, na Bacia de Santos – SP, com a respectiva aquisição de tubos.

Oi – Telemar Norte Leste S/A

É uma empresa concessionária de telefonia fundada em 1998, quando o Ministério das Comunicações decidiu dividir a Telebrás em doze companhias: três holdings das concessionárias regionais de telefonia fixa, uma holding da operadora de longa distância e oito holdings das concessionárias da telefonia móvel Banda A, com a maior delas sendo Tele Norte Leste S.A., transformada em Telemar em abril de 1999. Em 2001 as 16 empresas que compunham a Telemar foram integradas, dando origem a uma empresa única, em 2002 foi criada a "Oi", braço de telefonia móvel da Empresa. Em 2007 a Oi torna-se a marca única da empresa e de todos os seus serviços e em 2008 iniciou suas operações em São Paulo. Em 2009 foi concretizada a aquisição da BrT e a sua subsequente integração às operações da Oi, dando origem a uma companhia de telecomunicações com controle acionário 100% nacional, presente em todo o território brasileiro e com capacidade, gerencial, operacional e financeira para ampliar suas operações nacional e internacionalmente.

A Oi tem sede na cidade do Rio de Janeiro, e está implantando um Programa de Investimento abrangendo todo o país, e tem um horizonte no triênio 2009 - 2011.

Ford Motor Company do Brasil Ltda.

Fundada em 1919, a Ford do Brasil dedicou-se inicialmente à importação de veículos produzidos no exterior. Atualmente a empresa atende o mercado doméstico com veículos produzidos no país e, como no caso, é responsável pela exportação de pick-up, caminhonete e caminhão.

Com o plano de nacionalização da produção conduzido pelo governo Kubitschek, a Ford inaugurou a manufatura local de veículos em 26 de agosto de 1957. O primeiro veículo produzido foi o caminhão Ford F-600 a gasolina, no complexo industrial do Ipiranga. Nessa época, cerca de 40% do veículo era de peças nacionais; o restante, inclusive motores, tinha de ser importado. A produção local de motores iniciou-se em 1958 com a inauguração da fábrica de motores no complexo industrial do Ipiranga. O motor produzido era o V8 Y-block, de 272 polegadas cúbicas de deslocamento (4,5 litros) e 161 HP.

O primeiro automóvel lançado pela Ford do Brasil foi o Ford Galaxie 500 em abril de 1967, igual ao modelo norte-americano de 1966 exceto pela motorização, e era na época o mais moderno automóvel fabricado no Brasil. Ainda em 1967 a Ford do Brasil adquiriu o controle acionário da Willys-Overland do Brasil, herdando então um projeto de carro médio que viria a ser lançado, depois de extensas modificações, como o Ford Corcel em 1968.

Atualmente a Ford é a quarta maior força no mercado automobilístico brasileiro, sendo que a divisão latino-americana da Ford é a mais lucrativa da empresa. Os principais modelos da Ford do Brasil são o Ford Fiesta, Ford EcoSport e o Ford Fusion, este último importado do México.

Conta com quatro fábricas no Brasil: Camaçari, São Bernardo do Campo, Tatuí e Taubaté.

Renault do Brasil S/A

Em 1995, o Grupo Renault decidiu investir na construção de uma fábrica no Brasil em São José dos Pinhais, no Paraná. Inicialmente foi construída a Fábrica de Veículos de Passeio, seguida da Fábrica de Motores (1999) e da Fábrica de Veículos Utilitários (2000).

Na Fábrica de Veículos de Passeio são produzidos os modelos Scénic, Mégane Sedan, Mégane Grand Tour, Logan, Sandero e Sandero Stepway.

Na Fábrica de Veículos Utilitários é produzida a linha Renault Master (furgão, minibus e chassi cabine), e dentro da Aliança Renault-Nissan, a nova Nissan Frontier e os modelos Nissan Livina e Grand Livina.

A Fábrica de Motores, uma das mais modernas do mundo, produz seis versões diferentes de motores flex e também a gasolina de diferentes cilindradas, além de virabrequins.

Essas três fábricas estão instaladas numa área total de 2,5 milhões de metros quadrados, dos quais 60% são áreas de preservação ambiental.

Atualmente a Renault do Brasil conta com cerca de 5 mil empregados diretos, gerando outros 25 mil postos de trabalho indiretos. A rede comercial alcança 152 pontos de venda em todo o país.

No ano de 2007, a Renault bateu um recorde de produção, atingindo meio milhão de veículos. Neste período foram lançados, também, dois novos modelos: o Logan, em julho, e o Sandero, em novembro. Em 2008 foi a vez do Sandero Stepway, modelo de perfil urbano, cheio de esportividade e sofisticação.

Além de atender o mercado doméstico a empresa faz exportação de motores de pistão e de ignição por centelha.

Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S/A

O objetivo do empreendimento é a adequação dos combustíveis a padrões internacionais de qualidade, com base em características especificadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de acordo com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve). Esse programa prevê a comercialização, a partir de 2013, de óleo diesel com teor máximo de enxofre de 10 ppm (partes por milhão). Para tanto faz-se necessário a implantação de nova unidade de hidrotreatamento de correntes de diesel - UHDT e nova unidade de geração de hidrogênio - UGH para a produção de diesel hidrotreatado com teor de enxofre reduzido, implantação e modificação de sistemas e instalações auxiliares no parque industrial da beneficiária em Canoas - RS.

A Refinaria Alberto Pasqualini foi inaugurada no dia 16 de setembro de 1968, em uma área de 580 hectares no município gaúcho de Canoas. A Refinaria, que foi a primeira unidade do sistema Petrobras a operar na Região Sul, iniciou suas operações no auge da expansão do projeto estatal do setor petrolífero, ajudando a alterar a relação comercial brasileira no segmento energético e de combustíveis, já que o País - com a criação das primeiras unidades de refino - passou a importar mais petróleo bruto e menos derivados, agregando valor à matéria-prima em solo brasileiro.

Com uma capacidade de produção de 900 milhões de litros de derivados de petróleo por mês, a Refap atua fortemente na região sul do Brasil atendendo aos mercados do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina.

Para atingir a todos os consumidores destes mercados, a Refap utiliza uma complexa malha logística que está estruturada para garantir o escoamento de produtos muito diferentes, que requerem cuidados na armazenagem e no transporte.

O óleo diesel é seu principal produto, seguido pela gasolina, nafta petroquímica, querosene de aviação, óleo combustível, gás liquefeito de petróleo, asfaltos e outros derivados.

Os derivados de petróleo também são exportados pela Refap. Hoje, mercados como Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia recebem diesel produzido pela refinaria e a região do Caribe recebe gasolina. As exportações representaram, em 2010, aproximadamente 12,5% do volume comercializado pela Refap.

Amsted - Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S/A

A Amsted Maxion foi criada no início do novo milênio, a partir da associação entre a norte-americana Amsted Industries Inc. e a brasileira Iochpe-Maxion, sucessora da FNV - Fábrica Nacional de Vagões, fundada em 1943. É referência no desenvolvimento e fabricação de vagões de carga em aço e alumínio, rodas de aço fundido, truques, rodeiros e sistemas de choque e tração, além de prestar serviços de reparação, adaptação e modernização de vagões e componentes.

Pioneira, a AmstedMaxion atende a todas as ferrovias e seus usuários no Brasil e no exterior, incluindo empresas de leasing de vagões. A empresa inovou, também, ao criar a primeira Locomotiva Diesel-Hidráulica DH10 fabricada no Brasil, desenvolvida especialmente para serviços de manobra, podendo ser utilizada em linhas de carga ou de passageiros, em sistemas não eletrificados.

Na maior fundição de aço da América do Sul, são produzidas peças de até 6 toneladas para aplicação em máquinas e setores de construção civil, mineração, siderúrgico, automotivo e ferroviário.

O crédito vai financiar a produção de 818 vagões do tipo GDU e a produção de 500 caixas vagões Hopper HPD.

Tupy

A Tupy é uma empresa brasileira do ramo da metalúrgica. Foi fundada em 1938 na cidade de Joinville. É a maior fundição da América Latina, sendo uma das cinco maiores fundições do mundo. O crédito financia a expansão e modernização, da sua matriz em Joinville - SC e a filial em Mauá - SP adquirida em 1998. Sua capacidade de produção é de 500 mil toneladas anuais de peças em ferro fundido. A empresa conta com cerca de 8 mil funcionários, trabalha com os ramos automotivos e conexões de ferro maleável, metade de sua produção é exportada para mais de 40 países. Também financia investimentos sociais, aquisição de equipamentos, exportação de coletores de admissão e blocos de cilindro.

A Tupy S.A. ("Tupy" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima estabelecida no país, com plantas industriais em Joinville, Santa Catarina e Mauá, São Paulo, possui forte posição nacional e internacional na atividade de fundição, segunda maior fundição independente do mundo em blocos e cabeçotes de motor em ferro fundido e a maior da América Latina. Possui diversificada base de cliente nos continentes americano, europeu e asiático, atua nos segmentos operacionais de produtos automotivos e produtos industriais.

Além das plantas industriais, a Companhia possui as seguintes subsidiárias integrais:

- Tupy American Foundry Co., localizada nos Estados Unidos da América e Tupy Europe GmbH, com sede na Alemanha, que funcionam como extensão da atividade automotiva do Brasil, atuando na logística, comercialização e assistência técnica para os produtos automotivos dos clientes situados na América do Norte e Europa;
- Tupy American Iron & Alloys Co., localizada nos Estados Unidos da América e Tupy Argentina S.R.L., com sede na Argentina, que funcionam como extensão da atividade do Brasil, atuando na logística, comercialização e assistência técnica para os produtos industriais dos clientes situados na América do Norte e Argentina;
- Tupy Agroenergética Ltda., empresa brasileira, localizada em Joinville, Santa Catarina, do ramo de reflorestamento, constituída originalmente para suprir fontes alternativas de energia. Parte relevante dos ativos foram alienados em 2009 e outra parte encontra-se em processo de alienação;
- Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. – Sofunge, “em liquidação”.

Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda

O Financiamento refere-se à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à expansão da capacidade produtiva de papel da unidade fabril de propriedade da beneficiária, localizada no município de Três Barras - SC, para até 300.000 t/ano de papel Kraftliner e 135.000 t/ano de papel Miolo, e investimentos sociais em área de sua influência.

A expansão do complexo industrial para a produção de papel da empresa também criará 200 empregos diretos para a fábrica e aproximadamente 2 mil empregos indiretos, no período de obras. Quando entrar em funcionamento, a previsão é que sejam produzidas 300 mil toneladas por ano de papel kraftliner, usado para fabricação de embalagens de papelão ondulado.

Os benefícios se estenderão de Três Barras a Canoinhas, Mafra e Planalto Norte.

5. Análise do Impacto sobre a Geração de Emprego e Renda

O BNDES utiliza metodologia específica para estimar o efeito emprego do investimento, ou seja, o total de empregos a serem mantidos e/ou criados por um determinado valor de investimento. De acordo com a metodologia utilizada pelo Modelo de Geração de Empregos, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o efeito emprego do investimento é composto por três componentes, a saber:

- i. o efeito emprego direto do investimento – volume adicional de mão de obra a ser empregada diretamente pelo projeto e pelo empreendimento;
- ii. o efeito emprego indireto do investimento – aumento do emprego gerado, ao longo da cadeia produtiva, pela expansão da produção necessária para atender a demanda de insumos decorrente do projeto e do empreendimento;
- iii. o efeito emprego da renda gerada – criação de empregos associada ao aumento de produção, destinado a atender o crescimento de consumo, propiciado pela renda gerada através da remuneração dos fatores de produção empregados no projeto e no empreendimento.

Uma vez obtida a estimativa do efeito emprego de dado volume de investimento, pode-se estabelecer a seguinte decomposição:

- i. efeito emprego do financiamento – a geração de empregos correspondente à parcela do investimento financiada pelo BNDES;
- ii. efeito emprego do investimento próprio e de terceiros – o aumento de empregos associado à parcela do investimento financiada por recursos próprios do empreendedor do projeto, bem como por recursos de terceiros.

A expectativa é de que os investimentos apoiados pelas Linhas de Crédito do BNDES resultem na geração/manutenção de emprego e renda, seja de forma direta ou indireta, tendo em vista o efeito positivo desses investimentos sobre os demais setores da economia.

O Modelo de Geração de Emprego utiliza como base os dados constantes no Sistema de Contas Nacionais publicado pelo IBGE.

Na tabela a seguir, observa-se a alocação do investimento total por setor do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE, considerando os desembolsos do BNDES, com recursos das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10, acrescida da participação de outras fontes de recursos no financiamento do projeto.

Tabela XI - Sistema de Contas Nacionais (Investimentos)

		Em reais mil
Cód.	Descrição da Atividade	Valor
01	Agropecuária	549.252
02	Extrativa mineral (exceto combustíveis)	0
03	Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	0
04	Fabricação de minerais não-metálicos	236.965
05	Siderurgia	866.844
06	Metalurgia dos não-ferrosos	223.743
07	Fabricação de outros produtos metalúrgicos	7.763.553
08	Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	76.455.460
10	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	6.069.796
11	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	3.560.402
12	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	71.678.720
13	Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	20.740.639
14	Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	630.541
15	Indústria de papel e gráfica	496.795
16	Indústria da borracha	592.182
17	Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	402.312
18	Refino de petróleo e indústria petroquímica	0
19	Fabricação de produtos químicos diversos	499.020
20	Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	104.083
21	Indústria de transformação de material plástico	1.326.506
22	Indústria têxtil	396.538
23	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	73.318
24	Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	436.661
25	Indústria do café	335.990
26	Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	85.665
27	Abate e preparação de carnes	1.334.298
28	Resfriamento e preparação do leite e laticínios	12.799
29	Indústria do açúcar	171.142
30	Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras p/alimentação	73.269
31	Outras indústrias alimentares e de bebidas	375.084
32	Indústrias diversas	699.981
33	Serviços industriais de utilidade pública	487.645
34	Construção civil	92.544.887
35	Comércio	623.504
36	Transporte	9.134
37	Comunicações	1.093
38	Instituições financeiras	2.426.654
39	Serviços prestados às famílias	1.168
40	Serviços prestados às empresas	8.835.589
41	Aluguel de imóveis	0
42	Administração pública	0
43	Serviços privados não-mercantis	0
Total		301.121.232

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

O BNDES desembolsou R\$ 209,95 bilhões, acumulados de janeiro de 2009 a setembro de 2011, referentes à alocação de recursos pelo Tesouro Nacional através das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10. Esta cifra possibilitou investimento total gerador de empregos (que considera também a participação de terceiros) superior a R\$ 301 bilhões e a manutenção / geração de mais de 6,6 milhões de empregos.

Tabela XII - Geração e Manutenção de Empregos

Cód.	Descrição da Atividade - Nível 80	Em número de empregos (mil)			
		Efeito Direto	Efeito Indireto	Efeito Renda	Efeito Total
01	Agropecuária	5,51	78,85	359,00	443,36
02	Extrativa mineral (exceto combustíveis)	0,00	16,94	3,12	20,06
03	Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	0,00	5,58	3,83	9,40
04	Fabricação de minerais não-metálicos	1,51	79,46	7,80	88,78
05	Siderurgia	0,50	32,24	2,37	35,11
06	Metalurgia dos não-ferrosos	0,28	18,92	1,96	21,16
07	Fabricação de outros produtos metalúrgicos	46,72	211,28	23,21	281,22
08	Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	436,86	82,66	17,81	537,33
10	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	13,89	15,00	5,49	34,38
11	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	34,34	2,56	6,15	43,05
12	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	94,61	1,88	4,43	100,91
13	Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	86,53	59,36	8,95	154,85
14	Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	10,14	60,91	30,67	101,72
15	Indústria de papel e gráfica	2,51	28,07	22,38	52,95
16	Indústria da borracha	1,12	17,53	3,10	21,75
17	Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	0,52	5,49	4,93	10,94
18	Refino de petróleo e indústria petroquímica	0,00	5,88	4,04	9,92
19	Fabricação de produtos químicos diversos	1,01	15,53	9,95	26,48
20	Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	0,31	0,41	14,25	14,98
21	Indústria de transformação de material plástico	10,74	41,35	13,68	65,78
22	Indústria têxtil	1,77	9,26	18,04	29,07
23	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	1,90	3,62	96,28	101,80
24	Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	11,60	5,93	7,46	24,99
25	Indústria do café	0,91	0,22	2,41	3,54
26	Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	0,29	1,04	27,21	28,53
27	Abate e preparação de carnes	3,51	0,78	20,43	24,72
28	Resfriamento e preparação do leite e laticínios	0,03	0,11	7,02	7,16
29	Indústria do açúcar	0,43	1,03	5,53	7,00
30	Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para aliment	0,04	0,29	2,68	3,01
31	Outras indústrias alimentares e de bebidas	2,05	3,77	56,40	62,22
32	Indústrias diversas	4,85	20,41	12,15	37,41
33	Serviços industriais de utilidade pública	0,92	22,01	22,27	45,21
34	Construção civil	555,01	28,76	13,80	597,57
35	Comércio	12,58	335,78	342,44	990,80
36	Transporte	0,11	130,95	165,49	296,55
37	Comunicações	0,00	18,71	28,35	47,06
38	Instituições financeiras	9,18	70,30	63,69	143,17
39	Serviços prestados às famílias	0,04	31,92	662,66	694,62
40	Serviços prestados às empresas	162,10	189,07	126,57	477,74
41	Aluguel de imóveis	0,00	1,93	22,02	23,95
42	Administração pública	0,00	22,91	21,07	43,98
43	Serviços privados não-mercantis	0,00	0,00	861,74	861,74
Total		1.514,4	1.678,7	3.432,9	6.626,0

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

O setor de comércio foi o que mais contribuiu para a manutenção / geração de emprego, viabilizando mais de 990 mil postos de trabalho (15%). Em segundo, muito próximo, temos o setor de serviços privados não-mercantis, com 861 mil postos (13%). Em terceiro, tem-se o setor de serviços prestados às famílias com mais de 694 mil empregos gerados / mantidos (10,5%), logo em seguida, tem-se o setor de construção civil com mais de 597 mil empregos gerados / mantidos (9%). Cabe ressaltar que este setor possui importância vital no processo de absorção de mão de obra tanto direta quanto indiretamente. Também merecem destaque os setores de Fabricação e manutenção de máquinas e tratores e Serviços prestados às empresas (8,1%) e (7,2%), respectivamente, que, em conjunto, viabilizaram mais de 1015 mil postos de trabalho.

6. Glossário

BNDES AUTOMÁTICO	Financiamento a projeto de investimento de valor inferior a R\$ 10 milhões.
CARTÃO BNDES	Crédito rotativo pré-aprovado, destinado a micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas. Utilizado para a aquisição de bens e insumos.
EXIM	Operações de crédito para o financiamento de produção para Exportação e/ou de Importação de produtos brasileiros no exterior
FINAME	Financiamentos para a produção e comercialização de Máquinas e Equipamentos
FINEM	Financiamentos a projetos de investimento de valor superior a R\$ 10 milhões
PRÉ-EMBARQUE	Modalidade de operação de crédito que financia a produção para exportação
PROJECT FINANCE	Engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.
PRÉ-SAL	É um gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, localizado nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Estas reservas estão localizadas abaixo da camada de sal (que podem ter até 2 km de espessura). Portanto, se localizam de 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar.
PASS	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
PROCER	Programa de Crédito Especial Rural
MINHA CASA/MINHA VIDA	O Minha Casa, Minha Vida viabiliza a construção de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, em parceria com estados, municípios e iniciativa privada.
EMPRÉSTIMO PONTE	Trata-se da concessão de recursos no período de estruturação de operações de longo prazo, de modo a agilizar a realização de investimentos.
LIMITE DE CRÉDITO	Trata-se de um crédito rotativo para sociedades empresariais clientes do BNDES, adimplentes por prazo igual ou superior a 5 (cinco) anos e que, portanto, apresentam baixo risco de crédito, cujo objetivo é acelerar a realização de investimentos no País, mediante simplificação dos procedimentos de apoio financeiro.
OPERAÇÕES INTERREGIONAIS	Operações de crédito que beneficiam mais de uma unidade da federação
BACIA DE SANTOS	A Bacia de Santos é uma bacia sedimentar localizada na plataforma continental brasileira. Estende-se desde o litoral sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado de Santa Catarina, abrangendo uma área de cerca de 352 mil quilômetros quadrados.
TUPI	O campo petrolífero de Tupi está localizado a 250 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, com reservas estimadas entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo de alta qualidade, ou seja, petróleo leve, além de gás natural.
CESTA DE MOEDAS	Os Encargos da Cesta de Moedas (ECM) referem-se às condições financeiras para a concessão de financiamento com equivalência em dólares americanos mediante a utilização de recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira.
SUAPE	O Complexo Industrial e Portuário de Suape é o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Dispondo de uma infraestrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos.

7. Lista de Siglas

ACC	Adiantamento de Contrato de Câmbio
AF	Area Financeira
APE	Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
MPME	Micro, Pequena e Média Empresa
PIB	Produto Interno Bruto
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
TAG	Transportadora Associada de Gás
E&P	Exploração e Produção
RNEST	Refinaria do Nordeste
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
MW	Megawatt
SFN	Sistema Financeiro Nacional
MP	Medida Provisória

Anexo I - Detalhamento dos municípios beneficiados

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
ABADIA DE GOIAS-GO	4.859.117,93	ALCANTIL-PB	572.725,00
ABADIA DOS DOURADOS-MG	14.272.590,71	ALCINOPOLIS-MS	3.108.142,00
ABADIANIA-GO	4.321.964,33	ALCOBACA-BA	2.047.905,00
ABAETE-MG	11.107.256,98	ALDEIAS ALTAS-MA	2.075.200,00
ABAIETUBA-PA	4.599.416,08	ALECRIM-RS	110.587,00
ABAIARA-CE	570.220,00	ALEGRE-ES	66.006.162,34
ABAIRA-BA	3.755.925,27	ALEGRETE DO PIAUI-PI	37.760,65
ABARE-BA	463.904,00	ALEGRETE-RS	54.647.901,00
ADATIA-PR	18.042.604,76	ALEGRIA-RS	1.424.710,00
ADDON BATISTA-SC	9.347.885,33	ALEM PARAIBA-MG	26.520.096,19
ABEL FIGUEIREDO-PA	1.095.808,29	ALENQUER-PA	1.211.363,43
ABELARDO LUZ-SC	22.973.156,54	ALEXANDRIA-RN	490.008,94
ABRE CAMPO-MG	3.928.731,76	ALEXANIA-GO	92.909.365,33
ABREU E LIMA-PE	37.410.335,91	ALFENAS-MG	50.113.257,91
ABREULANDIA-TO	1.928.534,00	ALFREDO CHAVES-ES	32.600.341,72
ACAIACA-MG	33.584,35	ALFREDO MARCONDES-SP	983.325,00
ACAILANDIA-MA	37.554.742,99	ALFREDO VASCONCELOS-MG	959.953,32
ACAUTIBA-BA	436.005,10	ALFREDO WAGNER-SC	4.532.940,66
ACARA-PA	1.504.982,29	ALGODAO DE JANDAIRA-PB	196.200,00
ACARAPE-CE	20.513.108,47	ALHANDRA-PB	4.857.590,27
ACARAU-CE	2.108.301,15	ALIANCA DO TOCANTINS-TO	2.028.960,00
ACARI-RN	1.090.563,63	ALIANCA-PE	3.581.500,00
ACEGUA-RS	21.762.192,52	ALMADINA-BA	181.000,00
ACOIARA-CE	1.434.158,97	ALMAS-TO	1.277.840,00
ACORIZAL-MT	4.970.121,48	ALMEIRIM-PA	98.651.325,17
ACRELANDIA-AC	2.234.619,16	ALMENARA-MG	4.009.958,42
ACREUNA-GO	21.766.554,36	ALMIRANTE TAMANDARE-RN	63.878,48
ACUCENA-MG	66.440.419,00	ALMIRANTE TAMANDARE-PR	43.922.726,58
ACU-RN	15.665.001,22	ALOANDIA-GO	90.000,00
ADAMANTINA-SP	52.200.470,27	ALPERCATA-MG	4.237.020,53
ADELANDIA-GO	156.999,99	ALPESTRE-RS	2.984.852,47
ADOLFO-SP	1.710.160,00	ALPINOPOLIS-MG	14.789.913,61
ADRIANOPOLIS-PR	8.042.702,75	ALTA FLORESTA D'OESTE-RO	13.915.737,73
ADUSTINA-BA	2.456.714,20	ALTA FLORESTA-MT	21.519.966,35
AFOGADOS DA INGAZEIRA-PE	5.267.590,55	ALTALAI-SP	3.755.098,61
AFONSO CLAUDIO-ES	11.668.278,76	ALTAMIRA DO MARANHAO-MA	388.600,00
AFRANIO-PE	1.471.563,84	ALTAMIRA DO PARANA-PR	469.150,00
AGUA-PA	20.749,03	ALTAMIRA-PA	63.926.420,15
AGRESTINA-PE	2.750.230,55	ALTANEIRA-CE	71.100,00
AGRICOLANDIA-PI	98.000,00	ALTEROSA-MG	3.189.243,66
AGROLANDIA-SC	11.105.223,44	ALTINHO-PE	2.040.800,00
AGRONOMICA-SC	6.716.998,12	ALTINOPOLIS-SP	24.062.565,20
AGUA AZUL DO NORTE-PA	836.155,69	ALTO ALEGRE DO MARANHAO-MA	398.500,00
AGUA BOA-MG	2.716.584,81	ALTO ALEGRE DO PARECIS-RO	811.694,64
AGUA BOA-MT	53.264.566,09	ALTO ALEGRE DO PINDARE-MA	586.656,30
AGUA BRANCA-AL	485.400,00	ALTO ALEGRE-RR	3.505.073,60
AGUA BRANCA-PB	1.049.500,00	ALTO ALEGRE-RS	1.106.757,43
AGUA BRANCA-PI	650.765,60	ALTO ALEGRE-SP	6.067.473,87
AGUA CLARA-MS	40.470.333,54	ALTO ARAQUAIA-MT	3.405.303,14
AGUA COMPRIDA-MG	1.395.641,60	ALTO BELA VISTA-SC	1.792.455,78
AGUA DOCE DO MARANHAO-MA	178.920,00	ALTO BOA VISTA-MT	1.202.400,00
AGUA DOCE DO NORTE-ES	3.838.635,74	ALTO CAPARAO-MG	301.309,06
AGUA DOCE-SC	414.251.200,28	ALTO DO RODRIGUES-RN	1.598.332,48
AGUA FRIA DE GOIAS-GO	8.916.316,00	ALTO FELIZ-RS	1.740.403,14
AGUA FRIA-BA	255.515,00	ALTO GARCAS-MT	22.976.980,41
AGUA LIMPA-GO	203.000,00	ALTO HORIZONTE-GO	800.220,00
AGUA NOVA-RN	97.658,00	ALTO JEQUITIBA-MG	507.150,00
AGUA PRETA-PE	1.970.065,80	ALTO LONGA-PI	495.164,36
AGUA SANTA-RS	6.082.846,34	ALTO PARAGUAI-MT	738.000,00
AGUAI-SP	14.188.720,11	ALTO PARAISO DE GOIAS-GO	1.805.269,99
AGUANIL-MG	2.340.564,70	ALTO PARAISO-PR	2.452.842,00
AGUAS BELAS-PE	1.859.680,00	ALTO PARAISO-RO	3.702.835,99
AGUAS DA PRATA-SP	2.244.177,95	ALTO PARANA-PR	8.593.279,66
AGUAS DE CHAPECO-SC	4.153.159,04	ALTO PARNAIBA-MA	3.433.907,72
AGUAS DE LINDOIA-SP	4.894.818,85	ALTO PIQUIRI-PR	11.592.634,70
AGUAS DE SANTA BARBARA-SP	2.591.111,50	ALTO RIO DOCE-MG	1.400.511,97
AGUAS DE SAO PEDRO-SP	97.658,53	ALTO RIO NOVO-ES	689.493,36
AGUAS FORMOSAS-MG	4.889.401,87	ALTO SANTO-CE	3.422.490,88
AGUAS FRIAS-SC	23.931.305,60	ALTO TAQUARI-MT	149.630.165,12
AGUAS LINDAS DE GOIAS-GO	9.981.654,07	ALTONIA-PR	5.492.149,08
AGUAS MORNAS-SC	1.433.868,78	ALTOS-PI	1.826.002,66
AGUAS VERMELHAS-MG	2.255.716,80	ALUMINIO-SP	80.252.999,96
AGUDO-RS	15.582.817,90	ALVARAES-AM	697.500,00
AGUDOS DO SUL-PR	5.573.202,34	ALVARES FLORENCE-SP	5.833.085,90
AGUDOS-SP	21.752.454,38	ALVARES MACHADO-SP	24.202.221,88
AGUIA BRANCA-ES	826.680,74	ALVARO DE CARVALHO-SP	533.076,00
AGUIARNOPOLIS-TO	1.052.245.350,00	ALVINLANDIA-SP	442.564,00
AIMORES-MG	4.469.147,97	ALVINOPOLIS-MG	1.722.854,59
AIOQUARA-BA	19.480,70	ALVORADA DE MINAS-MG	100.800,00
AIOUBA-CE	1.607.203,27	ALVORADA DO GURGUEIA-PI	490.000,00
AJURUOCA-MG	1.465.360,00	ALVORADA DO NORTE-GO	5.201.616,45
AJURICABA-RS	11.966.245,43	ALVORADA DO SUL-PR	8.042.133,74
ALAGOA GRANDE-PB	597.672,70	ALVORADA D'OESTE-RO	2.980.086,72
ALAGOA NOVA-PB	369.472,88	ALVORADA-RS	67.561.593,55
ALAGOA-MG	612.328,00	ALVORADA-TO	5.388.833,68
ALAGOINHA-PB	757.252,71	AMAJARI-RR	465.780,00
ALAGOINHA-PE	244.500,00	AMAMBAL-MS	26.891.822,49
ALAGOINHAS-BA	109.441.055,40	AMAPA DO MARANHAO-MA	103.300,00
ALAMBART-SP	387.895,00	AMAPA-AP	239.280,00
ALBERTINA-MG	2.688.764,60		

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
AMAPORA-PR	2.002.085,00	AQUIDABA-SE	722.561,73
AMARAJI-PE	2.104.824,00	AQUIDAUANA-MS	5.708.700,29
AMARAL FERRADOR-RS	1.160.555,60	AQUIRAZ-CE	32.513.127,19
AMARALINA-GO	485.966,00	ARABUTA-SC	4.911.022,14
AMARANTE DO MARANHÃO-MA	683.100,00	ARACAI-MG	168.840,00
AMARANTE-PI	216.455,96	ARACAJU-SE	184.755.467,11
AMARGOSA-BA	3.354.226,43	ARACARIGUAMA-SP	24.167.057,46
AMELIA RODRIGUES-BA	10.238.194,54	ARACAS-BA	820.440,00
AMERICA DOURADA-BA	757.864,00	ARACATI-CE	13.979.014,85
AMERICANA-SP	186.141.335,12	ARACATU-BA	1.406.117,66
AMERICANO DO BRASIL-GO	880.539,71	ARACATUBA-SP	156.986.849,87
AMERICO BRASILIENSE-SP	79.594.997,75	ARACI-BA	2.878.543,36
AMERICO DE CAMPOS-SP	635.428,42	ARACOLABA DA SERRA-SP	13.048.589,50
AMETISTA DO SUL-RS	7.207.850,00	ARACOLABA-CE	872.672,64
AMONTADA-CE	1.747.550,00	ARACOLABA-PE	591.900,00
AMORINOPOLIS-GO	1.619.639,20	ARACRUZ-ES	126.680.562,86
AMPARO DE SÃO FRANCISCO-SE	692.748,11	ARACUAI-MG	6.686.953,59
AMPARO DO SERRA-MG	361.625,60	ARACU-GO	40.000,00
AMPARO-PE	647.879,56	ARAGARCAS-GO	520.061,30
AMPARO-SP	62.680.658,11	ARAGOIANIA-GO	561.780,00
AMPERE-PR	22.482.827,96	ARAGOMINAS-TO	863.533,00
ANADIA-AL	421.581,33	ARAGUACEMA-TO	743.374,40
ANAGE-BA	440.532,95	ARAGUACU-TO	3.123.347,92
ANAHY-PR	1.512.316,73	ARAGUAIANA-MT	1.146.693,16
ANAJATUBA-MA	942.000,00	ARAGUAINA-TO	95.236.673,14
ANALANDIA-SP	6.764.020,14	ARAGUAINHA-MT	144.333,93
ANANAS-TO	3.953.673,85	ARAGUANA-MA	1.309.366,80
ANANINDEUA-PA	149.282.434,53	ARAGUANA-TO	1.155.499,40
ANAPOLIS-GO	318.221.800,84	ARAGUAPAZ-GO	2.194.836,18
ANAPU-PA	2.065.559,17	ARAGUARI-MG	98.303.501,36
ANAPURUS-MA	1.570.149,80	ARAGUATINGA-TO	2.931.385,51
ANASTACIO-MS	5.352.604,65	ARAIOSÉS-MA	757.322,40
ANAURILANDIA-MS	9.579.899,10	ARAL MOREIRA-MS	11.340.117,47
ANCHIETA-ES	4.269.988,93	ARAMARI-BA	1.674.609,46
ANCHIETA-SC	9.166.450,80	ARAMBARE-RS	1.757.471,76
ANDARAÍ-BA	341.571,60	ARAME-MA	1.145.950,00
ANDARAÍ-PR	15.564.975,94	ARAME-MA	2.195.118,58
ANDORINHA-BA	191.694,84	ARARANGA-SP	1.679.038,74
ANDRADAS-MG	19.805.207,38	ARANTINA-MG	1.096.888,55
ANDRADINA-SP	207.821.554,43	ARAPETI-SP	363.280,00
ANDRE DA ROCHA-RS	5.201.600,00	ARAPIRACA-AL	49.778.718,79
ANDRELANDIA-MG	3.267.875,26	ARAPONGA-TO	2.114.913,20
ANGATUBA-SP	16.706.507,46	ARAPONGA-MG	1.187.965,85
ANGELANDIA-MG	1.209.950,22	ARAPONGAS-PR	122.542.815,81
ANGELICA-MS	32.948.014,15	ARAPORA-MG	6.360.273,56
ANGELIM-PE	112.500,00	ARAPOTI-PR	26.327.863,74
ANGELINA-SC	16.788.867,46	ARAPUA-MG	5.466.837,53
ANGICAL DO PIAUI-PI	1.026,77	ARAPUA-PR	3.662.225,56
ANGICAL-BA	1.994.947,78	ARAPUTANGA-MT	4.714.967,49
ANGICOS-RN	1.071.042,62	ARAQUARI-SC	60.089.208,82
ANGICO-TO	146.935,35	ARARANGUA-SC	83.192.379,16
ANGRA DOS REIS-RJ	177.637.952,51	ARARA-PB	804.300,00
ANGULO-PR	1.720.121,00	ARARAQUARA-SP	263.642.240,17
ANHEMBI-SP	5.760.372,26	ARARAS-SP	78.944.904,96
ANHUMAS-SP	278.976,57	ARARICA-RS	3.482.611,90
ANICUNS-GO	4.585.211,68	ARARI-MA	212.243,00
ANISIO DE ABREU-PI	662.634,20	ARARIPE-CE	644.660,90
ANITA GARIBALDI-SC	515.634,81	ARARIPINA-PE	29.052.511,78
ANITAPOLIS-SC	1.039.747,70	ARARUAMA-RJ	49.564.025,05
ANTA GORDA-RS	9.319.149,13	ARARUNA-PB	76.342,88
ANTAS-BA	181.038,82	ARARUNA-PR	16.717.093,20
ANTONINA DO NORTE-CE	381.000,00	ARATACA-BA	205.345,00
ANTONINA-PR	2.439.885,94	ARATIBA-RS	4.487.574,81
ANTONIO ALMEIDA-PI	1.586.812,06	ARATUBA-CE	189.280,00
ANTONIO CARDOSO-BA	48.000,00	ARAUÁ-SE	1.267.112,24
ANTONIO CARLOS-MG	1.480.156,21	ARAUCAIA-PR	236.473.299,79
ANTONIO CARLOS-SC	9.969.144,57	ARAUJOS-MG	2.064.378,18
ANTONIO DIAS-MG	4.059.273,52	ARAXA-MG	86.329.253,54
ANTONIO GONÇALVES-BA	159.830,00	ARCEBURGO-MG	4.543.371,86
ANTONIO JOAO-MS	5.931.570,26	ARCO-IRIS-SP	494.554,60
ANTONIO OLINTO-PR	4.084.906,10	ARCOS-MG	93.933.264,92
ANTONIO PRADO-RS	58.593.860,96	ARCOVERDE-PE	19.030.454,29
APARECIDA DE GOIANIA-GO	325.150.885,67	AREADO-MG	2.664.290,38
APARECIDA DO RIO DOCE-GO	811.705,00	AREAL-RJ	9.479.253,71
APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	1.988.041,09	AREALVA-SP	3.821.994,94
APARECIDA DO TABOADO-MS	4.958.097,88	AREIA BRANCA-RN	8.941.926,33
APARECIDA D'OESTE-SP	911.082,70	AREIA BRANCA-SE	2.759.248,80
APARECIDA-PB	167.400,00	AREIAL-PB	741.800,00
APARECIDA-SP	18.444.089,12	AREIA-PB	374.629,58
APERIBE-RJ	1.409.519,64	AREIAS-SP	92.428,00
APIACA-ES	272.000,00	AREIOPOLIS-SP	6.594.473,59
APIACAS-MT	2.262.293,00	ARENAPOLIS-MT	1.028.940,29
APIAI-SP	16.050.253,81	ARENOPOLIS-GO	733.215,00
APIUNA-SC	26.952.809,74	ARES-RN	27.000,00
APODI-RN	1.177.065,67	ARGIRITA-MG	200.600,00
APORA-BA	371.911,62	ARINOS-MG	4.315.230,28
APORE-GO	2.739.260,42	ARIPUANA-MT	107.135.174,12
APUCARANA-PR	91.407.207,16	ARQUEMES-RO	51.674.916,89
APUI-AM	611.826,63	ARTRANHA DO IVAI-PR	1.369.292,16
APUJARES-CE	60.000,00	ARTRANHA-SP	90.827.900,22

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
ARMACAO DE BUZIOS-RJ	3.066.980,56	BARAO DE COCAIS-MG	6.938.919,64
ARMAZEM-SC	17.761.688,99	BARAO DE COTEGIPE-RS	8.890.647,34
ARAZES-PI	305.820,00	BARAO DE GRAJAU-MA	5.165.273,20
AROEIRAS-PB	331.764,28	BARAO DE MELGACO-MT	187.002,00
ARRAIAL DO CABO-RJ	1.320.670,21	BARAO DE MONTE ALTO-MG	476.200,00
ARRAIAS-TO	9.577.305,30	BARAO DO TRIUNFO-RS	3.008.201,30
ARROIO DO MEIO-RS	20.620.503,85	BARAO-RS	16.508.766,31
ARROIO DO PADRE-RS	1.812.478,90	BARAUNA-PB	36.323,96
ARROIO DO SAL-RS	1.378.287,79	BARAUNA-RN	2.082.294,00
ARROIO DO TIGRE-RS	6.119.940,97	BARBACENA-MG	33.112.059,39
ARROIO DOS RATOS-RS	4.979.447,66	BARBALHA-CE	8.214.158,09
ARROIO GRANDE-RS	19.569.519,39	BARBOSA FERRAZ-PR	2.604.033,38
ARROIO TRINTA-SC	13.296.925,19	BARBOSA-SP	705.750,32
ARTUR NOGUEIRA-SP	18.993.540,80	BARCARENA-PA	71.224.695,17
ARUANA-GO	2.208.707,00	BARIRI-SP	32.024.121,11
ARUA-SP	190.346.646,96	BARRA BONITA-SC	1.317.818,57
ARVOREDO-SC	1.250.300,00	BARRA BONITA-SP	76.557.751,39
ARVOREZINHA-RS	8.492.311,72	BARRA DE ESTIVA-BA	2.447.463,77
ASCURRA-SC	3.109.744,95	BARRA DE GUABIRABA-PE	1.638.975,75
ASPASIA-SP	794.872,49	BARRA DE SANTA ROSA-PB	263.820,93
ASSAI-PR	20.282.384,62	BARRA DE SANTO ANTONIO-AL	200.000,00
ASSARE-CE	2.310.634,80	BARRA DE SAO FRANCISCO-ES	22.677.954,69
ASSIS BRASIL-AC	104.185,33	BARRA DE SAO MIGUEL-AL	771.099,99
ASSIS CHATEAUBRIAND-PR	53.278.146,78	BARRA DO BUGRES-MT	30.733.711,91
ASSIS-SP	58.725.512,94	BARRA DO CHAPEU-SP	1.042.312,08
ASSUNCAO-PB	139.116,37	BARRA DO CHOCA-BA	3.036.636,16
ASTOLFO DUTRA-MG	19.422.762,37	BARRA DO CORDA-MA	6.322.286,85
ASTORGA-PR	40.522.163,85	BARRA DO GARCAS-MT	18.341.373,84
ATALAIA-AL	8.400.281,53	BARRA DO GUARITA-RS	547.343,65
ATALAIA-PR	1.982.229,62	BARRA DO JACARE-PR	2.843.028,09
ATALANTA-SC	2.435.487,42	BARRA DO MENDES-BA	447.004,81
ATALEIA-MG	1.357.503,61	BARRA DO PIRAI-RJ	34.036.880,00
ATIBAIA-SP	127.656.369,79	BARRA DO QUARAI-RS	9.432.814,20
ATILIO VIVACQUA-ES	8.988.184,38	BARRA DO RIBEIRO-RS	4.047.796,66
AUGUSTINOPOLIS-TO	1.399.588,27	BARRA DO RIO AZUL-RS	258.913,60
AUGUSTO CORREA-PA	309.762,10	BARRA DO ROCHA-BA	187.720,00
AUGUSTO DE LIMA-MG	2.037.161,60	BARRA DO TURVO-SP	35.000,00
AUGUSTO PESTANA-RS	7.656.107,46	BARRA DOS COQUEIROS-SE	1.127.106,24
AUREA-RS	4.593.192,19	BARRA FUNDA-RS	16.917.700,30
AURELIO LEAL-BA	322.609,93	BARRA LONGA-MG	171.000,00
AURIFLAMA-SP	10.044.019,74	BARRA MANSA-RJ	116.717.802,23
AURILANDIA-GO	48.000,00	BARRA VELHA-SC	14.880.856,19
AURORA DO PARA-PA	999.370,00	BARRA-BA	1.213.292,81
AURORA DO TOCANTINS-TO	172.830,00	BARRACAO-PR	28.940.207,47
AURORA-CE	2.547.734,99	BARRACAO-RS	7.171.342,70
AURORA-SC	13.846.275,96	BARRAS-PI	1.053.623,42
AVAI-SP	2.710.504,30	BARREIRA-CE	974.807,85
AVANHANDAVA-SP	5.093.950,52	BARREIRAS DO PIAUI-PI	3.849.987,69
AVARE-SP	62.081.140,01	BARREIRAS-BA	119.361.255,25
AVELINO LOPES-PI	41.372,40	BARREIRINHAS-MA	438.280,00
AVELINOPOLIS-GO	3.173.700,00	BARREIROS-PE	15.340.366,29
AXIXA DO TOCANTINS-TO	226.000,00	BARRETOS-SP	175.078.264,85
BABACULANDIA-TO	23.803.119,51	BARRINHA-SP	7.402.359,08
BACABAL-MA	10.651.939,50	BARRO ALTO-BA	1.387.716,70
BACABEIRA-MA	27.425.973,20	BARRO ALTO-GO	369.155.677,70
BADY BASSITT-SP	29.818.404,22	BARROCAS-BA	323.694,31
BAEPENDI-MG	5.591.225,47	BARRO-CE	696.784,28
BAGE-RS	45.735.597,18	BARROLANDIA-TO	704.674,43
BAIA DA TRAIACAO-PB	84.000,00	BARROQUINHA-CE	896.679,00
BAIA FORMOSA-RN	71.153.812,60	BARROS CASSAL-RS	5.074.440,46
BAIANOPOLIS-BA	2.032.944,39	BARROSO-MG	9.586.075,18
BAIAO-PA	175.845,23	BARUERI-SP	078.790.677,12
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO-PI	52.230.821,20	BASTOS-SP	22.808.947,40
BAIXA GRANDE-BA	533.094,80	SATAGUASSU-MS	3.166.294,91
BAIXO GUANDU-ES	9.995.231,45	BATALHA-AL	293.492,00
BALBINOS-SP	133.800,00	BATALHA-PI	333.789,68
BALDIM-MG	3.605.478,55	SATATAIS-SP	177.804.794,07
BALIZA-GO	1.040.000,00	BATAYPORA-MS	14.783.699,35
BALNEARIO ARROIO DO SILVA-SC	2.921.316,79	BATURITE-CE	1.652.196,01
BALNEARIO BARRA DO SUL-SC	3.114.189,21	BAURU-SP	175.655.365,94
BALNEARIO CAMBORIU-SC	39.659.271,46	BAYEUX-PB	16.673.487,47
BALNEARIO GAIOTA-SC	2.687.021,78	BESEDOURO-SP	78.937.092,43
BALNEARIO PICARRAS-SC	23.126.510,78	BEBERIBE-CE	5.103.930,40
BALNEARIO PINHAL-RS	1.366.531,82	BELA CRUZ-CE	411.546,74
BALSA NOVA-PR	78.676.271,20	BELA VISTA DA CAROBA-PR	479.500,80
BALSAMO-SP	4.400.490,28	BELA VISTA DE GOIAS-GO	15.297.773,66
BALSAS-MA	56.461.610,24	BELA VISTA DE MINAS-MG	6.585.753,46
BAMBUI-MG	103.597.799,78	BELA VISTA DO MARANHAO-MA	232.160,00
BANABUIU-CE	618.449,60	BELA VISTA DO PARAISO-PR	22.348.096,93
BANANAL-SP	789.488,18	BELA VISTA DO TOLDO-SC	3.580.791,80
BANANEIRAS-PB	251.583,26	BELA VISTA-MS	13.769.625,33
BANDEIRA DO SUL-MG	661.880,47	BELEM DE MARIA-PE	671.700,00
BANDEIRA-MG	596.286,00	BELEM DE SAO FRANCISCO-PE	864.161,74
BANDEIRANTES DO TOCANTINS-TO	1.537.056,05	BELEM DO BREJO DO CRUZ-PB	30.000,00
BANDEIRANTE-SC	6.667.615,04	BELEM-AL	1.946.600,00
BANDEIRANTES-MS	6.048.080,23	BELEM-PA	453.290.151,51
BANDEIRANTES-PR	5.115.470,07	BELEM-PB	667.716,34
BANNACH-PA	346.615,60	BELFORD ROXO-RJ	48.734.176,10
BANZAE-BA	582.813,00	BELMIRO BRAGA-MG	194.500,00
BARAO DE ANTONINA-SP	510.187,03	BELMUNTE-BA	1.238.974,15

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
BELMONTE-SC	6.321.855,43	BOM JESUS-SC	3.182.946,80
BELO CAMPO-BA	231.598,20	BOM LUGAR-MA	463.688,20
BELO HORIZONTE-MG	2.962.680.982,78	BOM PRINCÍPIO DO PIAUI-PI	200.000,00
BELO JARDIM-PE	51.187.035,25	BOM PRINCÍPIO-RS	24.110.107,88
BELO ORIENTE-MG	3.835.359,05	BOM PROGRESSO-RS	865.998,66
BELO VALE-MG	4.491.661,35	BOM REPOUSO-MG	2.027.128,58
BENEDITO LEITE-MA	474.000,00	BOM RETIRO DO SUL-RS	4.799.120,60
BENEDITO NOVO-SC	12.527.362,96	BOM RETIRO-SC	7.270.055,96
BENEVIDES-PA	10.348.666,56	BOM SUCESSO DE ITARARE-SP	5.140.899,69
BENJAMIN CONSTANT DO SUL-RS	176.400,00	BOM SUCESSO DO SUL-PR	6.596.149,41
BENJAMIN CONSTANT-AM	38.470,11	BOM SUCESSO-MG	1.979.873,18
BENTO DE ABREU-SP	4.404.404,47	BOM SUCESSO-PR	5.355.093,42
BENTO GONÇALVES-RS	269.332.422,42	BOMBINHAS-SC	3.893.365,55
BEQUIMAO-MA	207.112,00	BONFIM-MG	60.000,00
BERILO-MG	1.071.944,84	BONFIM-RR	77.600,00
BERIZAL-MG	152.720,00	BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG	10.151.411,96
BERNARDINO DE CAMPOS-SP	3.907.178,84	BONFINÓPOLIS-GO	1.582.433,09
BERNARDO DO MEARI-MMA	228.200,00	BONINAL-BA	1.454.530,00
BERNARDO SAYAO-TO	611.353,16	BONITO DE MINAS-MG	110.700,00
BERTIOGA-SP	10.340.324,48	BONITO DE SANTA FE-PB	206.039,56
BERTÓPOLIS-MG	130.940,00	BONITO-BA	1.582.597,20
BETANIA DO PIAUI-PI	187.500,00	BONITO-MS	8.248.509,45
BETANIA-PE	205.047,49	BONITO-PA	868.910,00
BETIM-MG	874.422.214,06	BONITO-PE	7.152.829,37
BEZERRAS-PE	15.126.831,63	BONOPOLIS-GO	2.186.959,70
BIAS FORTES-MG	374.530,00	BOQUEIRAO DO LEAO-RS	3.414.625,16
BICAS-MG	1.696.523,69	BOQUEIRAO-PB	2.155.063,92
BIGUACU-SC	37.705.432,29	BOQUIM-SE	3.044.059,99
BILAC-SP	5.611.849,58	BOQUIRA-BA	332.389,44
BIQUINHAS-MG	462.811,29	BORACEIA-SP	11.513.698,10
BIRIGUI-SP	66.093.976,06	BORA-SP	2.107.648,00
BIRITIBA-MIRIM-SP	3.314.412,47	BORBA-AM	250.294,24
BIRITINGA-BA	47.714,10	BORBOREMA-PB	1.724.680,00
BITURUNA-PR	10.207.375,88	BORBOREMA-SP	5.617.236,94
BLUMENAU-SC	354.828.592,68	BORDA DA MATA-MG	5.951.272,28
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR	3.208.377,55	BOREBI-SP	1.777.760,22
BOA ESPERANÇA DO SUL-SP	5.246.132,92	BORRIZÓPOLIS-PR	6.269.824,32
BOA ESPERANÇA-ES	3.376.531,23	BOSSOROCA-RS	8.231.895,28
BOA ESPERANÇA-MG	16.457.162,09	BOTELHOS-MG	1.526.600,41
BOA ESPERANÇA-PR	8.723.207,54	BOTUCATU-SP	195.431.636,80
BOA NOVA-BA	74.000,00	BOTUMIRIM-MG	1.929.235,89
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE-PR	8.912.413,56	BOTUPORA-BA	1.075.445,68
BOA VENTURA-PB	96.000,00	BOTUVERA-SC	23.673.860,69
BOA VIAGEM-CE	6.346.154,40	BOZANO-RS	3.681.366,53
BOA VISTA DA APARECIDA-PR	2.524.917,31	BRACO DO NORTE-SC	51.716.811,41
BOA VISTA DAS MISSOES-RS	5.670.301,07	BRACO DO TROMBUDO-SC	18.538.886,99
BOA VISTA DO BURICA-RS	6.414.475,83	BRAGANÇA PAULISTA-SP	154.285.143,91
BOA VISTA DO CADEADO-RS	16.126.739,51	BRAGANÇA-PA	2.862.370,16
BOA VISTA DO INCRA-RS	7.051.086,34	BRAGANEY-PR	5.301.349,82
BOA VISTA DO SUL-RS	7.238.521,63	BRAGA-RS	14.605.781,49
BOA VISTA DO TUPIM-BA	332.706,30	GRANQUINHA-AL	499.000,00
BOA VISTA-PB	1.526.106,00	BRAS PIRES-MG	568.400,00
BOA VISTA-RR	46.238.480,71	BRASIL NOVO-PA	2.393.379,08
BOCA DA MATA-AL	4.949.466,76	BRASILÂNDIA DE MINAS-MG	3.371.992,19
BOCA DO ACRE-AM	1.356.016,12	BRASILÂNDIA DO SUL-PR	6.171.859,18
BOCAINA DO SUL-SC	775.350,00	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS-TO	1.220.960,00
BOCAINA-SP	10.644.733,48	BRASILÂNDIA-MS	3.301.062,61
BOCAIUA DO SUL-PR	9.165.899,85	BRASILEIA-AC	1.392.241,30
BOCAIUA-MG	29.466.114,13	BRASILEIRA-PI	472.000,00
BODOCO-PE	1.847.698,13	BRASILIA DE MINAS-MG	11.606.297,01
BODOQUENA-MS	876.461,42	BRASILIA-DF	959.142.842,08
BODO-RN	1.201.620,00	BRASNORTE-MT	44.234.677,10
BOFETE-SP	4.725.365,49	BRASOPOLIS-MG	1.911.667,41
BOITUVA-SP	89.761.946,47	BRAUNAS-MG	1.681.911,78
BOM CONSELHO-PE	8.420.636,15	BRAUNA-SP	1.608.823,38
BOM DESPACHO-MG	28.928.132,18	BRAZABRANTES-GO	2.978.836,00
BOM JARDIM DA SERRA-SC	294.511.242,68	BREIAO-PE	395.840,00
BOM JARDIM DE GOIAS-GO	614.658,10	BREJETUBA-ES	991.402,49
BOM JARDIM DE MINAS-MG	437.097,23	BREJINHO DE NAZARE-TO	1.285.393,45
BOM JARDIM-MA	2.875.139,20	BREJINHO-RN	120.000,00
BOM JARDIM-PE	1.082.048,27	BREJO ALEGRE-SP	64.688.729,79
BOM JARDIM-RJ	44.695.383,07	BREJO DA MADRE DE DEUS-PE	1.389.504,95
BOM JESUS DA LAPA-BA	9.577.329,79	BREJO DO CRUZ-PB	697.154,13
BOM JESUS DA PENHA-MG	2.120.186,60	BREJO DO PIAUI-PI	38.286,61
BOM JESUS DAS SELVAS-MA	807.501,57	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA-PA	870.812,12
BOM JESUS DE GOIAS-GO	29.759.105,09	BREJO SANTO-CE	4.279.883,93
BOM JESUS DO AMPARO-MG	2.110.188,31	BREJOES-BA	753.249,99
BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT	6.159.047,00	BREJOLÂNDIA-BA	741.428,92
BOM JESUS DO GALHO-MG	648.966,41	BREJO-MA	1.545.256,36
BOM JESUS DO ITABAPOANA-RJ	7.185.007,27	BREU BRANCO-PA	5.950.907,30
BOM JESUS DO NORTE-ES	957.158,77	BREVES-PA	292.225,00
BOM JESUS DO OESTE-SC	1.458.919,40	BRITANIA-GO	3.122.830,00
BOM JESUS DO SUL-PR	74.601,26	BROCHIER-RS	5.215.729,95
BOM JESUS DO TOCANTINS-PA	562.010,00	BRODOWSKI-SP	11.396.605,45
BOM JESUS DO TOCANTINS-TO	217.200,00	BROTAS DE MACAUBAS-BA	386.298,12
BOM JESUS DOS PERDOES-SP	7.322.668,24	BROTAS-SP	50.258.296,16
BOM JESUS-PB	43.171,50	BRUMADINHO-MG	33.497.612,75
BOM JESUS-PI	2.814.455,83	BRUMADO-BA	30.259.681,01
BOM JESUS-RN	50.000,00	BRUNOPOLIS-SC	2.804.505,00
BOM JESUS-RS	13.175.469,92	BRUSQUE-SC	292.439.598,91

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
BUENO BRANDAO-MG	2.626.356,41	CAJUA-SP	1.279.885,00
BUENOPOLIS-MG	1.624.656,00	CAJAMAR-SP	197.415.070,44
BUENOS AIRES-PE	1.482.278,36	CAJARI-MA	481.250,00
BUERAREMA-BA	594.821,52	CAJATI-SP	29.254.297,63
BUGRE-MG	156.780,00	CAJAZEIRAS DO PIAUI-PI	107.000,00
BUIQUE-PE	3.032.284,36	CAJAZEIRAS-PB	6.803.131,97
BUJARI-AC	567.623,29	CAJOBI-SP	4.478.773,86
BUJARI-PA	869.600,00	CAJUEIRO-AL	712.470,00
BURI-SP	25.755.782,92	CAJURI-MG	186.900,00
BURITAMA-SP	7.003.224,74	CAJURU-SP	28.000.954,13
BURITI ALEGRE-GO	4.006.180,43	CALCADO-PE	342.500,00
BURITI BRAVO-MA	163.275,00	CALCOENE-AP	222.400,00
BURITI DE GOIAS-GO	85.200,00	CALDAS BRANDAO-PB	1.921.712,00
BURITI DO TOCANTINS-TO	529.380,00	CALDAS NOVAS-GO	10.765.679,57
BURITI DOS MONTES-PI	140.400,00	CALDAS-MG	2.133.368,37
BURITICUPU-MA	4.436.047,26	CALDASINHA-GO	31.572,33
BURITI-MA	1.465.920,80	CALDEIRAO GRANDE-BA	113.127,20
BURITINOPOLIS-GO	118.749,00	CALIFORNIA-PR	3.410.837,14
BURITIRAMA-BA	147.030,60	CALMON-SC	686.837,81
BURITIRANA-MA	141.200,00	CALUMBI-PE	367.999,98
BURITIS-MG	31.770.603,98	CAMACAN-BA	3.055.812,47
BURITIS-RO	5.289.836,68	CAMACARI-BA	532.151.948,78
BURITIZAL-SP	50.465.001,75	CAMACHO-MG	703.845,00
BURITZEIRO-MG	12.809.324,10	CAMANU-BA	262.000,00
BUTIA-RS	11.275.733,93	CAMANDUCAIA-MG	23.494.011,82
CAAPORA-PB	3.055.442,12	CAMAPUA-MS	15.403.301,52
CAARAPÓ-MS	215.413.505,65	CAMAQUA-RS	55.643.308,87
CAATIBA-BA	306.482,70	CAMARAGIBE-PE	25.270.329,74
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	1.312.200,00	CAMARGO-RS	18.059.206,33
CABECEIRA GRANDE-MG	8.397.592,35	CAMBARA DO SUL-RS	4.616.880,00
CABECEIRAS-GO	11.425.219,75	CAMBARA-PR	33.985.785,76
CABELO-PE	30.746.055,05	CAMBE-PR	90.075.981,75
CABIXI-RO	1.729.381,82	CAMBIRA-PR	4.493.648,82
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	131.800.301,77	CAMBORIU-SC	40.455.551,21
CABO FRIO-RJ	14.724.191,77	CAMBUCI-RJ	1.625.927,39
CABO VERDE-MG	1.934.178,47	CAMBUI-MG	17.462.409,61
CABRALIA PAULISTA-SP	1.757.080,25	CAMBUQUIRA-MG	2.790.851,46
CABREUVA-SP	46.350.083,50	CAMETA-PA	998.279,97
CABROBO-PE	1.147.438,32	CAMOCIM DE SAO FELIX-PE	683.710,00
CACADOR-SC	153.814.375,86	CAMOCIM-CE	2.473.933,93
CACAPAVA DO SUL-RS	15.886.504,08	CAMPANARIO-MG	302.138,97
CACAPAVA-SP	39.569.807,31	CAMPANHA-MG	6.664.844,95
CACAUDLANDIA-RO	817.454,00	CAMPESTRE DA SERRA-RS	5.368.804,48
CACEQUI-RS	7.592.385,14	CAMPESTRE DE GOIAS-GO	902.829,20
CACERES-MT	164.482.426,46	CAMPESTRE DO MARANHÃO-MA	418.506,18
CACHOEIRA ALTA-GO	1.693.965,94	CAMPESTRE-AL	739.710,00
CACHOEIRA DA PRATA-MG	436.755,84	CAMPESTRE-MG	9.217.330,17
CACHOEIRA DE GOIAS-GO	283.800,00	CAMPINA DA LAGOA-PR	15.553.431,69
CACHOEIRA DE MINAS-MG	5.132.006,18	CAMPINA DAS MISSOES-RS	3.435.347,94
CACHOEIRA DE PAJEU-MG	293.093,74	CAMPINA DO MONTE ALEGRE-SP	3.682.444,34
CACHOEIRA DO ARARI-PA	98.400,00	CAMPINA DO SIMAO-PR	3.342.743,33
CACHOEIRA DO SUL-RS	67.055.895,42	CAMPINA GRANDE DO SUL-PR	44.591.660,20
CACHOEIRA DOS INDIOS-PB	482.000,00	CAMPINA GRANDE-PB	256.527.208,00
CACHOEIRA DOURADA-GO	1.765.999,60	CAMPINA VERDE-MG	3.573.768,93
CACHOEIRA DOURADA-MG	498.607,00	CAMPINACU-GO	502.552,00
CACHOEIRA PAULISTA-SP	25.047.928,59	CAMPINAPOLIS-MT	648.491,94
CACHOEIRA-BA	1.674.925,04	CAMPINAS DO PIAUI-PI	389.300,00
CACHOEIRAS DE MACACU-RJ	10.563.431,38	CAMPINAS DO SUL-RS	6.830.025,70
CACHOEIRINHA-PE	1.001.097,20	CAMPINAS-SP	1.505.371.016,85
CACHOEIRINHA-RS	132.121.912,02	CAMPINORTE-GO	14.849.530,73
CACHOEIRINHA-TO	1.755.200,00	CAMPO ALEGRE DE GOIAS-GO	8.928.330,50
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES	212.910.069,44	CAMPO ALEGRE DE LOURDES-BA	1.001.836,73
CACIMBA DE DENTRO-PB	19.462,40	CAMPO ALEGRE-AL	3.434.219,35
CACIMBINHAS-AL	390.600,00	CAMPO ALEGRE-SC	10.138.746,87
CACIQUE DOBLE-RS	8.082.175,34	CAMPO AZUL-MG	155.868,55
CACOL-RO	25.708.167,94	CAMPO BELDO DO SUL-SC	1.096.309,68
CAÇONDE-SP	10.071.714,59	CAMPO BELO-MG	18.658.597,29
CACU-GO	126.351.329,34	CAMPO BOM-RS	52.975.739,46
CACULE-BA	10.542.201,59	CAMPO BONITO-PR	3.682.482,50
CAEM-BA	81.600,00	CAMPO DE SANTANA-PB	29.217,81
CAETANOPOLIS-MG	2.451.929,76	CAMPO DO BRITO-SE	3.014.934,27
CAETANOS-BA	689.570,00	CAMPO DO MEIO-MG	5.931.406,64
CAETE-MG	7.174.826,39	CAMPO DO TENENTE-PR	12.735.383,10
CAETES-PE	103.950,00	CAMPO ERE-SC	13.824.281,18
CAETITE-BA	9.511.537,89	CAMPO FLORIDO-MG	29.165.543,48
CAFARNAUM-BA	825.954,91	CAMPO FORMOSO-BA	4.735.886,14
CAFARA-PR	1.497.324,00	CAMPO GRANDE DO PIAUI-PI	2.835,00
CAFELANDIA-PR	98.393.287,28	CAMPO GRANDE-AL	3.574.714,00
CAFELANDIA-SP	8.201.684,89	CAMPO GRANDE-MS	582.872.864,80
CAFEZAL DO SUL-PR	2.577.705,04	CAMPO LARGO-PR	105.266.662,36
CAIABU-SP	954.681,04	CAMPO LIMPO DE GOIAS-GO	2.348.610,00
CAIANA-MG	114.479,66	CAMPO LIMPO PAULISTA-SP	764.301.774,87
CAIAPONIA-GO	9.867.704,68	CAMPO MAGRO-PR	6.273.255,23
CAIBATE-RS	5.240.909,49	CAMPO MAIOR-PI	2.721.265,41
CAIBI-SC	21.045.642,84	CAMPO MOURAO-PR	142.457.684,68
CAICARA-PB	63.107,58	CAMPO NOVO DE RONDONIA-RO	766.400,00
CAICARA-RS	4.880.905,81	CAMPO NOVO DO PARECIS-MT	60.311.924,04
CAICO-RN	19.669.256,34	CAMPO NOVO-RS	12.108.069,52
CAITEIRAS-SP	124.184.823,70	CAMPO VERDE-MT	155.727.496,22
CAIRU-BA	965.591,19	CAMPOS ALTOS-MG	8.095.901,13

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
CAMPOS BELOS-GO	2.257.025,38	CAPIVARI-SP	57.103.781,79
CAMPOS BORGES-RS	2.065.757,45	CAPITXABA-AC	239.076,00
CAMPOS DE JULIO-MT	29.541.398,43	CAPOEIRAS-PE	1.016.165,31
CAMPOS DO JORDAO-SP	9.864.746,15	CAPUTIRA-MG	1.055.870,08
CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	96.132.029,36	CARAA-RS	787.157,00
CAMPOS GERAIS-MG	12.204.702,84	CARACARA-RR	513.658,00
CAMPOS LINDOS-TO	4.391.485,40	CARACOL-MS	1.390.925,93
CAMPOS NOVOS PAULISTA-SP	2.493.150,00	CARACOL-PI	253.500,00
CAMPOS NOVOS-SC	53.216.048,64	CARAGUATATUBA-SP	15.727.790,63
CAMPOS SALES-CE	825.389,65	CARAIBAS-BA	685.717,37
CAMPOS VERDES-GO	81.418,63	CARAI-MG	2.966.053,51
CAMUTANGA-PE	4.368.260,00	CARAMBEI-PR	38.855.591,47
CANA VERDE-MG	671.264,16	CARANAIBA-MG	253.000,00
CANAA DOS CARAJAS-PA	8.195.385,62	CARANDAI-MG	17.179.702,58
CANAA-MG	210.869,77	CARANGOLA-MG	5.340.510,44
CANABRAVA DO NORTE-MT	695.555,33	CARAPEBUS-RJ	276.089,92
CANANEIA-SP	990.086,37	CARAPICUIBA-SP	108.118.915,66
CANAPI-AL	54.094,84	CARATINGA-MG	43.566.784,37
CANAPOLIS-BA	140.360,00	CARAUARI-AM	61.870,57
CANAPOLIS-MG	5.220.226,99	CARAUBAS-RN	1.698.313,98
CANARANA-BA	3.661.601,99	CARAVELAS-BA	5.627.738,25
CANARANA-MT	23.216.840,50	CARAZINHO-RS	62.195.509,08
CANAS-SP	1.234.393,99	CARBONITA-MG	696.052,06
CANAVIEIRA-PI	150.000,00	CARDEAL DA SILVA-BA	472.200,00
CANAVIEIRAS-BA	1.468.940,29	CARDOSO MOREIRA-RJ	418.691,75
CANDEAL-BA	132.352,35	CARDOSO-SP	3.607.931,68
CANDEIAS DO JAMARI-RO	2.633.470,00	CAREACU-MG	1.785.432,30
CANDEIAS-BA	163.541.100,80	CAREIRO-AM	30.030,00
CANDEIAS-MG	10.556.934,63	CARIACICA-ES	373.127.927,20
CANDELARIA-RS	15.432.035,96	CARIDADE DO PIAUI-PI	139.103,04
CANDIBA-BA	388.225,32	CARIDADE-CE	615.650,00
CANDIDO DE ABREU-PR	6.277.373,95	CARINHANHA-BA	1.355.768,49
CANDIDO GODOI-RS	2.801.542,00	CARIRA-SE	7.980.856,25
CANDIDO MENDES-MA	229.000,00	CARIRE-CE	418.860,00
CANDIDO MOTA-SP	28.910.290,55	CARIRI DO TOCANTINS-TO	2.786.744,00
CANDIDO RODRIGUES-SP	1.186.084,89	CARIRIACU-CE	1.193.174,80
CANDIDO SALES-BA	2.090.273,22	CARIUS-CE	6.209.961,21
CANDIOTA-RS	5.313.483,42	CARLINDA-MT	2.814.582,19
CANDOI-PR	23.889.192,07	CARLOPOLIS-PR	2.582.035,01
CANELA-RS	7.616.724,87	CARLOS BARBOSA-RS	77.433.978,48
CANELINHA-SC	19.097.177,12	CARLOS CHAGAS-MG	4.727.222,97
CANGUARETAMA-RN	2.447.350,27	CARLOS GOMES-RS	133.460,00
CANGUCU-RS	29.187.860,24	CARNESIA-MG	60.556.524,00
CANHOBA-SE	157.900,00	CARMO DA CACHOEIRA-MG	7.190.450,29
CANHOTINHO-PE	173.646,05	CARMO DA MATA-MG	4.928.718,82
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	1.701.228,56	CARMO DE MINAS-MG	2.526.861,43
CANINDE-CE	5.143.645,72	CARMO DO CAJURU-MG	4.806.072,76
CANITAR-SP	1.574.412,00	CARMO DO PARANAIBA-MG	24.931.395,06
CANOAS-RS	695.871.595,91	CARMO DO RIO CLARO-MG	9.638.740,48
CANOINHAS-SC	45.072.651,31	CARMO DO RIO VERDE-GO	6.725.145,10
CANSANCAO-BA	3.085.523,97	CARMOLANDIA-TO	510.731,60
CANTAGALO-MG	88.200,00	CARMOPOLIS DE MINAS-MG	8.366.066,97
CANTAGALO-PR	8.306.880,46	CARMOPOLIS-SE	4.361.836,54
CANTAGALO-RJ	3.128.900,45	CARMO-RJ	1.088.801,68
CANTA-RR	45.449,44	CARNAIBA-PE	1.202.565,39
CANTO DO BURITI-PI	938.125,49	CARNAUBA DOS DANTAS-RN	4.457.408,83
CANUDOS DO VALE-RS	266.300,00	CARNAUBAL-CE	357.449,11
CANUDOS-BA	684.957,00	CARNEIRINHO-MG	3.032.664,62
CANUTAMA-AM	75.280,73	CARNEIROS-AL	160.000,00
CAPANEMA-PA	37.870.098,33	CAROLINA-MA	642.207,03
CAPANEMA-PR	11.173.737,49	CARPINA-PE	21.604.225,25
CAPAÇO ALTO-SC	1.603.324,20	CARRANCAS-MG	1.067.259,74
CAPAÇO BONITO DO SUL-RS	5.590.254,27	CARUARU-PE	100.560.938,95
CAPAÇO BONITO-SP	19.114.311,06	CARUTAPERA-MA	602.422,03
CAPAÇO DA CANOA-RS	6.190.379,02	CARVALHOPOLIS-MG	743.840,00
CAPAÇO DO CIPÓ-RS	10.358.522,00	CARVALHOS-MG	1.101.333,94
CAPAÇO DO LEÃO-RS	32.853.771,79	CASA BRANCA-SP	17.854.899,66
CAPARAO-MG	454.793,89	CASA GRANDE-MG	387.800,00
CAPELA DE SANTANA-RS	6.253.052,46	CASA NOVA-BA	3.679.862,54
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	1.605.104,38	CASALHO RICO-MG	944.965,00
CAPELA DO ALTO-SP	5.029.479,01	CASCA-RS	32.380.273,00
CAPELA NOVA-MG	317.500,00	CASCABEL-CE	9.372.755,00
CAPELA-AL	2.144.530,50	CASCABEL-PR	460.660.221,28
CAPELA-SE	9.192.821,27	CASEARA-TO	784.600,00
CAPELINHA-MG	12.330.528,47	CASEIROS-RS	4.664.414,92
CAPETINGA-MG	3.241.767,98	CASIMIRO DE ABREU-RJ	8.885.897,97
CAPIM BRANCO-MG	1.669.261,74	CASINHAS-PE	301.181,39
CAPIM GROSSO-BA	6.804.840,43	CASSERENGUE-PB	7.469,53
CAPINOPOLIS-MG	6.964.391,17	CASSIA DOS COQUEIROS-SP	815.418,50
CAPINZAL-SC	12.814.682,33	CASSIA-MG	10.864.081,31
CAPISTRANO-CE	103.000,00	CASSILANDIA-MS	5.757.810,83
CAPITAO ANDRADE-MG	293.200,00	CASTANHAL-PA	54.948.870,91
CAPITAO DE CAMPOS-PI	165.000,00	CASTANHEIRA-MT	3.509.281,68
CAPITAO ENEAS-MG	2.837.031,94	CASTANHEIRAS-RO	263.900,00
CAPITAO LEONIDAS MARQUES-PR	5.660.999,74	CASTELANDIA-GO	327.871,20
CAPITAO POÇO-PA	5.298.671,11	CASTELO DO PIAUI-PI	601.009,12
CAPITAO-RS	303.362,19	CASTELO-ES	31.179.254,94
CAPITOLIO-MG	4.650.422,06	CASTILHO-SP	6.066.808,67
CAPIVARI DE BAIXO-SC	23.257.198,74	CASTRO ALVES-BA	4.891.726,53
CAPIVARI DO SUL-RS	9.290.017,02	CASTRO-PR	98.332.983,73

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
CATAGUASES-MG	58.330.280,16	CLAUDIA-MT	9.851.547,38
CATALAO-GO	94.650.711,49	CLAUDIO-MG	56.070.892,65
CATANDUVA-SP	175.907.932,38	CLEMENTINA-SP	72.640.706,54
CATANDUVAS-PR	7.653.302,36	CLEVELANDIA-PR	19.540.494,65
CATANDUVAS-SC	28.368.913,68	COARACI-BA	286.190,07
CATARINA-CE	173.602,48	COARI-AM	226.120,80
CATAS ALTAS DA NORUEGA-MG	748.100,00	COCAL DE TELHA-PI	180.000,00
CATAS ALTAS-MG	946.145,97	COCAL DO SUL-SC	9.681.922,05
CATENDE-PE	4.935.542,78	COCALINHO-MT	3.006.721,91
CATIGUA-SP	9.829.963,31	COCAL-PI	475.807,05
CATOLANDIA-BA	341.100,00	COCALZINHO DE GOIAS-GO	2.685.719,33
CATOLE DO ROCHA-PB	2.450.828,00	COCOS-BA	5.181.554,89
CATU-BA	620.293.436,15	CODO-MA	2.994.686,17
CATUIPE-RS	12.295.511,00	COELHO NETO-MA	451.384,58
CATUI-MG	643.515,62	COIMBRA-MG	1.378.478,15
CATURAI-GO	1.302.170,78	COITE DO NOIA-AL	145.700,00
CATURITE-PB	520.410,50	COLATINA-ES	87.943.572,29
CATUTI-MG	305.097,98	COLIDER-MT	7.760.086,87
CAUCAIA-CE	53.643.273,54	COLINAS DO SUL-GO	1.196.676,98
CAVALCANTE-GO	746.911,81	COLINAS DO TOCANTINS-TO	10.811.601,34
CAXAMBU DO SUL-SC	1.220.850,00	COLINAS-MA	1.193.119,71
CAXAMBU-MG	5.770.449,31	COLINA-SP	32.174.876,36
CAXIAS DO SUL-RS	2.311.591.232,67	COLINAS-RS	3.790.368,41
CAXIAS-MA	11.428.838,64	COLMEIA-TO	1.035.467,63
CEARA-MIRIM-RN	5.995.547,12	COLNIZA-MT	2.184.120,03
CEDRAL-MA	32.397,29	COLOMBIA-SP	7.126.926,83
CEDRAL-SP	3.737.705,20	COLOMBD-PR	184.380.360,29
CEDRO DE SAO JOAO-SE	52.000,00	COLONIA LEOPOLDINA-AL	171.900,00
CEDRO DO ABAETE-MG	170.810,00	COLORADO DO OESTE-RO	5.361.822,54
CEDRO-CE	1.804.838,47	COLORADO-PR	93.580.236,66
CELDO RAMOS-SC	5.026.585,53	COLORADO-RS	4.511.531,40
CENTENARIO DO SUL-PR	2.879.491,94	COLUNA-MG	108.440,95
CENTENARIO-RS	2.873.157,20	COMBINADO-TO	28.126,62
CENTENARIO-TO	121.050,00	COMENDADOR GOMES-MG	2.063.708,78
CENTRAL DE MINAS-MG	288.392,40	COMENDADOR LEVY GASPARIAN-RJ	13.529.125,86
CENTRAL-BA	252.196,29	COMERCINHO-MG	486.373,43
CENTRALINA-MG	1.239.964,27	COMODORO-MT	31.226.021,30
CENTRO DO GUILHERME-MA	228.000,00	CONCEICAO DA APARECIDA-MG	3.553.271,29
CEREJEIRAS-RO	6.253.127,34	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS-MG	317.500,00
CERES-GO	13.181.371,06	CONCEICAO DA BARRA-ES	10.264.275,57
CERQUEIRA CESAR-SP	9.095.473,76	CONCEICAO DA FEIRA-BA	5.988.068,82
CERQUILHO-SP	148.999.415,77	CONCEICAO DAS ALAGOAS-MG	15.562.453,11
CERRITO-RS	2.302.046,00	CONCEICAO DAS PEDRAS-MG	218.720,00
CERRO AZUL-PR	1.897.079,86	CONCEICAO DE IPANEMA-MG	69.750,00
CERRO BRANCO-RS	926.751,70	CONCEICAO DE MACABU-RJ	2.353.066,55
CERRO GRANDE DO SUL-RS	3.355.155,36	CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	1.140.155,62
CERRO GRANDE-RS	1.386.130,00	CONCEICAO DO ARAGUAIA-PA	2.102.717,27
CERRO LARGO-RS	17.610.154,94	CONCEICAO DO CANINDE-PI	530.000,00
CERRO NEGRO-SC	289.326,99	CONCEICAO DO CASTELO-ES	8.964.702,86
CESARIO LANGE-SP	17.649.747,74	CONCEICAO DO COITE-BA	6.885.687,35
CEU AZUL-PR	22.710.899,79	CONCEICAO DO JACUIPE-BA	20.318.915,53
CEZARINA-GO	12.353.126,69	CONCEICAO DO MATO DENTRO-MG	5.968.633,16
CHA DE ALEGRIA-PE	147.100,00	CONCEICAO DO PARA-MG	1.732.645,54
CHA GRANDE-PE	5.073.091,10	CONCEICAO DO RIO VERDE-MG	3.048.583,92
CHA PRETA-AL	217.755,44	CONCEICAO DO TOCANTINS-TO	208.000,00
CHACARA-MG	96.443,10	CONCEICAO DOS OUROS-MG	6.612.061,11
CHALE-MG	16.381.945,90	CONCEICAO-PB	649.682,17
CHAPADA DA NATIVIDADE-TO	829.000,00	CONCHAL-SP	7.447.967,90
CHAPADA DE AREIA-TO	744.680,00	CONCHAS-SP	9.105.991,57
CHAPADA DO NORTE-MG	572.189,00	CONCORDIA-SC	546.955.538,67
CHAPADA DOS GUIMARAES-MT	12.975.930,65	CONDADO-PB	1.619.264,48
CHAPADA GAUCHA-MG	4.680.536,90	CONDADO-PE	2.615.670,00
CHAPADAO DO CEU-GO	110.041.970,10	CONDE-BA	650.998,14
CHAPADAO DO LAGEADO-SC	917.790,00	CONDE-PB	3.232.889,15
CHAPADAO DO SUL-MS	284.258.640,89	CONDEUBA-BA	3.268.463,69
CHAPADA-RS	14.876.921,96	CONDOR-RS	10.300.439,83
CHAPADINHA-MA	7.632.002,68	CONGO MARINHO-MG	125.000,00
CHAPECO-SC	391.521.772,34	CONFINS-MG	2.492.445,97
CHARQUEADA-SP	17.591.741,51	CONFRESA-MT	2.863.201,94
CHARQUEADAS-RS	12.783.759,79	CONGONHAL-MG	4.695.299,67
CHARRUA-RS	1.544.792,00	CONGONHAS DO NORTE-MG	175.632,84
CHAVANTES-SP	1.257.032,91	CONGONHAS-MG	107.764.897,54
CHIAPETA-RS	18.710.308,76	CONGONHINHAS-PR	5.319.938,11
CHOPINZINHO-PR	26.790.991,25	CONGO-PB	164.000,00
CHOROZINHO-CE	2.761.328,58	CONQUISTA D'OESTE-MT	729.367,56
CHORROCHO-BA	90.023,00	CONQUISTA-MG	9.609.720,74
CHUI-RS	503.918,13	CONSELHEIRO LAFAIETE-MG	45.589.455,93
CHUPINGUAIA-RO	8.185.130,12	CONSELHEIRO MAIRINCK-PR	429.790,00
CHUVISCA-RS	3.399.652,50	CONSELHEIRO PENA-MG	1.391.006,88
CIANORTE-PR	63.987.349,82	CONSTANTINA-RS	7.311.900,86
CICERO DANTAS-BA	1.690.916,64	CONTAGEM-MG	1.303.449.174,97
CIDADE GAUCHA-PR	22.826.982,40	CONTENDA-PR	10.035.494,64
CIDADE OCIDENTAL-GO	1.951.919,74	CONTENDAS DO SINCORA-BA	104.771,00
CIDELANDIA-MA	825.447,79	COQUEIRAL-MG	2.988.323,95
CIDREIRA-RS	1.266.337,19	COQUEIRO BAIXO-RS	160.000,00
CIPO-BA	192.603,32	COQUEIROS DO SUL-RS	3.688.111,52
CIPOTANEA-MG	751.973,60	CORACAO DE JESUS-MG	1.432.554,41
CIRIACO-RS	6.331.863,92	CORACAO DE MARIA-BA	1.122.822,56
CLARAVAL-MG	1.639.616,00	CORBELA-PR	26.441.483,99
CLARO DOS POÇOS-MG	464.500,00	CORDEIROPOLIS-SP	140.279.655,09

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
CORDEIRO-RJ	3.269.434,75	CRUZALTESE-RS	1.496.800,00
CORDEIROS-BA	352.234,89	CRUZ-CE	3.689.217,71
CORDILHEIRA ALTA-SC	14.978.119,58	CRUZEIRO DA FORTALEZA-MG	1.681.147,00
CORDISBURGO-MG	2.483.200,23	CRUZEIRO DO IGUAÇU-PR	2.747.187,66
CORDISLANDIA-MG	1.033.860,00	CRUZEIRO DO OESTE-PR	11.498.579,86
COREAU-CE	558.132,94	CRUZEIRO DO SUL-AC	14.084.330,51
COREMAS-PB	534.753,37	CRUZEIRO DO SUL-PR	4.345.429,68
CORGUINHO-MS	1.614.970,00	CRUZEIRO DO SUL-RS	8.346.780,39
CORIBE-BA	182.553,00	CRUZEIRO-SP	717.959.504,93
CORINTO-MG	3.454.589,77	CRUZETA-RN	904.973,76
CORNÉLIO PROCÓPIO-PR	100.650.375,44	CRUZILIA-MG	2.305.670,65
COROACI-MG	478.248,26	CRUZMALTINA-PR	1.615.014,92
COROADOS-SP	7.446.237,19	CUBATÃO-SP	256.960.953,34
COROATA-MA	769.190,02	CUBATI-PB	67.901,35
COROMANDEL-MG	37.361.269,37	CUIABA-MT	1.209.190.920,21
CORONEL BARROS-RS	1.795.674,83	CUITE DE MAMANGUAPE-PB	29.217,81
CORONEL BICACO-RS	9.324.905,39	CUITEGI-PB	360.672,00
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR	6.732.347,50	CUITE-PB	939.020,93
CORONEL FABRICIANO-MG	84.437.028,65	CUIUBIM-RO	2.459.451,00
CORONEL FREITAS-SC	13.167.932,03	CUMARI-GO	1.408.760,00
CORONEL JOÃO SA-BA	993.170,00	CUMARU DO NORTE-PA	1.404.688,00
CORONEL MACEDO-SP	2.138.333,58	CUMARU-PE	463.175,00
CORONEL MARTINS-SC	731.466,00	CUMBE-SE	1.415.092,11
CORONEL MURTA-MG	178.988,00	CUNHA DORA-SC	31.106.464,05
CORONEL PACHECO-MG	329.618,90	CUNHA-SP	2.231.413,69
CORONEL PILAR-RS	1.328.985,98	CUNHATAI-SC	348.140,00
CORONEL SAPUCAIA-MS	1.202.914,66	CUPARAQUE-MG	259.860,00
CORONEL VÍVIDA-PR	25.494.511,55	CUPIRA-PE	1.819.744,73
CORONEL XAVIER CHAVES-MG	1.197.983,91	CURACA-BA	1.310.164,27
CORREGO DANTA-MG	1.300.766,12	CURIMATA-PI	24.679,73
CORREGO DO BOM JESUS-MG	242.647,06	CURIONÓPOLIS-PA	900.851,00
CORREGO DO OURO-GO	614.312,00	CURITIBANOS-SC	114.856.998,92
CORREGO FUNDO-MG	9.205.753,44	CURITIBA-PR	3.332.499.637,99
CORREGO NOVO-MG	133.701,58	CURITIBA-PR	2.954.698,61
CORREIA PINTO-SC	43.521.310,45	CURRAIS NOVOS-RN	7.406.538,51
CORRENTE-PI	1.107.177,65	CURRAIS-PI	2.574.728,37
CORRENTES-PE	591.528,00	CURRAL DE CIMA-PB	8.785,35
CORRENTINA-BA	32.739.370,82	CURRAL DE DENTRO-MG	1.325.200,00
CORTES-PE	562.928,07	CURRALINHO-PA	98.400,00
CORUMBA DE GOIAS-GO	1.691.077,52	CURUCA-PA	192.400,00
CORUMBAIBA-GO	12.948.499,99	CURURUPU-MA	67.200,00
CORUMBA-MS	21.907.849,52	CURVELANDIA-MT	685.607,80
CORUMBATAI DO SUL-PR	1.273.854,64	CURVELO-MG	33.837.182,07
CORUMBATAI-SP	8.638.802,71	CUSTODIA-PE	4.325.295,37
CORUMBIARA-RO	2.908.285,57	DAMIANÓPOLIS-GO	527.500,00
CORUPA-SC	22.713.579,90	DAMOLANDIA-GO	234.144,53
CORURIBE-AL	30.476.422,42	DARCINÓPOLIS-TO	212.990,00
COSMÓPOLIS-SP	92.130.496,26	DARIO MEIRA-BA	326.707,99
COSMORAMA-SP	16.677.978,68	DATAS-MG	175.500,00
COSTA MARQUES-RO	528.213,31	DAVID CANABARRO-RS	5.647.477,47
COSTA RICA-MS	143.858.728,29	DAVINÓPOLIS-GO	1.146.710,00
COTEGIPE-BA	958.908,80	DAVINÓPOLIS-MA	538.088,08
COTIA-SP	116.241.296,44	DELFIN MOREIRA-MG	969.638,00
COTIPORA-RS	831.590,00	DELFINÓPOLIS-MG	2.509.831,58
COTRIGUAÇU-MT	3.125.851,60	DELMIRO GOUVEIA-AL	505.770,41
COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS-MG	2.770.432,00	DELTA-MG	1.611.242,36
COUTO DE MAGALHÃES-TO	147.000,00	DEMÉRVIL LOBÃO-PI	375.858,06
COXILHA-RS	8.666.542,74	DENISE-MT	588.526,87
COXIM-MS	17.167.160,53	DEODAPÓLIS-MS	1.949.197,78
CRAIBAS-AL	1.010.329,27	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO-CE	531.100,00
CRATEUS-CE	5.083.606,72	DERRUBADAS-RS	1.354.500,00
CRATO-CE	17.136.785,34	DESCALVADO-SP	51.727.398,76
CRAVINHOS-SP	74.514.385,59	DESCANSO-SC	6.617.574,55
CRAVOLANDIA-BA	108.000,00	DESCOBERTO-MG	455.122,49
CRICIUMA-SC	280.219.841,82	DESTERRO DE ENTRE RIOS-MG	1.083.671,53
CRISOLITA-MG	127.210,00	DESTERRO DO MELO-MG	601.910,00
CRISÓPOLIS-BA	137.597,00	DESTERRO-PB	1.310.980,07
CRISSIUMAL-RS	2.486.865,01	DEZESSEIS DE NOVEMBRO-RS	180.000,00
CRISTAIS PAULISTA-SP	8.165.520,75	DIADAMA-SP	589.761.421,29
CRISTAIS-MG	4.988.318,55	DIAMANTE DO NORTE-PR	1.637.663,99
CRISTAL DO SUL-RS	2.456.689,67	DIAMANTE DO SUL-PR	187.340,25
CRISTALANDIA DO PIAUI-PI	388.154,00	DIAMANTE DO OESTE-PR	2.836.000,00
CRISTALANDIA-TO	2.491.646,92	DIAMANTINA-MG	24.559.963,41
CRISTALINA-GO	72.970.794,72	DIAMANTINO-MT	62.951.005,92
CRISTAL-RS	5.612.618,15	DIANÓPOLIS-TO	10.325.651,38
CRISTIANO OTONI-MG	1.629.211,28	DIAS D'ÁVILA-BA	52.568.135,24
CRISTIANÓPOLIS-GO	1.783.587,34	DILERMANDO DE AGUIAR-RS	4.438.079,46
CRISTINA-MG	4.888.505,09	DIOGO DE VASCONCELOS-MG	104.000,00
CRISTINAPÓLIS-SE	733.186,84	DIONÍSIO CERQUEIRA-SC	11.688.048,36
CRISTINO CASTRO-PI	1.094.192,82	DIONÍSIO-MG	860.011,04
CRISTÓPOLIS-BA	140.703,32	DIORAMA-GO	541.577,60
CRIXAS DO TOCANTINS-TO	348.300,00	DIRECE REIS-SP	345.870,00
CRIXAS-GO	14.368.617,54	DIRECEU ARCOVERDE-PI	12.053,14
CROMÍNIA-GO	365.857,50	DIVERSOS-AC	18.191.875,50
CRUCILANDIA-MG	1.414.848,00	DIVERSOS-AL	97.499.186,68
CRUZ ALTA-RS	74.679.683,62	DIVERSOS-AM	342.417.387,61
CRUZ DAS ALMAS-BA	14.001.938,25	DIVERSOS-AP	62.984.321,49
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO-PB	231.200,00	DIVERSOS-BA	653.620.378,60
CRUZ MACHADO-PR	2.571.471,94	DIVERSOS-CE	159.839.802,75
CRUZALIA-SP	2.255.369,60	DIVERSOS-DF	523.796.826,62

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
DIVERSOS-ES	215.782.566,23	ECOPORANGA-ES	3.174.477,85
DIVERSOS-GO	974.427.337,90	EDEALINA-GO	1.512.260,91
DIVERSOS-IE	15.109.995.740,63	EDEIA-GO	40.764.396,72
DIVERSOS-MA	303.911.690,91	ELDORADO DO SUL-RS	35.391.609,54
DIVERSOS-MG	1.361.016.577,28	ELDORADO DOS CARAJAS-PA	707.742,00
DIVERSOS-MS	256.570.838,54	ELDORADO-MS	1.555.873,20
DIVERSOS-MT	178.487.167,18	ELDORADO-SP	2.868.714,91
DIVERSOS-PA	395.353.820,22	ELESBAO VELOSO-PI	317.700,00
DIVERSOS-PB	91.465.738,26	ELIAS FAUSTO-SP	145.727.905,85
DIVERSOS-PE	406.587.884,77	ELISEU MARTINS-PI	31.359,49
DIVERSOS-PI	233.475.273,35	ELISIARIO-SP	4.072.442,04
DIVERSOS-PR	579.628.596,37	ELISIO MEDRADO-BA	181.135,29
DIVERSOS-RJ	1.251.675.290,75	ELOI MENDES-MG	13.268.596,50
DIVERSOS-RN	133.278.760,70	EMBAUBA-SP	1.702.199,18
DIVERSOS-RO	68.853.169,49	EMBU-GUACU-SP	19.486.715,81
DIVERSOS-RR	44.132.308,49	EMBU-SP	96.670.749,71
DIVERSOS-RS	735.395.910,13	EMILIANOPOLIS-SP	547.750,00
DIVERSOS-SC	594.430.521,91	ENCANTADO-RS	34.725.193,35
DIVERSOS-SE	69.867.251,88	ENCRUZILHADA DO SUL-RS	8.075.099,90
DIVERSOS-SP	3.528.062.183,14	ENCRUZILHADA-BA	3.112.317,30
DIVERSOS-TO	121.168.049,05	ENEAS MARQUES-PR	15.648.499,93
DIVINA PASTORA-SE	103.600,00	ENGENHEIRO BELTRAO-PR	9.727.495,42
DIVINESIA-MG	1.596.200,00	ENGENHEIRO CALDAS-MG	1.831.926,55
DIVINO DAS LARANTEIRAS-MG	670.835,10	ENGENHEIRO COELHO-SP	7.532.812,90
DIVINO DE SAO LOURENCO-ES	581.114,31	ENGENHEIRO NAVARRO-MG	828.545,68
DIVINOLANDIA DE MINAS-MG	316.650,00	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN-RJ	343.595,86
DIVINOLANDIA-SP	4.227.884,50	ENGENHO VELHO-RS	647.299,82
DIVINO-MG	1.419.352,88	ENTRE FOLHAS-MG	270.200,00
DIVINOPOLIS DE GOIAS-GO	4.287.541,56	ENTRE RIOS DE MINAS-MG	2.883.792,49
DIVINOPOLIS DO TOCANTINS-TO	2.257.505,10	ENTRE RIOS DO OESTE-PR	7.563.305,05
DIVINOPOLIS-MG	123.204.547,16	ENTRE RIOS DO SUL-RS	862.689,22
DIVISA ALEGRE-MG	84.707,03	ENTRE RIOS-BA	2.562.810,89
DIVISA NOVA-MG	370.078,97	ENTRE RIOS-SC	149.681,00
DIVISOPOLIS-MG	993.667,23	ENTRE-ITUIS-RS	16.067.212,13
DOBRADA-SP	2.723.761,75	EPITACIOLANDIA-AC	3.902.428,64
DOIS CORREGOS-SP	41.205.634,50	EQUADOR-RN	780.250,18
DOIS IRMAOS DAS MISSOES-RS	9.214.373,10	EREBANGO-RS	1.880.194,13
DOIS IRMAOS DO BURITI-MS	2.381.866,01	ERECHIM-RS	481.978.248,53
DOIS IRMAOS DO TOCANTINS-TO	1.912.650,00	ERERE-CE	103.500,00
DOIS IRMAOS-RS	70.283.936,19	ERMO-SC	4.852.099,21
DOIS LAJEADOS-RS	1.192.400,00	ERNESTINA-RS	4.476.682,74
DOIS RIACHOS-AL	277.400,00	ERVAL GRANDE-RS	5.465.285,29
DOIS VIZINHOS-PR	47.910.216,50	ERVAL SECO-RS	7.921.907,74
DOLCINOPOLIS-SP	4.550.551,45	ERVAL VELHO-SC	4.666.085,80
DOM AQUINO-MT	14.812.049,97	ERVALIA-MG	3.019.971,03
DOM BASILIO-BA	5.795.678,78	ESCADA-PE	18.355.458,42
DOM BOSCO-MG	1.268.722,46	ESMERALDA-RS	7.328.647,34
DOM CAVATI-MG	1.268.154,99	ESMERALDAS-MG	38.023.008,22
DOM ELISEU-PA	5.909.401,72	ESPERA FELIZ-MG	4.476.569,46
DOM EXPEDITO LOPES-PI	834.863,50	ESPERANCA DO SUL-RS	80.500,00
DOM FELICIANO-RS	7.308.960,99	ESPERANCA NOVA-PR	563.077,51
DOM INOCENCIO-PI	168.750,00	ESPERANCA-PB	7.772.663,57
DOM PEDRITO-RS	63.998.017,22	ESPERANTINA-PI	974.514,82
DOM PEDRO DE ALCANTARA-RS	1.590.111,00	ESPERANTINA-TO	108.050,00
DOM PEDRO-MA	5.216.071,39	ESPERANTINOPOLIS-MA	3.721.174,92
DOM SILVERIO-MG	1.239.354,36	ESPIGAO ALTO DO IGUAQU-PR	1.072.935,82
DOM VICOSO-MG	183.300,00	ESPIGAO D'OESTE-RO	8.688.051,98
DOMINGOS MARTINS-ES	14.699.868,01	ESPINOSA-MG	3.987.265,93
DOMINGOS MOURAO-PI	48.704,69	ESPIRITO SANTO DO DOURADO-MG	3.309.464,80
DONA EMMA-SC	3.467.104,93	ESPIRITO SANTO DO PINHAL-SP	24.089.212,16
DONA EUZEBIA-MG	4.607.425,96	ESPIRITO SANTO DO TURVO-SP	2.355.920,00
DONA FRANCISCA-RS	927.500,00	ESPLANADA-BA	2.335.629,86
DORES DE CAMPOS-MG	8.129.089,94	ESPUMOSO-RS	19.774.862,68
DORES DE GUANHAES-MG	2.171.019,42	ESTACAO-RS	21.907.484,10
DORES DO INDALA-MG	3.944.838,99	ESTANCIA VELHA-RS	24.778.219,94
DORES DO RIO PRETO-ES	1.428.543,12	ESTANCIA-SE	24.291.349,13
DORES DO TURVO-MG	185.936,00	ESTEIO-RS	96.380.139,95
DORESOPOLIS-MG	198.700,00	ESTIVA GERBI-SP	20.204.055,90
DORMENTES-PE	2.688.486,00	ESTIVA-MG	2.635.376,98
DOURADINA-MS	2.145.103,14	ESTREITO-MA	4.711.969,60
DOURADINA-PR	17.283.838,05	ESTRELA DALVA-MG	290.977,27
DOURADOQUARA-MG	279.878,00	ESTRELA DE ALAGOAS-AL	74.200,00
DOURADOS-MS	406.793.980,29	ESTRELA DO INDALA-MG	821.900,00
DOURADO-SP	9.177.410,52	ESTRELA DO NORTE-GO	842.940,00
DOUTOR CAMARGO-PR	5.095.936,65	ESTRELA DO NORTE-SP	847.550,00
DOUTOR MAURICIO CARDOSO-RS	2.895.731,80	ESTRELA DO SUL-MG	6.938.337,80
DOUTOR PEDRINHO-SC	2.932.279,91	ESTRELA D'OESTE-SP	4.170.084,27
DOUTOR RICARDO-RS	2.627.959,00	ESTRELA VELHA-RS	6.029.125,80
DOUTOR ULYSSES-PR	90.000,00	ESTRELA-ES	74.605.307,02
DOVERLANDIA-GO	2.102.374,26	EUCIDES DA CUNHA PAULISTA-SP	1.642.522,79
DRACENA-SP	32.681.700,40	EUCIDES DA CUNHA-BA	5.746.614,90
DUARTINA-SP	6.411.654,07	EUGENIO DE CASTRO-RS	9.178.417,06
DUAS BARRAS-RJ	706.944,36	EUGENOPOLIS-MG	234.169,28
DUAS ESTRADAS-PB	19.392,26	EUNAPOLIS-BA	54.620.072,28
DUERE-TO	7.952.506,25	EUSEBIO-CE	52.173.198,31
DUMONT-SP	12.514.997,69	EWBANK DA CAMARA-MG	532.405,79
DUQUE BACELAR-MA	612.000,00	EXTREMA-MG	93.598.431,69
DUQUE DE CAXIAS-RJ	615.004.668,52	EXTREMOZ-RN	663.700,00
DURANDE-MG	758.112,37	EXU-PE	1.344.690,26
ECHAPORA-SP	1.993.928,82	FAGUNDES VARELA-RS	1.624.697,96

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
FAGUNDES-PB	105.000,00	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS-MA	2.268.370,00
FAINA-GO	1.665.306,00	FORTALEZA DOS VALOS-RS	9.543.048,60
FAMA-MG	1.073.145,31	FORTALEZA-CE	1.055.044.051,78
FARIA LEMOS-MG	1.548.367,93	FORTIM-CE	427.901,50
FARIAS BRITO-CE	1.060.662,60	FORTUNA DE MINAS-MG	476.070,00
FAROL-PR	7.404.173,84	FORTUNA-MA	536.000,00
FARROUPILHA-RS	133.635.856,27	FOZ DO IGUAÇU-PR	147.436.824,13
FARTURA-SP	5.593.566,88	FOZ DO JORDAO-PR	1.647.464,98
FATIMA DO SUL-MS	4.025.357,77	FRAIBURGO-SC	33.692.551,43
FATIMA-BA	911.794,00	FRANCA-SP	159.499.623,73
FATIMA-TO	916.418,20	FRANCISCO ALVES-PR	4.339.592,61
FAXINAL DO SOTURNO-RS	3.116.526,69	FRANCISCO AYRES-PI	8.317,57
FAXINAL DOS GUEDES-SC	32.773.832,68	FRANCISCO BADARO-MG	867.296,28
FAXINAL-PR	14.735.842,83	FRANCISCO BELTRAO-PR	107.552.704,92
FAXINALZINHO-RS	50.804.147,65	FRANCISCO DANTAS-RN	124.100,00
FAZENDA NOVA-GO	934.559,68	FRANCISCO DUMONT-MG	3.627.291,94
FAZENDA RIO GRANDE-PR	63.058.335,24	FRANCISCO MORATO-SP	10.785.778,26
FAZENDA VILA NOVA-RS	3.672.655,96	FRANCISCO SA-MG	4.408.554,73
FEDDO-AC	2.027.101,06	FRANCISCO SANTOS-PI	477.772,01
FEIRA DA MATA-BA	177.021,51	FRANCISCOPOLIS-MG	518.156,47
FEIRA DE SANTANA-BA	427.783.172,06	FRANCO DA ROCHA-SP	52.622.564,32
FEIRA GRANDE-AL	602.060,00	FREDERICO WESTPHALEN-RS	30.621.158,71
FEIRA NOVA DO MARANHÃO-MA	756.720,00	FREI GASPAR-MG	731.176,00
FEIRA NOVA-PE	2.004.356,32	FREI INOCENCIO-MG	1.078.868,81
FEIRA NOVA-SE	92.800,00	FREI MIGUELINHO-PE	612.503,06
FELICIO DOS SANTOS-MG	555.675,00	FREI PAULO-SE	21.118.024,65
FELIPE GUERRA-RN	2.749,18	FREI ROGERIO-SC	730.566,00
FELISBURGO-MG	470.370,00	FRONTEIRA DOS VALES-MG	161.100,00
FELIXLANDIA-MG	2.373.515,25	FRONTEIRA-MG	693.750,06
FELIZ DESERTO-AL	252.100,00	FRONTEIRAS-PI	891.045,08
FELIZ NATAL-MT	21.732.345,60	FRUTA DE LEITE-MG	127.400,00
FELIZ-RS	19.329.365,02	FRUTAL-MG	148.102.981,75
FENIX-PR	1.444.483,83	FRUTUOSO GOMES-RN	69.002,82
FERNANDES PINHEIRO-PR	4.218.749,18	FUNDÃO-ES	11.179.889,28
FERNANDES TOURINHO-MG	151.200,00	FUNILANDIA-MG	873.130,00
FERNANDO DE NORONHA-PE	1.420.500,00	GABRIEL MONTEIRO-SP	3.013.829,65
FERNANDO FALCAO-MA	900.000,00	GADO BRAVO-PB	127.000,00
FERNANDO PRESTES-SP	5.859.274,88	GALIA-SP	5.123.043,71
FERNANDOPOLIS-SP	50.473.296,51	GALILEIA-MG	671.404,03
FERNÃO-SP	468.630,00	GALVÃO-SC	3.870.371,77
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	35.663.258,68	GAMELEIRA DE GOIAS-GO	6.052.937,32
FERREIROS-PE	1.619.234,03	GAMELEIRA-PE	1.406.900,00
FERROS-MG	695.464,00	GAMELETRAS-MG	82.601,21
FERVEDOURO-MG	1.528.204,71	GANDU-BA	1.193.927,92
FIGUEIRAO-MS	1.434.091,57	GARANHUNS-PE	38.925.017,77
FIGUEIRA-PR	3.651.771,65	GARARU-SE	103.200,00
FIGUEIROPOLIS D'OESTE-MT	223.800,00	GARÇA-SP	29.292.784,37
FIGUEIROPOLIS-TO	883.119,00	GARIBALDI-RS	138.668.845,56
FILADELFIA-BA	340.497,81	GAROPABA-SC	10.777.998,94
FILADELFIA-TO	1.349.390,00	GARRAFAO DO NORTE-PA	471.360,00
FIRMINO ALVES-BA	87.000,00	GARRUCHOS-RS	3.112.734,20
FIRMINOPOLIS-GO	1.398.995,36	GARUVA-SC	61.538.945,86
FLEXEIRAS-AL	976.900,00	GASPAR-SC	121.019.405,95
FLOR DA SERRA DO SUL-PR	5.076.125,57	GASTAO VIDIGAL-SP	2.312.974,55
FLOR DO SERTÃO-SC	106.200,00	GAUCHA DO NORTE-MT	15.970.496,37
FLORA RICA-SP	1.357.784,00	GAURAMA-RS	4.125.717,72
FLORAL-PR	12.362.972,65	GAVIAO PEIXOTO-SP	1.148.410,05
FLORANIA-RN	151.929,56	GAVIAO-BA	110.190,00
FLOREAL-SP	1.723.716,61	GEMINIANG-PI	29.018,24
FLORES DA CUNHA-RS	101.741.256,73	GENERAL CAMARA-RS	2.587.712,91
FLORES DE GOIAS-GO	1.614.861,76	GENERAL CARNEIRO-MT	8.265.080,00
FLORES-PE	104.887,18	GENERAL CARNEIRO-PR	3.697.745,01
FLORESTA AZUL-BA	1.850.943,28	GENERAL SALGADO-SP	15.747.736,70
FLORESTA DO ARAGUAIA-PA	407.196,80	GENERAL SAMPAIO-CE	3.500,00
FLORESTAL-MG	805.679,03	GENTIL-RS	1.481.301,79
FLORESTA-PE	8.227.813,90	GETULINA-SP	1.908.941,09
FLORESTA-PR	5.856.832,83	GETULIO VARGAS-RS	19.453.154,78
FLORESTOPOLIS-PR	15.898.901,31	GILBUES-PI	5.726.103,09
FLORIANO PEIXOTO-RS	928.370,90	GIRAU DO PONCIANO-AL	1.552.853,67
FLORIANO-PI	14.620.226,17	GIRUA-RS	16.899.997,34
FLORIANOPOLIS-SC	172.742.429,03	GLICERIO-SP	3.782.589,04
FLORIDA PAULISTA-SP	5.805.293,82	GLORIA DE DOURADOS-MS	3.428.537,27
FLORIDA-PR	857.462,69	GLORIA DO GOIÁ-PE	887.900,00
FLORINIA-SP	1.392.607,03	GLORIA D'OESTE-MT	546.300,00
FONTOURA XAVIER-RS	1.770.844,43	GLORIA-BA	262.043,00
FORMIGA-MG	52.435.012,48	GLORINHA-RS	14.792.785,04
FORMIGUEIRO-RS	4.590.010,41	GODFREDO VIANA-MA	113.700,00
FORMOSA DA SERRA NEGRA-MA	596.250,00	GODOY MOREIRA-PR	92.608,98
FORMOSA DO OESTE-PR	8.320.480,40	GOIABEIRA-MG	28.974,00
FORMOSA DO RIO PRETO-BA	42.627.459,93	GOIANA-MG	299.390,88
FORMOSA DO SUL-SC	2.543.587,00	GOIANA-PE	3.894.883,97
FORMOSA-GO	26.495.327,96	GOIANAPOLIS-GO	4.231.072,09
FORMOSO DO ARAGUAIA-TO	9.059.323,86	GOIANDIRA-GO	1.420.400,00
FORMOSO-GO	971.615,00	GOIANESIA DO PARA-PA	2.754.681,58
FORMOSO-MG	4.592.992,55	GOIANESIA-GO	264.120.385,91
FORQUETINHA-RS	1.749.570,00	GOIANIA-GO	981.180.510,82
FORQUILHA-CE	1.329.095,08	GOIANINHA-RN	2.490.198,06
FORQUILHINHA-SC	22.356.236,85	GOIANIRA-GO	6.605.533,04
FORTALEZA DE MINAS-MG	1.165.180,09	GOIANORTE-TO	247.450,00
FORTALEZA DO TABOÃO-TO	1.546.178,00	GOIAS-GO	30.898.418,25

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
GOATINS-TO	1.565.256,00	GUARATINGA-BA	1.113.942,29
GOATUBA-GO	82.216.503,78	GUARATINGUETA-SP	37.297.277,77
GOIOERE-PR	23.561.467,60	GUARATUBA-PR	3.745.249,46
GOIOXIM-PR	3.521.933,50	GUARDA-MOR-MG	15.075.846,48
GONCALVES-MG	507.359,63	GUAREI-SP	3.576.333,69
GONGOGI-BA	380.500,00	GUARÇA-SP	159.175.535,05
GONZAGA-MG	1.564.924,78	GUARÇOS-GO	160.300,00
GOUVEA-MG	854.870,53	GUARUA DO SUL-SC	6.282.709,09
GOUVELANDIA-GO	987.583,46	GUARUA-SP	38.955.524,27
GOVERNADOR ARCHER-MA	48.212,84	GUARULHOS-SP	2.054.606.181,83
GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC	1.836.075,00	GUATAMBU-SC	4.650.468,35
GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO-RN	1.000.454,08	GUATAPARA-SP	19.649.006,86
GOVERNADOR EDISON LOBAO-MA	1.359.326,80	GUAXUPÉ-MG	32.917.797,74
GOVERNADOR EUGENIO BARROS-MA	500.676,80	GUJA LOPES DA LAGUNA-MS	3.759.281,80
GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA-RO	341.500,00	GUIDOVAL-MG	3.814.008,37
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	3.116.819,82	GUIMARAES-MA	21.734,05
GOVERNADOR MANGABEIRA-BA	4.374.274,36	GUIMARANIA-MG	2.447.320,65
GOVERNADOR NEWTON BELLO-MA	360.900,00	GUJATINGA-MT	8.968.272,60
GOVERNADOR NUNES FREIRE-MA	1.087.395,00	GUJUCEMA-MG	4.433.728,78
GOVERNADOR VALADARES-MG	106.396.278,07	GUJUNHATA-MG	1.621.509,20
GRACA ARANHA-MA	152.250,00	GUJUNHEM-PB	420.470,47
GRACA-CE	110.700,00	GURUPI-TO	49.779.856,65
GRACHO CARDOSO-SE	241.500,00	GUZOLANDIA-SP	2.409.856,33
GRAJAU-MA	9.855.755,23	HARMONIA-RS	3.662.785,68
GRAMADO DOS LOUREIROS-RS	958.890,00	HEITORAL-GO	208.010,00
GRAMADO XAVIER-RS	1.172.744,62	HELIOGORA-MG	486.901,25
GRAMADO-RS	48.008.450,35	HELIOPOLES-BA	597.060,00
GRANDES RIOS-PR	1.381.635,00	HERCULANDIA-SP	4.358.605,34
GRANITO-PE	28.800,00	HERVAL D OESTE-SC	7.285.393,66
GRANJA-CE	579.949,97	HERVAL-RS	3.398.132,65
GRANDEIRO-CE	301.260,00	HERVERAS-RS	1.812.735,00
GRÃO MOGOL-MG	4.141.985,34	HIDROLANDIA-CE	1.914.600,00
GRÃO PARA-SC	5.879.971,95	HIDROLANDIA-GO	7.960.983,42
GRAVATAI-RS	299.234.914,35	HIDROLINA-GO	2.274.114,39
GRAVATAL-SC	5.794.077,85	HOLAMBRA-SP	12.131.872,19
GRAVATA-PE	23.169.018,99	HONORIO SERPA-PR	6.817.860,91
GRONDIRAS-CE	661.060,00	HORIZONTE-CE	156.911.708,31
GROSSOS-RN	1.212.700,00	HORIZONTINA-RS	500.803.775,46
GRUPIARA-MG	373.066,00	HORTOLANDIA-SP	124.333.393,51
GUABIRU-RS	2.094.931,23	HUJIA NEGRA-RS	2.756.650,80
GUABIRUBA-SC	33.678.622,87	HUMAITA-AM	1.526.989,92
GUACUI-ES	4.057.323,73	HUMAITA-RS	1.096.617,87
GUADALUPE-PI	7.885,21	IACANGA-SP	57.721.265,28
GUABA-RS	62.623.803,84	IACARA-GO	2.610.161,80
GUACARA-SP	7.829.824,54	IACRU-SP	4.950.223,28
GUAMBE-SP	1.321.956,39	IACU-BA	1.916.494,54
GUARACA-PR	4.862.561,37	IACU-MG	1.981.655,96
GUARA-PR	17.449.934,90	IARAS-SP	531.580,30
GUARA-SP	199.122.691,50	IATI-PE	348.375,00
GUACUBA-CE	335.331,24	IBAITI-PR	7.875.458,39
GUAJARA-MIRIM-RO	69.658.749,69	IBARANA-RS	2.170.249,90
GUAJERU-BA	115.030,00	IBARETAMA-CE	18.585,67
GUAMARE-RN	72.274.274,23	IBATEGUARA-AL	306.215,14
GUAMIRANGA-PR	5.553.751,57	IBATE-SP	32.044.630,05
GUANAMBI-BA	16.787.617,50	IBATIBA-ES	3.962.146,43
GUANILAES-MG	5.118.392,03	IBEMA-PR	2.250.677,66
GUAPE-MG	4.203.941,36	IBERTIOGA-MG	589.357,50
GUAPIAQU-SP	12.431.748,83	IBIACA-RS	8.326.144,61
GUAPARA-SP	3.505.050,05	IBIAI-MG	1.224.808,00
GUAPIMIRIM-RJ	3.498.327,87	IBIA-MG	27.440.618,47
GUAPIRAMA-PR	1.684.310,57	IBIAM-SC	2.392.140,18
GUAPU-GO	2.678.062,30	IBIRAMA-CE	503.472,33
GUAPOREMA-PR	1.811.608,18	IBIASSUCE-BA	3.632.961,51
GUAPORE-RS	29.968.725,99	IBICARAI-BA	1.835.408,67
GUARABIRA-PB	16.618.026,45	IBICARE-SC	18.606.026,01
GUARACAI-SP	2.453.272,83	IBICOARA-BA	18.313.308,32
GUARACABA DO NORTE-CE	1.416.948,85	IBICUI-BA	337.400,00
GUARACABA-MG	1.285.114,00	IBICUITINGA-CE	743.900,00
GUARACIABA-SC	12.948.067,93	IBIMIRIM-PE	139.370,00
GUARACIAMA-MG	561.700,00	IBIPIBA-BA	411.934,00
GUARACI-PR	2.735.548,22	IBIPITANGA-BA	190.484,46
GUARACI-SP	6.241.620,95	IBIPORA-PR	31.382.581,62
GUARAI-TO	4.324.766,17	IBIRACI-MG	7.634.027,77
GUARAMIRANGA-CE	155.100,00	IBIRACI-ES	44.679.542,34
GUARAMIRIM-SC	81.609.839,60	IBIRACARAS-RS	15.131.931,22
GUARANESIA-MG	17.156.782,72	IBIRAJUBA-PE	447.064,97
GUARANI DAS MISSOES-RS	8.134.534,07	IBIRAMA-SC	43.253.336,02
GUARANI DE GOIAS-GO	963.136,80	IBIRAPITANGA-BA	67.821,53
GUARANI DO OESTE-SP	172.110,41	IBIRAPUA-BA	13.122.230,85
GUARANLACU-PR	9.936.331,05	IBIRAPUITA-RS	2.925.565,00
GUARANI-MG	792.666,58	IBIRAREMA-SP	2.228.372,27
GUARANTA DO NORTE-MT	7.341.079,43	IBIRA-SP	6.137.062,58
GUARANTA-SP	2.249.702,39	IBIRATAIA-BA	362.880,00
GUARAPARI-ES	38.868.620,21	IBIRUTE-MG	34.958.614,19
GUARAPUAVA-PR	191.579.369,03	IBIRUBA-RS	63.970.131,42
GUARAQUECABA-PR	647.991,00	IBITIARA-BA	236.250,00
GUARARA-MG	1.113.080,92	IBITINGA-SP	36.035.310,22
GUARARAPES-SP	26.752.175,44	IBITITA-BA	694.785,79
GUARAREMA-SP	19.466.956,53	IBITUBA DE MINAS-MG	1.670.399,00
GUARA-SP	16.724.813,62	IBITURUNA-MG	253.750,00

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
IBITIUNA-SP	10.529.962,49	IPANGUACU-RN	431.527,20
IBOTIRAMA-BA	2.321.162,34	IPAPORANGA-CE	705.546,00
ICAPUI-CE	915.127,62	IPATINGA-MG	118.052.954,38
ICARAI DE MINAS-MG	418.021,30	IPAUMIRIM-CE	1.010.300,00
ICARAIMA-PR	5.074.527,90	IPAUSSU-SP	80.818.540,43
ICARA-SC	89.858.920,13	IPERO-SP	6.501.400,83
ICATU-MA	109.800,00	IPE-RS	9.093.922,21
ICEM-SP	7.601.130,00	IPEUNA-SP	9.308.669,68
ICHU-BA	185.400,00	IPICU-MG	1.037.622,16
ICO-CE	1.697.514,10	IPICU-BA	4.222.515,62
ICONHA-ES	108.834.114,72	IPIGUA-SP	2.375.690,00
IELMO MARINHO-RN	359.000,00	IPIRA-BA	5.696.800,95
IEPE-SP	7.048.440,31	IPIRANGA DE GOIAS-GO	677.130,00
IGACI-AL	387.251,42	IPIRANGA DO NORTE-MT	20.500.073,34
IGAPORA-BA	494.690,00	IPIRANGA DO PIAUI-PI	298.340,27
IGARACU DO TIETE-SP	17.224.934,66	IPIRANGA DO SUL-RS	3.157.037,57
IGARACY-PB	100.000,00	IPIRANGA-PR	14.900.001,76
IGARAPAVA-SP	35.246.230,17	IPIRA-SC	3.852.617,00
IGARAPE GRANDE-MA	1.080.000,00	IPIXUNA DO PARA-PA	1.384.057,00
IGARAPE-ACU-PA	1.738.431,33	IPUJUCA-PE	12.035.955.567,73
IGARAPE-MG	30.950.870,08	IPORA DO OESTE-SC	17.573.434,54
IGARASSU-PE	82.766.657,72	IPORA-GO	5.245.893,65
IGARATA-SP	2.954.967,22	IPORANGA-SP	368.491,52
IGARATINGA-MG	23.099.256,02	IPORA-PR	7.145.072,14
IGRAPIUNA-BA	290.039,81	IPUACU-SC	10.417.792,53
IGREJA NOVA-AL	427.001,00	IPUA-SP	7.075.749,28
IGREJINHA-RS	97.055.227,98	IPUBI-PE	5.995.679,64
IGUABA GRANDE-RJ	861.013,79	IPU-CE	232.499,83
IGUAI-BA	173.057,91	IPUEIRA-RN	205.400,00
IGUAPE-SP	1.972.500,40	IPUEIRAS-CE	178.025,91
IGUARACI-PE	4.085,62	IPUIUNA-MG	5.553.999,74
IGUARACU-PR	3.806.686,88	IPUMIRIM-SC	26.429.738,07
IGUATAMA-MG	3.647.989,54	IPUPLARA-BA	715.272,09
IGUATEMI-MS	5.478.880,06	IRACEMA DO OESTE-PR	4.385.129,42
IGUATU-CE	30.311.784,72	IRACEMA-CE	2.293.365,35
IGUATU-PR	478.226,74	IRACEMAPOLIS-SP	34.709.752,08
IGUAI-MG	5.499.650,00	IRACEMINHA-SC	6.209.625,42
IJUI-RS	90.270.826,42	IRAI DE MINAS-MG	5.740.754,10
ILHA COMPRIDA-SP	405.342,29	IRAI-RS	3.273.653,78
ILHA DAS FLORES-SE	14.075,99	IRAMAIA-BA	643.595,60
ILHA SOLTEIRA-SP	6.623.571,42	IRANDUBA-AM	6.012.857,20
ILHABELA-SP	4.332.224,31	IRANI-SC	12.459.113,00
ILHEUS-BA	36.328.883,69	IRAPUA-SP	3.725.889,27
ILHOTA-SC	11.553.075,98	IRAPURU-SP	2.010.877,50
ILICINEA-MG	4.002.530,30	IRAQUARA-BA	616.273,15
ILOPOLIS-RS	1.676.331,70	IRARA-BA	1.812.380,00
IMARUI-SC	1.540.380,03	IRATI-PR	42.386.511,01
IMBAU-PR	5.142.491,56	IRATI-SC	1.144.970,00
IMBE DE MINAS-MG	429.695,00	IRAUCUBA-CE	360.559,16
IMBE-RS	3.540.880,68	IRECE-BA	11.515.543,29
IMBITUBA-SC	27.704.390,18	IRETAMA-PR	3.479.839,77
IMBITUVA-PR	19.896.626,10	IRINEOPOLIS-SC	8.518.151,11
IMBUIA-SC	10.347.172,34	IRITUA-PA	731.810,00
IMIGRANTE-RS	6.027.735,50	IRUPI-ES	1.792.327,74
IMPERATRIZ-MA	78.944.566,04	ISAJAS COELHO-PI	25.322,10
INACIO MARTINS-PR	904.237,67	ISRAELANDIA-GO	343.440,00
INACIOLANDIA-GO	5.561.415,30	ITAARA-RS	5.257.807,48
INAJA-PE	186.863,04	ITABAIANA-PB	1.081.225,14
INAJA-PR	739.874,84	ITABAIANA-SE	32.660.948,24
INCONFIDENTES-MG	2.266.676,67	ITABAIANINHA-SE	10.758.446,54
INDAIAL-BA	1.279.800,10	ITABELA-BA	6.541.142,00
INDAIAL-SC	63.627.068,04	ITABERA-BA	6.609.591,37
INDAIAL-SP	156.921.610,89	ITABERA-GO	21.856.767,62
INDEPENDENCIA-CE	1.752.364,97	ITABERA-SP	13.681.926,66
INDEPENDENCIA-RS	6.118.920,00	ITABIRA-MG	63.521.944,53
INDIANA-SP	3.699.219,23	ITABIRINHA DE MANTENA-MG	542.353,47
INDIANOPOLIS-MG	9.784.712,74	ITABIRITO-MG	48.929.634,93
INDIANOPOLIS-PR	15.095.810,46	ITABI-SE	60.000,00
INDIAPORA-SP	3.486.265,07	ITABORAI-RJ	80.264.523,15
INDIARA-GO	6.812.794,43	ITABUNA-BA	71.899.280,32
INDIAROBA-SE	274.403,20	ITACAJA-TO	847.741,25
INDIAVAL-MT	131.949,84	ITACARAMBI-MG	2.199.801,38
INGA-MG	1.185.336,29	ITACARE-BA	196.634,02
INGA-PB	133.139,75	ITACOAIA-AM	5.160.853,80
INGAZEIRA-PE	26.200,11	ITACURUBI-RS	4.920.161,76
INHACORA-RS	2.545.801,00	ITAETE-BA	849.182,13
INHAMBUEPE-BA	3.699.478,32	ITAGI-BA	74.400,00
INHANGAPI-PA	978.690,00	ITAGIBA-BA	781.284,25
INHAPI-AL	28.290,30	ITAGIMIRIM-BA	3.241.971,00
INHAPI-MG	2.739.857,79	ITAGUACU DA BAHIA-BA	331.950,00
INHAUMA-MG	13.795.920,61	ITAGUACU-ES	1.907.750,49
INHUMA-PI	372.550,27	ITAGUAI-RJ	113.314.760,20
INHUMAS-GO	17.885.628,20	ITAGUAJE-PR	815.640,81
INIMUTABA-MG	596.920,00	ITAGUARA-MG	9.614.019,60
INOCENCIA-MS	2.597.205,39	ITAGUARI-GO	781.008,19
INUBIA PAULISTA-SP	1.602.062,52	ITAGUARU-GO	377.144,51
IOIERE-SC	11.512.229,39	ITAGUATINS-TO	596.570,00
IPABA-MG	2.819.620,23	ITAIBA-PE	102.612,84
IPAMERI-GO	29.055.541,40	ITAICABA-CE	88.027,98
IPANEMA-MG	8.889.125,22	ITAIPOLIS-SC	28.152.298,65

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
ITAIPE-MG	654.040,00	ITATIAUCU-MG	40.423.681,51
ITAIPIULANDIA-PR	12.267.860,96	ITATIBA DO SUL-RS	367.307,30
ITAI-SP	33.978.453,90	ITATIBA-SP	197.834.790,32
ITATINGA-CE	9.666.707,28	ITATIM-BA	1.765.925,23
ITATUBA-PA	19.688.327,12	ITATINGA-SP	6.281.532,23
ITAJA-GO	1.472.436,41	ITATIRA-CE	167.906,72
ITAJAI-SC	686.529.188,92	ITATI-RS	1.951.737,85
ITAJA-RN	5.830.690,39	ITATUBA-PB	2.707.462,30
ITAJOBÍ-SP	9.031.924,46	ITAU DE MINAS-MG	34.863.538,22
ITAJU DO COLÔNIA-BA	451.097,00	ITAU-BA	2.575.965,50
ITAJUBA-MG	191.202.175,39	ITAU-SC	1.100.813,90
ITAJUBE-BA	982.735,24	ITAUERA-PI	514.600,00
ITAJU-SP	3.161.750,66	ITALMA DO SUL-PR	1.494.087,36
ITALVA-RJ	3.170.414,68	ITALMA-MG	103.407.516,02
ITAMARACA-PE	609.282,89	ITAVERA-MG	3.384.481,41
ITAMARAJU-BA	7.152.099,23	ITINGA DO MARANHÃO-MA	2.014.846,55
ITAMARANDIBA-MG	11.775.374,58	ITINGA-MG	6.901.077,60
ITAMARATI DE MINAS-MG	5.764.466,37	ITOURA-MT	26.177.674,47
ITAMARI-BA	148.830,00	ITRAPINA-SP	9.414.395,20
ITAMBACURI-MG	5.232.260,55	ITRAPUA-SP	2.150.434,39
ITAMBARACA-PR	5.916.435,49	ITERUCU-BA	888.781,90
ITAMBE DO MATO DENTRO-MG	596.000,00	ITUBA-BA	392.530,47
ITAMBE-BA	2.591.731,08	ITOBÉ-SP	5.192.064,77
ITAMBE-PE	542.172,83	ITOROKO-BA	528.551,10
ITAMBE-PR	8.259.883,89	ITUACU-BA	2.465.293,20
ITAMOGI-MG	3.206.773,19	ITUBERA-BA	3.122.680,45
ITAMONTE-MG	3.542.205,07	ITUETA-MG	1.305.271,60
ITANHÉM-SP	13.518.726,71	ITUJUBA-MG	23.025.638,26
ITANHANGU-MG	27.998.382,69	ITUMBARA-GO	175.170.787,80
ITANHANGA-MT	6.649.075,70	ITUMIRIM-MG	114.467,08
ITANHÉM-BA	2.243.396,74	ITUPEVA-SP	105.623.295,67
ITANHOMI-MG	596.109,02	ITUPIRANGA-PA	1.538.342,60
ITAOBOM-MG	1.808.087,13	ITUPORANGA-SC	38.982.016,59
ITAOCARA-RJ	7.891.465,52	ITURAMA-MG	71.821.322,37
ITAOCA-SP	668.500,00	ITU-SP	198.804.972,86
ITAPACI-GO	1.456.676,59	ITUTINGA-MG	1.460.144,00
ITAPAGE-CE	2.821.867,57	ITUVERAVA-SP	27.006.591,56
ITAPAGIPE-MG	9.548.833,40	ITUVA-BA	943.155,55
ITAPARICA-BA	1.158.806,08	ITUNA-ES	5.937.500,24
ITAPE-BA	516.591,24	ITAIPOARA-PR	21.436.156,67
ITAPEBI-BA	2.615.884,71	ITAI-PR	10.193.169,78
ITAPECERICA DA SERRA-SP	67.563.481,58	IVATÉ-PR	13.817.163,10
ITAPECERICA-MG	9.120.190,55	IVATUBA-PR	4.754.854,99
ITAPICURU MIRIM-MA	11.346.336,12	IVINHEMA-MG	8.888.515,20
ITAPEJARA DO OESTE-PR	21.339.471,75	IVOLANDIA-GO	2.189.107,99
ITAPEMA-SC	23.636.857,88	IVORA-RS	331.500,00
ITAPEMIRIM-ES	7.461.374,75	IVOTI-RS	72.946.811,81
ITAPERUCU-PR	9.464.481,97	JABOATÃO DOS GUARARAPES-PE	595.298.068,57
ITAPERUNA-RJ	30.476.044,52	JABORANDI-BA	16.159.595,05
ITAPETIM-PE	22.899,00	JABORANDI-SP	7.111.650,50
ITAPETINGA-BA	34.262.446,79	JABORA-SC	3.319.725,00
ITAPETINGA-SP	105.411.666,18	JABOTICABAL-SP	131.114.812,44
ITAPEVA-MG	13.106.312,33	JABOTICABA-RS	2.359.817,40
ITAPEVA-SP	65.548.387,34	JABOTICATUBAS-MG	5.579.256,33
ITAPEVI-SP	299.174.516,60	JABOTI-PR	1.424.431,44
ITAPICURU-BA	1.326.693,60	JACANA-PA	2.107.260,00
ITAPIPOCA-CE	60.831.081,65	JACARACI-BA	674.067,44
ITAPIRANGA-AM	316.000,00	JACARAU-PB	416.245,96
ITAPIRANGA-SC	23.424.537,64	JACAREACANGA-PA	111.325,00
ITAPIRAPUA PAULISTA-SP	724.001,20	JACAREI-SP	157.659.654,45
ITAPIRAPUA-GO	781.376,10	JACAREZINHO-PR	41.677.939,45
ITAPIRA-SP	74.764.746,52	JACIARA-MT	59.044.650,14
ITAPIRATINS-TO	572.210,00	JACINTO MACHADO-SC	13.879.889,88
ITAPISSUMA-PE	4.732.313,30	JACINTO-MG	1.715.472,92
ITAPITANGA-BA	318.722,34	JACI-SP	14.539.283,64
ITAPIUNA-CE	316.000,00	JACOBINA DO PIAUI-PI	8.728,61
ITAPOA-SC	5.938.474,91	JACOBINA-BA	7.580.585,10
ITAPOLIS-SP	24.207.328,40	JACUI-MG	1.987.611,31
ITAPORA DO TOCANTINS-TO	242.550,00	JACUIPE-AL	458.707,00
ITAPORA-MG	17.871.566,25	JACUZZINHO-RS	4.409.608,00
ITAPORANGA D'ÁQUEDA-SE	4.119.492,36	JACUNDA-PA	8.659.546,75
ITAPORANGA-PB	1.750.870,85	JACUPORANGA-SP	11.924.972,99
ITAPORANGA-SP	8.744.232,45	JACUTINGA-MG	7.320.713,89
ITAPOROROCA-PB	87.702,25	JACUTINGA-RS	4.427.405,07
ITAPUA DO OESTE-RO	2.302.150,60	JAGUAFFA-PR	13.482.837,63
ITAPUI-SP	12.487.169,94	JAGUAQUARA-BA	3.662.854,74
ITAPURANGA-GO	4.955.006,62	JAGUARACU-MG	531.840,00
ITAPURA-SP	1.816.540,43	JAGUARAO-RS	13.766.919,53
ITACUAQUECETUBA-SP	136.433.563,79	JAGUARARI-BA	7.032.456,60
ITACUARA-BA	97.800,50	JAGUARE-ES	8.830.284,26
ITACURAI-MG	13.420.061,64	JAGUARETAMA-CE	1.717.714,30
ITACUR-RS	73.503.912,15	JAGUARAIMA-PR	47.766.974,87
ITARANA-ES	2.484.878,57	JAGUARIBARA-CE	159.322,86
ITARANTIM-BA	884.104,10	JAGUARIBE-CE	4.729.539,41
ITAREMA-SP	22.386.309,50	JAGUIPE-BA	909.055,63
ITAREMA-CE	2.419.724,28	JAGUARI-RS	5.266.211,86
ITARIRI-SP	3.037.858,56	JAGUARIUNA-SP	44.324.957,28
ITARUMA-GO	1.682.409,30	JAGUARUANA-CE	5.969.678,35
ITA-SC	7.185.582,84	JAGUARUNA-SC	12.933.264,40
ITATIARA-RJ	1.220.076,80	JAJIBA-MG	10.853.941,86

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
JAICOS-PI	585.845,37	JORDANIA-MG	577.534,10
JALES-SP	32.915.702,40	JORDAO-AC	121.457,45
JAMBEIRO-SP	10.609.910,63	JOSE BOITEUX-SC	3.767.192,00
JAMPURCA-MG	655.657,80	JOSE BOMFACIO-SP	36.657.921,66
JANAUBA-MG	20.545.475,38	JOSE DE FREITAS-PI	663.297,37
JANDACA DO SUL-PR	19.595.602,64	JOSE GONCALVES DE MINAS-MG	258.900,00
JANDIAIA-GO	1.268.082,69	JOSE RAYDAN-MG	609.284,03
JANDARA-BA	270.506,00	JOSELANDIA-MA	14.775,99
JANDARA-RN	28.500,00	JOVIANIA-GO	7.457.391,33
JANDIRA-SP	38.866.283,77	JUARA-MT	31.760.638,18
JANGADA-MT	2.169.611,00	JUATUBA-MG	19.173.994,70
JANIOPOLIS-PR	6.159.483,16	JAZEIRINHO-PB	1.222.849,59
JANUARIA-MG	4.362.687,31	JAZEIRO DO NORTE-CE	28.354.719,55
JAPARAIBA-MG	800.931,55	JAZEIRO DO PIAUI-PI	485.200,00
JAPARATUBA-SE	161.749,08	JAZEIRO-BA	41.527.360,98
JAPERI-RJ	8.649.152,58	JUCAS-CE	5.251.525,68
JAPIRA-PR	402.574,89	JUCATI-PE	315.800,00
JAPOATA-SE	2.167.675,00	JUCURUCU-BA	770.774,00
JAPONVAR-MG	612.886,50	JUCURUTU-RN	1.362.921,08
JAPORA-MS	557.454,00	JUINA-MT	14.310.217,61
JAPURA-AM	342.992,82	JUIZ DE FORA-MG	517.986.842,95
JAPURA-PR	6.659.310,59	JULIO DE CASTILHOS-RS	32.648.864,37
JAQUEIRA-PE	1.167.300,00	JULIO MESQUITA-SP	320.442,02
JAQUIRANA-RS	1.862.437,50	JUMIRIM-SP	2.585.000,38
JARAGUA DO SUL-SC	1.258.831.726,36	JUNCO DO SERIDO-PB	157.384,22
JARAGUA-GO	6.580.622,12	JUNDIA-AL	358.400,00
JARAGUARI-MS	1.967.240,00	JUNDIAI DO SUL-PR	2.760.786,12
JARAMATAIA-AL	570.400,00	JUNDIAI-SP	637.713.601,02
JARDIM ALEGRE-PR	10.934.704,51	JUNQUEIRO-AL	4.228.512,18
JARDIM DE PIRANHAS-RN	1.689.777,11	JUNQUEIROPOLIS-SP	12.871.481,70
JARDIM DO SERIDO-RN	1.245.702,11	JUPIA-SC	1.604.974,00
JARDIM OLINDA-PR	131.300,00	JUPI-PE	129.411,76
JARDIM-CE	641.932,00	JUQUIA-SP	2.431.726,61
JARDIM-MS	4.153.700,47	JUQUITIBA-SP	3.616.521,86
JARDINOPOLIS-SC	172.000,00	JURAMENTO-MG	231.152,00
JARDINOPOLIS-SP	37.691.878,77	JURANDA-PR	14.210.463,65
JARINU-SP	24.444.572,84	JUREMA-PE	328.232,22
JARI-RS	7.982.653,48	JURIPIRANGA-PB	103.500,00
JARU-RO	12.818.763,26	JURUAIA-MG	2.632.109,01
JATAI-GO	654.262.733,75	JURUENA-MT	2.880.064,24
JATAIZINHO-PR	6.334.253,69	JURU-PB	9.443,51
JATAUBA-PE	124.699,25	JURUTI-PA	87.114.402,31
JATEI-MS	4.458.575,49	JUSCIMEIRA-MT	3.840.573,46
JATI-CE	130.230,19	JUSSARA-BA	1.572.760,00
JATOA DO PIAUI-PI	140.000,00	JUSSARA-GO	4.391.210,62
JATOBA-MA	12.073,81	JUSSARA-PR	10.888.523,38
JATOBA-PE	669.340,86	JUSSARI-BA	293.461,00
JAU DO TOCANTINS-TO	1.656.140,00	JUSSIAPE-BA	658.318,50
JAUPACI-GO	301.690,00	JUTI-MS	636.153,71
JAURU-MT	811.837,14	JUVENILIA-MG	862.471,08
JAU-SP	89.360.364,57	KALORE-PR	1.596.045,85
JECEABA-MG	427.415.120,00	LABREA-AM	1.283.125,17
JENIPAO DE MINAS-MG	704.381,39	LACERDOPOLIS-SC	6.125.927,07
JENIPAO DOS VIEIRAS-MA	387.300,00	LADAINHA-MG	438.930,49
JEQUERI-MG	2.885.183,81	LADARIO-MS	95.361,18
JEQUIA DA PRAIA-AL	1.252.961,86	LAFIETE GUTINHO-BA	224.240,00
JEQUEIA-BA	76.111.820,51	LAGAMAR-MG	5.451.173,45
JEQUITAI-MG	1.497.416,09	LAGARTO-SE	21.152.854,75
JEQUITIBA-MG	1.999.410,00	LAGES-SC	95.756.155,04
JEQUITINHONHA-MG	1.591.510,50	LAGO DA PEDRA-MA	5.302.767,88
JEREMOABO-BA	4.332.649,85	LAGO VERDE-MA	195.000,00
JERICO-PB	33.000,00	LAGOA ALEGRE-PI	241.000,30
JERIQUARA-SP	4.522.849,26	LAGOA BONITA DO SUL-RS	1.228.401,22
JERONIMO MONTEIRO-ES	362.774,89	LAGOA DA CANOA-AL	512.310,12
JERUMENHA-PI	622.368,00	LAGOA DA CONFUSAO-TO	8.320.910,44
JESUANIA-MG	676.480,00	LAGOA DA PRATA-MG	26.485.369,20
JESUITAS-PR	12.053.318,52	LAGOA DE DENTRO-PB	21.160,33
JESUPOLIS-GO	504.340,80	LAGOA DO BARRO DO PIAUI-PI	83.150,00
JIOCA DE JERICOCOARA-CE	412.500,00	LAGOA DO CARRO-PE	935.410,00
JI-PARANA-RO	80.438.221,00	LAGOA DO ITAENGA-PE	10.993.814,53
JIQUIRICA-BA	223.718,42	LAGOA DO MATO-MA	105.730,06
JITAUNA-BA	97.020,00	LAGOA DO OURO-PE	584.360,96
JOACABA-SC	57.227.045,42	LAGOA DO PIAUI-PI	73.319,90
JOAIMA-MG	1.505.244,83	LAGOA DO TOCANTINS-TO	200.110,00
JOANOPOLIS-SP	1.966.143,79	LAGOA DOS GATOS-PE	170.300,00
JOAO ALFREDO-PE	2.542.811,55	LAGOA DOS PATOS-MG	545.000,00
JOAO CAMARA-RN	3.718.247,65	LAGOA DOS TRES CANTOS-RS	1.955.437,42
JOAO DOURADO-BA	1.554.235,77	LAGOA DOURADA-MG	9.913.211,60
JOAO LISBOA-MA	2.446.273,82	LAGOA FORMOSA-MG	11.070.622,53
JOAO MONLEVADE-MG	72.326.192,74	LAGOA GRANDE-MG	4.980.500,96
JOAO NEIVA-ES	6.152.100,94	LAGOA GRANDE-PE	912.807,90
JOAO PESSOA-PB	181.697.130,24	LAGOA NOVA-RN	173.986,84
JOAO PINHEIRO-MG	100.163.099,78	LAGOA REAL-BA	162.917,20
JOAO RAMALHO-SP	1.704.256,12	LAGOA SALGADA-RN	3.274.800,00
JOAQUIM FELICIO-MG	197.060,00	LAGOA SANTA-GO	586.129,30
JOAQUIM GOMES-AL	608.800,00	LAGOA SANTA-MG	26.787.878,22
JOAQUIM NABUCO-PE	500.200,00	LAGOA SECA-PB	2.806.470,00
JOAQUIM FAVORA-PR	17.541.714,26	LAGOA VERMELHA-RS	41.499.237,04
JOIA-RS	20.301.253,35	LAGOAO-RS	798.370,00
JOINVILLE-SC	996.654.565,87	LAGOINHA-SP	602.518,99

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
LAGUNA-CARAPA-MS	12.830.096,12	LUNARDELLI-PR	858.339,06
LAGUNA-SC	12.821.313,87	LUPERCIO-SP	330.634,89
LAJE DO MURIAE-RJ	350.892,02	LUTIONOPOLIS-PR	6.116.674,10
LAJEADO DO BUGRE-RS	803.948,00	LUTECIA-SP	1.054.141,00
LAJEADO GRANDE-SC	3.593.557,60	LUZERNA-SC	12.771.139,95
LAJEADO NOVO-MA	167.578,39	LUZIANIA-GO	193.739.732,22
LAJEADO-RS	112.132.789,40	LUZILANDIA-PI	162.401,50
LAJEADO-TO	2.245.906,35	LUZ-MG	7.065.437,93
LAJE-BA	795.976,04	MACAE-RJ	102.565.654,51
LAJEDAO-BA	1.251.210,00	MACAIBA-RN	47.148.408,81
LAJEDINHO-BA	261.450,40	MACAJUBA-BA	395.546,00
LAJEDO DO TABOAL-BA	46.400,00	MACAMBARA-RS	12.539.095,48
LAJEDO-PE	4.414.999,22	MACAMBIRA-SE	484.540,00
LAJES PINTADAS-RN	105.360,00	MACAPA-AP	47.325.814,27
LAJES-RN	900.661,64	MACAPARANA-PE	2.213.884,99
LAJINHA-MG	2.841.503,28	MACARANI-BA	584.083,90
LAMARAO-BA	66.000,00	MACATUBA-SP	46.676.244,69
LAMBARI D'OESTE-MT	4.100.490,55	MACAUBAL-SP	1.727.890,11
LAMBARI-MG	3.454.668,05	MACAUBAS-BA	2.420.181,61
LAMIM-MG	603.013,91	MACAU-RN	2.388.029,16
LAPAO-BA	2.516.429,15	MACEDONIA-SP	1.478.170,34
LARA-PR	71.333.687,56	MACEIO-AL	360.931.808,46
LARANJA DA TERRA-ES	1.960.908,58	MACHACALIS-MG	549.052,50
LARANJAL DO JARI-AP	289.572,97	MACHADINHO D'OESTE-RO	5.395.812,18
LARANJAL PAULISTA-SP	26.942.473,77	MACHADINHO-RS	3.487.697,00
LARANJAL-MG	15.844.797,88	MACHADO-MG	30.014.632,68
LARANJAL-PR	1.905.185,90	MACHADOS-PE	286.725,52
LARANJEIRAS DO SUL-PR	18.220.336,80	MACIEIRA-SC	1.619.230,00
LARANJEIRAS-SE	11.247.647,89	MACUCCO-RJ	1.942.755,78
LASSANCE-MG	340.416,00	MACURURE-BA	165.913,53
LAURENTINO-SC	10.796.183,10	MADALENA-CE	196.000,00
LAURO DE FREITAS-BA	118.777.612,05	MADRE DE DEUS DE MINAS-MG	1.815.862,00
LAURO MULLER-SC	36.469.655,63	MADRE DE DEUS-BA	2.080.103,20
LAVINIA-SP	2.858.982,80	MAE DO RIO-PA	1.557.569,05
LAVRAS DA MANGABEIRA-CE	589.380,00	MAETINGA-BA	217.830,70
LAVRAS DO SUL-RS	3.316.086,23	MAIRA-SC	51.585.498,95
LAVRAS-MG	90.336.983,14	MAGALHAES DE ALMEIDA-MA	83.618,47
LAVRINHAS-SP	94.023.882,62	MAGDOA-SP	858.171,09
LEANDRO FERREIRA-MG	1.161.175,25	MAGE-RJ	29.124.641,67
LEBON REGIS-SC	6.254.267,41	MAIQUINIQUE-BA	818.693,07
LEME DO PRADO-MG	101.800,00	MAIRI-BA	358.890,93
LEME-SP	100.135.940,48	MAIRUNQUE-SP	19.570.041,45
LENCOIS PAULISTA-SP	218.018.048,23	MAIRIPORA-SP	46.514.951,48
LENCOIS-BA	228.124,81	MAIRIPOTABA-GO	311.080,00
LEOBERTO LEAL-SC	1.880.872,06	MAJOR GERCINO-SC	61.913.200,00
LEOPOLDINA-MG	23.574.240,04	MAJOR ISIDORO-AL	942.375,00
LEOPOLDO DE BULHOES-GO	4.730.173,79	MAJOR SALES-RN	116.000,00
LEOPOLIS-PR	1.861.535,00	MAJOR VIEIRA-SC	8.309.505,50
LIBERATO SALZANO-RS	1.517.543,95	MALACACHETA-MG	2.180.888,67
LIBERDADE-MG	244.600,00	MALHADA DE PEDRAS-BA	2.259.098,80
LICINIO DE ALMEIDA-BA	2.674.755,74	MALHADA DOS BOIS-SE	951.200,00
LIDIANOPOLIS-PR	2.572.840,00	MALHADA-BA	892.715,20
LIMA CAMPOS-MA	406.882,72	MALHADOR-SE	1.810.373,64
LIMA DUARTE-MG	5.286.240,19	MALLET-PR	37.718.690,43
LIMEIRA DO OESTE-MG	23.927.455,68	MALTA-PB	105.000,00
LIMEIRA-SP	330.536.817,56	MAMANGUAPE-PB	11.900.681,37
LIMOEIRO DE ANADIA-AL	585.550,00	MAMBAI-GO	2.031.154,58
LIMOEIRO DO NORTE-CE	12.433.760,26	MAMBORE-PR	28.972.293,32
LIMOEIRO-PE	6.255.302,10	MAMONAS-MG	475.200,00
LINDOESTE-PR	5.494.657,70	MAMPITUBA-RS	291.900,00
LINDOIA DO SUL-SC	8.636.291,64	MANACAPURU-AM	4.931.145,54
LINDOIA-SP	4.841.339,13	MANAIRA-PB	239.748,17
LINDOLFO COLLOR-RS	22.070.032,59	MANAQUIRI-AM	413.850,00
LINHA NOVA-RS	186.000,00	MANARI-PE	128.890,00
LINHARES-ES	233.934.907,01	MANAUS-AM	1.315.222.615,67
LINS-SP	407.302.812,11	MANCIO LIMA-AC	1.637.870,00
LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA-BA	7.907.413,32	MANDAGUACU-PR	31.962.597,26
LIZARDA-TO	11.985,00	MANDAGUARA-PR	57.837.596,24
LOANDA-PR	20.913.092,47	MANDIRITUBA-PR	29.126.699,72
LOBATO-PR	1.692.002,54	MANDURITUBA-PR	4.425.446,79
LOGRADOURO-PB	101.860,00	MANDURITUBA-PR	139.300,00
LONDRINA-PR	678.566.452,60	MANGA-MG	2.463.155,72
LONTRA-MG	434.762,10	MANGARATIBA-RJ	16.512.352,78
LONTRAS-SC	14.671.262,48	MANGUEIRINHA-PR	24.602.193,81
LORENA-SP	33.372.653,22	MANHUACU-MG	25.939.458,30
LORETO-MA	7.849.025,26	MANHUMIRIM-MG	4.362.440,00
LOUVEIRA-SP	24.895.484,11	MANICORE-AM	1.017.719,87
LUCAS DO RIO VERDE-MT	142.843.916,14	MANOEL RIBAS-PR	22.140.670,72
LUCILIA-SP	28.737.558,59	MANOEL URBANO-AC	153.000,00
LUCENA-PB	1.798.334,31	MANOEL VIANA-RS	6.243.542,41
LUCIANOPOLIS-SP	1.072.742,74	MANOEL VITORINO-BA	320.670,00
LUCRECIA-RN	296.800,00	MANSIDAO-BA	111.668,00
LUIS ANTONIO-SP	72.905.806,77	MANTENA-MG	1.386.268,09
LUIS CORREIA-PI	43.439,18	MANTENOPOLIS-ES	285.880,67
LUIS EDUARDO MAGALHAES-BA	87.649.882,39	MAQUINE-RS	2.240.940,00
LUISLANDIA-MG	607.595,00	MAR DE ESPANHA-MG	2.424.968,82
LUIZ ALVES-SC	21.775.424,35	MAR VERMELHO-AL	90.000,00
LUIZIANA-PR	21.572.666,84	MARÁ ROSA-GO	3.105.661,85
LUIZIANA-SP	608.400,91	MARABA PAULISTA-SP	774.461,00
LUMINARIAS-MG	2.779.309,00	MARABA-PA	369.141.920,64

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
MARACACUÍ-MA	367.900,00	PATO CASTELHANO-RS	4.986.825,60
MARACAI-SP	13.591.833,43	PATO LEITÃO-RS	20.512.290,05
MARACAJÁ-SC	11.720.851,03	PATO QUEIMADO-RS	528.645,60
MARACAU-MS	98.333.157,86	PATO RICO-PR	3.894.516,84
MARACANA-PA	262.700,00	PATO VERDE-MG	812.297,96
MARACANAÚ-CE	282.647.428,04	MATÕES DO NORTE-MA	19.200,00
MARACAS-BA	3.109.938,80	MATÕES-MA	99.000,00
MARAGOGI-AL	1.389.656,12	MATOS COSTA-SC	209.494,60
MARAGOGIPE-BA	993.587,50	MATOZINHOS-MG	45.086.665,85
MARAJAL-PE	1.349.400,00	MATRINCHA-GO	1.228.512,33
MARANGUAPÉ-CE	14.084.353,25	MATRIZ DE CAMARAGIBE-AL	2.741.800,20
MARAPANIM-PA	162.700,00	MATUPÁ-MT	7.775.299,85
MARAPÓAMA-SP	3.936.619,00	MATUTINA-MG	2.277.859,28
MARATAIZES-ES	6.196.753,28	MAUA DA SERRA-PR	10.533.849,57
MARATÁ-RS	2.972.304,90	MAUA-SP	227.662.407,80
MARAU-BA	128.000,00	MAUES-AP	379.915,76
MARAU-RS	71.292.394,96	MAURILÂNIA-GO	6.402.563,35
MARAVILHA-AL	1.065.625,00	MAURITI-CE	2.346.971,55
MARAVILHA-SC	59.844.684,02	MAXARANGUAPÉ-RN	378.000,00
MARAVILHAS-MG	4.605.535,55	MAXIMILIANO DE ALMEIDA-RS	6.103.830,13
MARACAO-PB	278.920,00	MAZAGÃO-AP	37.600,00
MARCELÂNDIA-MT	5.370.452,41	MEDEIROS NETO-BA	4.526.553,99
MARCELINO RAMOS-RS	2.129.252,72	MEDEIROS-MG	3.230.944,24
MARCELINO VIEIRA-RN	19.159,16	MEDIANEIRA-PR	121.069.306,56
MARCENILIO SOUZA-BA	613.590,64	MEDICILÂNDIA-PA	98.000,00
MARCO-CE	2.342.365,63	MEDINA-MG	4.743.204,57
MARCOLÂNDIA-PI	710.000,00	MELEIRO-SC	21.647.100,77
MARECHAL CANDIDO RONDON-PR	75.865.420,90	MENDES PIMENTEL-MG	291.000,00
MARECHAL DEODORO-AL	99.854.796,21	MENDES RJ	2.130.729,34
MARECHAL FLORIANO-ES	14.297.879,95	MENDONÇA-SP	2.029.961,40
MAREMA-SC	130.000,00	MERCEDES-PR	6.433.824,04
MARIA DA FE-MG	5.829.725,80	MERCEDES-MG	2.215.984,15
MARIA HELENA-PR	2.257.340,09	MERIDIANO-SP	69.099.521,59
MARIALVA-PR	57.461.828,79	MERUOCA-CE	251.769,00
MARIANA PIMENTEL-RS	1.158.370,00	MESOPOLIS-SP	221.380,54
MARIANA-MG	14.276.313,91	MESQUITA-RJ	25.781.572,88
MARIANO MORE-RS	3.347.351,44	MESSIAS-AL	588.924,66
MARIANGOLIS DO TOCANTINS-TO	1.284.833,00	MIGUEL ALVES-PI	194.150,88
MARIAPOLIS-SP	2.044.822,00	MIGUEL CALMON-BA	609.972,55
MARIBONDO-AL	278.810,00	MIGUEL PEREIRA-RJ	2.086.885,96
MARICA-RJ	10.286.139,55	MIGUELÓPOLIS-SP	7.125.047,43
MARILAC-MG	458.660,00	MILAGRES-BA	489.579,89
MARILÂNDIA DO SUL-PR	13.653.019,04	MILAGRES-CE	485.400,00
MARILÂNDIA-ES	3.007.963,03	MILHA-CE	551.951,30
MARILENA-PR	2.843.690,72	MILTON BRANDÃO-PI	123.371,00
MARILIA-SP	189.631.533,26	MIMOSO DE GOIÁS-GO	937.125,00
MARILUZ-PR	4.778.557,95	MIMOSO DO SUL-ES	6.596.127,87
MARINGÁ-PR	863.232.062,15	MINAÇU-GO	12.744.258,11
MARINÓPOLIS-SP	1.538.657,42	MINADOR DO NEGRÃO-AL	235.374,76
MARIO CAMPOS-MG	10.863.213,38	MINAS DO LEÃO-RS	3.808.197,03
MARIÓPOLIS-PR	13.629.164,82	MINAS NOVAS-MG	2.844.952,68
MARIPA DE MINAS-MG	616.800,00	MINOURI-MG	957.157,45
MARIPA-PR	11.754.449,40	MINÉRIOS DO TIETE-SP	10.084.797,54
MARÍ-PB	150.880,77	MINÉRIOS-GO	498.128.344,72
MARITUBA-PA	41.336.769,04	MINISTRO ANDREAZZA-RJ	1.417.729,01
MARIZÓPOLIS-PB	109.032,06	MIRA ESTRELA-SP	47.807,48
MARLIERIA-MG	1.097.500,00	MIRABELA-MG	986.492,47
MARMELEIRO-PR	27.799.272,77	MIRACATU-SP	5.270.308,49
MARQUES DE SOUZA-RS	4.270.125,00	MIRACEMA DO TOCANTINS-TO	4.312.442,44
MARQUINHO-PR	315.078,96	MIRACEMA-RJ	3.472.957,17
MARTINHO CAMPOS-MG	29.297.305,07	MIRADOR-MA	796.264,76
MARTINÓPOLE-CE	431.200,00	MIRADOR-PR	1.645.103,02
MARTINÓPOLIS-SP	9.234.317,37	MIRADOURO-MG	1.329.630,23
MARTINS SOARES-MG	1.467.575,90	MIRAGUAI-RS	7.510.523,25
MARTINS-RN	318.117,68	MIRAL-MG	4.272.977,45
MARUM-SE	1.622.537,16	MIRANDA DO NORTE-MA	488.500,00
MARUMBI-PR	859.438,95	MIRANDA-MS	11.163.603,41
MARZAGÃO-GO	824.780,12	MIRANDIBA-PE	1.043.876,74
MASCOTE-BA	1.793.069,03	MIRANDÓPOLIS-SP	53.476.091,62
MASSAPE-CE	1.311.438,79	MIRANGABA-BA	15.680,00
MASSARANDUBA-PB	594.463,60	MIRANORTE-TO	1.197.223,09
MASSARANDUBA-SC	24.829.867,80	MIRANTE DA SERRA-RJ	1.283.190,16
MATA DE SÃO JOÃO-BA	2.790.791,96	MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP	335.529.063,26
MATA GRANDE-AL	166.808,78	MIRANTE-BA	581.293,00
MATA ROMA-MA	548.763,21	MIRASSELVA-PR	508.186,00
MATA VERDE-MG	167.196,00	MIRASSOL DOESTE-MT	9.085.731,71
MATAO-SP	113.850.140,06	MIRASSOL-SP	71.089.955,18
MATARACA-PB	439.634,48	MIRAVANIA-MG	315.525,70
MATA-RS	1.667.318,90	MIRIM DOCE-SC	2.016.937,20
MATEIROS-TO	3.390.056,00	MIRINZAL-MA	628.600,00
MATELÂNDIA-PR	39.979.369,58	MISSAL-PI	20.857.569,25
MATERLÂNDIA-MG	18.265,50	MISSÃO VELHA-CE	3.019.789,19
MATEUS LEME-MG	12.124.490,80	MOCAJUBA-PA	61.600,00
MATIAS LOBATO-MG	243.520,00	MOCOCA-SP	54.091.843,66
MATIAS BARBOSA-MG	63.177.118,72	MODELO-SC	4.861.308,36
MATIAS CARDOSO-MG	3.079.589,87	MOEDA-MG	2.908.619,20
MATIAS OLÍMPICO-PI	190.000,00	MOEMA-MG	1.746.755,03
MATINHÁ-MA	1.054.720,00	MOGI DO PRATO-PR	224.904,76
MATINHOS-PR	2.988.486,38	MOGI DAS CRUZES-SP	303.422.114,61
MATIPO-MG	5.987.013,17	MOGI-GUAÇU-SP	775.837.574,40

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
MOGI-MIRIM-SP	160.690.875,52	MUITOS CAPOES-RS	26.244.347,76
MOIPORA-GO	351.345,00	MULITERNO-RS	3.143.598,50
MOITA BONITA-SE	4.792.175,30	MULUNGU DO MORRO-BA	280.469,51
MOJU-PA	7.788.937,20	MULUNGU-CE	556.407,00
MOMBACA-CE	1.224.426,59	MULUNGU-PB	423.600,00
MOMBICA-SP	1.661.830,00	MUNDO NOVO-BA	1.698.106,33
MOMCAO-MA	744.570,00	MUNDO NOVO-GO	1.394.120,00
MONCOES-SP	6.137.210,00	MUNDO NOVO-MS	5.421.505,87
MONDAI-SC	27.153.555,50	MUNHOZ DE MELO-PR	1.708.967,87
MONGAGUA-SP	5.454.012,53	MUNHOZ-MG	1.335.800,00
MONJOLOS-MG	677.920,00	MUNIZ FREIRE-ES	1.060.060,00
MONSENHOR GIL-PI	352.300,00	MUQUEM DO SAO FRANCISCO-BA	982.600,00
MONSENHOR PAULO-MG	7.015.640,52	MUQUI-ES	506.874,80
MONSENHOR TABOSA-CE	62.300,00	MURIAE-MG	42.639.489,10
MONTADAS-PB	588.000,00	MURIBECA-SE	1.844.378,00
MONTALVANIA-MG	3.730.920,30	MURICI-AL	3.290.483,60
MONTANHA-ES	5.152.724,22	MURICILANDIA-TO	893.850,00
MONTANHAS-RN	78.030,00	MURITIBA-BA	1.603.781,58
MONTAURI-RS	2.430.054,60	MURUTANGA DO SUL-SP	881.460,00
MONTE ALEGRE DE GOIAS-GO	1.143.280,00	MUTUPE-PE	723.483,98
MONTE ALEGRE DE MINAS-MG	17.695.783,52	MUTUM-MG	2.340.517,29
MONTE ALEGRE DE SERGIPE-SE	2.569.600,00	MUTUNOPOLIS-GO	1.203.692,20
MONTE ALEGRE DO ITAUI-PI	19.084.303,57	MUZAMBINO-MG	12.637.766,16
MONTE ALEGRE DO SUL-SP	2.796.838,53	NACIP RAYDAN-MG	112.800,00
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS-RS	422.050,00	NANTES-SP	3.712.063,54
MONTE ALEGRE-PA	946.150,47	NANUQUE-MG	4.492.686,80
MONTE ALEGRE-RN	685.471,09	NAO-ME-TIQUE-RS	159.979.883,70
MONTE ALTO-SP	38.530.741,44	NAQUE-MG	476.715,00
MONTE APRAZIVEL-SP	27.012.693,24	NARANDIBA-SP	9.898.409,12
MONTE AZUL PAULISTA-SP	13.615.449,32	NATALANDIA-MG	81.000,00
MONTE AZUL-MG	1.209.071,35	NATAL-RN	314.990.691,47
MONTE BELO DO SUL-RS	707.190,00	NATERCIA-MG	848.582,24
MONTE BELO-MG	25.624.022,11	NATIVIDADE DA SERRA-SP	2.030.682,23
MONTE CARLO-SC	5.575.397,21	NATIVIDADE-RJ	449.107,55
MONTE CARMELO-MG	44.852.077,80	NATIVIDADE-TO	2.451.710,00
MONTE CASTELO-SC	4.204.652,58	NAVEGANTES-SC	28.476.158,64
MONTE CASTELO-SP	3.018.080,00	NAVIRAI-MS	40.019.748,55
MONTE DO CARMO-TO	3.337.733,80	NAZARE DA MATA-PE	18.415.614,52
MONTE FORMOSO-MG	56.400,00	NAZARE PAULISTA-SP	2.072.263,97
MONTE HOREBE-PB	26.837,58	NAZARE-BA	2.892.371,71
MONTE MOR-SP	40.347.458,43	NAZARENO-MG	2.368.491,59
MONTE NEGRO-RO	1.879.602,47	NAZARE-TO	120.900,00
MONTE SANTO DE MINAS-MG	8.877.623,53	NAZAREZINHO-PB	172.800,00
MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO	365.612,67	NAZARIO-GO	4.350.813,85
MONTE SANTO-BA	719.631,34	NEOPOLIS-SE	2.745.317,19
MONTE SIAO-MG	2.480.776,50	NEPOMUCENO-MG	7.521.352,95
MONTEIRO LOBATO-SP	2.218.359,45	NEROPOLIS-GO	19.323.981,73
MONTEIRO-PB	1.733.392,51	NEVES PAULISTA-SP	3.788.261,53
MONTENEGRO-RS	104.881.219,50	NHANDEARA-SP	3.245.268,93
MONTES ALTOS-MA	807.150,00	NICOLAU VERGUEIRO-RS	1.431.818,11
MONTES CLAROS DE GOIAS-GO	2.316.323,87	NILO PECANHA-BA	30.000,00
MONTES CLAROS-MG	115.725.498,16	NILOPOLIS-RJ	30.549.995,34
MONTEZUMA-MG	146.820,00	NINHEIRA-MG	532.105,00
MONTIVIDU DO NORTE-GO	214.587,20	NIOAQUE-MS	1.563.380,00
MONTIVIDU-GO	35.020.980,31	NIPOA-SP	2.616.600,00
MORADA NOVA DE MINAS-MG	3.727.275,32	NIQUELANDIA-GO	179.591.071,81
MORADA NOVA-CE	5.618.122,35	NISIA FLORESTA-RN	1.536.348,60
MORAUJO-CE	50.640,00	NITEROI-RJ	257.958.089,23
MOREILANDIA-PE	31.429,35	NOBRES-MT	48.007.224,23
MOREIRA SALES-PR	8.936.737,82	NONOAI-RS	17.874.655,82
MORENO-PE	24.318.507,14	NORDESTINA-BA	408.427,60
MORMACO-RS	1.795.951,90	NORTELANDIA-MT	13.250.595,02
MORPARA-BA	213.043,00	NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	4.236.392,04
MORRETES-PR	1.480.062,34	NOSSA SENHORA DA GLORIA-SE	13.990.473,60
MORRINHOS DO SUL-RS	2.309.736,52	NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	1.143.980,74
MORRINHOS-CE	223.752,53	NOSSA SENHORA DAS GRACAS-PR	1.271.069,78
MORRINHOS-GO	28.185.211,42	NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	48.244,44
MORRO AGUDO DE GOIAS-GO	311.800,00	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT	1.438.714,60
MORRO AGUDO-SP	94.749.430,49	NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	34.341.832,04
MORRO DA FUMACA-SC	51.531.590,58	NOVA ALIANCA DO IVAI-PR	658.355,00
MORRO DA GARÇA-MG	597.140,00	NOVA ALIANCA-SP	2.174.910,00
MORRO DO CHAPEU-BA	1.342.361,50	NOVA ALVORADA DO SUL-MS	151.688.861,45
MORRO DO PILAR-MG	140.000,00	NOVA ALVORADA-RS	6.474.461,60
MORRO GRANDE-SC	13.344.139,08	NOVA AMERICA DA COLINA-PR	303.712,19
MORRO REDONDO-RS	2.855.404,14	NOVA AMERICA-GO	72.800,00
MORRO REUTER-RS	3.976.091,60	NOVA ANDRADINA-MS	28.066.209,61
MORTUGABA-BA	2.970.178,40	NOVA ARACA-RS	7.263.697,62
MORUNGABA-SP	12.992.696,64	NOVA AURORA-GO	1.138.750,00
MOSSAMEDES-GO	377.120,00	NOVA AURORA-PR	13.215.205,37
MOSSORO-RN	104.694.472,07	NOVA BANDEIRANTES-MT	5.516.355,71
MUSTARDAS-RS	15.157.334,64	NOVA BASSANO-RS	40.861.770,10
MOTUCA-SP	3.918.847,85	NOVA BOA VISTA-RS	2.309.593,68
MOZARLANDIA-GO	2.494.335,10	NOVA BRASILANDIA D'OESTE-RO	2.420.634,68
MUANA-PA	98.400,00	NOVA BRASILANDIA-MT	1.010.880,00
MUCAIAI-RR	786.874,53	NOVA BRESLIA-RS	2.604.316,02
MUCAMBO-CE	41.400,00	NOVA CAMPINA-SP	5.114.988,06
MUCUGÊ-BA	780.479,00	NOVA CANAÁ DO NORTE-MT	4.103.855,84
MUCUM-RS	2.744.340,50	NOVA CANAÁ PAULISTA-SP	601.376,50
MUCURI-BA	20.116.523,65	NOVA CANAÁ-BA	581.494,24
MUCURICI-ES	818.597,00	NOVA CANDELARIA-RS	3.162.854,77

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
NOVA CANTU-PR	4.570.065,02	NOVO HORIZONTE DO SUL-MS	1.391.038,21
NOVA CASTILHO-SP	1.893.700,00	NOVO HORIZONTE-BA	430.554,80
NOVA COLINAS-MA	2.363.037,48	NOVO HORIZONTE-SC	3.370.352,92
NOVA CRIXAS-GO	4.337.586,82	NOVO HORIZONTE-SP	76.296.732,87
NOVA CRUZ-RN	1.099.090,07	NOVO ITACOLOMI-PR	786.246,61
NOVA ERA-MG	22.766.586,86	NOVO JARDIM-TO	23.134,50
NOVA ERECHIM-SC	11.318.400,50	NOVO LINO-AL	848.441,66
NOVA ESPERANÇA DO PIRIA-PA	168.586,50	NOVO MACHADO-RS	1.256.950,00
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE-PR	2.565.035,42	NOVO MUNDO-MT	10.909.421,44
NOVA ESPERANÇA DO SUL-RS	1.148.800,00	NOVO ORIENTE DE MINAS-MG	346.848,00
NOVA ESPERANÇA-PR	25.170.362,79	NOVO ORIENTE DO PIAUI-PI	85.662,00
NOVA EUROPA-SP	69.149.018,82	NOVO ORIENTE-CE	1.683.700,00
NOVA FATIMA-BA	222.367,01	NOVO PLANALTO-GO	921.530,00
NOVA FATIMA-PR	5.367.715,51	NOVO PROGRESSO-PA	2.886.448,92
NOVA FLORESTA-PB	250.394,50	NOVO REPARTIMENTO-PA	3.449.483,50
NOVA FRIBURGO-RJ	192.642.348,13	NOVO SANTO ANTONIO-PI	145.000,00
NOVA GLÓRIA-GO	1.132.682,58	NOVO SÃO JOAQUIM-MT	12.404.941,17
NOVA GRANADA-SP	11.518.921,89	NOVO TIRADENTES-RS	766.891,00
NOVA GUARITA-MT	1.325.023,95	NOVO TRIUNFO-BA	5.208,77
NOVA GUATAPORANGA-SP	10.400,00	NOVO XINGU-RS	147.000,00
NOVA HARTZ-RS	12.187.399,52	NOVOZINTE-MG	253.200,00
NOVA IGUAÇU DE GOIÁS-GO	434.086,00	NUFORANGA-SP	9.508.767,39
NOVA IGUAÇU-RJ	163.711.710,77	OBIDOS-PA	540.002,69
NOVA INDEPENDÊNCIA-SP	17.440.330,48	OCARA-CE	1.805.234,75
NOVA IORQUE-MA	105.000,00	OCAUCU-SP	2.219.800,29
NOVA IPIXUNA-PA	1.684.584,16	OEIRAS DO PARA-PA	354.600,00
NOVA ITABERABA-SC	2.279.432,40	OEIRAS-PI	5.131.692,32
NOVA ITARANA-BA	629.600,00	OLAPOQUE-AP	65.014,50
NOVA LÁCERDA-MT	2.737.453,17	OLARIA-MG	43.000,00
NOVA LARANJEIRAS-PR	2.919.563,61	OLEO-SP	621.600,00
NOVA LIMA-MG	137.180.443,30	OLHOS D'ÁGUA-MG	1.231.832,00
NOVA LONDRINA-PR	29.635.660,28	OLÍMPIA-SP	110.279.194,00
NOVA MAMORE-RO	7.446.235,78	OLÍMPIO NORONHA-MG	100.030,00
NOVA MARILÂNDIA-MT	1.213.120,00	OLINDA-PE	155.095.773,90
NOVA MARINGÁ-MT	8.258.907,16	OLINDINA-BA	205.570,00
NOVA MODICA-MG	213.025,00	OLIVEIRA DE FATIMA-TO	391.000,00
NOVA MONTE VERDE-MT	4.350.032,99	OLIVEIRA DOS BREJINHOS-BA	436.555,22
NOVA MUTUM-MT	135.496.119,51	OLIVEIRA FORTES-MG	93.620,10
NOVA NAZARE-MT	261.680,00	OLIVEIRA-MG	19.646.817,00
NOVA NOBESSA-SP	58.867.271,27	ONCA DE PITANGUI-MG	718.970,00
NOVA OLÍMPIA-MT	3.591.071,19	ONDA VERDE-SP	2.626.708,78
NOVA OLÍMPIA-PR	2.951.062,87	ORATORIOS-MG	1.080.916,70
NOVA OLINDA DO MARANHÃO-MA	378.445,59	ORIENTE-SP	2.652.540,61
NOVA OLINDA DO NORTE-AM	80.370,00	ORINDIÚVA-SP	5.475.065,18
NOVA OLINDA-CE	4.751.698,69	ORIXIMINA-PA	43.008.932,80
NOVA OLINDA-PB	405.358,13	ORIZÂNIA-MG	7.150,44
NOVA OLINDA-TO	5.130.515,46	ORIZONA-GO	13.948.478,27
NOVA PADUA-RS	1.523.399,05	ORLANDIA-SP	53.092.065,55
NOVA PALMA-RS	5.160.520,33	ORLEANS-SC	90.967.517,53
NOVA PALMEIRA-PB	180.000,00	OROBÓ-PE	782.660,00
NOVA PETROPOLIS-RS	21.524.913,82	OROCO-PE	700.445,00
NOVA PONTE-MG	11.350.032,69	OROS-CE	2.173.169,92
NOVA PORTEIRINHA-MG	404.700,00	ORTIGUEIRA-PR	12.083.162,15
NOVA PRATA DO IGUAÇU-PR	13.059.780,76	OSASCO-SP	654.550.680,68
NOVA PRATA-RS	61.646.131,40	OSCAR BRESSANE-SP	1.249.433,43
NOVA RAMADA-RS	3.066.890,15	OSÓRIO-RS	28.811.929,43
NOVA RESENDE-MG	2.990.081,09	OSVALDO CRUZ-SP	97.340.330,14
NOVA ROMA DO SUL-RS	3.761.674,37	OTACILIO COSTA-SC	15.106.780,01
NOVA ROMA-GO	2.088.201,85	OURÉM-PA	11.476.119,13
NOVA ROSALÂNDIA-TO	150.000,00	OURICANGAS-BA	7.508,92
NOVA RUSSAS-CE	2.023.920,75	OURICURI-PE	6.913.591,45
NOVA SANTA BARBARA-PR	2.206.069,30	OURILÂNDIA DO NORTE-PA	1.784.504,38
NOVA SANTA HELENA-MT	1.495.588,54	OURINHOS-SP	89.910.083,99
NOVA SANTA RITA-RS	69.011.095,15	OURIZONA-PR	4.604.467,62
NOVA SANTA ROSA-PR	17.101.146,77	OURO BRANCO-AL	119.994,00
NOVA SERRANA-MG	24.959.670,61	OURO BRANCO-MG	107.366.938,97
NOVA SOURE-BA	1.108.133,83	OURO FINO-MG	4.412.157,71
NOVA TEBAS-PR	1.484.116,64	OURO PRETO DO OESTE-RO	5.603.383,00
NOVA TIMBOTEUA-PA	690.840,00	OURO PRETO-MG	46.737.156,24
NOVA TRENTO-SC	22.528.375,12	OURO VERDE DE GOIÁS-GO	884.880,00
NOVA UBIATÁ-MT	30.736.873,51	OURO VERDE DE MINAS-MG	472.107,25
NOVA UNIAO-MG	1.698.150,00	OURO VERDE DO OESTE-PR	5.967.171,99
NOVA VENEÇA-ES	27.740.133,54	OURO VERDE-SC	6.323.687,07
NOVA VENEZA-GO	7.389.493,83	OURO VERDE-SP	3.062.200,84
NOVA VENEZA-SC	40.214.097,88	OUROESTE-SP	1.371.255,63
NOVA VICOSA-BA	9.553.830,10	OUROLÂNDIA-BA	1.521.416,00
NOVA XAVANTINA-MT	14.999.604,02	OURO-SC	8.636.584,92
NOVAIS-SP	4.422.215,83	OUVIDOR-GO	514.449,00
NOVO ACORDO-TO	238.312,03	PACAEMBU-SP	6.077.627,95
NOVO AIRÃO-AM	214.906,30	PACAJÁ-PA	1.853.901,00
NOVO ALEGRE-TO	25.028,24	PACAJUS-CE	33.137.860,72
NOVO ARIQUANA-AM	1.097.600,00	PACARAÍMA-RR	380.000,00
NOVO BARREIRO-RS	2.293.859,16	PACATUBA-CE	6.391.829,24
NOVO BRASIL-GO	41.464,00	PACATUBA-SE	456.400,00
NOVO CABRAIS-RS	2.404.319,46	PACÓ DO LUMIAR-MA	4.837.945,33
NOVO CRUZEIRO-MG	3.864.484,95	PACOTI-CE	599.650,48
NOVO GAMA-GO	1.817.808,78	PACUJA-CE	140.688,00
NOVO HAMBURGO-RS	178.772.955,94	PADRE BERNARDO-GO	14.739.777,62
NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT	1.005.240,32	PADRE MARCOS-PI	292.000,00
NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	162.587,07	PADRE PARAÍSO-MG	3.074.580,57

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
PAI PEDRO-MG	97.896,00	PARAUNA-GO	32.755.867,01
PAIAL-SC	613.800,00	PARANHOS-SP	21.173.041,34
PAICANDU-PR	8.574.818,40	PARAPECI-NOVO-RS	6.337.727,24
PAIM FILHO-RS	3.329.907,18	PARAPECI-RO	288.518,88
PAINEIRAS-MG	868.460,00	PARAPECI-RN	4.359.431,58
PAINEI-SC	719.501,85	PARAPECI-AL	155.280,30
PAINS-MG	33.063.555,67	PARAPECI-AM	2.024.036,30
PAIVA-MG	200.700,00	PARAPECI-BA	6.128.536,80
PAJEU DO PIAUI-PI	38.719,78	PARAPECI-AL	1.313.972,43
PALESTINA DE GOIAS-GO	1.121.466,07	PARAPECI-ACU-SP	18.341.658,10
PALESTINA DO PARA-PA	508.152,42	PARAPECI-SP	1.085.768,00
PALESTINA-SP	19.146.611,51	PARAPECI-PI	63.670,50
PALHOCA-SC	68.255.944,03	PARAPECI-PE	11.879.426,04
PALMA SOLA-SC	9.993.633,34	PARAPECI-PB	3.590.165,89
PALMACIA-CE	453.000,00	PARAPECI-RN	55.793.958,77
PALMA-MG	1.363.930,00	PARAPECI-MA	1.087.806,97
PALMARES DO SUL-RS	14.586.957,83	PARAPECI-RS	57.933.231,66
PALMARES PAULISTA-SP	5.528.896,44	PASSA E FICA-RN	862.928,29
PALMARES-PE	36.711.189,82	PASSA QUATRO-MG	3.648.726,13
PALMAS DE MONTE ALTO-BA	1.710.379,68	PASSA SETE-RS	2.301.236,50
PALMAS-PR	40.172.800,60	PASSA TEMPO-MG	4.339.689,92
PALMAS-TO	408.301.358,19	PASSA VINTE-MG	480.600,00
PALMEIRA DAS MISSOES-RS	59.807.843,02	PASSAGEM FRANCA-MA	1.761.817,61
PALMEIRA DO PIAUI-PI	5.251.659,93	PASSAGEM-PB	61.500,00
PALMEIRA D'OESTE-SP	4.026.364,37	PASSAGEM-PE	933.819,92
PALMEIRA DOS INDIOS-AL	4.170.747,48	PASSO DE CAMARAGIBE-AL	768.023,56
PALMEIRAS-PI	134.800,00	PASSO DE TORRES-SC	622.839,51
PALMEIRANTE-TO	414.000,00	PASSO DO SOBRADO-RS	4.513.409,34
PALMEIRA-PR	56.315.005,69	PASSO FUNDO-RS	192.818.839,95
PALMEIRAS DE GOIAS-GO	32.097.765,13	PASSOS MAIA-SC	1.891.474,10
PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	2.139.850,00	PASSOS-MG	40.690.723,36
PALMEIRAS-BA	861.770,96	PASTOS BONS-MA	3.480.650,10
PALMEIRA-SC	7.402.129,14	PATIS-MG	410.600,00
PALMEIRINA-PE	440.900,00	PATO BRAGADO-PR	3.724.212,71
PALMEIROPOLIS-TO	4.545.471,75	PATO BRANCO-PR	132.834.015,39
PALMINOPOLIS-GO	1.440.200,00	PATOS DE MINAS-MG	141.151.729,47
PALMITAL-PR	4.122.054,12	PATOS DO PIAUI-PI	106.000,00
PALMITAL-SP	20.268.038,58	PATOS-PB	7.211.161,22
PALMITINHO-RS	2.636.540,53	PATROCINIO DO MURIAE-MG	2.825.592,81
PALMITOS-SC	50.865.207,31	PATROCINIO PAULISTA-SP	99.301.366,56
PALMOPOLIS-MG	300.960,00	PATROCINIO-MG	113.696.126,24
PALOTINA-PR	135.927.997,38	PATU-RN	47.844,17
PANAMA-GO	2.299.449,99	PATY DO ALFERES-RJ	6.232.374,90
PANAMBI-RS	122.669.111,73	PAU BRASIL-BA	426.132,06
PANCAS-ES	1.790.793,42	PAU D'ARCO-PA	260.553,67
PANELAS-PE	629.879,55	PAU D'ARCO-TO	17.409,99
PANORAMA-SP	15.199.293,63	PAU DOS FERROS-RN	2.209.157,25
PANTANO GRANDE-RS	10.562.450,80	PAUDALHO-PE	11.533.301,73
PAO DE ACUCAR-AL	17.031,59	PAULA CANDIDO-MG	753.372,76
PAPAGAIOS-MG	16.901.653,03	PAULA FREITAS-PR	5.195.501,00
PAPANDUVA-SC	15.133.812,81	PAULICEIA-SP	8.277.104,98
PARA DE MINAS-MG	56.844.761,89	PAULINA-SP	217.241.275,06
PARACAMBI-RJ	4.175.121,82	PAULINO NEVES-MA	126.000,00
PARACATU-MG	119.395.042,33	PAULISTANA-PI	388.297,34
PARACURU-CE	1.011.193,50	PAULISTANIA-SP	660.870,00
PARAGOMINAS-PA	73.576.651,61	PAULISTA-PB	1.007.836,08
PARAGUACU PAULISTA-SP	141.580.729,22	PAULISTA-PE	54.193.632,43
PARAGUACU-MG	9.270.035,93	PAULISTAS-MG	267.161,04
PARAIBA DO SUL-RJ	12.380.012,34	PAULO AFONSO-BA	16.743.347,14
PARAIBANO-MA	856.895,68	PAULO BENTO-RS	5.574.815,75
PARAIBUNA-SP	4.283.948,50	PAULO DE FARIA-SP	2.220.344,14
PARAIPABA-CE	4.521.755,77	PAULO FRONTIN-PR	4.738.871,17
PARAI-RS	31.703.713,06	PAULO JACINTO-AL	497.000,00
PARAISO DO NORTE-PR	21.250.017,13	PAULO LOPES-SC	7.522.074,73
PARAISO DO SUL-RS	3.957.287,92	PAULO RAMOS-MA	321.062,29
PARAISO DO TOCANTINS-TO	25.813.815,67	PAVAO-MG	812.605,56
PARAISOPOLIS-MG	2.794.074,28	PAVERAMA-RS	13.316.017,82
PARAISO-SC	1.250.324,47	PE DE SERRA-BA	857.705,37
PARAISO-SP	10.346.417,18	PEABIRU-PR	11.345.762,34
PARAMBU-CE	4.042.595,43	PECANHA-MG	1.014.935,57
PARAMIRIM-BA	3.892.126,00	PEDERNEIRAS-SP	56.884.186,87
PARAMOTI-CE	15.809,10	PEDRA AZUL-MG	3.036.928,90
PARAMOITY-PR	38.330.427,98	PEDRA BELA-SP	960.094,82
PARANAGUA-PR	192.951.180,57	PEDRA BONITA-MG	634.050,00
PARANAIBA-MS	20.737.645,11	PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AP	673.935,00
PARANAIGUARA-GO	2.114.893,56	PEDRA BRANCA-CE	1.587.865,11
PARANAITA-MT	2.918.411,62	PEDRA DO ANTA-MG	161.952,60
PARANAPANEMA-SP	23.625.336,07	PEDRA DO INDAIA-MG	601.506,73
PARANAPOEMA-PR	1.344.394,00	PEDRA LAVRADA-PB	351.300,00
PARANAPUA-SP	1.822.427,99	PEDRA MOLE-SE	492.028,70
PARANATAMA-PE	519.560,00	PEDRA PRETA-MT	58.940.861,38
PARANATINGA-MT	17.225.903,87	PEDRALVA-MG	1.022.685,76
PARANA-TO	1.320.644,00	PEDRANOPOLIS-SP	960.102,00
PARANAVAI-PR	74.865.858,70	PEDRAO-BA	68.800,00
PARANHOS-MS	934.110,00	PEDRA-PE	235.963,81
PARAOPEBA-MG	24.910.098,98	PEDRAS ALTAS-RS	1.505.476,00
PARAPUA-SP	6.137.489,65	PEDRAS DE FOGO-PB	904.879,18
PARATINGA-BA	912.889,25	PEDRAS DE MARTA DA CRUZ-MG	1.651.408,36
PARATI-RJ	3.079.538,52	PEDRAS GRANDES-SC	3.645.063,91
PARAUPEBAS-PA	315.467.558,72	PEDREGULHO-SP	11.765.475,88

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
PEDREIRAS-MA	4.054.073,72	PINHALZINHO-SP	8.742.759,09
PEDREIRA-SP	29.919.208,96	PINHAO-PR	15.366.576,45
PEDRINHAS PAULISTA-SP	957.250,42	PINHAO-SE	1.606.352,68
PEDRINHAS-SE	394.715,30	PINHEIRAL-RJ	2.769.346,11
PEBRINOPOLIS-MG	3.030.355,84	PINHEIRINHO DO VALE-RS	1.676.225,00
PEDRO AFONSO-TO	6.323.319,30	PINHEIRO MACHADO-RS	5.038.797,98
PEDRO ALEXANDRE-BA	1.528.580,00	PINHEIRO PRETO-SC	14.918.593,42
PEDRO CANARIO-ES	3.998.400,81	PINHEIRO-MA	4.735.490,20
PEDRO DE TOLEDO-SP	294.100,00	PINHEIROS-ES	12.885.645,81
PEDRO DO ROSARIO-MA	514.760,00	PINTADAS-BA	557.370,00
PEDRO GOMES-MS	2.257.548,57	PINTOPOLIS-MG	272.098,20
PEDRO II-PI	1.824.380,00	PIO IX-PI	44.844,00
PEDRO LEOPOLDO-MG	82.352.921,67	PIO XII-MA	1.606.409,20
PEDRO OSORIO-RS	4.280.570,03	PIQUEROBI-SP	608.975,01
PEDRO REGES-PB	5.976,82	PIQUETE-SP	1.413.686,81
PEDRO VELHO-RN	361.402,00	PIRACAJÁ-SP	5.354.243,12
PEIXE-TO	4.541.805,34	PIRACANJUBA-GO	19.964.456,52
PEIXOTO DE AZEVEDO-MT	4.350.540,61	PIRACEMA-MG	340.389,53
PEJUCARA-RS	15.354.560,12	PIRACICABA-SP	547.019.719,36
PELOTAS-RS	188.244.901,29	PIRACURUCA-PI	5.248.700,67
PENAFORTE-CE	150.000,00	PIRAÍ DO NORTE-BA	199.571,62
PENALVA-MA	791.820,00	PIRAÍ DO SUL-PR	20.905.302,88
PENAPOLIS-SP	27.140.044,78	PIRAÍ-RJ	10.541.212,33
PENDENCIAS-RN	3.566.818,46	PIRAJUBA-MG	15.529.028,00
PENEDO-AL	974.960,21	PIRAJUI-SP	9.223.323,39
PENHA-SC	18.212.288,26	PIRAJU-SP	10.024.876,35
PENTECOSTE-CE	623.448,16	PIRAMBU-SE	1.155.154,12
PEQUERI-MG	865.825,74	PIRANGA-MG	2.263.640,09
PEQUI-MG	745.770,00	PIRANGI-SP	16.811.574,86
PEQUIZEIRO-TO	374.940,00	PIRANGULF-MG	277.515,00
PERDIGAO-MG	1.281.399,23	PIRANGUINHO-MG	2.848.270,96
PERDIZES-MG	19.443.320,45	PIRANHAS-GO	3.345.889,48
PERDOES-MG	11.212.257,88	PIRAPEMAS-MA	152.500,00
PEREIRA BARRETO-SP	27.134.437,22	PIRAPETINGA-MG	7.140.257,35
PEREIRAS-SP	8.403.198,00	PIRAPORA DO BOM JESUS-SP	546.106,90
PEREIRO-CE	351.892,14	PIRAPORA-MG	81.101.686,75
PERIQUITO-MG	1.334.866,60	PIRAPO-RS	710.165,10
PERITIBA-SC	2.060.397,21	PIRAPOZINHO-SP	10.875.152,02
PERITORO-MA	266.150,00	PIRAQUARA-PR	17.672.476,54
PEROBAL-PR	2.677.854,29	PIRAQUE-TO	1.020.321,00
PEROLA D'OESTE-PR	7.319.137,95	PIRASSUNUNGA-SP	65.495.825,61
PEROLANDIA-GO	29.661.214,81	PIRATININGA-SP	3.073.360,47
PEROLA-PR	1.470.454,72	PIRATINI-RS	8.122.838,76
PERUIBE-SP	5.470.846,13	PIRATUBA-SC	1.278.955,80
PESCADOR-MG	1.060.459,21	PIRAUBA-MG	1.458.789,98
PESQUEIRA-PE	5.621.410,76	PIRENOPOLIS-GO	1.272.230,14
PETROLANDIA-PE	1.859.091,80	PIRES DO RIO-GO	14.309.490,59
PETROLANDIA-SC	5.361.514,14	PIRIPA-BA	620.760,00
PETROLINA DE GOIAS-GO	4.690.010,00	PIRIPITI-PI	3.442.049,68
PETROLINA-PE	97.981.775,38	PIRITIBA-BA	964.882,20
PETROPOLIS-RJ	203.314.736,73	PIRIPITUBA-PB	304.440,35
PIACABUCU-AL	248.400,00	PITANGA-PR	35.280.671,83
PIACATU-SP	8.168.462,00	PITANGUEIRAS-PR	3.305.298,00
PIANCO-PB	986.191,03	PITANGUEIRAS-SP	171.016.135,99
PIATA-BA	924.146,34	PITANGUI-MG	7.734.853,28
PICADA CAPE-RS	4.034.530,46	PIUMA-ES	1.849.250,44
PICARRA-PA	2.391.994,20	PIUMHI-MG	37.057.784,34
PICOS-PI	17.368.726,64	PIUM-TO	1.698.812,00
PICUL-PB	959.424,49	PLACAS-PA	225.296,00
PIEDADE DE CARATINGA-MG	306.071,71	PLACIDO DE CASTRO-AC	596.363,55
PIEDADE DE PONTE NOVA-MG	925.510,29	PLANALTA DO PARANA-PR	6.860.051,40
PIEDADE DO RIO GRANDE-MG	976.258,00	PLANALTA-GO	8.778.636,81
PIEDADE DOS GERAIS-MG	769.669,04	PLANALTO ALEGRE-SC	724.309,81
PIEDADE-SP	15.910.802,70	PLANALTO DA SERRA-MT	5.166.887,67
PIEN-PR	13.783.547,99	PLANALTO-BA	847.235,00
PILAO ARCADE-BA	65.750,00	PLANALTO-PR	10.246.783,25
PILAR DE GOIAS-GO	459.275,00	PLANALTO-RS	6.486.002,49
PILAR DO SUL-SP	27.899.093,35	PLANALTO-SP	34.122.242,02
PILAR-AL	1.954.910,05	PLANURA-MG	7.701.740,90
PILAR-PB	137.023,70	PLATINA-SP	2.921.910,03
PILOES-PB	111.428,70	POA-SP	60.183.624,50
PILOES-RN	196.884,77	POCAO DE PEDRAS-MA	545.400,30
PIMENTA BUENO-RO	25.742.999,67	POCAO-PE	1.645.263,50
PIMENTA-MG	4.467.353,67	POCINHOS-PB	395.334,81
PIMENTEIRAS DO OESTE-RO	1.583.797,71	POCO BRANCO-RN	115.000,00
PIMENTEIRAS-PI	299.820,00	POCO DAS ANTAS-RS	2.621.870,00
PINDAI-BA	932.149,00	POCO DAS TRINHEIRAS-AL	21.000,00
PINDAMONHANGABA-SP	67.902.171,32	POCO DE JOSE DE MOURA-PB	31.500,00
PINDARE MIRIM-MA	1.571.260,05	POCO FUNDO-MG	3.878.484,68
PINDOBACU-BA	112.938,43	POCO REDONDO-SE	754.200,00
PINDORAMA DO TOCANTINS-TO	1.327.383,00	POCO VERDE-SE	11.511.601,70
PINDORAMA-SP	10.202.508,51	POCOES-BA	8.243.823,00
PINDORETAMA-CE	5.502.754,00	POCONE-MT	19.390.201,50
PINGO D'AGUA-MG	432.800,00	POCOS DE CALDAS-MG	233.434.424,86
PINHAI-PR	136.726.655,87	POCRANE-MG	1.089.399,98
PINHAL DA SERRA-RS	197.196,00	POCUCA-BA	15.879.782,89
PINHAL GRANDE-RS	2.501.265,62	POLONI-SP	5.239.053,84
PINHALAO-PR	1.437.183,09	POMBAL-PB	4.127.369,65
PINHAL-RS	6.031.589,20	POMBOS-PE	19.696.518,61
PINHALZINHO-SC	30.679.910,03	POMEROUE-SC	77.389.679,00

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
POMPEIA-SP	183.827.488,87	PRATA GRANDE-SP	49.975.577,77
POMPEU-MG	26.844.957,26	PRATINHA-PA	154.351,20
PONGAI-SP	1.054.450,00	PRANCHITA-PR	10.727.620,24
PONTA DE PEDRAS-PA	98.400,00	PRATA-MG	15.525.062,81
PONTA GROSSA-PR	570.699.461,22	PRATANIA-SP	5.704.751,96
PONTA PORA-MS	42.356.331,07	PRATA-PB	37.530,00
PONTAL DO ARAGUAIA-MT	666.284,95	PRATAPOLIS-MG	5.513.904,16
PONTAL DO PARANA-PR	4.296.384,00	PRATINHA-MG	1.994.910,82
PONTALINA-GO	7.563.764,95	PRESIDENTE ALVES-SP	1.966.979,00
PONTALINDA-SP	1.143.528,00	PRESIDENTE BERNARDES-MG	432.467,71
PONTAL-SP	72.681.154,41	PRESIDENTE BERNARDES-SP	8.062.854,81
PONTÃO-RS	8.223.839,24	PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR	2.781.489,81
PONTE ALTA DO BOM JESUS-TO	409.587,80	PRESIDENTE CASTELO BRANCO-SC	1.462.050,00
PONTE ALTA DO NORTE-SC	4.627.768,81	PRESIDENTE OUTRA-BA	499.016,38
PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO	396.659,25	PRESIDENTE OUTRA-MA	14.670.961,88
PONTE ALTA-SC	1.438.721,76	PRESIDENTE EPITÁCIO-SP	6.541.282,77
PONTE BRANCA-MT	271.300,00	PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM	4.361.931,59
PONTE NOVA-MG	45.143.296,64	PRESIDENTE GETÚLIO-SC	16.972.635,46
PONTE PRETA-RS	1.075.192,37	PRESIDENTE JANIÓ QUADROS-BA	1.438.889,31
PONTE SERRAÇA-SC	7.691.262,50	PRESIDENTE JUSCELINO-MG	1.447.266,80
PONTES E LACERDA-MT	16.275.773,52	PRESIDENTE KENNEDY-ES	1.386.419,30
PONTES GESTAL-SP	2.876.109,11	PRESIDENTE KENNEDY-TO	842.239,13
PONTO BELO-ES	1.274.356,00	PRESIDENTE KUBITSCHKE-MG	83.700,00
PONTO CHIQUE-MG	300.290,00	PRESIDENTE LUCENA-RS	2.438.166,43
PONTO DOS VOLANTES-MG	441.950,00	PRESIDENTE MEDICI-MA	531.720,30
PONTO NOVO-BA	846.638,10	PRESIDENTE MEDICI-RO	3.965.347,63
POPULINA-SP	937.247,80	PRESIDENTE NEREU-SC	1.194.526,20
PORANGABA-SP	1.096.360,66	PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG	22.491.480,92
PORANGA-CE	476.032,40	PRESIDENTE PRUDENTE-SP	195.327.630,77
PORANGATU-GO	27.439.255,53	PRESIDENTE SARNEY-MA	21.300,00
PORCUNICULA-RJ	274.700,25	PRESIDENTE TANCREDO NEVES-BA	109.343,59
PORECATU-PR	6.907.002,89	PRESIDENTE VARGAS-MA	394.980,00
PORTALEGRE-RN	595.643,38	PRESIDENTE VENCESLAU-SP	23.639.704,22
PORTÃO-RS	113.596.335,40	PRIMAVERA DE RONDONIA-RO	121.400,00
PORTERAIO-GO	2.364.200,00	PRIMAVERA DO LESTE-MT	270.699.977,65
PORTERINHA-MG	3.087.916,37	PRIMAVERA-PE	6.248.543,20
PORTELANDIA-GO	3.005.338,99	PRIMEIRO DE MAIO-PR	8.284.785,84
PORTEL-PA	1.942.409,60	PRINCESA ISABEL-PB	1.324.280,77
PORTO ACRE-AC	1.073.100,00	PRINCESA-SC	3.249.155,83
PORTO ALEGRE DO NORTE-MT	5.466.968,19	PROFESSOR JAMIL-GO	102.771,00
PORTO ALEGRE DO PIAUI-PI	157.500,00	PROGRESSO-RS	2.049.400,26
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS-TO	394.776,50	PROMISSÃO-SP	12.333.955,66
PORTO ALEGRE-RS	1.460.533.302,28	PROPIRIA-SE	2.531.186,57
PORTO AMAZONAS-PR	3.511.280,00	PROTÁSIO ALVES-RS	1.439.626,00
PORTO BARREIRO-PR	1.480.832,70	PRUDENTE DE MORAIS-MG	4.239.065,57
PORTO BELÓ-SC	7.153.893,17	PRUDENTOPOLIS-PR	32.702.549,53
PORTO CALVO-AL	780.661,00	PUGMIL-TO	1.114.120,00
PORTO DA FOLHA-SE	1.292.512,50	PUNEZA-RN	642.817,63
PORTO DE MOZ-PA	24.000,00	Putinga-RS	2.436.691,94
PORTO DE PEDRAS-AL	286.800,00	PUXINANA-PB	2.121.775,75
PORTO DO MANGUE-RN	5.511,98	QUADRA-SP	1.300.009,32
PORTO DOS GAUCHOS-MT	14.004.888,13	QUARAI-RS	6.866.049,65
PORTO ESPERIDIAO-MT	4.555.966,45	QUARTEL GERAL-MG	597.271,14
PORTO ESTRELA-MT	125.957,74	QUARTO CENTENÁRIO-PR	10.909.877,83
PORTO FELIZ-SP	37.102.002,13	QUATA-SP	78.303.891,68
PORTO FERREIRA-SP	62.942.757,56	QUATISMA-PR	5.465.077,01
PORTO FIRME-MG	2.150.153,04	QUATIPURU-PA	145.700,00
PORTO FRANCO-MA	13.749.426,48	QUATIS-RJ	1.527.897,62
PORTO GRANDE-AP	1.335.822,14	QUATRO BARRAS-PR	88.769.343,06
PORTO LUCENA-RS	2.283.147,30	QUATRO IRMAOS-RS	4.237.371,00
PORTO MAUA-RS	964.100,00	QUATRO PONTES-PR	11.487.193,84
PORTO MURTINHO-MS	3.220.241,05	QUEBRANGULO-AL	1.877.000,00
PORTO NACIONAL-TO	13.214.616,12	QUEDAS DO IGUAÇU-PR	25.917.081,26
PORTO REAL DO COLEGIO-AL	311.400,00	QUEIMADA NOVA-PI	172.000,00
PORTO REAL-RJ	343.225.023,12	QUEIMADAS-BA	1.673.840,99
PORTO RICO-PR	884.953,80	QUEIMADAS-PB	6.666.440,00
PORTO RICO-BA	9.493.538,69	QUEIMADOS-RJ	28.323.813,33
PORTO SEGURO-BA	30.231.495,84	QUEIROZ-SP	13.637.626,58
PORTO UNIAO-SC	2.845.332.254,59	QUELUZITA-MG	57.850,00
PORTO VELHO-RO	1.572.824,40	QUELUZ-SP	107.499.209,75
PORTO VITORIA-PR	62.100,00	QUERENCIA DO NORTE-PR	3.633.893,75
PORTO WALTER-AC	6.309.612,87	QUERENCIA-MT	61.778.808,32
PORTO XAVIER-RS	10.633.876,55	QUEVEDOS-RS	5.232.358,84
POSSE-GO	1.070.218,91	QUILGUE-BA	327.953,00
POTE-MG	545.332,67	QUILOMBO-SC	11.822.462,60
POTENGI-CE	3.054.216,29	QUINTA DO SOL-PR	5.629.208,71
POTIM-SP	904.252,20	QUINTANA-SP	3.941.080,50
POTIRAGUA-BA	29.372.206,17	QUINZE DE NOVEMBRO-RS	3.335.687,98
POTIRENDA-BA-SP	138.760,00	QUIPAPA-PE	2.464.576,00
POTRETAMA-CE	216.318.144,30	QUIRINOPOLIS-GO	125.175.161,73
POUSO ALEGRE-MG	5.719.866,72	QUISSAMA-RJ	1.992.203,41
POUSO ALTO-MG	1.268.134,25	QUITANDIHA-PR	9.322.275,72
POUSO NOVO-RS	24.657.699,14	QUITERIANOPOLIS-CE	882.974,72
POUSO REDONDO-SC	17.571.891,30	QUIXABA-PB	1.311.300,00
PDOREO-MT	157.739,14	QUIXABA-PE	288.833,00
PRACINHA-SP	4.926.370,00	QUIXABEIRA-BA	138.000,00
PRADO FERREIRA-PR	3.640.901,45	QUIXADA-CE	5.668.040,36
PRADO-BA	150.543.010,78	QUIXELO-CE	967.230,00
PRADOPOLIS-SP	2.217.729,00	QUIXERAMOBIM-CE	33.396.899,34
PRADOS-MG	7.234.025,20	QUIXIRE-CE	15.140.756,46

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
RAFAEL GODEIRO-RN	12.633,91	RIO BONITO-RJ	12.934.557,67
RAFAEL JAMBEIRO-BA	589.540,70	RIO BRANCO DO IVAI-PR	1.770.306,72
RAFARD-SP	25.041.719,12	RIO BRANCO DO SUL-PR	27.265.871,84
RAKILÂNDIA-PR	1.968.377,50	RIO BRANCO-AC	61.582.494,38
RANCHARIA-SP	18.402.398,76	RIO BRANCO-MT	1.691.528,53
RANCHO ALEGRE D'OESTE-PR	18.866.041,26	RIO BRILHANTE-MS	129.712.610,35
RANCHO ALEGRE-PR	5.977.756,13	RIO CASCA-MG	5.228.557,61
RANCHO QUEIMADO-SC	3.778.829,27	RIO CLARO-RJ	3.974.335,37
RAPOSA-MA	2.247.746,20	RIO CLARO-SP	125.343.373,54
RAPOSOS-MG	477.164,49	RIO CRESPO-RO	1.315.600,00
RAUL SOARES-MG	5.006.279,80	RIO DA CONCEIÇÃO-TO	2.546.310,00
REALIZA-PR	20.448.945,81	RIO DAS ANTAS-SC	3.674.876,63
REBOUCAS-PR	8.146.103,25	RIO DAS FLORES-RJ	1.451.410,00
RECIFE-PE	1.097.431.953,58	RIO DAS OSTRAS-RJ	19.780.978,92
RECREIO-MG	954.416,02	RIO DAS PEDRAS-SP	107.321.344,48
REDEENÇÃO DA SERRA-SP	2.237.090,00	RIO DE CONTAS-BA	571.050,00
REDEENÇÃO DO GURGUÊIA-PI	148.355,73	RIO DE JANEIRO-RJ	7.847.499.619,39
REDEENÇÃO-CE	1.465.008,06	RIO DE ANTONIO-BA	2.181.623,10
REDEENÇÃO-PA	24.695.629,57	RIO DO CAMPO-SC	2.673.310,07
REDENTORA-RS	1.534.900,00	RIO DO FOGO-RN	59.500,00
REDUTO-MG	229.050,00	RIO DO OESTE-SC	7.334.770,99
REGENERACAO-PI	5.230.418,06	RIO DO PIRES-BA	346.409,64
REGENTE PEDRO-SP	21.372.272,83	RIO DO PRADO-MG	71.700,00
REGINÓPOLIS-SP	2.048.501,19	RIO DO SUL-SC	95.368.250,53
REGISTRO-SP	205.367.320,96	RIO DOCE-MG	49.500,00
RELVAO-RS	1.568.264,16	RIO DOS BOIS-TO	444.100,00
REMANSO-BA	2.087.690,94	RIO DOS CEDROS-SC	9.268.600,34
REMIGIO-PB	601.137,92	RIO DOS INDIOS-RS	1.527.630,00
RENASCENÇA-PR	12.802.973,71	RIO FORMOSO-PE	327.352,00
RERUTABA-CE	641.670,00	RIO FORTUNA-SC	16.536.290,80
RESENDE COSTA-MG	1.501.520,03	RIO GRANDE DA SERRA-SP	9.342.442,35
RESENDE-RJ	317.874.115,08	RIO GRANDE-RS	106.479.655,36
RESERVA DO CADACAL-MT	701.568,10	RIO LARGO-AL	28.529.148,82
RESERVA DO IGUAÇU-PR	3.423.354,09	RIO MANSO-MG	1.966.471,32
RESERVA-PR	25.059.685,57	RIO MARIA-PA	3.415.222,60
RESPLENDOR-MG	1.848.884,61	RIO NEGRINHO-SC	36.388.432,70
RESSACOLINHA-MG	1.062.818,83	RIO NEGRO-MS	1.295.272,93
RESTINGA SECA-RS	17.848.163,68	RIO NEGRO-PR	18.122.101,55
RESTINGA-SP	7.116.892,44	RIO NOVO DO SUL-ES	5.117.975,78
RETIROLÂNDIA-BA	991.177,15	RIO NOVO-MG	1.403.476,37
RIACHÃO DAS NEVES-BA	22.271.959,80	RIO PARANAIBA-MG	19.395.586,81
RIACHÃO DO BACAMARTE-PB	154.810,00	RIO PARDO DE MINAS-MG	6.746.731,56
RIACHÃO DO DANTAS-SE	526.060,00	RIO PARDO-RS	26.756.798,88
RIACHÃO DO JACUPE-BA	5.401.125,73	RIO PARACICABA-MG	6.529.787,87
RIACHÃO DO POÇO-PB	60.000,00	RIO POMBA-MG	8.516.990,93
RIACHÃO-MA	6.934.492,73	RIO PRETO DA EVA-AM	2.731.257,59
RIACHÃO-PB	178.200,00	RIO PRETO-MG	657.862,80
RIACHINHO-MG	2.403.958,41	RIO QUENTE-GO	12.087.998,37
RIACHINHO-TO	395.748,43	RIO REAL-BA	4.075.622,72
RIACHO DA CRUZ-RN	140.377,93	RIO REAL-SC	398.540,00
RIACHO DAS ALMAS-PE	1.334.700,00	RIO RUFINO-SC	204.852,55
RIACHO DE SANTANA-BA	3.098.446,76	RIO SOMBRO-TO	2.940.662,84
RIACHO DE SANTANA-RN	174.150,00	RIO TINTO-PB	10.876.618,01
RIACHO DOS CAVALOS-PB	48.579,45	RIO VERDE DE MATO GROSSO-MS	350.873.633,84
RIACHO DOS MACHADOS-MG	77.080,00	RIO VERMELHO-MG	443.070,00
RIACHUELO-RN	527.400,00	RIOLÂNDIA-SP	6.720.544,62
RIACHUELO-SE	1.759.500,00	RIOZINHO-RS	6.113.298,85
RIALMA-GO	4.932.769,19	RIQUEZA-SC	4.341.006,85
RIANAPOLIS-GO	9.963.733,91	RITAPOLIS-MG	1.450.324,09
RIBAMAR FIQUENE-MA	356.920,00	RIVERSUL-SP	1.690.780,00
RIBAS DO RIO PARDO-MS	23.754.106,81	ROCA SALES-RS	6.553.477,97
RIBEIRA DO AMPARO-BA	256.966,00	ROCHEDO DE MINAS-MG	115.068,76
RIBEIRA DO POMBA-BA	5.233.842,97	ROCHEDO-MS	3.903.780,00
RIBEIRÃO BONITO-SP	7.962.166,70	RODEIO BONITO-RS	10.662.977,66
RIBEIRÃO BRANCO-SP	4.874.616,59	RODEIO-SC	8.934.129,36
RIBEIRÃO CASCALHEIRA-MT	5.529.073,52	RODEIRO-MG	9.420.770,49
RIBEIRÃO CLARO-PR	4.648.130,06	RODELAS-BA	195.248,56
RIBEIRÃO CORRENTE-SP	2.714.518,43	RODOLFO FERNANDES-RN	19.119,85
RIBEIRÃO DAS NEVES-MG	60.736.604,37	RODRIGUES ALVES-AC	299.700,00
RIBEIRÃO DO LARGO-BA	1.165.337,48	ROLADOR-RS	2.460.926,06
RIBEIRÃO DO PINHAL-PR	3.314.016,97	ROLÂNDIA-PR	98.375.305,07
RIBEIRÃO DO SUL-SP	4.164.822,65	ROLANTE-RS	5.297.312,27
RIBEIRÃO DOS INDIOS-SP	604.167,00	ROLIM DE MOURA-RO	27.564.113,77
RIBEIRÃO GRANDE-SP	613.478,08	ROMARIA-MG	5.302.564,60
RIBEIRÃO PIRES-SP	87.503.974,03	ROMELÂNDIA-SC	938.846,54
RIBEIRÃO PRETO-SP	614.128.077,58	RONCADOR-PR	17.768.823,28
RIBEIRÃO VERMELHO-MG	5.042.713,78	RONDA ALTA-RS	9.920.284,35
RIBEIRÃO-PE	5.984.812,61	RONDÂRIA-RS*	3.424.618,80
RIBEIRÃOZINHO-MT	3.164.564,08	RONDOLÂNDIA-MT	251.642,90
RIBEIRA-SP	553.564,85	RONDON DO PARA-PA	6.659.696,46
RIBEIRO GONÇALVES-PI	12.861.758,39	RONDONÓPOLIS-MT	404.014.135,41
RIBEIROPOLIS-SE	9.036.486,14	RONDON-PR	33.108.661,85
RIFAINA-SP	453.362,74	ROQUE GONZALES-RS	2.713.525,66
RIVÃO-SP	7.396.422,85	ROZARIO-PR	1.108.269,51
RIO ACIMA-MG	25.742.048,21	ROSANA-SP	1.219.624,47
RIO AZUL-PR	2.055.856,35	ROSÁRIO DA LIMEIRA-MG	368.799,28
RIO BANANAL-ES	15.711.123,55	ROSÁRIO DO CATETE-SE	1.037.562,62
RIO BON-PR	4.757.008,93	ROSÁRIO DO IVAI-PR	2.406.999,81
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR	1.283.203,02	ROSÁRIO DO SUL-RS	25.227.920,83
	1.417.535,59	ROSÁRIO OESTE-MT	1.048.510,23

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
ROSÁRIO-MA	7.612.636,98	SANTA CRUZ DO RIO PARDO-SP	56.339.807,90
ROSEIRA-SP	15.500.499,76	SANTA CRUZ DO SUL-RS	185.832.449,07
RUBELITA-MG	554.235,50	SANTA CRUZ DO XINGU-MT	404.526,00
RUBIACEA-SP	1.459.050,00	SANTA CRUZ-PA	58.800,00
RUBIATABA-GO	29.854.907,30	SANTA CRUZ-PE	161.403,92
RUBIM-MG	711.830,00	SANTA CRUZ-RN	1.384.516,12
RUBINEIA-SP	1.005.600,00	SANTA EFIGENIA DE MINAS-MG	1.565.495,91
RUIROPOLIS-PA	1.391.442,68	SANTA ERNESTINA-SP	593.271,03
RUSSAS-CE	19.578.722,15	SANTA FE DE GOIAS-GO	1.932.584,89
RUY BARBOSA-BA	1.948.049,40	SANTA FE DE MINAS-MG	571.800,00
RUY BARBOSA-RN	86.400,00	SANTA FE DO ARAGUAIA-TO	1.180.175,00
SABARA-MG	65.019.654,03	SANTA FE DO SUL-SP	16.825.025,80
SABAUDIA-PR	10.491.237,97	SANTA FE-PR	8.964.063,59
SABINOPOLIS-MG	143.677,42	SANTA FILOMENA-PE	445.260,00
SABINO-SP	1.262.000,00	SANTA FILOMENA-PI	2.567.644,43
SABOIRO-CE	884.368,50	SANTA GERTRUDES-SP	84.564.359,36
SACRAMENTO-MG	18.976.359,05	SANTA HELENA DE GOIAS-GO	44.976.456,54
SAGRADA FAMILIA-RS	294.000,00	SANTA HELENA DE MINAS-MG	395.580,00
SAIRE-PE	1.404.624,00	SANTA HELENA-MA	2.039.361,77
SALCANHA MARTINHO-RS	4.771.450,70	SANTA HELENA-PB	169.978,53
SALES OLIVEIRA-SP	27.032.670,01	SANTA HELENA-PR	22.903.603,80
SALESOPOLIS-SP	3.240.236,31	SANTA HELENA-SC	4.149.598,12
SALES-SP	1.548.046,70	SANTA INES-BA	127.136,00
SALETE-SC	3.491.944,84	SANTA INES-MA	12.928.756,80
SALGADINHO-PE	67.200,00	SANTA INES-PR	778.000,00
SALGADO DE SAO FELIX-MG	19.387,99	SANTA ISABEL DO IVAI-PR	5.809.276,71
SALGADO FILHO-PR	4.470.831,53	SANTA ISABEL DO PARA-PA	4.146.772,12
SALGADO-SE	2.889.334,29	SANTA ISABEL-GO	1.463.155,00
SALGUEIRO-PE	17.334.881,24	SANTA ISABEL-SP	36.092.304,81
SALINAS DA MARGARIDA-BA	371.318,76	SANTA ISABEL DO OESTE-PR	8.316.298,51
SALINAS-MG	10.230.466,69	SANTA JULIANA-MG	7.375.013,23
SALINOPOLIS-PA	641.796,28	SANTA LEOPOLDINA-ES	1.902.501,42
SALITRE-CE	519.000,00	SANTA LUZIA-PR	2.815.989,20
SALMOURAO-SP	247.408,29	SANTA LUZIA-SP	2.664.713,42
SALOA-PE	2.254.540,40	SANTA LUZIA DO ITANHY-SE	329.506,20
SALTINHO-SC	783.010,66	SANTA LUZIA DO NORTE-AL	1.232.842,58
SALTINHO-SP	6.271.333,65	SANTA LUZIA DO PARA-PA	1.890.160,00
SALTO DA DIVISA-MG	442.080,00	SANTA LUZIA DO PARAUA-MA	2.213.102,17
SALTO DE PIRAPORA-SP	45.696.339,80	SANTA LUZIA D'OESTE-RO	25.172.757,05
SALTO DO CEU-MT	592.964,30	SANTA LUZIA-BA	1.415.322,83
SALTO DO ITARARE-PR	310.816,54	SANTA LUZIA-MA	1.557.196,45
SALTO DO JACUI-RS	16.107.479,54	SANTA LUZIA-MG	91.420.508,56
SALTO DO CONTRA-PR	5.052.353,85	SANTA LUZIA-PB	855.394,10
SALTO GRANDE-SP	5.842.410,00	SANTA MARGARIDA DO SUL-RS	8.178.732,50
SALTO VELOSO-SC	6.812.844,97	SANTA MARGARIDA-MG	957.189,89
SALTO-SP	90.929.670,23	SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE	2.450.269,73
SALVADOR DAS MISSOES-RS	2.978.634,35	SANTA MARIA DA SERRA-SP	18.516.607,23
SALVADOR DO SUL-RS	44.066.654,81	SANTA MARIA DA VITORIA-BA	8.522.174,14
SALVADOR-BA	1.509.093.154,51	SANTA MARIA DAS BARREIRAS-PA	118.800,00
SALVATERRA-PA	98.400,00	SANTA MARIA DE ITABIRA-MG	2.400.723,21
SAMBALIBA-MA	6.097.685,60	SANTA MARIA DE JETIBA-ES	26.141.959,27
SANANDUVA-RS	22.298.094,63	SANTA MARIA DO CAMBUCA-PE	1.044.250,00
SANCLERLANDIA-GO	3.875.709,42	SANTA MARIA DO HERVAL-RS	4.961.308,09
SANDOLANDIA-TO	2.314.694,10	SANTA MARIA DO OESTE-PR	6.407.749,58
SANDOVALINA-SP	63.439.145,60	SANTA MARIA DO PARA-PA	1.077.100,68
SANGAO-SC	27.720.285,54	SANTA MARIA DO SALTO-MG	20.000,00
SANHARO-PE	1.137.946,83	SANTA MARIA DO SUACUI-MG	552.121,31
SANTA ADÉLIA-SP	61.954.422,97	SANTA MARIA DO TOCANTINS-TO	419.430,00
SANTA ALBERTINA-SP	7.893.693,63	SANTA MARIA MADALENA-RJ	4.362.138,48
SANTA AMÉLIA-PA	85.480,95	SANTA MARIANA-PR	8.896.643,52
SANTA BARBARA DE GOIAS-GO	5.064.400,00	SANTA MARIANA-RN	335.505,00
SANTA BARBARA DO LESTE-MG	855.760,00	SANTA MARIA-RS	234.639.745,49
SANTA BARBARA DO MONTE VERDE-MG	638.660,00	SANTA MERCEDES-SP	7.690.028,61
SANTA BARBARA DO PARA-PA	3.695.108,00	SANTA MONICA-PR	5.077.087,52
SANTA BARBARA DO SUL-RS	37.146.678,85	SANTA QUITERIA DO MARANHÃO-MA	94.050,00
SANTA BARBARA DO TUGURIO-MG	2.228.876,94	SANTA QUITERIA-CE	2.810.836,46
SANTA BARBARA D'OESTE-SP	242.301.488,58	SANTA RITA DE CALDAS-MG	4.671.257,82
SANTA BARBARA-BA	21.304,26	SANTA RITA DE CASSIA-BA	418.688,00
SANTA BARBARA-MG	9.271.424,54	SANTA RITA DE JACUTINGA-MG	67.640,53
SANTA BRANCA-SP	2.409.753,05	SANTA RITA DE MINAS-MG	3.326.587,11
SANTA BRIGIDA-BA	314.543,00	SANTA RITA DO ARAGUAIA-GO	1.027.700,85
SANTA CARMEM-MT	17.542.730,53	SANTA RITA DO IBITIPOCA-MG	251.471,00
SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR	1.329.152,81	SANTA RITA DO ITUETO-MG	2.852.331,00
SANTA CECÍLIA DO SUL-RS	1.551.182,05	SANTA RITA DO NOVO DESTINO-GO	2.208.694,13
SANTA CECÍLIA-PB	174.000,00	SANTA RITA DO PARDO-MS	3.216.468,00
SANTA CECÍLIA-SC	14.457.364,06	SANTA RITA DO PASSA QUATRO-SP	21.642.630,13
SANTA CLARA DO SUL-RS	2.276.600,53	SANTA RITA DO SAPUCAI-MG	7.067.315,38
SANTA CLARA D'OESTE-SP	2.604.551,84	SANTA RITA DO TOCANTINS-TO	658.558,00
SANTA CRUZ CABRALIA-BA	1.043.466,10	SANTA RITA DO TRIVELATO-MT	16.143.387,14
SANTA CRUZ DA BADA VERDE-PE	954.143,17	SANTA RITA D'OESTE-SP	694.100,00
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO-SP	3.479.834,46	SANTA RITA-MA	1.853.360,00
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA-SP	919.078,94	SANTA RITA-PB	38.135.206,32
SANTA CRUZ DA VITÓRIA-BA	378.927,86	SANTA ROSA DA SERRA-MG	914.130,00
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP	32.755.165,49	SANTA ROSA DE GOIAS-GO	264.118,92
SANTA CRUZ DE GOIAS-GO	2.267.099,00	SANTA ROSA DE LIMA-SC	2.719.590,00
SANTA CRUZ DE MINAS-MG	976.989,03	SANTA ROSA DE LIMA-SE	225.000,00
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR	5.704.354,77	SANTA ROSA DE VITERBO-SP	26.201.036,52
SANTA CRUZ DE SALINAS-MG	32.970,00	SANTA ROSA DO SUL-SC	7.529.463,40
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE	5.626.598,56	SANTA ROSA DO TOCANTINS-TO	1.361.017,00
SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG	590.670,00	SANTA ROSA-RS	118.289.052,51

Município-UF	Valor da Liberação	Em Reais	Município-UF	Valor da Liberação	Em Reais
SANTA SALETE-SP	616.409,92		SANTO INACIO-PR	39.957.556,81	
SANTA TERESA-ES	14.671.065,95		SANTOPOLIS DO AGUAPEI-SP	1.725.400,00	
SANTA TERESINHA-BA	99.890,00		SANTOS DUMONT-MG	3.920.331,91	
SANTA TERESINHA-PB	270.570,00		SANTOS-SP	427.698.251,05	
SANTA TEREZA DE GOIAS-GO	1.818.359,12		SAO BENEDITO DO RIO PRETO-MA	453.181,44	
SANTA TEREZA DO OESTE-PR	27.347.940,57		SAO BENEDITO DO SUL-PE	1.538.670,64	
SANTA TEREZA DO TOCANTINS-TO	262.781,00		SAO BENEDITO-CE	3.804.550,34	
SANTA TEREZA-RS	220.964,75		SAO BENTO ABADE-MG	903.620,00	
SANTA TEREZINHA DE GOIAS-GO	1.797.387,17		SAO BENTO DO SAPUCAI-SP	1.073.393,16	
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU-PR	30.017.012,80		SAO BENTO DO SUL-SC	142.211.439,07	
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC	113.630,00		SAO BENTO DO TOCANTINS-TO	1.095.361,91	
SANTA TEREZINHA-MT	619.745,34		SAO BENTO DO UNA-PE	21.341.280,36	
SANTA TEREZINHA-PE	285.000,00		SAO BENTO-MA	861.863,00	
SANTA TEREZINHA-SC	6.656.162,50		SAO BENTO-PB	7.211.674,73	
SANTA VITORIA DO PALMAR-RS	47.457.337,20		SAO BERNARDINO-SC	1.751.188,70	
SANTA VITORIA-MG	156.144.012,23		SAO BERNARDO DO CAMPO-SP	3.300.331.640,64	
SANTALUZ-BA	4.159.030,50		SAO BERNARDO-MA	592.762,23	
SANTANA DA BOA VISTA-RS	2.200.885,34		SAO BONIFACIO-SC	2.165.700,69	
SANTANA DA PONTE PENSEA-SP	2.567.783,24		SAO BORJA-RS	68.104.375,47	
SANTANA DA VARGEM-MG	4.156.545,47		SAO BRAS DO SUACUI-MG	934.500,00	
SANTANA DE CATAGUASES-MG	472.336,00		SAO BRAS-AL	227.000,00	
SANTANA DE PARNAIABA-SP	112.975.694,77		SAO CAETANO DE ODIVELAS-PA	124.200,00	
SANTANA DE PIRAPAMA-MG	1.315.763,63		SAO CAETANO DO SUL-SP	759.316.627,81	
SANTANA DO ACARAU-CE	62.956,05		SAO CAITANO-PE	4.946.298,72	
SANTANA DO ARAGUAIA-PA	4.284.280,44		SAO CARLOS DO IVAI-PR	20.634.629,29	
SANTANA DO CARIRI-CE	1.116.587,65		SAO CARLOS-SC	8.823.680,24	
SANTANA DO DESERTO-MG	199.036,04		SAO CARLOS-SP	343.113.890,01	
SANTANA DO GARAMBEU-MG	442.340,00		SAO CRISTOVAO DO SUL-SC	4.708.667,75	
SANTANA DO IPANEMA-AL	2.378.144,97		SAO CRISTOVAO-SE	13.913.975,28	
SANTANA DO ITARARE-PR	2.885.976,78		SAO DESTINERIO-BA	259.294.770,81	
SANTANA DO JACARE-MG	725.057,99		SAO DOMINGOS DAS DORES-MG	349.192,91	
SANTANA DO LIVRAMENTO-RS	182.079.276,39		SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA-PA	818.100,00	
SANTANA DO MANHUAU-MG	1.107.650,42		SAO DOMINGOS DO AZEITAO-MA	1.153.680,00	
SANTANA DO MATOS-RN	448.814,66		SAO DOMINGOS DO CAPEM-PA	544.250,00	
SANTANA DO MUNDAU-AL	996.655,61		SAO DOMINGOS DO MARANHAO-MA	3.077.572,79	
SANTANA DO PARAISO-MG	11.142.726,16		SAO DOMINGOS DO NORTE-ES	5.831.912,00	
SANTANA DO RIACHO-MG	5.287,69		SAO DOMINGOS DO PRATA-MG	3.891.641,53	
SANTANA DO SERIDO-RN	213.800,00		SAO DOMINGOS DO SUL-RS	1.604.936,00	
SANTANA DOS MONTES-MG	598.710,00		SAO DOMINGOS-BA	615.687,49	
SANTANA-AP	8.239.242,61		SAO DOMINGOS-GO	2.442.192,04	
SANTANA-BA	3.162.232,64		SAO DOMINGOS-SC	15.400.432,31	
SANTANOPOLIS-BA	136.672,92		SAO DOMINGOS-SE	274.399,98	
SANTAREM-PA	17.108.445,88		SAO FELIPE D'OESTE-RO	474.870,73	
SANTIAGO DO SUL-SI	833.050,00		SAO FELIPE-BA	973.208,40	
SANTIAGO-RS	23.754.138,74		SAO FELIX DE BALSAS-MA	1.362.525,00	
SANTO AFONSO-MT	1.606.706,40		SAO FELIX DE MINAS-MG	454.294,88	
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-SC	17.766.019,78		SAO FELIX DO ARAGUAIA-MT	13.826.292,48	
SANTO AMARO DAS BROTAS-SE	427.404,77		SAO FELIX DO CORIBE-BA	1.343.427,87	
SANTO AMARO-BA	21.449.090,33		SAO FELIX DO TOCANTINS-TO	122.640,00	
SANTO ANASTACIO-SP	10.863.955,64		SAO FELIX DO XINGU-PA	2.620.759,00	
SANTO ANDRE-PB	570.614,50		SAO FELIX-BA	1.262.561,19	
SANTO ANDRE-SP	581.335.839,80		SAO FERNANDO-RN	400.000,00	
SANTO ANGELO-RS	79.936.133,42		SAO FIDELIS-RJ	6.595.309,91	
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA-SP	2.482.047,61		SAO FRANCISCO DE ASSIS-RS	9.365.295,88	
SANTO ANTONIO DA BARRA-GO	12.580.872,85		SAO FRANCISCO DE GOIAS-GO	1.375.158,64	
SANTO ANTONIO DA PATRULHA-RS	36.638.840,75		SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA-RJ	9.347.075,27	
SANTO ANTONIO DA PLATINA-PR	34.960.877,07		SAO FRANCISCO DE PAULA-MG	1.723.557,00	
SANTO ANTONIO DAS MISSOES-RS	6.402.009,41		SAO FRANCISCO DE PAULA-RS	19.473.595,90	
SANTO ANTONIO DE GOIAS-GO	2.283.400,47		SAO FRANCISCO DE SALES-MG	2.871.660,00	
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	29.894.410,34		SAO FRANCISCO DO BREJAO-MA	560.909,00	
SANTO ANTONIO DE LISBOA-PI	969.560,48		SAO FRANCISCO DO CONDE-BA	5.938.454,82	
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	25.413.227,38		SAO FRANCISCO DO GLORIA-MG	736.475,89	
SANTO ANTONIO DE POSSE-SP	13.242.137,72		SAO FRANCISCO DO GUAPORE-RO	1.462.196,98	
SANTO ANTONIO DO AMPARO-MG	6.960.361,36		SAO FRANCISCO DO MARANHAO-MA	2.369,46	
SANTO ANTONIO DO ARACANGUA-SP	13.482.937,82		SAO FRANCISCO DO OESTE-RN	261.300,00	
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO-MG	848.052,50		SAO FRANCISCO DO PARA-PA	58.050,00	
SANTO ANTONIO DO CAIUA-PR	592.331,00		SAO FRANCISCO DO PIAUI-PI	173.700,00	
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO-GO	11.075.630,33		SAO FRANCISCO DO SUL-SC	21.632.781,94	
SANTO ANTONIO DO GRAMA-MG	331.794,54		SAO FRANCISCO-MG	5.766.731,64	
SANTO ANTONIO DO JACINTO-MG	882.620,85		SAO FRANCISCO-SE	117.520,00	
SANTO ANTONIO DO JARDIM-SP	4.085.474,35		SAO FRANCISCO-SP	335.788,57	
SANTO ANTONIO DO LESTE-MT	29.642.821,85		SAO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM	100.741,02	
SANTO ANTONIO DO LEVEGER-MT	12.144.800,33		SAO GABRIEL DA PALHA-ES	9.258.611,69	
SANTO ANTONIO DO MONTE-MG	6.741.266,33		SAO GABRIEL DO OESTE-MS	86.836.251,99	
SANTO ANTONIO DO PALMA-RS	2.726.035,55		SAO GABRIEL-BA	1.136.085,74	
SANTO ANTONIO DO PARAISO-PR	2.140.800,00		SAO GABRIEL-RS	39.920.485,43	
SANTO ANTONIO DO PINHAL-SP	342.472,32		SAO GERALDO DA PIEDADE-MG	160.200,00	
SANTO ANTONIO DO PLANALTO-RS	5.746.250,99		SAO GERALDO DO ARAGUAIA-PA	4.535.225,43	
SANTO ANTONIO DO RETIRO-MG	99.000,00		SAO GERALDO DO BAIXO-MG	126.765,50	
SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO-MG	696.898,90		SAO GERALDO-MG	4.138.815,09	
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PR	9.323.539,81		SAO GONCALO DO ABAETE-MG	10.587.331,27	
SANTO ANTONIO DO TAUVA-PA	1.411.850,30		SAO GONCALO DO AMARANTE-CE	128.821.266,85	
SANTO ANTONIO DOS LOPES-MA	768.247,62		SAO GONCALO DO AMARANTE-RN	10.854.798,29	
SANTO ANTONIO-RN	181.471,50		SAO GONCALO DO GURGUEIA-PI	166.500,00	
SANTO AUGUSTO-RS	21.374.629,47		SAO GONCALO DO PARA-MG	2.830.744,00	
SANTO CRISTO-RS	7.848.112,35		SAO GONCALO DO PIAUI-PI	67.332,44	
SANTO ESTEVAO-BA	4.015.816,05		SAO GONCALO DO RIO ABAIXO-MG	29.668.269,39	
SANTO EXPEDITO DO SUL-RS	1.522.940,73		SAO GONCALO DO RIO PRETO-MG	394.460,00	
SANTO EXPEDITO-SP	683.250,00		SAO GONCALO DO SAPUCAI-MG	16.442.468,63	
SANTO HIPOLITO-MG	426.031,00		SAO GONCALO DOS CAMPOS-BA	60.209.490,90	

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SÃO GONÇALO-RJ	281.475.408,30	SÃO JOSE DO PEIXE-PI	11.909,27
SÃO GOTARDO-MG	21.208.137,12	SÃO JOSE DO PIAUI-PI	640.960,00
SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR	3.438.219,94	SÃO JOSE DO POVO-MT	582.588,00
SÃO JERÔNIMO-RS	17.195.064,12	SÃO JOSE DO RIO CLARO-MT	18.303.649,21
SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA-MG	2.824.270,42	SÃO JOSE DO RIO PARDO-SP	51.075.284,39
SÃO JOÃO BATISTA-SC	29.736.011,97	SÃO JOSE DO RIO PRETO-SP	452.997.135,47
SÃO JOÃO DA BALIZA-RR	172.800,00	SÃO JOSE DO SERIDO-RN	215.000,00
SÃO JOÃO DA BARRA-RJ	4.456.709,74	SÃO JOSE DO SUL-RS	1.748.197,00
SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP	56.507.961,39	SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO-RJ	16.650.032,61
SÃO JOÃO DA LAGOA-MG	116.970,00	SÃO JOSE DO XINGU-MT	1.590.080,00
SÃO JOÃO DA MATA-MG	575.729,00	SÃO JOSE DOS ALISENTES-RS	1.792.174,80
SÃO JOÃO DA PARAUNA-GO	278.000,00	SÃO JOSE DOS CAMPOS-SP	1.276.292.698,24
SÃO JOÃO DA PONTE-MG	1.458.844,51	SÃO JOSE DOS PINHAIS-PR	1.283.636.255,15
SÃO JOÃO DA SERRA-PI	354.800,00	SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS-MT	18.887.552,68
SÃO JOÃO DA URTIGA-RS	1.634.890,00	SÃO JOSE-SC	199.032.832,39
SÃO JOÃO D'ALIANÇA-GO	5.373.048,09	SÃO LEOPOLDO-RS	169.927.457,97
SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES-SP	530.752,89	SÃO LOURENÇO DA MATA-PE	29.202.220,40
SÃO JOÃO DAS MISSÕES-MG	131.517,27	SÃO LOURENÇO DA SERRA-SP	1.281.500,00
SÃO JOÃO DE IRACEMA-SP	833.453,95	SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC	52.177.055,65
SÃO JOÃO DE MERITI-RJ	140.675.591,18	SÃO LOURENÇO DO SUL-RS	36.241.099,35
SÃO JOÃO DE PIRABAS-PA	18.117,06	SÃO LOURENÇO-MG	4.357.124,23
SÃO JOÃO DEL REI-MG	24.379.848,92	SÃO LUDGERO-SC	47.358.240,58
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA-PA	519.260,00	SÃO LUIS DE MONTE BELOS-GO	5.211.944,19
SÃO JOÃO DO CAJUA-PR	1.123.136,38	SÃO LUIS DO CURU-CE	93.600,00
SÃO JOÃO DO CARU-MA	526.962,78	SÃO LUIS DO QUITUNDE-AL	3.157.319,16
SÃO JOÃO DO ITAPERI-SC	5.325.550,38	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO-MA	268.908,34
SÃO JOÃO DO IVAÍ-PR	6.058.211,98	SÃO LUIS-MA	773.000.931,09
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE-CE	425.140,00	SÃO LUIZ DO NORTE-GO	2.768.055,83
SÃO JOÃO DO MANHUAÇU-MG	1.243.020,80	SÃO LUIZ DO PARATINGA-SP	2.626.058,41
SÃO JOÃO DO MANTENINHA-MG	939.986,77	SÃO LUIZ GONZAGA-RS	34.096.630,68
SÃO JOÃO DO OESTE-SC	11.377.692,93	SÃO LUIZ-RR	122.000,00
SÃO JOÃO DO ORIENTE-MG	390.050,89	SÃO MANEDE-PE	144.124,02
SÃO JOÃO DO PACUÍ-MG	2.435,12	SÃO MANOEL DO PARANÁ-PR	1.089.910,00
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA	417.036,50	SÃO MANUEL-SP	97.633.656,24
SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MG	6.086.341,88	SÃO MARCOS-RS	66.573.472,32
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO-SP	181.394,13	SÃO MARTINHO DA SERRA-RS	4.982.429,48
SÃO JOÃO DO PIAUI-PI	808.885,39	SÃO MARTINHO-RS	4.072.926,94
SÃO JOÃO DO POLESINE-RS	1.775.943,04	SÃO MARTINHO-SC	2.985.058,50
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB	957.093,68	SÃO MATEUS DO MARANHÃO-MA	3.131.020,88
SÃO JOÃO DO SABUGI-RN	228.000,00	SÃO MATEUS DO SUL-PR	33.004.266,23
SÃO JOÃO DO SUL-SC	4.261.881,74	SÃO MATEUS-ES	34.338.581,80
SÃO JOÃO DO TRIUNFO-PR	11.314.923,50	SÃO MIGUEL ARCANJO-SP	14.131.115,58
SÃO JOÃO DOS PATOS-MA	2.389.125,36	SÃO MIGUEL DA BOA VISTA-SC	879.298,34
SÃO JOÃO EVANGELISTA-MG	620.888,57	SÃO MIGUEL DAS MATAS-BA	1.670.963,97
SÃO JOÃO NEPOMUCENO-MG	4.611.583,21	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES-RS	43.742.812,04
SÃO JOÃO-PE	972.682,99	SÃO MIGUEL DE TAIPU-PB	157.163,81
SÃO JOÃO-PR	9.778.257,16	SÃO MIGUEL DO ALEIXO-SE	621.460,00
SÃO JOAQUIM DA BARRA-SP	113.907.198,95	SÃO MIGUEL DO ANTA-MG	758.445,55
SÃO JOAQUIM DE BICAS-MG	15.421.605,06	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA-GO	5.797.924,35
SÃO JOAQUIM DO MONTE-PE	791.098,41	SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA	6.086.437,18
SÃO JOAQUIM-SC	34.562.281,32	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ-RS	2.700.866,71
SÃO JORGE DO IVAÍ-PR	15.244.084,46	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU-PR	58.086.172,33
SÃO JORGE DO PATROCÍNIO-PR	2.659.663,67	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO-GO	3.844.234,22
SÃO JORGE D'OESTE-PR	8.781.947,34	SÃO MIGUEL DO TAPUIO-PI	621.500,00
SÃO JORGE-RS	2.509.841,58	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS-TO	162.000,00
SÃO JOSE DA BARRA-MG	5.422.968,97	SÃO MIGUEL D'OESTE-SC	43.702.213,79
SÃO JOSE DA BELA VISTA-SP	5.922.176,78	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	3.006.784,35
SÃO JOSE DA BOA VISTA-PR	5.559.512,18	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	94.000,00
SÃO JOSE DA COROA GRANDE-PE	806.667,07	SÃO MIGUEL-RN	3.346.480,00
SÃO JOSE DA LAGOA TAPADA-PB	433.443,00	SÃO NICOLAU-RS	2.017.586,06
SÃO JOSE DA LAJE-AL	9.734.750,00	SÃO PATRÍCIO-GO	2.502.800,00
SÃO JOSE DA LAPA-MG	25.402.091,83	SÃO PAULO DAS MISSÕES-RS	1.321.209,00
SÃO JOSE DA SAFIRA-MG	185.900,00	SÃO PAULO DE OLIVENÇA-AM	12.768,43
SÃO JOSE DA VARGINHA-MG	590.100,00	SÃO PAULO DO POTENGI-RN	1.069.860,62
SÃO JOSE DA VITÓRIA-BA	66.197,63	SÃO PAULO-SP	15.089.648.446,93
SÃO JOSE DAS MISSÕES-RS	144.000,00	SÃO PEDRO DA AGUA BRANCA-MA	554.700,00
SÃO JOSE DAS PALMEIRAS-PR	462.418,00	SÃO PEDRO DA ALDEIA-RJ	16.391.734,84
SÃO JOSE DE MITIPU-RN	6.531.016,06	SÃO PEDRO DA CIPA-MT	69.614,32
SÃO JOSE DE PIRANHAS-PB	276.853,57	SÃO PEDRO DA SERRA-RS	1.219.289,98
SÃO JOSE DE RIBAMAR-MA	11.450.637,15	SÃO PEDRO DA UNIAO-MG	1.625.465,92
SÃO JOSE DE UBA-RJ	221.450,00	SÃO PEDRO DAS MISSÕES-RS	762.500,00
SÃO JOSE DO ALEGRE-MG	460.766,48	SÃO PEDRO DE ALCANTARA-SC	1.898.606,59
SÃO JOSE DO BARREIRO-SP	820.429,28	SÃO PEDRO DO BUTIÁ-RS	2.403.041,59
SÃO JOSE DO BELMONTÉ-PE	1.545.717,11	SÃO PEDRO DO IGUAÇU-PR	7.024.765,95
SÃO JOSE DO BREJO DO CRUZ-PB	175.980,80	SÃO PEDRO DO IVAÍ-PR	9.007.051,74
SÃO JOSE DO CALCADO-ES	676.079,65	SÃO PEDRO DO PARANÁ-PR	4.371.471,95
SÃO JOSE DO CAMPESTRE-RN	365.456,10	SÃO PEDRO DO PIAUI-PI	198.392,69
SÃO JOSE DO CEDRO-SC	23.272.035,68	SÃO PEDRO DO SUACUI-MG	293.765,79
SÃO JOSE DO CERRITO-SC	1.567.289,33	SÃO PEDRO DO SUL-RS	4.940.287,50
SÃO JOSE DO DIVINO-MG	295.986,09	SÃO PEDRO DO TURVO-SP	5.126.612,97
SÃO JOSE DO EGITO-PE	2.896.910,25	SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA	703.506,60
SÃO JOSE DO GOIABAL-MG	525.225,05	SÃO PEDRO DOS FERROS-MG	1.992.501,11
SÃO JOSE DO HERVAL-RS	4.105.706,16	SÃO PEDRO-RN	1.199.975,00
SÃO JOSE DO HORTENÇIO-RS	1.124.004,00	SÃO PEDRO-SP	9.198.241,76
SÃO JOSE DO INHACORA-RS	894.400,00	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABETRAS-MA	6.296.027,27
SÃO JOSE DO JACUIPE-BA	286.000,00	SÃO RAIMUNDO MONATO-PI	3.304.240,65
SÃO JOSE DO JACURI-MG	83.000,00	SÃO ROBERTO-MA	130.000,00
SÃO JOSE DO MANTIMENTO-MG	139.312,98	SÃO ROMÃO-MG	1.865.524,66
SÃO JOSE DO NORTE-RS	1.248.493,52	SÃO ROQUE DE MINAS-MG	13.271.395,97
SÃO JOSE DO OURO-RS	23.569.107,01	SÃO ROQUE DO CANAÍ-ES	10.101.512,99

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SAO ROQUE-SP	21.855.623,30	SENTINELA DO SUL-RS	2.615.674,00
SAO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	514.420,00	SENTO SE-BA	1.045.570,23
SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA-PR	5.376.581,32	SERAFINA CORREA-RS	23.887.845,00
SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA-MG	2.450.835,83	SERICITA-MG	2.579.684,43
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA-PA	4.212,31	SERIDO-PB	60.000,00
SAO SEBASTIAO DA GRAMA-SP	2.855.222,56	SERINGUEIRAS-RS	2.463.231,97
SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE-M	166.400,00	SERIO-RS	731.100,34
SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA-PI	705.704,97	SERTINGA-MG	128.250,00
SAO SEBASTIAO DO ALTO-RJ	19.831.406,55	SEROPEDICA-RJ	44.272.671,49
SAO SEBASTIAO DO ANTA-MG	134.448,70	SERRA ALTA-SC	5.622.568,86
SAO SEBASTIAO DO CAI-RS	58.304.896,74	SERRA AZUL DE MINAS-MG	77.719,37
SAO SEBASTIAO DO MARANHÃO-MG	97.700,00	SERRA AZUL-SP	502.297,68
SAO SEBASTIAO DO OESTE-MG	22.369.823,12	SERRA BRANCA-PB	663.448,69
SAO SEBASTIAO DO PARAISO-MG	67.929.307,48	SERRA DE SAO BENTO-RN	21.962,05
SAO SEBASTIAO DO PASSE-BA	5.789.459,59	SERRA DO RAMALHO-BA	610.500,56
SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO-MG	291.000,00	SERRA DO SALITRE-MG	14.797.445,60
SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE-MG	316.280,00	SERRA DOS AIMORES-MG	13.342.009,32
SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS-TO	464.840,04	SERRA DOURADA-BA	1.426.655,06
SAO SEBASTIAO-AL	4.024.701,60	SERRA NEGRA DO NORTE-RN	1.183.353,14
SAO SEBASTIAO-SP	16.694.676,14	SERRA NEGRA-SP	4.857.963,55
SAO SEPE-RS	23.674.242,07	SERRA NOVA DOURADA-MT	118.350,00
SAO SIMAO-GO	64.905.007,81	SERRA PRETA-BA	536.755,00
SAO SIMAO-SP	10.318.788,05	SERRA TALHADA-PE	28.078.843,58
SAO TIAGO-MG	1.874.641,40	SERRA-ES	650.511.684,46
SAO TOMAS DE AQUINO-MG	1.619.440,90	SERRANA-SP	117.262.960,53
SAO TOME DAS LETRAS-MG	726.912,63	SERRANA-MG	3.366.058,58
SAO TOME-PR	11.337.799,00	SERRANOPOLIS DE MINAS-MG	188.700,00
SAO VALENTIM DO SUL-RS	1.832.870,00	SERRANOPOLIS DO IGUAÇU-PR	7.435.964,34
SAO VALENTIM-RS	4.836.190,49	SERRANOPOLIS-GO	18.105.417,38
SAO VALERIO DA NATIVIDADE-TO	2.582.357,60	SERRARIA-PB	225.000,00
SAO VALERIO DO SUL-RS	775.825,00	SERRINHA-BA	6.372.382,29
SAO VENDELINO-RS	1.883.764,20	SERRINHA-RN	73.900,00
SAO VICENTE DE MINAS-MG	1.366.497,78	SERRITA-PE	1.694.948,96
SAO VICENTE DO SUL-RS	8.277.645,36	SERROLANDIA-BA	582.580,00
SAO VICENTE FERRER-MA	8.665,03	SERRO-MG	1.835.809,77
SAO VICENTE FERRER-PE	627.900,00	SERTANEJA-PR	15.827.172,72
SAO VICENTE-RN	360.625,85	SERTANIA-PE	998.529,27
SAO VICENTE-SP	111.781.493,37	SERTANOPOLIS-PR	36.234.829,06
SAPEACU-BA	960.768,77	SERTAO SANTANA-RS	3.489.073,66
SAPE-PB	4.047.120,86	SERTAO-RS	12.992.242,90
SAPEZAL-MT	77.046.860,73	SERTAOZINHO-PB	166.300,00
SAPIRANGA-RS	20.480.258,46	SERTAOZINHO-SP	443.901.728,76
SAPOEMA-PR	4.867.155,60	SETE BARRAS-SP	4.090.880,47
SAPUCAIA DO SUL-RS	53.432.303,18	SETE DE SETEMBRO-RS	418.482,24
SAPUCAIA-PA	816.500,00	SETE LAGOAS-MG	307.653.861,04
SAPUCAIA-RJ	7.551.944,58	SETE QUEDAS-MS	1.049.398,24
SAPUCAIA-MIRIM-MG	327.245,43	SETUBINHA-MG	324.000,00
SAQUAREMA-RJ	20.688.463,20	SEVERIANO DE ALMEIDA-RS	2.111.872,98
SARANDI-PR	64.728.787,11	SEVERINIA-SP	7.352.256,90
SARANDI-RS	23.363.514,39	SIDEROPOLIS-SC	38.348.472,19
SARAPUI-SP	2.707.577,79	SIDROLANDIA-MS	51.165.302,82
SARDOA-MG	83.200,00	SILVA JARDIM-RJ	3.481.154,81
SARUTATA-SP	260.000,00	SILVANIA-GO	66.585.434,78
SARZEDO-MG	27.039.181,16	SILVANOPOLIS-TO	4.124.678,00
SATIRO DIAS-BA	313.340,00	SILVEIRA MARTINS-RS	4.649.384,61
SATUBA-AL	1.239.600,00	SILVEIRAS-SP	730.156,23
SATUBINHA-MA	122.000,00	SILVIANOPOLIS-MG	1.910.238,50
SAUBARA-BA	152.000,00	SIMAO DIAS-SE	11.937.708,69
SAUDADE DO IGUAÇU-PR	935.644,73	SIMAO PEREIRA-MG	563.240,00
SAUDADES-SC	37.799.107,56	SIMOES FILHO-BA	193.541.435,32
SAUDE-BA	99.100,00	SIMOES-PI	381.846,52
SCHROEDER-SC	22.357.823,37	SIMOLANDIA-GO	833.763,26
SEABRA-BA	8.035.149,31	SIMONESIA-MG	1.419.150,76
SEARA-SC	29.062.407,81	SIMPLICIO MENDES-PI	39.270,21
SEBASTIANOPOLIS DO SUL-SP	152.194.567,45	SINIMBU-RS	2.462.990,01
SEBASTIAO LARANJEIRAS-BA	240.685,60	SINOP-MT	108.486.988,78
SEBERI-RS	13.465.688,48	SIQUEIRA CAMPOS-PR	5.781.826,26
SEDE NOVA-RS	1.131.987,17	SIRINHAEM-PE	13.617.146,57
SEGEDO-RS	2.392.957,69	SIRIRI-SE	335.460,00
SELBACH-RS	6.047.396,73	SITIO D'ABADIA-GO	173.440,22
SELVIRIA-MS	3.081.496,42	SITIO DO MATO-BA	402.400,00
SEM-PEIXE-MG	422.080,00	SITIO DO QUINTO-BA	1.544.678,00
SENA MADUREIRA-AC	447.370,62	SITIO NOVO DO TOCANTINS-TO	327.820,00
SENADOR ALEXANDRE COSTA-MA	180.000,00	SITIO NOVO-MA	755.270,00
SENADOR AMARAL-MG	1.677.470,00	SOBRADINHO-BA	2.138.407,46
SENADOR CANEDO-GO	63.509.511,66	SOBRADINHO-RS	11.452.540,28
SENADOR CORTES-MG	383.264,10	SOBRADO-PB	226.438,63
SENADOR FIRMINO-MG	581.325,00	SOBRAL-CE	175.121.656,50
SENADOR GUIOMARD-AC	2.430.958,03	SOBRALIA-MG	865.060,00
SENADOR JOSE BENTO-MG	607.608,00	SOCORRO-SP	16.770.275,17
SENADOR LA ROCQUE-MA	1.048.278,54	SOLEADA-PB	118.044,52
SENADOR MODESTINO GONCALVES-MG	902.360,00	SOLEDADE DE MINAS-MG	730.842,79
SENADOR POMPEU-CE	1.106.110,94	SOLEDADE-PB	1.642.911,69
SENADOR RUI PALMEIRA-AL	100.000,00	SOLEDADE-RS	24.293.983,07
SENADOR SALGADO FILHO-RS	1.439.676,00	SOLONOPOLE-CE	2.645.763,18
SENGES-PR	11.397.364,00	SOMBRIO-SC	18.182.284,12
SENHOR DO BONFIM-BA	6.284.475,04	SOMORA-MS	20.249.914,37
SENHORA DE OLIVEIRA-MG	790.623,80	SOORETAMA-ES	10.605.055,42
SENHORA DO PORTO-MG	251.500,00	SOROCABA-SP	808.307.862,48
SENHORA DOS REMEDIOS-MG	1.183.313,00	SORRISO-MT	191.859.885,94

Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SOSSEGO-PB	236.133,50	TEFE-AM	950.551,74
SOUSA-PB	18.450.038,04	TEDEIRA DE FREITAS-BA	88.118.461,09
SOUTO SOARES-BA	683.073,15	TEDEIRA SOARES-PR	22.683.343,18
SUCUPIRA DO NORTE-MA	245.000,00	TEDEIRA-PB	336.719,69
SUCUPIRA DO RIACHÃO-MA	171.200,00	TEDEIRAS-MG	1.715.443,22
SUCUPIRA-TO	2.370.871,00	TEDEIROPOLIS-RO	497.635,89
SUD MENNIOCCI-SP	16.585.679,58	TEJUCUDEA-CE	117.121,06
SUL BRASIL-SC	951.720,00	TEJUPA-SP	2.504.798,62
SULINA-PR	1.782.271,60	TELEMACHO BORBA-PR	30.940.982,24
SUMARE-SP	590.090.557,34	TELHA-SE	369.455,88
SUMÉ-PB	354.517,43	TENENTE ANANIAS-RN	433.800,00
SUMIDOURO-RJ	11.496.751,10	TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	21.473,31
SURUBIM-PE	10.124.912,68	TENENTE PORTELA-RS	5.039.029,88
SUZANAPOLIS-SP	818.900,00	TENDRIO-PB	344.320,00
SUZANO-SP	74.145.370,90	TEODORO SAMPAIO-BA	154.200,00
TABAI-RS	1.569.954,18	TEODORO SAMPAIO-SP	39.166.444,62
TABAPORA-MT	3.472.784,97	TEOFILANDIA-BA	734.978,00
TABAPUA-SP	23.299.457,61	TEOFILO OTONI-MG	38.084.822,26
TABATINGA-AM	49.754,31	TEOTONIO VILELA-AL	3.479.702,52
TABATINGA-SP	5.664.040,46	TERENOS-MS	14.999.050,99
TABIRA-PE	805.356,20	TERESINA DE GOIAS-GO	180.778,48
TABOÃO DA SERRA-SP	112.504.703,20	TERESINA-PI	244.574.523,94
TABOÇAS DO BREJO VELHO-BA	638.008,00	TERESOPOLIS-RJ	113.707.872,16
TABOLEIRO GRANDE-RN	33.849,01	TEREZOPOLIS DE GOIAS-GO	1.662.687,96
TABULEIRO DO NORTE-CE	8.969.300,41	TERRA ALTA-PA	473.309,00
TABULEIRO-MG	366.574,74	TERRA BOA-PR	40.222.872,51
TACAIMBO-PE	1.396.485,81	TERRA DE AREIA-RS	3.694.913,96
TACARATU-PE	143.605,89	TERRA NOVA DO NORTE-MT	2.237.408,45
TACIBA-SP	2.150.024,89	TERRA NOVA-BA	108.400,00
TACURU-MS	1.191.327,32	TERRA NOVA-PE	228.460,00
TAGUAI-SP	4.956.620,44	TERRA RICA-PR	13.277.861,00
TAGUATINGA-TO	22.358.519,67	TERRA ROXA-PR	28.744.000,02
TAIAÇU-SP	997.730,00	TERRA ROXA-SP	4.476.365,99
TAIANDIA-PA	6.736.594,00	TERRA SANTA-PA	98.400,00
TAIOBEIRAS-MG	11.178.348,55	TESOURO-MT	8.823.841,30
TAIO-SC	15.135.681,73	TEUTONIA-RS	31.286.142,01
TAIPAS DO TOCANTINS-TO	182.520,00	THEOBROMA-RO	264.909,05
TAIPU-RN	1.325.188,00	TIANGUA-CE	6.181.381,17
TAIUA-SP	4.844.089,17	TIBAGI-PR	32.935.293,86
TALISMA-TO	1.132.995,87	TIBAU-RN	275.000,00
TAMANDARÉ-PE	2.466.227,59	TIETE-SP	45.370.206,00
TAMARANA-PR	12.247.305,13	TIGRINHOS-SC	1.008.400,00
TAMBAU-SP	17.832.656,42	TIJUCAS DO SUL-PR	5.137.084,96
TAMBOARA-PR	5.088.082,20	TIJUCAS-SC	50.909.942,94
TAMBORIL-CE	301.725,08	TIMBAUBA-PE	5.628.884,76
TANABI-SP	28.772.913,86	TIMBE DO SUL-SC	2.927.195,17
TANGARA DA SERRA-MT	43.149.880,00	TIMBO GRANDE-SC	3.452.748,50
TANGARA-RN	221.000,00	TIMBO-SC	81.285.674,19
TANGARA-SC	29.520.615,44	TIMBURI-SP	596.760,00
TANGUA-RJ	9.577.586,42	TIMON-MA	10.693.547,82
TANHACU-BA	2.111.949,40	TIMOTEO-MG	30.636.490,97
TANQUE NOVO-BA	2.235.848,51	TIO HUGO-RS	1.839.313,00
TAPARUBA-MG	1.103.620,00	TIRADENTES DO SUL-RS	816.270,00
TAPEJARA-PR	24.045.614,57	TIRADENTES-MG	398.927,55
TAPEJARA-RS	85.957.964,85	TITOS-MG	4.530.791,62
TAPERÁ-RS	16.704.880,97	TOBIAS BARRETO-SE	5.466.540,82
TAPEROA-BA	5.153,00	TOCANTINIA-TO	372.060,00
TAPEROA-PB	1.220.625,00	TOCANTINOPOLIS-TO	4.968.824,83
TAPES-RS	10.534.273,06	TOCANTINS-MG	8.250.468,94
TAPIRÁ-MG	417.500,00	TOCOS DO MOIÚ-MG	2.044.761,23
TAPIRÁ-SP	4.129.934,59	TOLEDO-MG	6.053.678,18
TAPIRÁ-MG	2.025.326,12	TOLEDO-PR	159.007.721,20
TAPIRAMUTA-BA	952.164,81	TOMAR DO GERU-SE	259.491,40
TAPIRÁ-PR	3.561.035,39	TOMAZINA-PR	2.417.282,60
TAPIRATIBA-SP	3.393.052,97	TOMBOS-MG	969.322,14
TAPURAH-MT	32.495.983,58	TOME-ACU-PA	23.678.348,62
TAQUARACU DE MINAS-MG	2.114.795,00	TOMANTINS-AM	4.886,03
TAQUARAL DE GOIAS-GO	81.663,38	TORITAMA-PE	2.102.949,47
TAQUARAL-SP	2.781.578,00	TORIXOREU-MT	402.789,71
TAQUARANA-AL	288.587,86	TOROPÉ-RS	829.026,80
TAQUARA-RS	14.724.254,71	TORRES-RS	6.169.090,48
TAQUARI-RS	16.325.869,30	TORATIMIA-SP	13.015.811,48
TAQUARITINGA DO NORTE-PE	2.108.340,66	TOURO-RN	1.456.620,39
TAQUARITINGA-SP	22.480.301,73	TRAJAI-SP	1.582.341,32
TAQUARITUBA-SP	31.261.758,64	TRACUATEUA-PA	165.328,88
TAQUARIVAI-SP	15.090.093,69	TRACUNHAEM-PE	185.000,00
TAQUARICU DO SUL-RS	2.057.037,67	TRAIPU-AL	1.768.218,01
TAQUARUSSU-MS	1.307.122,40	TRAIRAD-PA	308.000,00
TARABAI-SP	1.070.342,69	TRAIRI-CE	1.053.875,00
TARAUACA-AC	2.419.806,16	TRAJANO DE MORAIS-RJ	788.633,86
TARRAFAS-CE	994.380,00	TRAMANDAI-RS	160.384.439,29
TARTARUGALZINHO-AP	986.810,32	TRAVESSEIRO-RS	423.100,00
TARUMA-SP	134.362.537,20	TREMEDAL-BA	219.342,00
TARUMIRIM-MG	2.420.177,24	TREMEMBE-SP	12.288.271,09
TASSO FRAGOSO-MA	16.263.620,12	TRES ARROIOS-RS	2.061.194,58
TATUI-SP	147.371.709,62	TRES BARRAS DO PARANÁ-PR	14.244.325,93
TAUA-CE	6.348.340,19	TRES BARRAS-SC	188.465.523,54
TAUBATE-SP	389.285.501,45	TRES CACHOEIRAS-RS	20.938.464,79
TAVARES-PB	89.043,64	TRES CORAÇÕES-MG	85.240.172,91
TAVARES-RS	3.373.520,00	TRES COROAS-RS	30.570.869,65

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
TRES DE MAIO-RS	20.785.678,25	UNIAO DE MINAS-MG	2.572.895,50
TRES FORQUILHAS-RS	236.497,60	UNIAO DO OESTE-SC	3.013.056,78
TRES FRONTEIRAS-SP	28.970.446,38	UNIAO DO SUL-MT	2.303.971,12
TRES LAGOAS-MS	695.261.960,98	UNIAO DOS PALMARES-AL	14.778.846,97
TRES MARIAS-MG	249.326.939,82	UNIAO PAULISTA-SP	2.912.272,00
TRES PALMEIRAS-RS	2.835.546,02	UNIAO-PI	3.204.409,11
TRES PASSOS-RS	12.690.090,85	UNIFLOR-PR	470.740,00
TRES PONTAS-MG	19.465.285,67	UNISTALDA-RS	2.112.370,99
TRES RANCHOS-GO	376.579,54	UPANEMA-RN	457.555,33
TRES RIOS-RJ	58.046.004,86	URAI-PR	6.000.012,53
TREVISÓ-SC	2.821.132,03	URANDI-BA	55.015,35
TREZE DE MAIO-SC	11.243.370,89	URANIA-SP	9.264.257,53
TREZE TILIAS-SC	29.169.199,34	URBANO SANTOS-MA	315.973,65
TRINDADE DO SUL-RS	3.106.145,41	URUACU-GO	35.011.839,68
TRINDADE-GO	20.065.545,45	URUAMA DE MINAS-MG	222.369,00
TRINDADE-PE	16.844.559,62	URUANA-GO	2.353.650,45
TRIUNFO-PB	320.460,00	URUARA-PA	3.382.479,46
TRIUNFO-PE	1.211.931,04	URUBICI-SC	6.231.585,51
TRIUNFO-RS	278.881.117,38	URUBURETAMA-CE	869.880,00
TRIZIDELA DO VALE-MA	3.202.317,18	URUCANIA-MG	303.359,68
TROMBAS-GO	109.744,00	URUCUCA-BA	465.569,32
TROMBUDO CENTRAL-SC	6.979.566,29	URUCUIA-MG	2.380.140,10
TUBARAO-SC	160.418.866,62	URUCUI-PI	12.684.731,84
TUCANO-BA	4.583.387,94	URUGUAIANA-RS	91.062.781,02
TUCUMA-PA	7.194.927,78	URUOCA-CE	1.107.754,40
TUCUNDUVA-RS	5.340.992,48	URUPA-RJ	61.821,91
TUCURUI-PA	29.270.302,55	URUPEMA-SC	357.519,15
TUFILANDIA-MA	501.710,00	URUPES-SP	14.058.150,42
TUJUTI-SP	1.448.385,56	URU-SP	772.347,60
TUMIRITINGA-MG	4.661,38	URUSSANGA-SC	28.704.873,13
TUNAPOLIS-SC	3.139.080,87	URUTAI-GO	893.123,16
TUNAS DO PARANA-PR	4.413.867,39	UTINGA-BA	470.213,20
TUNAS-RS	458.303,56	VACARIA-RS	135.412.951,29
TUNEIRAS DO OESTE-PR	3.160.409,01	VALE DE SAO DOMINGOS-MT	18.000,00
TUNTUM-MA	1.714.648,69	VALE DO ANARI-RJ	211.200,00
TUPACIGUARA-MG	52.454.898,08	VALE DO PARAISO-RJ	123.430,21
TUPANATINGA-PE	123.493,70	VALE DO SOL-RS	3.284.075,25
TUPANCI DO SUL-RS	1.046.280,00	VALE REAL-RS	3.765.816,94
TUPANCIRETA-RS	55.807.571,10	VALE VERDE-RS	2.557.657,83
TUPANDI-RS	67.729.571,67	VALENCA DO PIUT-PI	724.879,68
TUPARENDI-RS	4.587.457,24	VALENCA-BA	6.180.344,65
TUPARETAMA-PE	372.146,04	VALENCA-RJ	7.398.634,13
TUPA-SP	38.406.687,98	VALENTE-BA	2.256.183,61
TUPASSI-PR	18.702.578,46	VALENTIM GENTIL-SP	18.580.996,92
TUPI PAULISTA-SP	3.598.777,13	VALINHOS-SP	144.918.297,88
TUPIRAMA-TO	374.485,22	VALPARAISO DE GOIAS-GO	11.325.544,30
TUPIRATINS-TO	214.065,00	VALPARAISO-SP	95.224.770,21
TURIACU-MA	492.830,00	VANINI-RS	1.655.563,76
TURIUBA-SP	229.800,00	VARGEAO-SC	12.619.680,76
TURMALINA-MG	14.794.260,03	VARGEM ALEGRE-MG	1.886.897,65
TURMALINA-SP	2.429.177,88	VARGEM ALTA-ES	9.857.060,02
TURUCU-RS	2.157.448,04	VARGEM BONITA-MG	2.975.940,00
TURURU-CE	105.134,02	VARGEM BONITA-SC	13.534.229,49
TURVANIA-GO	2.195.755,61	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO-MG	230.394,46
TURVELANDIA-GO	28.961.616,43	VARGEM GRANDE DO SUL-SP	28.252.197,69
TURVOLANDIA-MG	2.328.572,94	VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	9.857.430,96
TURVO-PR	25.653.034,89	VARGEM GRANDE-MA	903.390,00
TURVO-SC	41.828.593,20	VARGEM-SC	951.799,30
TUTOIA-MA	1.974.987,52	VARGEM-SP	2.714.192,84
UAIJA-BA	2.000.204,05	VARGINHA-MG	100.811.297,90
UBAI-MG	1.317.195,00	VARIAO DE MINAS-MG	4.377.527,86
UBAIRA-BA	444.634,04	VARIAO-GO	258.000,00
UBAITABA-BA	717.664,33	VARIOTA-CE	1.098.389,34
UBAJARA-CE	1.153.152,27	VARRE-SAI-RJ	560.139,57
UBA-MG	94.858.773,59	VARZEA ALEGRE-CE	5.182.301,94
UBAPORANGA-MG	1.310.499,35	VARZEA DA PALMA-MG	12.865.551,88
UBARANA-SP	7.478.806,19	VARZEA DO POÇO-BA	206.732,00
UBATA-BA	199.162,82	VARZEA GRANDE-MT	164.494.569,33
UBATUBA-SP	6.390.352,94	VARZEA GRANDE-PI	2.213.960,00
UBERABA-MG	455.815.482,88	VARZEA NOVA-BA	811.300,00
UBERLANDIA-MG	844.103.268,53	VARZEA PAULISTA-SP	74.385.677,42
UBIRAJARA-SP	1.242.466,83	VARZEA-PB	186.236,90
UBIRATA-PR	51.137.316,13	VARZEA-RN	207.000,00
UBIRETAMA-RS	248.800,00	VARZEDO-BA	2.035.296,80
UCHOA-SP	3.897.787,76	VARZELANDIA-MG	441.191,48
UIBAI-BA	417.219,00	VASSOURAS-RJ	7.443.411,01
UIRAPURU-GO	146.588,83	VAZANTE-MG	15.206.928,74
UIRAUNA-PB	1.138.250,36	VENANCIO AIRES-RS	68.328.643,15
ULIANOPOLIS-PA	8.262.281,85	VENTA NOVA DO IMIGRANTE-ES	21.785.471,04
UMARI-CE	356.400,00	VENTANIA-PR	13.085.824,17
UMARIZAL-RN	641.257,71	VENTUROSA-PE	853.364,31
UMBAUBA-SE	7.372.141,95	VERA CRUZ DO OESTE-PR	11.390.376,51
UMBURANAS-BA	468.470,00	VERA CRUZ-BA	6.840.216,90
UMBURATINGA-MG	131.032,14	VERA CRUZ-RN	196.520,00
UMBURETIRO-PB	465.737,90	VERA CRUZ-RS	9.038.704,27
UMUARAMA-PR	99.005.701,21	VERA CRUZ-SP	1.729.874,20
UNA-BA	450.672,86	VERA-MT	25.712.331,13
UNAI-MG	71.203.096,17	VERANOPOLIS-RS	64.843.236,74
UNIAO DA SERRA-RS	3.403.889,58	VERDEJANTE-PE	78.800,00
UNIAO DA VITORIA-PR	78.637.975,34	VERDELANDIA-MG	514.677,20

Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
VEREDA-BA	835.340,00	ZORTEA-SC	1.000.971,18
VEREDINHA-MG	863.300,00		
VERE-PR	13.995.930,38		
VERISSIMO-MG	855.891,10		
VERTENTE DO LERIO-PE	1.038.020,00		
VERTENTES-PE	342.360,00		
VESPASIANO CORREA-RS	1.922.460,00		
VESPASIANO-MG	110.224.400,96		
VIAADUTOS-RS	2.756.113,38		
VIAMAO-RS	69.550.911,41		
VIANA-ES	181.119.918,08		
VIANA-MA	3.358.712,42		
VIANOPOLIS-GO	16.571.464,71		
VICENCIA-PE	2.595.819,29		
VICENTE DUTRA-RS	1.027.221,01		
VICENTINA-MS	5.032.752,43		
VICENTINOPOLIS-GO	24.073.526,96		
VICOSA DO CEARA-CE	974.357,98		
VICOSA-AL	3.363.516,19		
VICOSA-MG	16.044.607,07		
VICTOR GRAEFF-RS	7.560.962,39		
VIDAL RAMOS-SC	67.522.356,13		
VIDEIRA-SC	132.712.968,98		
VIEIRAS-MG	160.700,00		
VIGIA-PA	775.438,01		
VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	5.491.967,19		
VILA BOA-GO	782.500,00		
VILA FLORES-RS	5.425.288,33		
VILA LANGARO-RS	3.357.877,48		
VILA MARIA-RS	8.276.709,66		
VILA NOVA DO PIAUI-PI	199.606,80		
VILA NOVA DO SUL-RS	806.645,24		
VILA NOVA DOS MARTÍRIOS-MA	400.810,00		
VILA PAVAO-ES	1.261.812,00		
VILA PROPICIO-GO	3.865.927,20		
VILA RICA-MT	9.042.358,57		
VILA VALERIO-ES	3.508.926,38		
VILA VELHA-ES	220.036.256,81		
VILHENA-RO	118.697.251,72		
VINHEDO-SP	97.979.604,33		
VIRADOURO-SP	7.547.285,78		
VIRGEN DA LAPA-MG	1.600.556,72		
VIRGINIA-MG	816.031,04		
VIRGINOPOLIS-MG	303.485,00		
VIRGOLANDIA-MG	210.898,89		
VIRMOND-PR	1.012.091,55		
VISCONDE DO RIO BRANCO-MG	20.191.136,14		
VISEU-PA	1.010.752,03		
VISTA ALEGRE DO ALTO-SP	89.924.979,84		
VISTA ALEGRE DO PRATA-RS	1.211.991,00		
VISTA ALEGRE-RS	2.694.760,20		
VISTA GAUCHA-RS	4.319.095,90		
VISTA SERRANA-PB	180.600,00		
VITOR MEIRELES-SC	970.178,63		
VITORIA BRASIL-SP	1.264.829,57		
VITORIA DA CONQUISTA-BA	134.377.749,49		
VITORIA DAS MISSOES-RS	2.319.828,90		
VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	50.254.304,63		
VITORIA DO JARI-AP	29.695,14		
VITORIA DO MEARIM-MA	1.918.026,80		
VITORIA DO XINGU-PA	21.429,17		
VITORIA-ES	1.191.837.696,71		
VITORINO FREIRE-MA	1.025.515,83		
VITORINO-PR	30.333.525,89		
VOLTA GRANDE-MG	16.544.311,56		
VOLTA REDONDA-RJ	49.178.555,23		
VOTORANTIM-SP	67.699.589,60		
VOTUPORANGA-SP	66.773.386,31		
WAGNER-BA	644.560,59		
WALL FERRAZ-PI	75.288,00		
WANDERLANDIA-TO	5.943.767,48		
WANDERLEY-BA	2.605.718,60		
WENCESLAU BRAZ-MG	372.752,03		
WENCESLAU BRAZ-PR	13.723.958,89		
WENCESLAU GUIMARAES-BA	730.654,88		
WESTFALIA-RS	3.551.645,17		
WITMARSUM-SC	4.830.247,50		
XAMBIOIA-TO	116.879.770,78		
XAMBRE-PR	7.231.684,40		
XANGRI-LA-RS	2.017.761,01		
XANXERE-SC	119.169.606,40		
XAPURI-AC	613.700,00		
XAVANTINA-SC	4.335.187,81		
XAXIM-SC	76.964.086,18		
XEXEU-PE	665.559,15		
XINGUARA-PA	4.777.333,70		
XIQUE-XIQUE-BA	1.876.724,52		
ZACARIAS-SP	1.349.208,93		
ZE DOCA-MA	4.630.212,54		

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011

Anexo II - Detalhamento dos Gêneros de atividade beneficiados

Genero de Atividade - nome	Valor da Liberação	Genero de Atividade - nome	Valor da Liberação
TRANSPORTE TERRESTRE	56.730.113	FABRICACAO DE PRODUTOS FARMAQUIMICOS E FARMACEUTICOS	384.115
FABRICACAO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETROLEO E DE BIOCOMBUSTIVEIS	25.474.174	ATIVIDADES DOS SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	288.143
ELETRICIDADE, GAS E OUTRAS UTILIDADES	12.182.617	CAPTACAO, TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	286.828
AGRICULTURA, PECUARIA E SERVICOS RELACIONADOS	11.944.337	ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL	224.239
FABRICACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	11.445.910	EDUCACAO	217.488
FABRICACAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS	10.331.642	ALIMENTACAO	173.475
COMERCIO VAREJISTA	6.134.379	TRANSPORTE AQUAVIARIO	167.091
METALURGIA	5.865.829	EDICAO E EDICAO INTEGRADA A IMPRESSAO	166.362
FABRICACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.737.288	IMPRESSAO E REPRODUCAO DE GRAVACOES	159.230
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	5.438.997	ALOJAMENTO	152.145
TELECOMUNICACOES	5.119.668	ATIVIDADES DE VIGILANCIA, SEGURANCA E INVESTIGACAO	137.501
COMERCIO POR ATACADO, EXCETO VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	4.624.098	ADMINISTRACAO PUBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	112.245
FABRICACAO DE PRODUTOS QUIMICOS	4.306.052	ATIVIDADES DE RADIO E DE TELEVISAO	93.295
FABRICACAO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLASTICO	3.209.689	AGENCIAS DE VIAGENS E OPERADORES TURISTICOS E SERVICOS DE RESERVA	90.281
FABRICACAO DE PRODUTOS DE MINERAIS NAO-METALICOS	2.755.023	SERVICOS DE EDIFICIOS E ATIVIDADES PAISAGISTICAS	77.347
ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS	2.726.546	MANUTENCAO, REPARACAO E INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	74.936
SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO	2.672.934	ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREACAO E LAZER	59.837
ALUGUEIS NAO-IMOBILIARIOS E GESTAO DE ATIVOS INTANGIVEIS NAO-FINANCEIROS	2.455.295	ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	47.732
FABRICACAO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	2.379.444	ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACAO	43.288
FABRICACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS	2.377.131	ATIVIDADES DE APOIO A EXTRACAO DE MINERAIS	39.806
FABRICACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEICULOS AUTOMOTORES	2.136.274	ATIV. CINEMATOGRAFICAS, VIDEOS, TELEVISAO, GRAV. DE SOM, EDICAO DE MUSICA	39.180
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	2.126.995	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	39.055
FABRICACAO DE PRODUTOS TEXTEIS	2.024.450	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS	31.058
FABRICACAO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.016.888	SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAUDE	30.719
FABRICACAO DE BEBIDAS	1.562.538	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PESSOAIS	28.127
TRANSPORTE AEREO	1.210.167	ATIVIDADES DE ORGANIZACOES ASSOCIATIVAS	18.834
FABRICACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, PRODUTOS ELETRONICOS E OPTICOS	1.191.167	PESCA E AQUICULTURA	17.895
EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS	1.048.521	REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	14.861
COMERCIO E REPARACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	1.039.334	ATIVIDADES JURIDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA	14.255
PREP. DE COURO E FAB. DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALCADOS	995.456	SELECAO, AGENCIAMENTO E LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	10.862
EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS	979.931	PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	8.178
CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	910.096	ATIVIDADES ARTISTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETACULOS	7.702
CONFECACAO DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS	782.705	SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	7.333
FABRICACAO DE MOVEIS	661.590	FABRICACAO DE PRODUTOS DO FUMO	6.844
FABRICACAO DE PRODUTOS DE MADEIRA	590.921	EXTRACAO DE CARVAO MINERAL	5.674
SERV. DE ESCRITORIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERV. PRESTADOS AS EMPRESAS	575.549	DESCONTAMINACAO E OUTROS SERVICOS DE GESTAO DE RESIDUOS	5.281
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS; RECUPERACAO DE MATERIAIS	550.984	CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	5.024
ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA	484.726	EXTRACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL	4.259
PRODUCAO FLORESTAL	475.957	ATIV. DE ATENCAO A SAUDE HUMANA INT. C/ASSIST. SOCIAL, PREST. EM RESID. COLET. E PARTICULARES	3.739
ATIVIDADES IMOBILIARIAS	471.314	ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMONIO CULTURAL E AMBIENTAL	3.555
FABRICACAO DE PRODUTOS DIVERSOS	463.518	ATIV. AUX. DOS SERVICOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAUDE	1.413
SERVICOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANALISES TECNICAS	446.940	ATIVIDADES VETERINARIAS	976
		Total	209.957.395

Fonte: BNDES, RJ, 2011

Autoria: BNDES/AF/DEREI, RJ, 2011



SETEMBRO DE 2011

**RELATÓRIO GERENCIAL TRIMESTRAL
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS LEIS nº 11.948/09 e nº 12.249/10
3º Trimestre de 2011**

Departamento de Recursos Institucionais Internos
Endereço: Av. República do Chile, 100 - 5º Andar
CEP: 20031-917 Rio de Janeiro - RJ
Telefones: (021) 2172-7447/6938
Fax: (021) 2172-6227
E-mail: af-derei@bndes.gov.br
Home Page: www.bndes.gov.br

Colaboradores:

Altino Guilherme Bastos Joia
Evandro Fernandes Costa
Gilberto Rodrigues Borca Junior
Marcelo Machado Nascimento

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 7-11-2011

Até 12/11 prazo para publicação e distribuição dos relatórios da matéria;

Até 27/11 prazo para apresentação de relatório;

Até 2/12 prazo para apresentação de emendas; e

Até 9/12 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 8 de novembro do corrente

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECERES

NºS 1.243 A 1.245, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, que altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

PARECER Nº 1.243 DE 2010 **(Da Comissão de Assuntos Sociais)**

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 423, de 2009, que altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária, bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal, é de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

A proposição modifica a redação do inciso III do art. 2º e acrescenta os arts. 17-A e 17-B na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. A primeira alteração equipara a pesca à atividade agropecuária e a segunda, com o acréscimo de dispositivos, trata sobre os pescadores empregados na pesca industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

Segundo o eminente autor, a presente proposição, além de equiparar a pesca à atividade agropecuária, visa a preencher lacuna decorrente do veto presidencial aos arts. 14, 15, 16 e 17 da Lei nº 11.959, de 2009.

Nos termos da Mensagem nº 503, de 29 de junho de 2009, o Senhor Presidente da República justificou a aposição dos vetos mencionados sob o argumento de que tais artigos possibilitariam que os tripulantes das embarcações de pesca fossem contratados, alternativamente, sob o regime previsto na legislação trabalhista, comercial ou sob contrato de parceria.

Aduziu, ainda, o Presidente da República, que, da forma como foram redigidos os referidos dispositivos, estaria verificada a completa ausência de definição acerca dessa contratação comercial e a insuficiente caracterização do contrato de parceria, o que terminaria por permitir que relações com elementos fático-jurídicos próprios da relação de emprego fossem constituídas sem observância do art. 7º da Constituição Federal.

Em face dessas circunstâncias, o autor optou por apresentar o projeto de lei sob análise, regulando o contrato de parceria previsto na alínea *a* do inciso I do art. 8º da Lei nº 11.959, de 2009, como o instrumento jurídico destinado exclusivamente à realização da atividade pesqueira em regime de associação por cotas-partes, que não gera vínculo trabalhista.

No âmbito da pesca industrial, fixou também alguns parâmetros legais no que concerne à relação de trabalho, no sentido de preservar os direitos do pescador profissional.

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer, sobre o presente projeto de lei.

A profissão de pescador e sua regulamentação estão inscritas no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade, no que concerne ao seu aspecto formal.

Recentemente, no dia 29 de junho de 2009, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 11.959, dispondo sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Nesse diploma legal, formatado no sentido de promover o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira no Brasil, buscou-se a regulamentação e a definição das diversas modalidades de pesca realizadas, dando lastro jurídico para as relações comerciais e produtivas do setor e protegendo o direito dos trabalhadores nele inseridos.

Entretanto, o veto presidencial a quatro artigos da Lei 11.959, de 2009, acabou por gerar uma imensa e incômoda lacuna.

Ora, é do conhecimento geral que uma das modalidades de atividade pesqueira mais conhecidas e populares de nosso País se dá pelo contrato de parceria da pesca artesanal. Trata-se de uma realidade presente em todo o nosso litoral, onde incontáveis pescadores associam-se a donos de barco e materiais de captura para exercer seu ofício.

Dessa forma, com a exclusão da regulação da modalidade de parceria na atividade de pesca artesanal, feita sob a alegação de sua insuficiente caracterização formal, o referido diploma legal, embora recém-inserido em nosso ordenamento, já nasceu amputado, faltando-lhe uma clara disposição sobre esse regime contratual.

A proposição apresentada pelo Senador Garibaldi Alves Filho exsurge como alternativa bem fundamentada ao propósito de assegurar à atividade pesqueira e aos milhares de trabalhadores nela inseridos trabalho digno e respeito à legislação trabalhista.

No que tange à pesca industrial – exercida por contrato com previsão de pagamento ao pescador profissional, parte em dinheiro e parte em percentual do resultado da pesca –, a ausência de estipulação legal específica também trouxe repercussões negativas para os trabalhadores do setor, que acabaram ficando desamparados pela falta de uma regulação mais abrangente.

Nesse sentido, o Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, acrescenta à legislação pesqueira a definição e caracterização dessas modalidades contratuais de produção e equipara a pesca à atividade agropecuária.

Tal iniciativa justifica-se, em primeiro lugar, pela adaptação dos dispositivos previstos para a parceria rural à atividade pesqueira artesanal.

No atual estágio de indefinição legal, as parcerias de pesca acabam assumindo um caráter mais aproximado à relação de emprego, onde há um chefe com maior poder decisório e de barganha produtiva, mas sem a garantia dos direitos trabalhistas previstos em lei.

Nas “parcerias” atuais, em muitos casos, não há sócios, mas patrões e subordinados. Não há partilha de lucros e prejuízos na exata medida da cota-parte de investimento, mas relações de mera prestação de serviços, acarretando, não raro, situações de franca desvantagem para o pescador, o que realça o mérito e a oportunidade da proposição.

Assim, é reconhecidamente necessária a estipulação e a definição, clara e precisa, do que seja o contrato de parceria e suas condições.

Quanto à modalidade de pesca industrial, o projeto dispõe que sua regulação deve estar atrelada à legislação trabalhista, com o objetivo de assegurar, pelo menos, a percepção do salário mínimo no cômputo da parcela em dinheiro a ser paga ao pescador.

A proposição resolve e afasta eventuais embaraços de ordem jurídica, pois trata o assunto não apenas numa perspectiva econômica, mas também sob a ótica social e cultural de comunidades inteiras que vivem da pesca artesanal por todo o nosso País.

Não restam dúvidas de que precisamos de um setor pesqueiro cada vez mais forte e produtivo em nosso País. Com esse imenso litoral à nossa disposição, além de rios e lagoas plenas de vida aquática, não podemos desperdiçar esse enorme potencial gerador de emprego e renda.

Por outro lado, queremos que o brasileiro não só pesque mais, mas também consuma pescados em maiores quantidades. A Organização Mundial da Saúde recomenda a ingestão anual, per capita, de 12 quilos por ano, mas a taxa brasileira ainda está por volta de 7 quilos anuais. Para a consecução desse objetivo é importante a aprovação da proposição, com vistas a preencher a lacuna deixada pela Lei nº 11.959, de 2009.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

Comissão de Assuntos Sociais
Rosalba Chiarlini
Presidente

, Presidente

, Relator

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Relatório do Senador José Agripino, que passa a constituir Parecer da CAS, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 423 de 2009.

Sala da Comissão, em 2 de dezembro de 2009.


Senadora ROSALBA CHIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/11/2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATOR: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

(vago)

1- (vago)

AUGUSTO BOTELHO (PT)

2- CÉSAR BORGES (PR)

PAULO PAIM (PT)

3- EDUARDO SUPPLY (PT)

MARCELO CRIVELLA (PRB)

4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

LIMA CLEIDE (PT)

5- IDELI SALVATTI (PT)

ROBERTO CAVALCANTI (PRB)

6- (vago)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

7- JOSÉ NERY (PSOL)

MAJORIA (PMDB E PP)

MAJORIA (PMDB E PP)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)

1- LOBÃO FILHO (PMDB)

GILVAM BORGES (PMDB)

2- ROMERO JUCÁ (PMDB)

PAULO DUQUE (PMDB)

3- VALDIR RAUPP (PMDB)

(vago)

4- CARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)

MÃO SANTA (PSC)

5- WELLINGTON SALGADO
DE OLIVEIRA (PMDB)

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)

1- HERÁCLITO FORTES (DEM)

ROSALBA CIARLINI (DEM)

2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)

EFRAIM MORAIS (DEM)

3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

RATMUNDO COLOMBO (DEM)

4- JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)

FLÁVIO ARNS (PSDB)

5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)

EDUARDO AZEREDO (PSDB)

6- MARISA SERRANO (PSDB)

PAPALÉO PAES (PSDB)

7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)

PTB TITULARES

PTB SUPLENTE

MOZARILDO CAVALCANTI

1- GIM ARGELLO

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

JOÃO DURVAL

1- CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 1.244, DE 2011
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
(em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.693, de 2009)

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Submete-se, nesta oportunidade, ao crivo desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 423, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, que tem por objeto alterar a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, de modo a equiparar a atividade pesqueira à agropecuária, além de dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal.

Com três artigos, a proposição em tela modifica a redação do inciso III do art. 2º e acrescenta os arts. 17-A e 17-B à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

Embora mantenha, em grande medida, a redação original do inciso III do art. 2º da Lei nº 11.959, de 2009, no que se refere ao conceito de pesca, o art. 1º do projeto equipara a atividade pesqueira à agropecuária, para classificá-la, na forma do art. 8º da lei, em duas categorias principais: pesca comercial e pesca não-comercial.

Já o art. 2º do projeto, com o acréscimo da Seção IV ao Capítulo IV da Lei nº 11.959, de 2009, incorpora a esta os arts. 17-A e 17-B, de modo a dispor, num primeiro momento, sobre os contratos de trabalho dos empregados na pesca industrial (art. 17-A), sem olvidar a criação do contrato de parceria na pesca artesanal (art. 17-B), se inexistente a relação de emprego.

Por fim, o art. 3º encerra a cláusula de vigência imediata do projeto, determinando, assim, que a Lei resultante da aprovação do projeto entra em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, enfatiza o ilustre proponente que, ao final, se aprovado o projeto, além de equiparar a atividade pesqueira à agropecuária, ter-se-á preenchido a lacuna legal decorrente do veto presidencial aos arts. 14, 15, 16 e 17 da Lei nº 11.959, de 2009.

Aliás, nos termos da Mensagem nº 503, de 29 de junho de 2009, o Presidente da República justificou a aposição dos vetos mencionados sob o argumento de que tais artigos possibilitariam que os tripulantes das embarcações de pesca fossem contratados ora sob o regime previsto na legislação trabalhista, comercial, ora sob contrato de parceria, sem que houvesse justificativa plausível.

Aduziu, ainda, o Presidente da República que, da forma como foram redigidos os referidos dispositivos, estaria verificada a completa ausência de definição acerca dessa contratação comercial e a insuficiente caracterização do contrato de parceria, o que terminaria por permitir que relações com elementos fático-jurídicos próprios da relação de emprego fossem constituídas sem observância do art. 7º da Constituição Federal.

Em face dessas circunstâncias, o proponente optou por apresentar o projeto de lei sob análise, regulando por completo o contrato de parceria na pesca artesanal, já previsto, na alínea *a* do inciso I do art. 8º da Lei nº 11.959, de 2009, como o instrumento jurídico destinado exclusivamente à realização da atividade pesqueira em regime de associação por cotas-partes, não gerando, portanto, vínculo trabalhista entre as partes contratantes.

No que se refere à pesca industrial, o proponente justificou a apresentação do projeto, com fundamento na legislação trabalhista em vigor, no sentido de preservar os direitos do pescador profissional.

Finalmente, em reunião realizada em 2 de dezembro de 2009, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o relatório do Senador José Agripino, que passou a constituir o parecer daquela Comissão, favorável ao projeto em comento.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para cuja apreciação veio o PLS nº 423, de 2009, em virtude do Requerimento nº 1.693, de 2009, do Senador Renato Casagrande, aprovado em 24 de fevereiro de 2010.

II – ANÁLISE

O PLS nº 423, de 2009, não apresenta vício de **regimentalidade**. Com efeito, nos termos do art. 101, incisos I e II, *d*, do Regimento Interno desta Casa (RISF), cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da Presidência ou consulta de qualquer comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita ao direito civil.

Os requisitos formais e materiais de **constitucionalidade**, por sua vez, são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art.

22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido deslustrada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, §1º, da CF).

Já no que concerne à **juridicidade**, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i) o meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) *é o adequado*, *ii) a disposição* nele vertida *inova* o ordenamento jurídico, *iii) possui* o atributo da *generalidade*, *iv) se mostra* dotado de potencial *coercitividade* e *v) compatível* com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

Quanto à **técnica legislativa**, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que tem por objetivo proporcionar a utilização de linguagem e técnicas próprias, que garantam às proposições legislativas as características esperadas pela lei: clareza, concisão, interpretação unívoca, generalidade, abstração e capacidade de produção de efeitos.

No **mérito**, destacamos a conveniência e oportunidade da proposição em apreço. Realmente, atende ao melhor pragmatismo – porquanto responsável e conforme os princípios informadores do direito civil brasileiro – inscrever, no direito positivo, disposição que conceda eficácia ao contrato de parceria na pesca artesanal, de modo a distingui-lo das contratações trabalhistas dos pescadores empregados na pesca industrial.

Ao passo que a profissão de pescador e sua regulamentação estão inseridas no campo do Direito do Trabalho, o contrato de parceria na pesca artesanal está inserido entre aquelas atividades comerciais de iniciativa comum, regidas pelo Direito Civil, e apenas mencionada, sem a profundidade que dela se esperava, no art. 8º, inciso I, *a*, da Lei nº 11.959, de 2009.

Como bem lembrado na Comissão de Assuntos Sociais, a Lei nº 11.959, de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, além de regular as atividades pesqueiras, foi sancionada para promover o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira no Brasil. Certamente, a lei em comento buscou a regulamentação e a definição das diversas modalidades de pesca realizadas, dando lastro jurídico para o incremento das relações comerciais e produtivas do setor pesqueiro, sem olvidar de proteger os direitos dos trabalhadores nele inseridos.

Entretanto, ao vetar quatro artigos, o Presidente da República acabou – decerto – por gerar incômodas lacunas no nosso ordenamento jurídico. Para o Mandatário Maior da Nação, o veto lançado aos arts. 14, 15, 16 e 17 da Lei nº 11.959, de 2009, justifica-se pela carência de clareza fática dos institutos jurídicos lá insculpidos, pois não se permitia distinguir o contrato de trabalho dos pescadores recrutados, submetido ao regime da legislação trabalhista, do contrato de parceria na pesca artesanal.

Fica evidente, portanto, que este projeto supre a lacuna existente no ordenamento jurídico acerca da atividade pesqueira, uma vez que normatiza, por completo, o contrato de trabalho dos pescadores recrutados sob o regime da legislação trabalhista, distinguindo-o do contrato de parceria de pesca artesanal, elaborado sob o manto do Direito Civil, sem ferir a Constituição Federal.

Como bem observou o Senador José Agripino, o contrato de parceria de pesca artesanal é uma das atividades econômicas mais conhecidas e populares de nosso País e se desenvolve pela união de incontáveis pescadores a donos de barcos e materiais de captura para o exercício do seu ofício.

Dessa forma, ao deixar de regulamentar aquelas matérias, o referido diploma legal, embora inserido em nosso ordenamento jurídico, já nasceu amputado, pois lhe faltam disposições específicas acerca do contrato de parceria de pesca artesanal, além de outras, relacionadas à necessária regulamentação do trabalho do pescador.

Como já dito na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto apresentado pelo Senador Garibaldi Alves Filho exsurge como alternativa bem fundamentada ao propósito de assegurar à atividade pesqueira e aos milhares de trabalhadores nela inseridos trabalho digno e respeito à legislação trabalhista.

Assim, este projeto acrescenta à legislação pesqueira a definição e caracterização do contrato de parceria na pesca artesanal, equiparando-o à atividade agropecuária. Tal iniciativa colhe as suas razões nos dispositivos previstos para a parceria rural, de modo a permitir aplicação analógica das suas normas à atividade pesqueira artesanal.

O que se pretende, na verdade, é distinguir o contrato de parceria de pesca artesanal da relação de emprego, na qual há um chefe com maior poder decisório e de barganha produtiva, além da garantia dos direitos trabalhistas previstos em lei.

Por sua vez, no contrato de parceria de pesca artesanal, haverá apenas sócios, sem patrões e subordinados. Haverá partilha de lucros e prejuízos na exata medida da cota-parte de investimento de cada um dos parceiros. Ficam, portanto, afastadas as relações de mera prestação de serviços, o que acarreta, não raro, situações de franca desvantagem para o pescador, o que realça o mérito e a oportunidade da proposição.

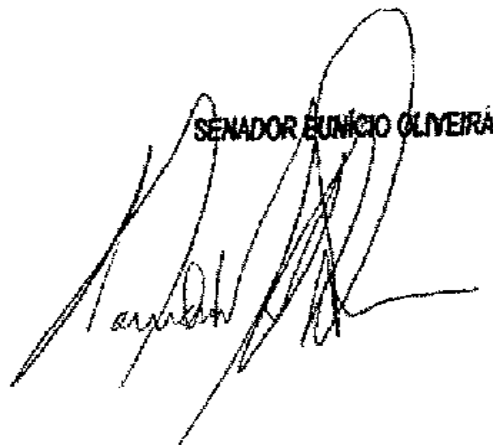
Com efeito, a regulamentação do que seja o contrato de parceria e suas condições tem por mérito resolver e afastar eventuais embaraços de ordem jurídica, pois trata o assunto não apenas numa perspectiva econômica, mas também sob a ótica social e cultural de comunidades inteiras que vivem da pesca artesanal por todo o nosso País.


Não restam dúvidas de que precisamos de um setor pesqueiro cada vez mais forte e produtivo. Afinal, com esse imenso litoral à nossa disposição, além de rios e lagoas plenas de vida aquática, não podemos desperdiçar esse enorme potencial gerador de emprego e renda.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009.

Sala da Comissão, 4 de maio de 2011.

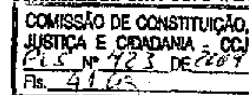
 **SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA**, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**PROPOSIÇÃO:** PLS Nº 423 DE 2009**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/05/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE: SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLCY
MARTA SUPLCY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. JOÃO RIBEIRO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. RENAN CALHEIROS
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
LUIZ HENRIQUE	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. MÁRIO COUTO
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 05/04/2011



PARECER Nº 1.245, DE 2011
(Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 423, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, que tem por objeto alterar a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, de modo a equiparar a atividade pesqueira à agropecuária, além de dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e sobre o contrato de parceria na pesca artesanal.

Com três artigos, a proposição em tela modifica a redação do inciso III do art. 2º e acrescenta os arts. 17-A e 17-B à Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras. O art. 1º do projeto equipara a atividade pesqueira à agropecuária, para classificá-la, na forma do art. 8º da Lei, em duas categorias principais: pesca comercial e pesca não-comercial. Já o art. 2º cria nova Seção IV no Capítulo IV da Lei, e incorpora os arts. 17-A e 17-B, de modo a dispor sobre os contratos de trabalho dos empregados na pesca industrial (art. 17-A), e sobre o contrato de parceria na pesca artesanal (art. 17-B), se inexistente a relação de emprego. Por fim, o art. 3º estabelece a cláusula de vigência.

A proposição já tramitou e foi aprovada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Será agora apreciada em caráter terminativo pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 104-B, incisos V e XVI do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre projetos atinentes a pesca e a emprego, previdência e renda rurais, respectivamente.

Conforme se aduz do Parecer aprovado pela CCJ, não há reparos à fazer à proposição em relação aos aspectos de regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, cabe mencionar que Lei Agrícola Brasileira (Lei nº 8.171, de 1991), em seu art. 1º, parágrafo único, inclui na definição de atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados da pesca. O art. 48 da mesma Lei inclui entre os objetivos do crédito rural o desenvolvimento de atividades pesqueiras, e o art. 49 coloca entre os beneficiários do crédito rural as pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, exerçam, entre outras, atividades pesqueiras, de aquicultura e de pesca artesanal.

Como se vê, a legislação agrícola já faz uma certa correlação entre a atividade agrícola e a atividade pesqueira. Contudo, os pescadores não são considerados produtores rurais, mas sim equiparados a eles, para fins de crédito rural. O objetivo do projeto em análise é equiparar à atividade agropecuária toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.

A proposição também prevê, na pesca industrial, a possibilidade de contratos com previsão de pagamento ao pescador profissional, parte em dinheiro e parte em percentual do resultado da pesca. Nessa forma de contratação, regulada pela legislação trabalhista, é assegurado ao pescador a percepção de um salário mínimo.

Além disso, o projeto acrescenta à legislação pesqueira a definição e caracterização do contrato de parceria na pesca artesanal, de forma análoga à parceria rural. Com isso, passa a haver uma diferenciação entre o contrato de parceria de pesca artesanal e relação de emprego, na qual há um chefe com maior poder decisório. Já no contrato de parceria de pesca artesanal há apenas sócios, sem patrões e subordinados.

Com o objetivo de aprimorar o projeto, apresentamos substitutivo no qual fazemos as seguintes modificações:

- a) Nos contratos de trabalho da pesca industrial, o menor valor a ser recebido pelo pescador passa a ser o piso salarial da categoria, e não o salário mínimo, como consta do projeto;
- b) Inclusão da possibilidade de antecipação do pagamento referente ao resultado da pesca;
- c) As pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade pesqueira de exploração, exploração, cultivo, conservação ou industrialização de pescado passam a ser consideradas produtores rurais, para todos os fins, tornando-se, inclusive, beneficiários da política agrícola;
- d) Apresenta o termo “industrialização” como sinônimo de processamento, no dispositivo que trata das definições dos termos usados na Lei.

Como a Lei nº 11.959, de 2009, já dispõe genericamente sobre os contratos de parceria, entendemos por bem não fazer uma regulamentação da parceria na pesca artesanal, como forma de dar maior liberdade aos parceiros para estabelecer as cláusulas contratuais de acordo com a própria realidade. Por esse motivo, o substitutivo exclui o art. que normatiza esse tipo de parceria.

Em relação à equiparação das atividades pesqueira e agropecuária, entendemos que a melhor forma de estender aos pescadores os benefícios da política agrícola é considerá-los produtores rurais, por definição legal. De acordo com o texto atual do art. 27 da Lei nº 11.959, de 2009, são considerados produtores rurais apenas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam a atividade pesqueira de captura e criação de pescado. O substitutivo amplia o benefício para todas as pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade pesqueira de exploração, exploração, cultivo, conservação ou industrialização de pescado. Com isso, não apenas o pescador, mas também a indústria processadora passará a ter acesso às políticas agrícolas.

Não há dúvidas de que, com o imenso litoral que possuímos e a grande disponibilidade de rios e lagos, o setor pesqueiro brasileiro precisa ser fortalecido, pois não podemos desperdiçar esse extraordinário potencial gerador de emprego e renda.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº -CRA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a atividade pesqueira à atividade agropecuária, e para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo equiparar a atividade pesqueira à agropecuária e dispor sobre os contratos de trabalho dos pescadores profissionais.

Art. 2º Os arts. 2º e 27 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

XI – processamento ou industrialização: fase da atividade pesqueira destinada ao aproveitamento do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca e da aquicultura

.....” (NR)

.....

“Art. 27. São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira de exploração, exploração, cultivo, conservação ou industrialização de pescado nos termos desta Lei.

.....”

(N R)

Art. 3º O Capítulo IV da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV:

“Seção IV

Dos Pescadores Profissionais Empregados na Pesca Industrial

Art. 17-A. Na pesca industrial, os contratos com previsão de pagamento do pescador profissional, parte fixa, em dinheiro, respeitado o piso salarial, e parte em percentual do resultado da pesca, são regulados pela legislação trabalhista, sendo estabelecidas no contrato de trabalho, devidamente previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, as condições de acordo com a modalidade de pesca, de embarcação e região.


§ 1º O percentual referente ao resultado da pesca será fixado em acordo ou convenção coletiva e o pagamento será efetuado, no máximo, após três viagens de atividade pesqueira, podendo haver antecipação ao trabalhador de parte destes recursos.

§ 2º Os valores do percentual referente ao resultado da pesca, nos termos do § 1º deste artigo, equiparam-se ao disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhes aplicando o princípio da habitualidade.

§ 3º O comandante da embarcação será responsável pela direção das operações de pesca durante a viagem ou expedição e pela disciplina do pessoal a bordo." NR

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2011.



, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

EMENDA Nº 1 - CRA (Substitutivo) ao
PROPOSIÇÃO: PLS Nº 423, DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/9/2011, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Sen. Acir Gurgacz

RELATOR: Sen. Flexa Ribeiro

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

DELCLÍDIO DO AMARAL	1. ANGELA PORTELA
ANTONIO RUSSO	2. EDUARDO SUPPLY
ZEZE PERRELLA	3. WALTER PINHEIRO
CLÉSIO ANDRADE	4. BLAIRO MAGGI
ACIR GURGACZ (presidente)	5. JOÃO DURVAL
RODRIGO ROLLEMBERG	6. ANTONIO CARLOS VALADARES

BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

WALDEMIR MOKA	1. GARIBALDI ALVES
CASILDO MALDANER	2. ROBERTO REQUIÃO
EDUARDO AMORIM	3. VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	4. LUIZ HENRIQUE
REDITARIO CASSOL	5. CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA	6. JOÃO ALBERTO SOUZA

BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)

FLEXA RIBEIRO (relator)	1- ALOYSIO NUNES FERREIRA
CYRO MIRANDA	2- ALVARO DIAS
JAYME CAMPOS	3- DEMÓSTENES TORRES

PTB

SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR) 1- MOZARILDO CAVALCANTI

PSOL

VAGO 1- VAGO

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

EMENDA Nº 1 AO PLS Nº 423, DE 2009

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL					1. ANGELA PORTELA				
ANTONIO RUSSO					2. EDUARDO SUPLICY				
ZEZE PERRELLA					3. WALTER PINHEIRO				
CLÉSIO ANDRADE	X				4. BLAÍRO MAGGI				
ACIR GURGACZ					5. JOÃO DURVAL				
RODRIGO ROLLEMBERG	X				6. ANTONIO CARLOS VALADARES				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA	X				1. GARIBALDI ALVES				
CASILDO MALDANER					2. ROBERTO REQUIÃO				
EDUARDO AMORIM					3. VALDIR RAUPP				
ANA AMÉLIA	X				4. LUIZ HENRIQUE	X			
REDITÁRIO CASSOL					5. CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					6. JOÃO ALBERTO SOUZA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FLEXA RIBEIRO	X				1. ALOYSIO NUNES FERREIRA				
CYRO MIRANDA	X				2. ALVARO DIAS				
JAYME CAMPOS					3. DEMÓSTENES TORRES				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO SOUZA (PMDB/PR)	X				1. MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1. VAGO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1
SALA DAS REUNIÕES, EM 23/11/2011

Senador ACIR GURGACZ
PRESIDENTE

QUOTA DO AUTOR NA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMBITADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM DE 130 S. DE 130 DESEN

TEXTO FINAL DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009, NOS TERMOS DA EMENDA, Nº01-CRA (SUBSTITUTIVO), APROVADO EM TURNO SUPLEMENTAR, SEM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS, EM REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011.

EMENDA Nº 1-CRA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2009.

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a atividade pesqueira à atividade agropecuária, e para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo equiparar a atividade pesqueira à agropecuária e dispor sobre os contratos de trabalho dos pescadores profissionais.

Art. 2º Os arts. 2º e 27 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

XI – processamento ou industrialização: fase da atividade pesqueira destinada ao aproveitamento do pescado e de seus derivados, provenientes da pesca e da aquicultura

.....” (NR)

“Art. 27. São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira de exploração, exploração, cultivo, conservação ou industrialização de pescado nos termos desta Lei.

.....” (N R)

Art. 3º O Capítulo IV da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV:

"Seção IV

Dos Pescadores Profissionais Empregados na Pesca Industrial

Art. 17-A. Na pesca industrial, os contratos com previsão de pagamento do pescador profissional, parte fixa, em dinheiro, respeitado o piso salarial, e parte em percentual do resultado da pesca, são regulados pela legislação trabalhista, sendo estabelecidas no contrato de trabalho, devidamente previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, as condições de acordo com a modalidade de pesca, de embarcação e região.

§ 1º O percentual referente ao resultado da pesca será fixado em acordo ou convenção coletiva e o pagamento será efetuado, no máximo, após três viagens de atividade pesqueira, podendo haver antecipação ao trabalhador de parte destes recursos.

§ 2º Os valores do percentual referente ao resultado da pesca, nos termos do § 1º deste artigo, equiparam-se ao disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, não se lhes aplicando o princípio da habitualidade.

§ 3º O comandante da embarcação será responsável pela direção das operações de pesca durante a viagem e a expedição e pela disciplina do pessoal a bordo." NR

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de outubro de 2011.

Senador
Presidente

ACIR

GURGACZ,

Senador
Relator

ELEXA

RIBEIRO,

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

~~XII - salário-família para os seus dependentes;~~

XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV - aposentadoria;

~~XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;~~

XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

~~XXIX - ação, quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de:~~

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)

~~a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;~~

~~b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural; (Revogado pela Emenda Constitucional nº 28, de 25/05/2000)~~

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

~~XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;~~

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

- I - os instrumentos creditícios e fiscais;
- II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV - a assistência técnica e extensão rural;
- V - o seguro agrícola;
- VI - o cooperativismo;
- VII - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º - A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º - Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991.

Dispõe sobre a política agrícola.

Art. 1º Esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.

Art. 48. O crédito rural, instrumento de financiamento da atividade rural, será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação entre eles, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fundos e quaisquer outros recursos, com os seguintes objetivos:

I - estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e instalação de agroindústria, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas;

II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção, do extrativismo não predatório e da comercialização de produtos agropecuários;

III - incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada conservação do solo e preservação do meio ambiente;

IV - (Vetado).

V - propiciar, através de modalidade de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;

VI - desenvolver atividades florestais e pesqueiras.

~~Parágrafo único. Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural terá por objetivo estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais, agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados. (Incluído pela Medida Provisória nº 432, de 2008)~~

§ 1º Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural terá por objetivo estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

§ 2º Quando destinado a agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural poderá ser destinado à construção ou reforma de moradias no imóvel rural e em pequenas comunidades rurais. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

Art. 49. O crédito rural terá como beneficiários produtores rurais extrativistas não predatórios e indígenas, assistidos por instituições competentes, pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, se dediquem às seguintes atividades vinculadas ao setor:

- I - produção de mudas ou sementes básicas, fiscalizadas ou certificadas;
- II - produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
- III - atividades de pesca artesanal e aquicultura para fins comerciais;
- IV - atividades florestais e pesqueiras.

~~§ 1º Podem ser beneficiários do crédito rural, quando necessário ao escoamento da produção agropecuária, beneficiadores e agroindústrias que beneficiem ou industrializem o produto, desde que comprovada a aquisição da matéria-prima diretamente de produtores ou suas cooperativas, por preço não inferior ao mínimo fixado ou ao adotado como base de cálculo do financiamento, e mediante deliberação e disciplinamento do Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Medida Provisória nº 432, de 2008)~~

~~§ 2º Para efeito do § 1º, enquadram-se como beneficiadores os cerealistas que exerçam, cumulativamente, as atividades de limpeza, padronização, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas. (Incluído pela Medida Provisória nº 432, de 2008)~~

§ 1º Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização, quando necessário ao escoamento da produção agropecuária, beneficiadores e agroindústrias que beneficiem ou industrializem o produto, desde que comprovada a aquisição da matéria-prima diretamente de produtores ou suas cooperativas, por preço não inferior ao mínimo fixado ou ao adotado como base de cálculo do financiamento, e mediante deliberação e disciplinamento do Conselho Monetário Nacional. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

§ 2º Para efeito do disposto no § 1º deste artigo, enquadram-se como beneficiadores os cerealistas que exerçam, cumulativamente, as atividades de limpeza, padronização, armazenamento e comercialização de produtos agrícolas. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências

LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009.

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros;

Art. 3º Compete ao poder público a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso:

- I – os regimes de acesso;
- II – a captura total permissível;
- III – o esforço de pesca sustentável;
- IV – os períodos de defeso;
- V – as temporadas de pesca;
- VI – os tamanhos de captura;
- VII – as áreas interditadas ou de reservas;
- VIII – as artes, os aparelhos, os métodos e os sistemas de pesca e cultivo;
- IX – a capacidade de suporte dos ambientes;
- X – as necessárias ações de monitoramento, controle e fiscalização da atividade;
- XI – a proteção de indivíduos em processo de reprodução ou recomposição de estoques.

§ 1º O ordenamento pesqueiro deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e sua continuidade.

§ 2º Compete aos Estados e ao Distrito Federal o ordenamento da pesca nas águas continentais de suas respectivas jurisdições, observada a legislação aplicável, podendo o exercício da atividade ser restrita a uma determinada bacia hidrográfica.

Art. 8º Pesca, para os efeitos desta Lei, classifica-se como:

I – comercial:

- a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

- a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
 - b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
 - c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.
-

Art. 14. (VETADO)

Art. 15. (VETADO)

Art. 16. (VETADO)

Art. 17. (VETADO)

Art. 27. São considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira de captura e criação de pescado nos termos desta Lei.

§ 1º Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização os agentes que desenvolvem atividades de transformação, processamento e industrialização de pescado, desde que atendido o disposto no § 1º do art. 49 da Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar sistema nacional de informações sobre a pesca e a aquicultura, com o objetivo de coletar, agregar, intercambiar e disseminar informações sobre o setor pesqueiro e aquícola nacional.

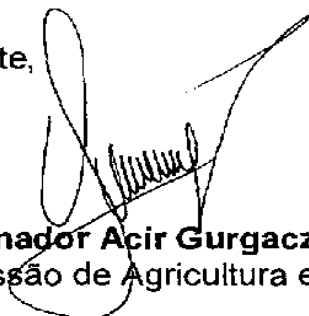
OF.- PRES. Nº 006/2011-CRA

Brasília, 27 de outubro de 2011.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, que a emenda nº 01-CRA (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009 que "Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal", de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, foi aprovada em Turno Suplementar, sem apresentação de emendas.

Atenciosamente,



Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Exmo. Sr.
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
NESTA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 6,**

de 2011, do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009.**

É o seguinte o Ofício:

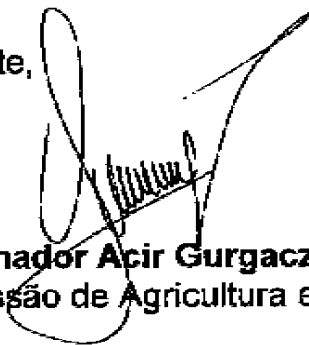
OF.- PRES. Nº 006/2011-CRA

Brasília, 27 de outubro de 2011.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, nos termos do art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, que a emenda nº 01-CRA (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009 que "Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para equiparar a pesca à atividade agropecuária bem como para dispor sobre o trabalho dos pescadores profissionais na atividade pesqueira industrial e o contrato de parceria na pesca artesanal", de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, foi aprovada em Turno Suplementar, sem apresentação de emendas.

Atenciosamente,



Senador Acir Gurgacz
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Com referência ao **Ofício nº 6, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 461, de 2003**, do Senador Alvaro Dias, que *institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador com idade entre 40 e 55 anos de idade – PROIN*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005**, do Senador Paulo Paim, que *regulamenta os §§ 12 e 13 do art. 201 e o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para dispor sobre o sistema especial de inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico e sobre a contribuição social das empresas (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 67, de 2007; e 132, de 2010)*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2008**, do Senador João Vicente Claudino, que *altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para possibilitar a suspensão da aposentadoria por invalidez em virtude de retorno voluntário à atividade profissional*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2008**, do Senador Renato Casagrande, que *dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2008**, do Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e créditos às pessoas jurídicas que adquirirem livros técnicos-profissionalizantes relacionados ao respectivo objeto social da empresa e os distribuírem, gratuitamente, ao seu corpo funcional e à comunidade onde a empresa está localizada*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2009**, do Senador Sérgio Zambiasi, que *acrescenta § 3º ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para autorizar a aquisição periódica de equipamentos e materiais de informática para uso de estudantes de escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio*; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2010**, do Senador Pedro Simon, que *altera a redação do §*

2º do art. 195 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a regular o adicional de insalubridade e periculosidade conforme o constatado por perito.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos de Lei do Senado nºs 461, de 2003; 253, de 2005; 56, de 2008; e 163, de 2010, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; e os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 384, de 2008; e 583, de 2009, rejeitados, vão ao Arquivo.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 67, de 2007; e 132, de 2010, que tramitam em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, rejeitados, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 51, de 2011**, do Senador Walter Pinheiro, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer normas para permitir a votação por processo simbólico nas decisões terminativas das Comissões e excluir a obrigatoriedade de serem a elas encaminhados os relatórios de atividades ou similares encaminhados por órgãos ou entidades do Poder Executivo.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Esgotou-se, na última sexta-feira, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 303, de 2009** (nº 5.276/2005, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin), que *dispõe sobre a intervenção cirúrgica de simpatectomia para correção da hiper-hidrose.*

Tendo sido rejeitado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Os Srs. Senadores Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Mário Couto, a Srª Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publi-

cados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, requeiro a transcrição, no Diário do Senado Federal, para que conste nos Anais, o artigo publicado no jornal *Opção* edição 1895, de Elder Dias.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR DEMÓSTENES TORRES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Elder Dias

Os zumbis do crack querem voltar a ser gente

O sociólogo Herbert de Souza dizia “quem tem fome tem pressa”. O mesmo vale hoje para os dependentes do crack, que precisam de socorro especializado, compulsório e imediato

Apu Gomes/Folha Imagem/Divulgação

Muitos psiquiatras, psicólogos, sociólogos e demais estudiosos contemporâneos do tema dizem que hospício, manicômio, casa de repouso ou qualquer coisa semelhante, enfim, tudo isso é algo de um passado sombrio e arcaico, que deve ser esquecido. Vá dizer isso a alguém que sofre na família o tormento de um dependente do crack e não tem a quem pedir ajuda. O senhor especialista poderia deixar o conforto de sua biblioteca, onde estuda teoricamente o tema, e encarar a realidade da miséria real das cracolândias espalhadas por todo o País.

Não dá mais para esconder o problema atrás dos livros e dos direitos encadernados dentro de uma Constituição que não temos condições de cumprir, porque é avançada demais – e até utópica —para o nível médio de civilidade e ética da população brasileira. Falo isso porque acabo de ver e ouvir uma entrevista do psiquiatra Dartiu Xavier, diretor do Programa de Orientação e Assistência a Dependentes (Proad), que é contra a internação compulsória de dependentes químicos.

O argumento que Xavier utiliza é válido: a questão da droga não é o problema central na vida daquelas pessoas tão promiscuídas, magérrimas, envoltas em cobertores e abrigadas embaixo de pontes e em becos sujos da cidade. Elas, antes de se drogarem, enfrentaram miséria, fome e a face mais terrível da desigualdade social que assola o Brasil desde seus primórdios. Sim, não há como discordar.

Mas, desculpe-me o doutor, tudo não passa de blablablá. Porque, em realidade, o que esse discurso

quer repassar é que há que se cuidar não do problema imediato do vício na droga (a consequência do estado de vulnerabilidade), mas de suas causas. Certo, mas como está o Estado brasileiro nessa “atuação preventiva”? Tem cumprido os preceitos da Constituição de 88 e dado educação pública de qualidade à população? O SUS é uma maravilha, ninguém morre mais nas filas e todo mundo está abandonando os planos de saúde pagos em vista de sua desnecessidade? Essas pessoas moram em meio a zonas seguras e têm suas vidas protegidas pelo poder público e não chantageadas por algum poder paralelo? Sobre saneamento básico e segurança alimentar, está tudo 100% também, ok?

Não, nada de “ok”. Se pelo menos alguma resposta aos questionamentos acima fosse positiva, poder-se-ia dizer que haveria uma esperança luminosa a respeito do resultado de uma ação preventiva no fim do túnel escuro, mas não há nem sombra disso. E o cenário vislumbrado, em todos os setores – educação, saúde, segurança pública, saneamento etc. —, não é nada animador.

É aquilo que dizia Herbert de Souza, o Betinho, quando criticado por sua campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, acusada de ser um programa assistencialista. O sociólogo dizia: “Quem tem fome tem pressa”. O resto é discurso ou hipocrisia – ou as duas coisas juntas, um discurso hipócrita ou uma hipocrisia discursiva.

Quem usa crack tem fome também. Fome de socorro, fome de vida. O pior é que ele não dá conta de dizer isso, não sabe dizer: está no olho de um furacão que tomou sua existência de assalto. A potência da droga, seu imenso poder de submeter e subjugar os quereres de quem o usa, faz com o sujeito se torne nulo. Logo, não existe mais um sujeito e, sim, um zumbi. Esse conceito de “zumbi” para dependentes do crack tem aval médico, não há nenhuma invencionice de termo aqui: está no próprio site oficial do governo federal para se referir ao usuário de longo prazo da droga.

Ora, até mesmo pelos princípios da lógica, desde quando um sujeito nulo pode legislar sobre si mesmo? Algum pai deixa seu filho de 5 anos decidir para onde quer ir, se quer comer arroz e feijão ou viver de algodão-doce e pipoca? Mais: que boa mãe autoriza sua filha adolescente a fazer o que bem entender, porque ela diz que já sabe o que deve fazer? Esse menino e esse adolescente são mais “nulos” do que um zumbi?

Quantas ocorrências não foram já relatadas na imprensa de mães que trancafiaram o filho em casa para que ele não saísse para a rua em busca de drogas, ou mesmo para não ser morto por um traficante ao qual ele devesse? Ou ainda, que trancafiaram os objetos de valor da casa para que o mesmo filho não

os levasse embora, um por um, para pagar a droga consumida ou a consumir?

Por isso tudo, o perigo social causado pelos dependentes de crack é imenso, já que estamos falando de zumbis. As mortes e crimes por vezes inexplicáveis que vemos na TV – de crianças espancadas, de velhos chutados como saco de batatas, de mulheres assassinadas sem nenhum motivo plausível – são cometidos por esses zumbis. São esses seres que atormentam e atormentarão cada vez mais nossa sociedade, com um simples e incômodo pedido de esmola ao pé do semáforo ou com chacinhas cometidas à luz do dia.

Mas, apesar de todo esse cenário estarrecedor, não é pelo perigo social que o Estado deveria tomar conta dos dependentes do crack: é por seu dever de cuidar da proteção da vida de todo cidadão brasileiro. O mesmo princípio constitucional que obriga todo motociclista a usar capacete, todo motorista a usar cinto de segurança e todo operário a usar equipamentos adequados.

Dessa forma, não há como contestar a necessidade de criação de centros de recuperação de dependentes químicos, como os Credeqs que o governo de Goiás assegura que vai implantar a partir do próximo ano. Pela gravidade da situação, o próximo ano já é muito tempo. A internação – mais do que isso, a internação compulsória – dos dependentes teria de ser para ontem. Assim como os fa-mintos de Betinho queriam ser saciados, os zumbis do crack têm pressa de voltar a ser humanos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “O ministro tem que sair”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 18 de outubro de 2011.

O editorial destaca que a leniência do governo Lula com a bandalheira transformou uma colaboração em princípio saudável numa gazua. Mesmo assim, até agora ninguém tinha acusado um ministro de receber dinheiro vivo de um convênio de promoção.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

O ministro tem de sair

18 de outubro de 2011 | 3h 07

O Estado de S.Paulo

Por sua extrema gravidade, não basta que se investigue a fundo a denúncia de que o ministro do Esporte, Orlando Silva, do PC do B, se beneficiou pessoalmente do desvio de recursos do programa Segundo Tempo, criado para promover atividades esportivas com crianças e adolescentes pobres. O programa foi terceirizado para organizações não governamentais (ONGs) conveniadas com a pasta – e, claro, dirigidas por gente do partido do ministro. A acusação, divulgada no fim da semana pela revista *Veja*, deixou Orlando Silva sem condições de continuar no cargo. Ele pediu à Polícia Federal que investigue o caso, que certamente acabará nos tribunais. Mas, no âmbito da política, o princípio da presunção de inocência não se aplica nem se pode esperar que sentenças transitem em julgado. O ministro precisa sair não apenas para não ter a sua autoridade cada vez mais desgastada, que é o que costuma acontecer nessas circunstâncias, mas sobretudo para poupar a presidente Dilma Rousseff de novas atribulações no campo minado da corrupção – bem agora que o Esporte ganhou uma projeção sem precedentes, com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 no País e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, dois anos depois.

Em fevereiro último uma série de reportagens deste jornal revelou que o Segundo Tempo era uma mina de ouro para o PC do B, graças justamente aos convênios da pasta com entidades ligadas à sigla, realizados sem licitação. Somente em 2010 o aparelhado Ministério desembolsou R\$ 30 milhões em transferências – em mais de um sentido – do gênero. Ao que tudo indica, o contubérnio começou com o antecessor de Orlando Silva, Agnelo Queiroz, que se elegeu governador do Distrito Federal (DF) depois de trocar o PC do B pelo PT. Comissões de 20% que teriam sido pagas ao partido da foice podem ter somado ao longo da era Lula cerca de R\$ 40 milhões. Mas os “comunistas” não guardavam tudo para si. Teriam ajudado a cobrir gastos da campanha do presidente, em 2006, diz o policial militar (PM) e ex-militante do PC do B João Dias Ferreira. Em abril do ano passado, ele foi preso na Operação Shaolin, da Polícia Civil do DF, por suspeita de participação no desvio de R\$ 1,99 milhão repassado pelo Ministério dos Esportes, mediante dois convênios, à Associação João Dias de Kung Fu.

Ferreira é o principal acusador de Orlando Silva. O ministro alega que o PM se voltou contra ele porque o Ministério pediu ao Tribunal de Contas da União que investigasse os convênios com as suas ONGs e as

obrigasse a devolver ao erário R\$ 3,16 milhões. Pode ser. Mas pode ser também porque o ministro e o partido, diferentemente do que lhe teriam prometido, o deixaram entregue à própria sorte nas investigações da Shaolin. Não foi a primeira vez, nem será a última, que a vingança acaba expondo os podres do governo e da política. À Veja, Ferreira confirmou que o Segundo Tempo servia para favorecer correligionários e irrigar as finanças do PC do B – mas a denúncia bombástica foi outra. Um comparsa do policial, o motorista Célio Soares Pereira, contou ter recolhido dinheiro de quatro entidades ditas sem fins lucrativos que recebiam verba do programa e que o entregou ao ministro Orlando Silva dentro da garagem do Ministério, numa caixa de papelão. “Eram maços de notas de 50 e 100 reais.”

Para embolso pessoal ou caixa 2 de partidos, desvios de recursos de convênios entre a administração pública e ONGs de fachada – não raro constituídas para esse fim, instaladas em endereços fictícios, em nome de laranjas – são talvez o maior dos ralos por onde escorre dinheiro do contribuinte. Como notou ontem no Estado o colunista José Roberto de Toledo, em 2010 o governo destinou R\$ 5,4 bilhões a 100 mil ONGs, ante R\$ 1,9 bilhão em 2004. Esses gastos têm crescido mais do que as transferências para Estados e municípios. Ironicamente, de início se esperava que a participação dessas entidades, além de engajar a sociedade na implementação de políticas públicas, ajudaria a combater o burocratismo, o desperdício – e a corrupção.

A leniência do governo Lula com a bandalheira transformou uma colaboração em princípio saudável numa gazua. Mesmo assim, até agora ninguém tinha acusado um ministro de receber dinheiro vivo de um convênio de promoção social.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “A CNI vê risco de inflação alta”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* de 12 de outubro de 2011.

O editorial destaca que inflação alta, produção em ritmo lento e gasto federal em rápida expansão compõem do cenário traçado para 2012 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CYRO MIRANDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

A CNI vê risco de inflação alta

12 de outubro de 2011 | 3h 04

O Estado de S. Paulo

Inflação alta, produção em ritmo lento e gasto federal em rápida expansão compõem o cenário traçado para 2012 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em seu novo Informe Conjuntural, divulgado nessa terça-feira. Será difícil conduzir a inflação ao centro da meta de 4,5%, no próximo ano, e isso dependerá principalmente de uma política fiscal mais austera, mas não há sinal dessa política, segundo o documento. Os órgãos de representação da indústria têm defendido a redução dos juros básicos pelo Banco Central (BC). A taxa básica foi cortada em 31 de agosto e novos cortes deverão ocorrer, segundo projeções do setor financeiro e dos meios empresariais. No entanto, os economistas da CNI parecem menos confiantes agora quanto ao acerto da nova política monetária. Em nenhum momento a criticam, em sua análise, mas demonstram insegurança quanto aos pressupostos alegados pelo governo para defender o afrouxamento da política de juros.

Ao anunciar o corte da taxa básica, o BC apresentou suas razões para tomar a decisão: a economia brasileira já perde impulso, a inflação começa a recuar, o crescimento internacional será muito lento, mesmo sem recessão, os preços dos produtos básicos tendem a cair e o governo continuará adotando uma política fiscal prudente. Com isso, será possível abrandar a política monetária, porque a gestão das contas públicas facilitará o controle da inflação. O relatório endossa apenas parte dessas avaliações e é muito menos otimista quanto à evolução dos preços.

A CNI reduz de 3,8% para 2,2% sua projeção de crescimento do produto industrial e, na sua avaliação, esse resultado dependerá em boa parte da mineração, da construção civil e dos serviços de utilidade pública. A indústria de transformação deve crescer apenas 1,2%. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB) foi reestimada de 3,8% para 3,4% e será puxada principalmente pelo aumento do consumo privado (4,5%) e do consumo do governo (3%).

Além disso, o relatório chama a atenção para um ponto especialmente importante e nem sempre valorizado pelos economistas do governo: a produção tem perdido vigor, em parte por causa da concorrência estrangeira, mas a demanda interna continua forte. Por

isso, o comércio cresceu mais velozmente que o PIB nos últimos quatro trimestres e essa tendência provavelmente se manterá. Além disso, o setor de serviços, livre dos efeitos da competição estrangeira, segue a evolução da renda e do crédito oferecido ao consumidor nacional.

Ainda ontem, novas informações do IBGE apontaram na mesma direção da análise publicada pela CNI. Em agosto, o emprego industrial foi 0,4% maior que em julho. A folha de pagamento real foi 3,3% maior que a do mês anterior e 7,1% maior que a de um ano antes. Apesar das dificuldades, o próprio setor industrial continua contratando e expandindo a folha de salários. A mesma tendência tem sido observada em outros segmentos da economia.

A piora do cenário internacional deverá afetar o Brasil, mas a deterioração das condições externas será menor do que foi em 2008. Os investimentos diretos continuarão sustentando o déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos e, além disso, não deve ocorrer uma grande queda nos preços das commodities, pois haverá restrições de oferta (provavelmente, uma referência a dificuldades de vários produtores agrícolas importantes). Do setor externo, portanto, dificilmente virá uma pressão desinflacionária tão importante quanto a prevista pelo pessoal do BC.

Apesar disso, segundo a CNI, novos cortes deverão baixar a taxa básica de 12% para 11% neste ano. Com os consumidores ainda cacos e o quadro internacional menos assustador do que projeta o BC, cresce o papel da política fiscal no combate à inflação. Mas o gasto público voltou a crescer mais do que o PIB e em 2012 as despesas primárias aumentarão 14,5% em relação ao valor esperado para 2011. Além disso, o salário mínimo embutido na proposta orçamentária está subestimado, segundo a Confederação Nacional da Indústria, porque a inflação deve chegar a 6,5% no fim deste ano e não aos 5,7% usados no cálculo. É bom dar atenção a essas avaliações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Quando a vida fica mais fácil”, publicado pelo jornal *O Globo* de 14 de outubro de 2011.

O editorial destaca que marchas contra a corrupção pontuaram o feriado nacional em diversas cidades brasileiras, mas, ainda falta uma consciência mais forte contra os desvios de recursos.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Quando a vida fica mais cara

Publicada em 14/10/2011 às 15h59m

Marchas contra a corrupção pontuaram o feriado nacional em diversas cidades brasileiras, começando por Brasília. Não são manifestações de massa – fala-se em 20 mil pessoas na capital federal -, mas, de alguma forma, o recado foi dado: o de que o tema começa a incomodar a sociedade.

Por enquanto, há uma desproporção entre causa e efeito. As causas estão lá. No Santuário Nacional de Aparecida, foram apontadas pelo cardeal Raymundo Damasceno, presidente da CNBB: “Não podemos concordar com nenhuma forma de corrupção. A Igreja pede que as denúncias sejam investigadas.”

Por que as consequências ainda são pequenas? Vários motivos já foram sugeridos. O primeiro deles é, sem dúvida, o “feel good factor” – o fato de que o país continua crescendo, o desemprego está em níveis ainda suportáveis, os programas assistenciais atenuam a miséria.

Também há a cooptação de entidades que, em outros tempos, poderiam fazer barulho. Nos dois mandatos de Lula, os sindicatos sentiam-se, de alguma forma, parte do jogo político, eram tratados com deferência (o que ainda pode acontecer, mas em menor grau). Nesse quadro, podem surgir a qualquer momento notas desafinadas, o que aumentaria a sensibilidade social para o dinheiro que é desviado da coisa pública.

O custo da corrupção já foi avaliado – e é altíssimo. Há o desvio puro e simples; e as consequências do desvio. Educação e saúde, como se sabe, são dois pontos vulneráveis no novo projeto “Brasil potência”; e são áreas em que a corrupção atua desabridamente. Muitas vezes, o dinheiro que sai de Brasília é desviado no seu porto de destino – as prefeituras. Nessa área municipal, outra árvore frondosa é a das câmaras de vereadores, que, ou não deviam existir, ou pagam salários exorbitantes em relação à economia local.

Aqui se pode identificar a muito citada paciência (ou leniência) do povo brasileiro com os malfeitos. Porque, se a corrupção federal tem formas sutis de dissimulação, o que impede um município pobre de se rebelar contra seus supostos representantes, que usam e abusam das prerrogativas do poder?

Mas a grande mistificação vem do centro do poder. Vivemos um presidencialismo imperial que serve de modelo para tudo. E, nos dois últimos períodos de governo, não houve um caso de desvio de ética para o qual não se encontrasse desculpa ou atenuante. O ex-presidente Lula chegou a dizer, recentemente, que os políticos deviam mostrar um couro duro para passarem incólumes ante uma eventual saraivada de denúncias.

O Brasil tem mostrado indicadores sociais positivos. Milhões de pessoas tiveram acesso a melhores níveis de vida, consequência de um processo que começou com o Plano Real. Mas a corrupção aumenta, sem cessar, o custo do Estado brasileiro, que já é enorme. Para financiar esse Estado, sobem os impostos e demais cobranças. E o que acontece é que o brasileiro, hoje, está pagando mais caro por todas as necessidades do dia a dia. E assim vão-se criando condições para uma consciência social mais aguda. Que grite forte contra o assustador desvio de recursos.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro das matérias intituladas, “Conar mantém anúncio de Gisele de lingerie”, publicada pelo jornal *O Globo*, em 14 de outubro de 2011, e “Que pouca vergonha”, publicada pela revista *Época* em sua edição de 19 de outubro de 2011.

A matéria relata que o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) decidiu manter a campanha publicitária de lingerie da marca HOPE, estrelada pela modelo Gisele Bündchen, e que supostamente desmerecia a condição feminina.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias acima citadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Gisele Bündchen fica no ar

Conar mantém anúncio de Gisele de lingerie

Autor(es): Paulo Justus

O Globo – 14/10/2011

A decisão foi unânime no processo aberto pela Secretaria de Mulheres, que avisou que não pretende recorrer

SÃO PAULO. O Conselho de Ética do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar)

decidiu ontem manter, por unanimidade, a campanha de TV da marca de lingerie Hope, estrelada pela modelo Gisele Bündchen. O pedido de abertura do processo havia sido encaminhado ao órgão pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, junto com os de outros 40 consumidores, que consideraram a campanha ofensiva às mulheres.

No comercial, intitulado “Hope ensina”, a top model mostra a forma “errada” e a “certa” de dar uma má notícia ao marido. Na forma “errada”, usando um vestido, ela conta que bateu com o carro, estourou o cartão e que a mãe irá se mudar para a casa do casal. Na que seria a forma correta de dar uma notícia, aparece apenas vestindo lingerie.

O voto do relator do Conar, que foi acompanhado pelos demais conselheiros, fundamentou-se no argumento de que “os estereótipos presentes na campanha são comuns à sociedade e facilmente identificados por ela, não desmerecendo a condição feminina”.

A decisão, tomada em primeira instância, permite recurso, mas o governo avisou que não vai recorrer. Resta saber se os 40 consumidores que também entraram com o pedido de suspensão do anúncio terão interesse em levar adiante o processo, algo que raramente ocorre em casos como esse, segundo o Conar.

A secretaria da Presidência avaliou que, ao admitir a existência de estereótipos na peça publicitária, o voto do relator também representou um avanço no debate. A secretaria argumentou ainda que um de seus papéis é justamente combater os estereótipos.

— As mudanças na propaganda de cerveja são um exemplo que merece ser festejado. O avanço é tamanho que atualmente existem 32 normas éticas, adotadas (pelo Conar) nos anos de 2000, 2004 e 2008, para demonstrar a responsabilidade ética da comunicação das cervejas – disse a ouvidora da SPM, Ana Paula Schwelm Gonçalves, que representou o órgão no Conar.

Ana Paula lembrou que, no ano passado, outra propaganda de cerveja foi retirada do ar por decisão do Conselho de Ética do Conar, após julgamento de representação encaminhada pela SPM. Na ocasião, o alvo das denúncias foi o comercial da cerveja Devassa Bem Loura, da Schincariol, estrelado pela socialite americana Paris Hilton.

Secretaria considerou anúncio discriminatório

A secretaria entrou com o processo contra a Hope no fim de setembro, depois de receber dezenas de reclamações de pessoas que teriam se sentido ofendidas com a peça. A ministra da pasta, Irliny Lopes, chegou a taxar as propagandas de “preconceituosas e discriminatórias”, em ofício encaminhado ao Conar e à Hope.

Que pouca vergonha!

Governo e entidades das mais diversas origens querem se intrometer no processo criativo em nome da defesa da moral e dos bons costumes – um risco para a publicidade

Carlos Franco, da EXAME

São Paulo – Humorista dos mais queridos por crianças e adultos nas décadas de 70 e 80, o ator e músico Antônio Carlos Bernardes Gomes dificilmente faria sucesso nos dias atuais. Bernardes encarnava o trapalhão Mussum, um simpático sambista que fazia rir com suas piadas, trejeitos e gírias como “cacildis”, “forévis” e “mé”, a forma quase carinhosa como ele se referia à cachaça.

Há cerca de 30 anos, as brincadeiras de Mussum, mesmo as que envolviam o “mé”, eram vistas apenas como o que realmente eram: brincadeiras.

Hoje, diante do surgimento de uma patrulha moralista que tenta barrar propagandas e quadros de humor que lancem mão de situações engraçadas do cotidiano, sob o pretexto de proteger a família, as mulheres, as crianças, os homens e as minorias mais variadas, as referências à bebida feitas pelo comediante seriam certamente apontadas como apologia ao alcoolismo.

Nos dias de hoje, Bernardes correria um grande risco de nunca se tornar um Mussum. Felizmente, para ele e para quem o assistiu, a época era outra e até hoje o humorista é lembrado como um camarada engraçado e boa gente, e não como um bebum mau-caráter.

Outros atores, modelos, roteiristas e publicitários, contudo, não tiveram a mesma sorte. Vivem em um momento em que há riscos de ser processados pela sociedade protetora dos animais caso façam piadas envolvendo papagaios.

Recentemente, a modelo mais famosa e bem paga do mundo, a gaúcha Gisele Bündchen, tornou-se alvo da patrulha politicamente correta. A campanha que estrela para a marca de lingerie Hope foi acusada de denegrir a imagem da mulher.

Nos filmes da campanha, Gisele aparece conversando com um marido imaginário e dá notícias desagradáveis, como a batida do carro, o estouro do cartão de crédito e a chegada da sogra (dele) para morar com o casal, sempre em duas versões. Em uma delas, a modelo aparece vestida de forma simples e surge a legenda: “errado”.

Na outra, Gisele se exhibe de calcinha e sutiã da Hope. Nesta, a legenda é: “certo”, referindo-se à melhor forma de dar notícias ruins. Para finalizar, a campanha criada pela agência Giovanni+DraftFCB usa o slogan “Você é brasileira, use seu charme”.

Há uma pitada de machismo na peça? Claro que sim – como em piadas que contamos a amigos e

amigas. Na época em que Mussum fez sucesso com a criançada, esse seria apenas mais um filme de 30 segundos exibido antes de recomeçar o programa de TV Hoje, transformou-se em tema polêmico e virou assunto para a Presidência da República. Mais precisamente para a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República Indignada com o que viu, a secretária Iriny Lopes, que tem status de ministra, enviou ofício ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) e ao anunciante pedindo a suspensão dos comerciais alegando que “expõem a mulher a situação preconceituosa, tratada como objeto”. A ministra já havia feito o mesmo com campanhas da cerveja Devassa e apoiado outras ações do tipo.

O caso da Hope soma-se a uma série de outros que foram vítima da onda politicamente correta que vem tentando restringir a criatividade na publicidade. “Os pedidos de suspensão de campanhas, inclusive por parte do governo, aumentaram consideravelmente nos últimos anos”, diz Gilberto Leifert, presidente do Conar.

Empresas como Brahma, Bombril, Nissan, Postos Ipiranga, Schincariol, Pepsico e C&A, entre outras, já tiveram de se explicar depois de ser acusadas de desrespeitar a família, incitar o sexo entre os jovens, subvalorizar as mulheres, promover o preconceito e até incentivar o maltrato das sogras, como na campanha da Peugeot que sugeria ao dono de um carro 1.0 da concorrência com dificuldades em subir uma ladeira que trocasse de marca ou empurrasse a mãe de sua mulher para fora do veículo.

“A propaganda corre o risco de ficar chata e o consumidor de ficar pouco crítico com esse excesso de zelo”, diz Benjamin Yung, responsável pela criação da campanha da Hope com Gisele Bündchen.

Barreira de entrada

As limitações à criatividade na propaganda são um risco para os negócios em geral. A publicidade é uma das principais ferramentas para que novas marcas e produtos possam competir com concorrentes tradicionais já estabelecidos.

Sem poder explorar todos os recursos disponíveis de marketing, sempre respeitando os limites da legalidade, dificilmente uma cerveja como a Nova Schin teria feito o sucesso que fez anos atrás, passando de pouco mais de 8% de participação de mercado para 14%, chegando a incomodar a líder Ambev.

“Esse movimento é perigoso porque toda censura é burra, e burra ficará a propaganda que seguir as regras do politicamente correto”, afirma José Roberto Whitaker Penteado, presidente da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). A patrulha moralista, no entanto, já está mirando mais longe.

No início de outubro, a desconhecida Secretaria da Mulher do Sindicato dos Metroviários de São Paulo pediu à Rede Globo que fosse retirado do ar um quadro do programa Zorra Total, em que uma personagem transexual e sua amiga tratam de amenidades dentro de um vagão de metrô e, vez ou outra, são bolinadas (como ocorre com frequência nos trens lotados Brasil afora). O sindicato, apoiado pela ministra Iriny Lopes, diz que o quadro incita o assédio sexual nos trens. A Globo rejeitou o pedido.

É evidente que campanhas publicitárias, programas de televisão e qualquer tipo de manifestação pública precisam se pautar pelos limites do bom-senso. Hoje em dia, felizmente, citações racistas, como muitas vezes vistas no próprio Trapalhões há 30 anos, não são admitidas.

Produtos de venda restrita, como remédios, cigarros e bebidas alcoólicas, já têm regras próprias de regulamentação publicitária. Declarações preconceituosas, mal-educadas e sem sentido não devem ser toleradas – a rejeição, normalmente, vem do próprio público, que usa a censura do controle remoto.

Mas não se pode caminhar para o extremo oposto. A solução não está em ofícios do governo ou de entidades que tentam assumir a proteção dos valores morais. “Há um exagero nas reações contrárias à publicidade”, afirma a psicóloga Sandra Cavasini, da Escola Paulista de Medicina. “O consumidor sabe escolher entre o que é ou não aceitável.”

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Perdas e danos dos Refis”, publicado pelo jornal O Estado de São Paulo de 09 de outubro de 2011.

O editorial destaca que criado para oferecer uma ‘segunda chance’, o Refis acaba estimulando maior sonegação.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Perdas e danos dos Refis

O Estado de S. Paulo - 09/10/2011

Danoso, ineficiente, estimulador da sonegação, fonte de concorrência desleal e, sobretudo, injusto com os contribuintes que recolhem regularmente os tributos

devidos. Estas são algumas das piores características dos programas de rolagem de dívidas tributárias que o governo vem oferecendo regularmente desde 2000 e em condições cada vez mais favoráveis para o devedor, como agora reconhece o subsecretário de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal, Carlos Roberto Occaso.

Ao apresentar os resultados parciais do último desses programas - o “Refis da crise”, de 2009, que permitiu o pagamento da primeira parcela da dívida renegociada apenas em fevereiro deste ano -, Occaso disse que ele deveria ser extinto, dados os prejuízos que causa para o governo, para a economia em geral e para os contribuintes preocupados em manter-se rigorosamente em dia com o Fisco.

Certamente, parte dos contribuintes beneficiados por esses programas enfrentou dificuldades momentâneas que os impediram de cumprir suas obrigações tributárias e, para eles, o parcelamento pode ter significado a preservação de suas atividades. Para esses casos, Occaso anunciou que está em fase final de implantação na Receita um sistema mais aperfeiçoado para a concessão e acompanhamento de parcelamentos de débitos tributários, que levará em conta a situação econômico-financeira da empresa devedora. “Não vamos mais conceder parcelamento de forma indiscriminada por 60 meses”, disse. “Vamos conceder no limite exato de cada contribuinte.”

Refinanciamentos generalizados, de fato, beneficiam contribuintes, em débito com o Fisco, que estão interessados apenas em regularizar temporariamente sua situação mas não em quitar sua dívida, mesmo que esta tenha sido renegociada em condições muito favoráveis. A regularização temporária de sua situação fiscal traz vantagens imediatas, pois permite obter uma Certidão Negativa de Débito com a Receita.

De posse desse documento, o contribuinte pode participar de licitações governamentais e obter empréstimos de bancos oficiais. Obtidas essas vantagens, os beneficiados pelos programas de refinanciamento da dívida simplesmente deixam de pagar as parcelas devidas.

Isso aconteceu nos três primeiros programas desse tipo adotados pelos governo - o primeiro Refis, de 2000; o Paex, de 2003; e o Paes, de 2006 - e ocorre com o “Refis da crise”. Para os devedores do Fisco, este programa é o mais generoso de todos, pois permitiu a redução de até 90% das multas devidas e de até 40% dos juros, além de permitir o pagamento em até 180 meses.

Até novembro de 2009, 577,3 mil empresas tinham entrado no programa. De imediato, elas ganharam o direito de “limpar seu nome” nos órgãos da administração

pública e foram ainda beneficiadas com uma carência de mais de um ano, pois a primeira parcela da dívida renegociada só seria devida em 2011. Das que optaram por se beneficiar do programa, 445 mil negociaram com a Receita as condições de parcelamento e se mantiveram no novo Refis. Mas, agora, apenas 212,4 mil, cerca de um terço das que manifestaram interesse no parcelamento de sua dívida, continuam a pagar as parcelas. A dívida consolidada das empresas que continuam no programa soma R\$ 174 bilhões. Desse total, a Receita arrecadou R\$ 14,3 bilhões nos primeiros oito meses de 2011.

Apesar dessa receita adicional, Occaso considera que o “Refis da crise” foi utilizado por boa parte dos devedores apenas como uma “artimanha de rolagem das dívidas”, por meio da qual, além da obtenção da Certidão Negativa de Débito e da protelação do pagamento, as empresas que renegociaram a dívida puderam retirar o passivo tributário de seus balanços. Desse modo, essas empresas “acabam concorrendo de forma desleal com a companhia que paga impostos regularmente”, observou o subsecretário da Receita.

A sucessão de programas como esses estimula a sonegação, pois cria a expectativa de que, mais cedo ou mais tarde, novas vantagens serão oferecidas a caloteiros contumazes.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a historiografia contemporânea tem mostrado que, desde os tempos coloniais, o imenso território brasileiro tem sido cortado, de norte a sul, de leste a oeste, por comerciantes pioneiros. Com efeito, os vendedores itinerantes, mascates, caixeiros, mercadores e muleiros constituíam-se, muitas vezes, em desbravadores dos ignotos sertões brasileiros, levando gêneros indispensáveis a populações remotas ou isoladas, contribuindo, dessa maneira, para a integração nacional.

Nas primeiras décadas do século XX, a urbanização e a crescente complexidade das relações sociais fomentaram o rápido desenvolvimento do comércio, em moldes que hoje reconhecemos como moderno. Estava, portanto, fundado o sistema de trocas em bases capitalistas, com emprego de mão de obra, em estabelecimentos fixos e cada vez mais especializados.

Nesse contexto, as relações de trabalho eram profundamente desequilibradas, com pagamento de salários ínfimos, longas jornadas de trabalho e condições sanitárias lúgubres. Frequentemente, os trabalhadores labutavam mais de doze horas diárias, sem descanso semanal, alimentação adequada ou condições de higiene, obtendo como paga quantia insuficiente para a subsistência de sua família.

Em inícios da primeira década do século passado, em diversas localidades do País, em especial no Rio de Janeiro, os empregados do comércio perceberam a ne-

cessidade de se unirem e lutar por melhores condições laborais. Foi o que se deu em 1908, quando grande número de comerciários criou a União dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, reunindo os chamados caixeiros, juntamente com escriturários, guarda-livros e outros.

Com o tempo, os proto-sindicatos se fortaleceram e, percebendo a ambiência política favorável, após a Revolução de 30, passaram a exercer uma pressão política maior. No ano de 1932, no dia 29 de outubro, comerciários das ruas Carioca, Gonçalves Dias, Largo de São Francisco, Rua do Ouvidor e adjacências reuniram-se no Largo da Carioca, com o objetivo de traçar uma estratégia para levar suas reivindicações ao Presidente Getúlio Vargas.

Senhoras e Senhores Senadores, consta que mais de cinco mil trabalhadores – incluindo, além de comerciários, também marítimos, ferroviários, professores e bancários – chegaram ao Palácio do Catete. O governo popular de Vargas produziu, então, o Decreto-lei, nº 4.042/32, que regulamentou a jornada de oito horas de trabalho diárias.

Senhor Presidente, esse contingente imenso de trabalhadores, os comerciários, ainda hoje luta bravamente por bandeiras tão significativas como aquelas da década de 1930. Porém, na atualidade, modificações substanciais aconteceram. O setor de serviços responde pela fatia maior da economia nacional, e a pujança do setor se deve, em grande medida, ao trabalho dos comerciários.

Aos milhões de trabalhadores e trabalhadoras do comércio devemos, Senhoras e Senhores Senadores, o reconhecimento irrestrito, o aplauso generoso a quem contribui, de maneira decisiva, para fazer girar a roda da economia nacional.

A todos os trabalhadores do comércio reitero os meus parabéns pela passagem de seu dia, comemorado em 30 de outubro!

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Não havendo mais oradores inscritos, encerro a presente sessão, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 539, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2011, que *autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da*

política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos; altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004; e dá outras providências.

(Lido no Senado Federal no dia 27.10.2011)

Relator revisor: Senador Blairo Maggi
(Sobrestando a pauta a partir de: 15.09.2011)

Prazo final prorrogado: 28.11.2011

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 28, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 10 de dezembro de 1999; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; e dá outras providências.*

(Lido no Senado Federal no dia 27.10.2011)

Relator revisor: Senador Magno Malta
(Sobrestando a pauta a partir de: 17.09.2011)

Prazo final prorrogado: 30.11.2011

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 29, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 540, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2011, que *institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nºs 11.774, de 17 de setembro de 2008, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.196, de 21 de*

novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.508, de 20 de julho de 2007, 7.291, de 19 de dezembro de 1984, 11.491, de 20 de junho de 2007, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivo da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências.

Lido no Senado Federal no dia 03.11.2011)

Relator revisor: Senador José Pimentel
(Sobrestando a pauta a partir de: 17.09.2011)

Prazo final prorrogado: 30.11.2011

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 79, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (nº 1.749/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Senhora Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.*

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

(Sobrestando a pauta a partir de 06.11.2011)

(Pendente de:

– emissão de pareceres da CCJ, CE e CAS)

5

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 121, DE 2007-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços*

públicas de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 246, DE 2011**

*(Em regime de urgência,
nos termos do parágrafo único
do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.*

7

**REDAÇÃO FINAL DA EMENDA
AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 638, DE 2010**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Wilson Santiago) do Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010 (nº 2.438/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.*

Parecer sob o nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da emenda apresentada à matéria.

8

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 56, DE 2007**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator:

Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 102, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 58, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 912, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

12**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

13**REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno*.

14**REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano*.

15**REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da*

África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

16**REQUERIMENTO Nº 1.113, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.113, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Pedro Taques e outros Senadores, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (susta os efeitos da Portaria nº 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto)*.

17**REQUERIMENTO Nº 1.114, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.114, de 2011, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais*.

18**REQUERIMENTO Nº 1.115, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.115, de 2011, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa*.

19**REQUERIMENTO Nº 1.121, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.121, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa*.

20**REQUERIMENTO Nº 1.122, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.122, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto*

Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

21

REQUERIMENTO Nº 1.186, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.186, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (prioridade a portadores de deficiência na restituição de impostos).*

22

REQUERIMENTO Nº 1.203, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.203, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (extinção da arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão).*

23

REQUERIMENTO Nº 1.208, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.208, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.045, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg), *solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2008, a fim de aguardar a deliberação, em Plenário, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2010.*

24

REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2011, do Senador Sérgio Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (a política nacional para os biocombustíveis).*

25

REQUERIMENTO Nº 1.215, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.215, de 2011, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Se-*

nado nº 181, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (venda de medicamentos a aposentados).

26

REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.216, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos).*

27

REQUERIMENTO Nº 1.218, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.218, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais).*

28

REQUERIMENTO Nº 1.219, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.219, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 142, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 240 e 510, de 2007, por regularem matéria correlata (exame oftalmológico em recém-nascidos).*

29

REQUERIMENTO Nº 1.226, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.226, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (piso salarial dos vigilantes).*

30

REQUERIMENTO Nº 1.259, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.259, de 2011, do Senador Sérgio Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei*

da Câmara nº 83, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (exercício da profissão de vaqueiro).

31**REQUERIMENTO Nº 1.265, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.265, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (ausência do trabalhador para comparecer às reuniões escolares dos seus filhos).

32**REQUERIMENTO Nº 1.266, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.266, de 2011, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição,

seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (diretrizes quanto à administração das quotas anuais de reversão).

33**REQUERIMENTO Nº 1.318, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.318, de 2011, do Senador Marcelo Crivella, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 96, 97 e 645, de 2007, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 99, 103 e 128, de 2007; 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e 48, de 2009, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 71, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594 e 613, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, a fim de que tenham tramitação autônoma (alteram o Código de Trânsito Brasileiro).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/ PSC – SE) – Está encerrada a sessão.

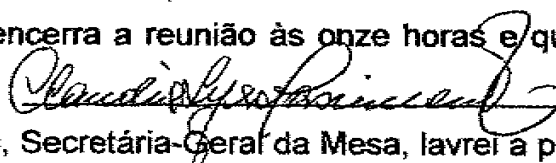
(Levanta-se a sessão às 20 horas e 29 minutos.)

**Ata da 14ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 7 de novembro de 2011**

Às dez horas e vinte minutos do dia sete de novembro de dois mil e onze, na Sala de Audiências do Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Mesa do Senado. Assinam a lista de comparecimento os seguintes Senadores: José Sarney, Presidente; Cícero Lucena, Primeiro-Secretário; João Ribeiro, Segundo-Secretário; Ciro Nogueira, Quarto-Secretário; João Durval, Segundo Suplente de Secretário; e a Senadora Vanessa Grazziotin, Quarta Suplente de Secretário. Aberta a reunião, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, lembra que a presente reunião havia sido marcada na 13ª Reunião do Colegiado, ocorrida em 26 de outubro de 2011, para esta data. Concede, então, a palavra ao Relator da matéria - Petição nº 1, de 2011-Quarto Secretário da Mesa do Senado Federal, Senador Ciro Nogueira, que lê seu Relatório na íntegra, que é parte integrante desta Ata. Cópia do Relatório foi distribuída aos demais membros da Mesa, que acompanharam a sua leitura. Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senador Wilson Santiago. S.Exa. lembra que em situações anteriores, quando da apreciação de perda de mandato dos Senadores João Capiberibe e Expedito Júnior, houve um rito aprovado pela Mesa e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), rito esse que já foi cumprido no presente caso até o item 6, sendo a próxima etapa a remessa da matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Pondera também que o Relator não se manifestou sobre o Parecer da Advocacia do Senado (Advosf). O Relator informa não se recordar de ter

solicitado tal manifestação, mas que lhe foi entregue documento daquele Órgão da Casa pouco antes do início da presente reunião. O Relator lê, na íntegra, o Parecer da Advosf, que é parte integrante da presente Ata. Em seguida, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, lê o § 3º do art. 55 da Constituição, e frisa que, em caso de perda de mandato, a Justiça Eleitoral a decreta e a Mesa a declara. No caso em tela, não se trata de perda de mandato, mas de nova diplomação pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Leva ao conhecimento dos demais membros da Mesa que havia consultado à Secretária-Geral da Mesa sobre o recebimento do diploma expedido pela Justiça Eleitoral, ao que foi informado de que o diploma estava entregue, mas que o original da comunicação do TRE-PB não havia sido recebido. Assim, a Mesa decidiu proceder no sentido da concessão do prazo de cinco dias úteis ao Senador Wilson Santiago, para sua manifestação, o que foi feito. O Sr. Presidente ainda Lembra aos demais membros da Mesa o ocorrido em relação ao Senador João Capiberibe e que, no caso do Senador Expedito Júnior manifestou-se, em reunião da Mesa à época, pelo cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal. O Sr. Primeiro-Secretário, Senador Cícero Lucena corrobora as palavras do Sr. Presidente, lembrando inclusive que, ele próprio, Senador Cícero Lucena, à época, havia defendido o envio da matéria à CCJ, mas que, diante dos fatos, dirigira-se ao Senador Expedito Júnior solicitando que S.Exa. declinasse de sua solicitação no sentido da manifestação da CCJ. O Senador Wilson Santiago reitera que ele está pugnando pelo cumprimento do rito procedimental já utilizado pela Mesa. O Primeiro-Secretário, usando em seguida da palavra, também explicita a preocupação de que, em se enviando a

matéria à CCJ, essa atitude da Mesa seja entendida como uma procrastinação do cumprimento de uma decisão judicial. E apresenta a sugestão de que a posse seja marcada para o dia seguinte, terça-feira, dia 8 de novembro. A Sra. Quarta Suplente de Secretário da Mesa, Senadora Vanessa Grazziotin, manifesta-se no sentido de que, de toda forma, se trata da perda do mandato que o Senador Wilson Santiago vem exercendo lícitamente desde fevereiro do corrente ano, e que a CCJ poderia se manifestar sobre o direito de ampla defesa. O Sr. Presidente argumenta que, se houvesse dúvida a respeito do diploma do Senador Cássio Cunha Lima, a CCJ deveria, sim, ser ouvida. E consulta os demais membros da Mesa se há alguma dúvida a respeito desse diploma. Não há manifestação de dúvida. Ato contínuo, a Sra. Vanessa Grazziotin usa da palavra e diz que ou se segue o rito anterior ou se faz um novo rito, tendo em vista tratar-se de um fato novo, não previsto. O Sr. Presidente reforça o argumento de que está sendo considerado o fato de não se tratar de perda de mandato, e, sim, de comunicação da Justiça Eleitoral de resultado da eleição e consequente diplomação. O Sr. Segundo-Secretário, Senador João Ribeiro, manifesta sua posição de que se deve iniciar a votação da matéria. O Sr. Primeiro-Secretário propõe que a possa ser marcada para as dezoito horas de amanhã, dia oito de novembro. A seguir, o Sr. Presidente coloca em votação o relatório do Relator, Senador Ciro Nogueira, que, aprovado, torna-se Parecer da Mesa, e é parte integrante desta Ata. A Senadora Vanessa Grazziotin preserva sua opinião, que deve fazer parte da presente ata, mas acompanha a decisão da Mesa. Fica marcada a posse do Senador Cássio Cunha Lima para essa terça-feira, dia oito do

novembro, às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às onze horas e quinze minutos. E, para constar, eu, , (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2011.


Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

Senador WILSON SANTIAGO
2º Vice-Presidente


Senador CLÉCIO LUCENA
1º Secretário


Senador JOÃO RIBEIRO
2º Secretário


Senador CIRO NOGUEIRA
4º Secretário


Senador JOÃO DURVAL
2º Suplente de Secretário


Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
4ª Suplente de Secretário

Documentos publicados na presente Ata:

- *Relatório do Senador Ciro Nogueira sobre a Petição nº 1, de 2011, do Senador Wilson Santiago.*
- *Parecer da Advocacia do Senado (Advosf) sobre a matéria.*
- *Cópia autenticada do Diploma do Senador Cássio Cunha Lima*
- *Parecer da Mesa do Senado Federal sobre a Petição nº 1, de 2011, do Senador Wilson Santiago.*

PARECER Nº , DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre documento referente à retotalização dos votos das eleições majoritárias no Estado da Paraíba e sobre a Petição nº 1, de 2011, do Senador Wilson Santiago, sobre a mesma matéria.

RELATOR: Senador CIRO NOGUEIRA

I – RELATÓRIO

No último dia 26 de outubro, a Mesa do Senado Federal reuniu-se para que tomasse conhecimento de documento recebido naquela data, referente à retotalização dos votos das eleições majoritárias de 2010 no Estado da Paraíba.

Outrossim, o Senhor Presidente comunicou que, igualmente naquela data, foi protocolizada a Petição nº 1, de 2011, do Senador WILSON SANTIAGO, solicitando aplicação do § 3º do art. 55 da Constituição Federal ao caso.

No primeiro documento, mediante o Ofício nº 044/2011 – SJ/PTRE, de 25 de outubro de 2011, o Senhor Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Estado da Paraíba informa que, nos termos do disposto no § 5º do art. 202 do Código Eleitoral, em sessão do dia 25 de outubro de 2011, o Plenário daquela Corte apreciou e aprovou, por unanimidade, a Ata de Retotalização dos Votos das Eleições Majoritárias 2010 e o Relatório Resultado da Totalização, ambos datados de 24 de outubro de 2011, que sintetizam as providências adotadas, *em cumprimento à deliberação do Supremo Tribunal Federal que, julgando Agravos Regimentais opostos no Recurso Extraordinário nº 634.250, determinou o imediato cumprimento do Acórdão que manteve o deferimento do registro de candidatura de CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA para o cargo de Senador da República.*

Esclarece, ainda o magistrado que, *em consequência da retotalização mencionada, o resultado da eleição para os cargos de Senador da República do Estado da Paraíba, no último pleito, restou assim definido: CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA, 1.004.183 (um milhão, quatro mil, cento e oitenta e três) votos – Situação: ELEITO; VITAL DO REGO FILHO, 869.501 (oitocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e um) votos – Situação: ELEITO.*

Sua Excelência conclui registrando que, *considerando este resultado e proclamados eleitos os referidos candidatos, tornam-se insubsistentes quaisquer diplomas emitidos que contrariem o resultado ora proclamado para todos os fins aos quais se prestem.*

Conforme informado, a retotalização dos votos na eleição para Senador daquele Estado ocorreu em razão do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário nº 634.250, tendo como recorrente o candidato CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA e recorrida a COLIGAÇÃO PARAÍBA UNIDA (PMDB, PT, PSC, PC DO B, PR, PRB, PT DO B, PMN, PHS, PSL E PP), contra acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que indeferiu o registro da candidatura do recorrente com fundamento na alínea *j* do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, a Lei das Inelegibilidades, inserida pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”.

Foi a seguinte a decisão do ilustre relator do feito, o Ministro JOAQUIM BARBOSA:

Na sessão plenária realizada em 23.03.2011, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar situação análoga à presente, ante a possibilidade de aplicar ao caso um dentre dois princípios constitucionais momentaneamente contrastantes, se dividiu em duas correntes: uma, que privilegiava a aplicação do § 9º do art. 14 da Constituição Federal; e outra, que defendia a não aplicação da Lei Complementar 135/2010 às eleições realizadas em 2010, com fundamento no art. 16 do texto constitucional (RE 633.703-repercussão geral reconhecida, rel. min. Gilmar Mendes, Informativo 620/2011).

Por maioria apertada e em sentido contrário ao meu voto, prevaleceu essa última corrente.

Assim, o acórdão impugnado no presente recurso extraordinário contraria a orientação vencedora nesta Corte, uma vez que o indeferimento da candidatura do recorrente às eleições de 2010 ocorreu

com fundamento na redação dada à Lei Complementar 64/1990 pela Lei Complementar 135/2010.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso extraordinário.

À decisão monocrática foram apostos três agravos regimentais, todos improvidos, por unanimidade, pelo Pleno da Corte.

Ademais, nessas mesmas decisões, o Supremo Tribunal Federal, contra o voto do Ministro MARCO AURÉLIO, determinou o cumprimento imediato do acórdão, mediante comunicação urgente ao Tribunal Superior Eleitoral, independentemente da sua publicação.

No tocante à Petição nº 1, de 2011, tendo em vista o disposto no art. 55, V e § 3º, da Constituição Federal, e precedentes ocorridos na Casa, decidiu-se assegurar ao Senador WILSON SANTIAGO, que estava presente à reunião da Mesa, o direito de ser ouvido sobre a matéria, no prazo de cinco dias úteis.

Em seguida, o Senhor Presidente nos designou relator da matéria e firmamos o Ofício SF/1969, de 26 de outubro de 2011, encaminhando cópia de toda a documentação ao Senhor Senador WILSON SANTIAGO, para a sua manifestação no prazo de cinco dias úteis.

Sua Excelência deu ciência no expediente na mesma data, às dezenove horas e trinta e seis minutos.

Finalmente, o Senhor Presidente convocou outra reunião da Mesa, com a mesma pauta, para o dia sete de novembro, às nove horas.

Tempestivamente, no dia quatro de novembro subsequente, o Senhor Senador WILSON SANTIAGO protocolizou a sua manifestação sobre a matéria.

Em apertada síntese, Sua Excelência, em primeiro lugar, argumenta que a diplomação configura ato jurídico perfeito e gera direito adquirido.

Em segundo lugar registra que *o ato de diplomação dos eleitos inaugura nova fase em que todas as causas de inelegibilidades (constitucionais ou infraconstitucionais supervenientes ao registro) devem ser aferidas, agora mediante a utilização de novo instrumento processual: o recurso contra expedição de diploma*. Afirma que o ato de diplomação se traduz na

inauguração de uma nova fase do macroprocesso eleitoral e que pode o mesmo ser questionado nesta fase de diplomação, tanto que feito devidamente perante a Justiça Eleitoral, através de Recurso contra Expedição de Diploma – RCED [RCED nº 22.781] e agora perante a Mesa do Senado Federal, não podendo este órgão dar posse a um cidadão com o diploma sub judice.

Finalmente, afirma que, tendo em vista o princípio da separação e da independência dos Poderes, em que pese o respeitável entendimento do Supremo Tribunal Federal, *o Senado Federal não está compelido a empossar alguém, mesmo com o diploma expedido, se tem conhecimento acerca de outra causa de inelegibilidade que impede a eficácia de tal diploma.* Ainda segundo a manifestação, *não se trata de descumprimento à ordem judicial, mas, reconhecendo a eficácia do diploma, impor limites aos efeitos decorrentes da sua eficácia, qual seja, evitar a posse, pelo conhecimento inequívoco que é dado à Mesa do Senado Federal da inelegibilidade superveniente do interessado Cássio Cunha Lima, no ato da diplomação e nos atos posteriores, desde a validade e plena eficácia da Lei da Ficha Limpa.*

Em face desses argumentos, Sua Excelência requer que a Mesa do Senado Federal *deixe de dar posse a Cássio Cunha Lima até que haja pronunciamento pela Justiça Eleitoral no âmbito do Recurso contra Expedição de Diploma proposto* e que, tendo em vista procedimento aplicado em casos anteriores, *após a deliberação da Mesa Diretora, siga o processo para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, para que emita parecer acerca da decisão da Mesa, à fim de que, por derradeiro, a Mesa ou o próprio Plenário do Senado, declare ou não o direito do interessado em tomar posse.*

II – ANÁLISE

Observa-se que, diferentemente de situações similares ocorridas nesta Casa, não se trata, em sentido estrito, de uma comunicação da Justiça Eleitoral em caso de perda de mandato, uma vez que não há a ocorrência, por parte de nenhum dos candidatos envolvidos, de qualquer forma de ilícito ou irregularidade no processo eleitoral de 2010.

O que informa a Justiça Eleitoral, é que, em razão de decisão tomada pelo Excelso Pretório sobre a validade da Lei Complementar nº 135, de 2010, alterou-se o resultado das eleições para o Senado Federal no Estado da Paraíba.

Assim, como se observa em texto acima transcrito do Ofício nº 044/2011 – SJ/PTRE, ficou o TRE-PB obrigado a corrigir os diplomas emitidos e a proclamação dos eleitos, com o estrito objetivo de fazer com que esses documentos reflitam a manifestação do povo do Estado da Paraíba nas urnas e a decisão do Supremo Tribunal Federal em seu papel de guardião da Constituição.

Conforme explicita o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 4º, o diploma é condição *sine qua non* para a posse do Senador, uma vez que é esse o documento que comprova que o candidato foi vitorioso nas eleições. Não pode a Casa recusar a plenitude do mandato àquele regularmente diplomado nem manter no mandato aquele cujo diploma tornou-se insubsistente. Trata-se de norma que é inerente aos princípios da nossa Democracia representativa.

Dáí, informada regularmente pelo órgão institucionalmente competente para tal – no caso, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba – sobre alteração na validade de diplomas, somente pode caber a esta Casa fazer respeitar o resultado das urnas e dar posse ao Senador eleito.

Agir diferentemente significaria transformar o Senado Federal em uma espécie de instância recursal do Poder Judiciário, cujas decisões ficariam submetidas ao julgamento político desta Casa. Ora, teríamos aqui uma agressão a um dos princípios constitucionais fundamentais, o da separação dos Poderes.

Efetivamente, estabelece a Carta Magna, já em seu art. 2º, que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes.

Conforme JOSÉ AFONSO DA SILVA, na 16ª edição de seu clássico “Curso de Direito Constitucional Positivo”, Malheiros Editores, São Paulo, página 114, temos que:

A independência dos poderes significa: ... que, no exercício das atribuições que lhe sejam próprias, não precisam os titulares consultar os outros nem necessitem de sua autorização

Ainda dissertando sobre o tema, nos ensina o mesmo mestre, na página 112 dessa obra, que:

A função legislativa consiste na edição de normas gerais, abstratas, impessoais e inovadoras da ordem jurídica, denominadas leis. A função executiva resolve os problemas concretos e individualizados, de acordo

com as leis; não se limita à simples execução das leis, como às vezes se diz; comporta prerrogativas, e nela entram todos os atos e fatos jurídicos que não tenham caráter geral e impessoal A função jurisdicional tem por objeto aplicar o direito aos casos concretos a fim de dirimir conflitos de interesses.

Tão importante é a separação dos Poderes que o princípio é considerado, no art. 60, § 4º, III, da Constituição, como cláusula pétrea, insuscetível, mesmo, de mudança mediante emenda ao Texto Magno.

Em razão disso, somos obrigados a nos manifestar contrariamente aos argumentos expendidos na manifestação do Senador WILSON SANTIAGO e, conseqüentemente, pelo indeferimento dos pedidos apresentados no documento.

Efetivamente, sem debater o mérito propriamente dito dos argumentos, todos eles, na medida em que discutem a decisão judicial ora comunicada a esta Casa, envolvem matéria que é adstrita à decisão do Poder Judiciário.

Isso ocorre porque desde a Constituição de 1934, cabe à Justiça Eleitoral administrar as eleições e proclamar os eleitos, restando às Casas Legislativas, tão-somente, dar-lhes posse.

Não cabe ao Senado Federal, portanto, impor limites à eficácia de diploma regularmente emitido pela Justiça Eleitoral, por suposta inelegibilidade superveniente de seu detentor. A eventual impugnação do mandato eletivo somente pode ter lugar perante os juízos e tribunais daquela Justiça Especializada, conforme prevê o art. 14, § 10, da nossa Carta Magna.

Na República, apenas a primeira Constituição, a de 1891, atribuiu essa competência à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a quem cabia, na forma do parágrafo único do art. 18 daquela Carta Política, *verificar e reconhecer os poderes de seus membros*. Foi essa atribuição que levou à instituição, durante a República Velha das famosas, mas de triste memória, *Comissões de Verificação de Poderes*.

Assim, se não se contesta a veracidade da comunicação feita ao Senado Federal pelo TRE-PB, especialmente porque os fatos nela relatados são notórios, não pode esta Casa recusar a dar cumprimento ao expediente ou

postergar a adoção das providências necessárias para tal, sem razões manifestamente evidentes.

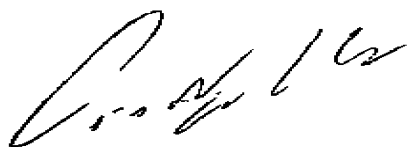
Ou seja, se o Senado Federal, corretamente, sequer cogitou em recusar os diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral no momento em que a validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010 permanecia indefinida, não poderá, certamente, fazê-lo com relação àqueles editados para se conformar à manifestação da Corte Suprema sobre o assunto.

III – VOTO

Do exposto, opinamos pelo conhecimento do Ofício nº 044/2011 – SJ/PTRE, do Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, referente à comunicação da retotalização dos votos das eleições de 2010 para o Senado Federal naquele Estado, com a consequente posse imediata do candidato CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA, na forma regimental, restando indeferidos os pedidos formulados na manifestação do Senador WILSON SANTIAGO sobre a matéria.

Sala de reuniões da Mesa,

, Presidente



, Relator

PARECER Nº 693/2011 – ADVOSF
PROCESSO Nº 031978/11-8

Deliberação de Justiça Eleitoral. Retotalização de votos e prolação de novo resultado das eleições para Senador da República no Estado da Paraíba. Insubsistência do diploma do atual ocupante e decretação da perda do mandato. Declaração pelo Senado Federal que há de ser precedida da ampla defesa, em atenção ao comando constitucional do art. 55, § 3º, e ao rito estabelecido pelo Ato da Mesa do Senado Federal na sua 9ª Reunião, realizada no dia 08/11/2005, cancelado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e dotado de caráter normativo. Observância do devido processo legal. Análise do Poder Legislativo limitada aos pressupostos de existência e eficácia da decisão judicial, em respeito à harmonia e separação dos poderes.

Senhor Advogado-Geral,

Trata-se de solicitação do Senador **Ciro Nogueira**, Quarto Secretário, para elaboração de minuta de *"parecer da Mesa Diretora e outras peças que se fizerem necessárias a propósito da Comunicação da Retotalização dos Votos das Eleições Majoritária 2010, no Estado da Paraíba, efetuada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, que trata da posse do Senador Cássio Rodrigues Cunha Lima, bem como Requerimento do Senador Wilson Santiago conforme cópia de documentos em anexo."*, com vistas à deliberação da matéria pela Mesa do Senado Federal, na reunião prevista para o próximo dia 7 de novembro, às 9h00, da qual Sua Excelência é relator.

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, por intermédio do Ofício nº 044/2011 – SJ/PTRE, de 25/10/2011 (fls. 02/03), comunicou a referida retotalização dos votos do pleito de 2010 e a proclamação do novo resultado, considerando-se eleitos para os cargos de Senador da República do Estado da Paraíba CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA e VITAL DO REGO FILHO, em virtude da deliberação do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 634.250, que determinou o imediato cumprimento do acórdão que manteve o deferimento do registro de candidatura de CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA (fls. 15/22).

A aludida Corte Regional Eleitoral também comunicou que, *"considerando este resultado e proclamados eleitos os referidos candidatos, tornam-se insubsistentes quaisquer diplomas emitidos que contrariem o resultado ora proclamado para todos os fins aos quais se prestem."* (fl. 03), conforme determinação exarada nos autos do processo de Apuração de Eleição nº 7602-70.2010.6.15.0000 (fl. 07).

O Senador JOSE WILSON SANTIAGO apresentou requerimento postulando *"a aplicação do art. 55, § 3º, da CF, garantindo-se ao requerente o desencadeamento do competente processo administrativo, bem como os procedimentos disciplinados na Ata da 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, do dia 08 de novembro de 2005 e na Ata da 15ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 03 de novembro de 2009, para que continue a aplicar a jurisprudência dessa Casa Legislativa, garantindo-se ao requerente que possa ofertar as suas razões que entende como fortes para permanecer exercendo o mandato."*, bem assim para que *"Sejam sustados todos e qualquer atos no sentido da posse de outrem na vaga ocupada pelo requerente, até que haja deliberação sobre a matéria aqui sustentada."*

Constam dos presentes autos extrato da tramitação da Representação nº 1, de 2005, referente à perda do mandato do Senador João Rodrigues Capiberibe (fls. 29/34); cópia do Ofício SF/1969/2011, de 26

de outubro de 2011, do 4º Secretário da Mesa do Senado Federal, Senador **Ciro Nogueira**, que, na qualidade de relator da matéria, encaminhou o aludido Ofício do TRE/PB ao Senador **WILSON SANTIAGO**, oportunizando-lhe manifestação no prazo de cinco dias úteis (fl. 35); cópia da Ata da 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada no dia 08/11/2005, que aprovou o rito procedimental para os fins do disposto no art. 55, V, da Constituição Federal (fls. 37/38); e cópia do Parecer nº 2018, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa que concluiu pela constitucionalidade e regimentalidade da aludida decisão da Mesa do Senado Federal (fls. 39/42).

Conquanto não tenha sido juntada aos presentes autos, consta do sítio do Senado Federal a Ata da 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 26/10/2011, na qual foi levado a conhecimento dos demais membros da Mesa o recebimento do aludido Ofício do TRE/PB pelo Presidente desta Casa, bem como noticiado o aludido requerimento formulado pelo Senador **WILSON SANTIAGO**, razão pela qual se deliberou pela designação do Senador **Ciro Nogueira** como relator da matéria; pela expedição do ofício que foi dirigido ao Senador **Wilson Santiago**, acima mencionado; e pela convocação de outra reunião da Mesa, com a mesa pauta, para o próximo dia 7 de novembro, às 9h00.

Eis, em síntese, o relatório.

A matéria submetida à presente análise refere-se à comunicação da Justiça Eleitoral de novo resultado da eleição para o cargo de Senador da República no Estado da Paraíba, em virtude da deliberação do Supremo Tribunal Federal que assegurou o registro de candidatura de **CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA**.

Em razão de tal fato, o TRE/PB determinou a expedição de novos diplomas e tornou insubsistentes os que contrariem o novo resultado proclamado, para todos os fins aos quais se prestem.

Dessa forma, o diploma do Senador WILSON SANTIAGO não mais subsiste, resultando na perda do seu mandato, por decretação da Justiça Eleitoral, consoante a hipótese prevista no art. 55, V, da Constituição Federal.

Todavia, a norma do § 3º do art. 55 da Constituição Federal estabelece que *"nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa."* (grifou-se)

O caso dos autos revela a aplicação da hipótese do inciso V do art. 55 da Constituição Federal, pela qual a perda do mandato é decretada pela Justiça Eleitoral e declarada pela respectiva Casa do Congresso Nacional.

Assim, compete ao Senado Federal declarar a perda do mandato do Senador WILSON SANTIAGO.

Porém, a norma constitucional do § 3º do art. 55 da Constituição Federal expressamente estabelece que para a declaração da perda do mandato, mesmo na hipótese de sua decretação pela Justiça Eleitoral, há de ser assegurada a ampla defesa.

Tal norma constitucional foi reproduzida pelo art. 32, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal.

O parágrafo único do art. 13 da Resolução nº 20, de 1993, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar, também determina que *"quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do art. 55 da Constituição, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa."*

Em razão de tal comando constitucional, em situação semelhante, o Senado Federal foi compelido a assegurar a ampla defesa ao Senador João Capiberibe Rodrigues, nos autos da Representação nº 1, de

2005, por força da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal, proferida pelo Ministro Marco Aurélio, nos autos do Mandado de Segurança nº 25.623.

Naquela ocasião, a Mesa do Senado Federal, nos uso de suas atribuições constitucionais (art. 52, XIII, da CF) e ante a ausência de norma interna específica, entendeu ser necessário normatizar a questão, razão pela qual, na 9ª Reunião realizada às 10h do dia 08 de novembro de 2005, aprovou o seguinte rito procedimental para os fins do disposto no art. 55, V, da Constituição Federal:

1. Recebimento do ofício do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral comunicando a decisão.
2. Reunião da Mesa para tomar conhecimento da comunicação da Justiça Eleitoral (Supremo Tribunal Federal) e, de ofício, instaurar processo, nos termos do art. 55, § 3º, da Constituição Federal;
3. Designação de relator na Mesa;
4. Citação do Senador, a quem será oferecida cópia da documentação, que terá o prazo de cinco dias úteis para apresentar defesa escrita (aplicação, por analogia, do art. 15, II, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, combinado com o art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 37, de 1995);
5. Esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Senado nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo, ou seja, de cinco dias úteis (aplicação, por analogia, do art. 15, III, da Resolução nº 20, de 1993, combinado com o art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 37, de 1995);
6. Recebida a defesa (do Senador ou do advogado dativo), abrir prazo de cinco dias úteis para que o Relator profira o relatório e o voto (aplicação por analogia, do art. 15, IV, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, combinado com o art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 37, de 1995);
7. De ofício, consulta à CCJ sobre o procedimento adotado pela Mesa;
8. Recebimento, pela Mesa, do parecer da CCJ;
9. Reunião da Mesa para apreciar o relatório, já com a manifestação da CCJ;
10. Comunicado ao Plenário da decisão tomada pela Mesa e publicação desta no Diário Oficial da União e no Diário do Senado Federal.

O referido rito foi aprovado por unanimidade pela Mesa do Senado Federal e cancelado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no que tange à sua compatibilidade com a Carta Magna e com as normas regimentais, por intermédio do Parecer nº 2018, de 2005, do qual se destaca a seguinte passagem:

“(...) O rito procedimental para os fins do disposto no art. 55, V, da Constituição Federal (perda de mandato decretada pela Justiça Eleitoral), aprovada na 9ª Reunião da Mesa, incorpora, mediante analogia, as normas contidas na Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, atinentes a prazos que devem ser observados para que o acusado em processo disciplinar, com vistas a perda de mandato, possa ter assegurado o amplo direito de defesa.

A decisão da Mesa em adotar os prazos previstos na citada Resolução nº 20, de 1993, deve-se à ausência de disciplina específica para tratar de casos semelhantes ao que é objeto da Representação nº 1, de 2005, e também, à inexistência de precedentes que possam servir de orientação.

Assim, o Presidente do Senado Federal propôs o rito procedimental e a Mesa o acatou em atendimento ao disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal que prevê a decisão dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios de Direito. (...)” (fl. 40)

Apesar de o aludido rito ter sido estabelecido após a determinação judicial de um caso concreto, sua edição e suas normas se revestem de caráter abstrato e genérico, o que demonstra a natureza normativa do ato da Mesa do Senado Federal.

Dessa forma, o rito estabelecido pelas normas internas do Senado Federal há de ser observado também para o caso dos autos, em atenção aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, da segurança jurídica, da confiança e da boa-fé objetiva, evitando-se comportamento contraditório desta Casa Legislativa em relação ao adotado nos casos anteriores (declaração de perda do mandato dos Senadores JOÃO CAPIBERIBE e EXPEDITO JÚNIOR), principalmente porque o ato normativo editado pela Mesa do Senado Federal, de 09/11/2005, permanece hígido e é dotado de presunção de constitucionalidade.

Cabe destacar o entendimento manifestado por alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a ampla defesa, mencionada no § 3º do art. 55 da Constituição Federal, refere-se apenas ao processo judicial na Justiça Eleitoral.

Todavia, não há entendimento consolidado do Pretório Excelso sobre o tema, já que tal questão apenas foi enfrentada no julgamento de alguns mandados de segurança que também discutiam outras questões, entre as quais a impossibilidade de o Poder Legislativo modificar a determinação da Justiça Eleitoral.

Neste aspecto, apesar de o Pretório Excelso ter firmado o entendimento de que o Poder Legislativo não deve interferir no mérito da decisão do Poder Judiciário, para aferir, por exemplo, se a respectiva deliberação está condicionada ou não ao trânsito em julgado (MS 27.613/DF, STF), não consolidou o entendimento de que a declaração de perda do mandato pela respectiva Casa Legislativa pode ser adotada sem assegurar a ampla defesa, já que as manifestações neste sentido apenas constam de alguns votos.

Aliás, há votos constantes de precedentes do STF que corroboram a necessidade de se assegurar a ampla defesa, ainda que a cognição decorrente desta seja reduzida à verificação da existência e eficácia da decisão judicial, conforme se extrai da seguinte passagem do acórdão proferido no julgamento do Mandado de Segurança nº 25.458/DF:

“(...) O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO – Sr. Presidente, entendo que a matéria aqui discutida é de trato imediatamente constitucional. O art. 55, § 5º, fala de perda de mandato, entre outras hipóteses, quando decretara a Justiça Eleitoral, foi o que sucedeu no caso. Decretada a perda do mandato por decisão da Justiça eleitoral, a própria Constituição diz a consequência. Essa perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, assegurada ampla defesa – digo da Câmara porque se trata de deputado.

Pelo que vejo dos autos, a ampla defesa já fora assegurada.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Ampla defesa que só pode girar em torno da existência da eficácia do decreto da Justiça Eleitoral, nada mais. Não é para dizer se o deputado é inocente ou culpado, como da tribuna se cogitou.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Até citei exatamente isso. Em debate aqui com o Ministro Gilmar Mendes, falei de ampla defesa meramente formal, porque não cabe outra. E, no caso, parece-me que a serventia da segurança é para que a Mesa declare a perda do mandato do Deputado Ronivon. (...)” (grifou-se)

Este também foi o entendimento do Ministro DIAS TOFFOLI, no julgamento do Mandado de Segurança nº 27.613/DF, pelo STF:

“(...) O ponto aqui colocado é, ao meu ver, bastante simples e singelo e está muito bem lançado pelo nobre Relator. É aquele relativo ao artigo 55, inciso V, da Constituição Federal. Qual é o alcance que o Senado Federal tem na análise que faz ao receber uma ordem da Justiça Eleitoral? Dar ao parlamentar cassado pela Justiça Eleitoral o direito de ampla defesa. Ao meu sentir, isso foi bem resolvido no Mandado de Segurança nº 25.458, citado pelo ilustre Relator, do qual colho passagem do Excelentíssimo Ministro Sepúlveda Pertence.

Ao se referir ao dispositivo, disse Sua Excelência o Ministro Sepúlveda Pertence:

‘Ampla defesa que só pode girar em torno da existência da eficácia do decreto da Justiça Eleitoral, nada mais. Não é para dizer se o deputado é inocente ou culpado, como da tribuna se cogitou.’

Ora, a eficácia da decisão da Justiça Eleitoral que a mesa do Senado Federal valorou, e não poderia, no meu entendimento, fazê-lo, ao exigir o trânsito em julgado, já foi tema de decisão desta Suprema Corte exatamente também na ação direta já referida (...)” (grifou-se).

Dessa forma, verifica-se que a interpretação sistemática da Carta Política revela que a perda do mandato na hipótese do seu art. 55, inciso V, é ato que demanda não só a decretação por parte da Justiça Eleitoral, mas também sua declaração pela respectiva Casa do Poder Legislativo, sendo esta condicionada à ampla defesa.

Aliás, não fosse esta a finalidade da norma, não haveria necessidade de o legislador constituinte fazer referência expressa à ampla defesa no § 3º do art. 55 da Carta Política, ou mencionar também o inciso V, principalmente porque sua observância na via judicial já decorre do art. 5º, inciso LV, da CF.

Todavia, destaca-se que, em respeito à harmonia e separação dos Poderes, o entendimento do Pretório Excelso demonstra a impossibilidade de o Poder Legislativo modificar o mérito da decisão judicial, para obstar a decretação de perda do mandato, ou seja, não poderá apreciar se ela é justa ou não, mas, apenas aferir os pressupostos necessários à sua declaração, ou seja, a existência e eficácia da deliberação da Justiça Eleitoral.

Assim, a manifestação do parlamentar envolvido há de ser assegurada, pois permitirá ratificar a existência da decisão judicial que atingiu o seu mandato, bem assim a permanência de seus efeitos, já que poderá comunicar a projeção de eventual decisão judicial suspendendo os efeitos daquela.

Cabe destacar que o procedimento administrativo interno em casos tais se mostra célere e confere maior segurança jurídica ao Parlamento, que também sofrerá os efeitos da deliberação judicial, com eventual alteração da proporcionalidade partidária e de outros cargos eletivos internos.

Neste aspecto, cabe lembrar que apenas no caso de vaga definitiva, ou seja, decorrente do trânsito em julgado de decisão judicial, é que se poderá fazer nova eleição para os membros da Mesa, conforme o disposto no art. 59, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

No caso dos autos, verifica-se que já foram observados os procedimentos previstos nos itens 1, 2, 3 e 4 do Ato da Mesa do Senado Federal, de 08/11/2005, por força de deliberação da 13ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 26/10/2011.

Assim, em atenção ao aludido ato normativo da Mesa do Senado Federal, que permanece em vigor e, portanto, há de ser aplicado ao caso dos autos, por força do princípio do devido processo legal, deverão ser observadas as etapas seguintes, certificando-se nos autos a apresentação de defesa ou o transcurso do prazo para seu oferecimento, hipótese em que caberá ao Presidente do Senado nomear defensor dativo para oferecê-la (item 5). Após sua apresentação, deve-se abrir prazo de cinco dias úteis para o Relator proferir relatório e voto (item 6), consultando-se à CCJ sobre o procedimento adotado pela Mesa, não só por determinação expressa do aludido rito (item 7, 8 e 9), mas, também, sobre a permanência de tal ato normativo, ante a divergência de entendimento quanto à observância da ampla defesa em tais casos (art. 101, I e II, "h", do RISF). Após o parecer da CCJ, a Mesa deliberará sobre a questão (item 8 e 9), comunicando ao Plenário a decisão e determinando sua publicação (item 10).

Em conclusão, é o Parecer no sentido de que se prossiga no processo administrativo de acordo com o rito estabelecido pela Ato Normativo editado em 08/11/2005, abrindo-se, após a apresentação de defesa pelo Senador JOSE WILSON SANTIAGO, prazo de cinco dias úteis para o Relator proferir relatório e voto.

É o parecer.

Brasília, 4 de novembro de 2011

FERNANDO CESAR CUNHA
Advogado do Senado Federal

Aprovo.

Encaminhem-se os autos ao Senador Ciro Nogueira.

ALBERTO CASCAIS
Advogado-Geral



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Diploma

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, confere o presente diploma de **Senador a Cássio RODRIGUES DA CUNHA LIMA**, eleito em 03 de outubro de 2010, tendo obtido **1.004.183** votos, pela coligação **UMA NOVA PARAÍBA (PDT, PTN, PPS, DEM, PTC, PSB, PV, PR e PSDB)**, de acordo com o parágrafo único do artigo 215, do Código Eleitoral.

João Pessoa, 25 de outubro de 2011.

CONFERE COM O ORIGINAL

Claudio Lima Mesquita
Claudio Lima Mesquita
Secretário-Geral do TRE/PA

Manoel Soares Monteiro
Das. Manoel Soares Monteiro
Presidente

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Autentico esta cópia que é a reprodução fiel do original. Dou fé.

João Pessoa, em 25 de outubro de 2011.

Alexandra Maria Soares Cordeiro
Servidor Responsável

ALEXANDRA MARIA SOARES CORDEIRO

Secretária Judiciária - TRE/PA

Claudio Lima Mesquita
Secretário-Geral do TRE/PA

PARECER Nº , DE 2011

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre documento referente à retotalização dos votos das eleições majoritárias no Estado da Paraíba e sobre a Petição nº 1, de 2011, do Senador Wilson Santiago, sobre a mesma matéria.

RELATOR: Senador CIRO NOGUEIRA

I – RELATÓRIO

No último dia 26 de outubro, a Mesa do Senado Federal reuniu-se para que tomasse conhecimento de documento recebido naquela data, referente à retotalização dos votos das eleições majoritárias de 2010 no Estado da Paraíba.

Outrossim, o Senhor Presidente comunicou que, igualmente naquela data, foi protocolizada a Petição nº 1, de 2011, do Senador WILSON SANTIAGO, solicitando aplicação do § 3º do art. 55 da Constituição Federal ao caso.

No primeiro documento, mediante o Ofício nº 044/2011 – SJ/PTRE, de 25 de outubro de 2011, o Senhor Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Estado da Paraíba informa que, nos termos do disposto no § 5º do art. 202 do Código Eleitoral, em sessão do dia 25 de outubro de 2011, o Plenário daquela Corte apreciou e aprovou, por unanimidade, a Ata de Retotalização dos Votos das Eleições Majoritárias 2010 e o Relatório Resultado da Totalização, ambos datados de 24 de outubro de 2011, que sintetizam as providências adotadas, *em cumprimento à deliberação do Supremo Tribunal Federal que, julgando Agravos Regimentais opostos no Recurso Extraordinário nº 634.250, determinou o imediato cumprimento do Acórdão que manteve o deferimento do registro de candidatura de CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA para o cargo de Senador da República.*

Esclarece, ainda o magistrado que, *em consequência da retotalização mencionada, o resultado da eleição para os cargos de Senador da República do Estado da Paraíba, no último pleito, restou assim definido: CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA, 1.004.183 (um milhão, quatro mil, cento e oitenta e três) votos – Situação: ELEITO; VITAL DO REGO FILHO, 869.501 (oitocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e um) votos – Situação: ELEITO.*

Sua Excelência conclui registrando que, *considerando este resultado e proclamados eleitos os referidos candidatos, tornam-se insubsistentes quaisquer diplomas emitidos que contrariem o resultado ora proclamado para todos os fins aos quais se prestem.*

Conforme informado, a retotalização dos votos na eleição para Senador daquele Estado ocorreu em razão do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário nº 634.250, tendo como recorrente o candidato CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA e recorrida a COLIGAÇÃO PARAÍBA UNIDA (PMDB, PT, PSC, PC DO B, PR, PRB, PT DO B, PMN, PHS, PSL E PP), contra acórdão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que indeferiu o registro da candidatura do recorrente com fundamento na alínea j do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, a Lei das Inelegibilidades, inserida pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”.

Foi a seguinte a decisão do ilustre relator do feito, o Ministro JOAQUIM BARBOSA:

Na sessão plenária realizada em 23.03.2011, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar situação análoga à presente, ante a possibilidade de aplicar ao caso um dentre dois princípios constitucionais momentaneamente contrastantes, se dividiu em duas correntes: uma, que privilegiava a aplicação do § 9º do art. 14 da Constituição Federal; e outra, que defendia a não aplicação da Lei Complementar 135/2010 às eleições realizadas em 2010, com fundamento no art. 16 do texto constitucional (RE 633.703-repercussão geral reconhecida, rel. min. Gilmar Mendes, Informativo 620/2011).

Por maioria apertada e em sentido contrário ao meu voto, prevaleceu essa última corrente.

Assim, o acórdão impugnado no presente recurso extraordinário contraria a orientação vencedora nesta Corte, uma vez que o indeferimento da candidatura do recorrente às eleições de 2010 ocorreu com fundamento na redação dada à Lei Complementar 64/1990 pela Lei Complementar 135/2010.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso extraordinário.

À decisão monocrática foram apostos três agravos regimentais, todos improvidos, por unanimidade, pelo Pleno da Corte.

Ademais, nessas mesmas decisões, o Supremo Tribunal Federal, contra o voto do Ministro MARCO AURÉLIO, determinou o cumprimento imediato do acórdão, mediante comunicação urgente ao Tribunal Superior Eleitoral, independentemente da sua publicação.

No tocante à Petição nº 1, de 2011, tendo em vista o disposto no art. 55, V e § 3º, da Constituição Federal, e precedentes ocorridos na Casa, decidiu-se assegurar ao Senador WILSON SANTIAGO, que estava presente à reunião da Mesa, o direito de ser ouvido sobre a matéria, no prazo de cinco dias úteis.

Em seguida, o Senhor Presidente nos designou relator da matéria e firmamos o Ofício SF/1969, de 26 de outubro de 2011, encaminhando cópia de toda a documentação ao Senhor Senador WILSON SANTIAGO, para a sua manifestação no prazo de cinco dias úteis.

Sua Excelência deu ciência no expediente na mesma data, às dezenove horas e trinta e seis minutos.

Finalmente, o Senhor Presidente convocou outra reunião da Mesa, com a mesma pauta, para o dia sete de novembro, às nove horas.

Tempestivamente, no dia quatro de novembro subsequente, o Senhor Senador WILSON SANTIAGO protocolizou a sua manifestação sobre a matéria.

Em apertada síntese, Sua Excelência, em primeiro lugar, argumenta que a diplomação configura ato jurídico perfeito e gera direito adquirido.

Em segundo lugar registra que *o ato de diplomação dos eleitos inaugura nova fase em que todas as causas de inelegibilidades (constitucionais ou infraconstitucionais supervenientes ao registro) devem ser aferidas, agora mediante a utilização de novo instrumento processual: o recurso contra expedição de diploma. Afirma que o ato de diplomação se traduz na inauguração de uma nova fase do macrop processo eleitoral e que pode o mesmo ser questionado nesta fase de diplomação, tanto que feito devidamente perante a Justiça Eleitoral, através de Recurso contra Expedição de Diploma – RCED [RCED nº 22.781] e agora perante a Mesa do Senado Federal, não podendo este órgão dar posse a um cidadão com o diploma sub judice.*

Finalmente, afirma que, tendo em vista o princípio da separação e da independência dos Poderes, em que pese o respeitável entendimento do Supremo Tribunal Federal, *o Senado Federal não está compelido a empossar alguém, mesmo com o diploma expedido, se tem conhecimento acerca de outra causa de inelegibilidade que impede a eficácia de tal diploma. Ainda segundo a manifestação, não se trata de descumprimento à ordem judicial, mas, reconhecendo a eficácia do diploma, impor limites aos efeitos decorrentes da sua eficácia, qual seja, evitar a posse, pelo conhecimento inequívoco que é dado à Mesa do Senado Federal da inelegibilidade superveniente do interessado Cássio Cunha Lima, no ato da diplomação e nos atos posteriores, desde a validade e plena eficácia da Lei da Ficha Limpa.*

Em face desses argumentos, Sua Excelência requer que a Mesa do Senado Federal *deixe de dar posse a Cássio Cunha Lima até que haja pronunciamento pela Justiça Eleitoral no âmbito do Recurso contra Expedição*

de Diploma proposto e que, tendo em vista procedimento aplicado em casos anteriores, após a deliberação da Mesa Diretora, siga o processo para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, para que emita parecer acerca da decisão da Mesa, a fim de que, por derradeiro, a Mesa ou o próprio Plenário do Senado, declare ou não o direito do interessado em tomar posse.

II – ANÁLISE

Observa-se que, diferentemente de situações similares ocorridas nesta Casa, não se trata, em sentido estrito, de uma comunicação da Justiça Eleitoral em caso de perda de mandato, uma vez que não há a ocorrência, por parte de nenhum dos candidatos envolvidos, de qualquer forma de ilícito ou irregularidade no processo eleitoral de 2010.

O que informa a Justiça Eleitoral, é que, em razão de decisão tomada pelo Excelso Pretório sobre a validade da Lei Complementar nº 135, de 2010, alterou-se o resultado das eleições para o Senado Federal no Estado da Paraíba.

Assim, como se observa em texto acima transcrito do Ofício nº 044/2011 – SJ/PTRE, ficou o TRE-PB obrigado a corrigir os diplomas emitidos e a proclamação dos eleitos, com o estrito objetivo de fazer com que esses documentos reflitam a manifestação do povo do Estado da Paraíba nas urnas e a decisão do Supremo Tribunal Federal em seu papel de guardião da Constituição.

Conforme explicita o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 4º, o diploma é condição *sine qua non* para a posse do Senador, uma vez que é esse o documento que comprova que o candidato foi vitorioso nas eleições. Não pode a Casa recusar a plenitude do mandato àquele regularmente diplomado nem manter no mandato aquele cujo diploma tornou-se insubsistente. Trata-se de norma que é inerente aos princípios da nossa Democracia representativa.

Daí, informada regularmente pelo órgão institucionalmente competente para tal – no caso, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba – sobre alteração na validade de diplomas, somente pode caber a esta Casa fazer respeitar o resultado das urnas e dar posse ao Senador eleito.

Agir diferentemente significaria transformar o Senado Federal em uma espécie de instância recursal do Poder Judiciário, cujas decisões ficariam submetidas ao julgamento político desta Casa. Ora, teríamos aqui uma agressão a um dos princípios constitucionais fundamentais, o da separação dos Poderes.

Efetivamente, estabelece a Carta Magna, já em seu art. 2º, que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes.

Conforme JOSÉ AFONSO DA SILVA, na 16ª edição de seu clássico “Curso de Direito Constitucional Positivo”, Malheiros Editores, São Paulo, página 114, temos que:

A independência dos poderes significa: ... que, no exercício das atribuições que lhe sejam próprias, não precisam os titulares consultar os outros nem necessitem de sua autorização

Ainda dissertando sobre o tema, nos ensina o mesmo mestre, na página 112 dessa obra, que:

A função legislativa consiste na edição de normas gerais, abstratas, impessoais e inovadoras da ordem jurídica, denominadas leis. A função executiva resolve os problemas concretos e individualizados, de acordo com as leis; não se limita à simples execução das leis, como às vezes se diz; comporta prerrogativas, e nela entram todos os atos e fatos jurídicos que não tenham caráter geral e impessoal A função jurisdicional tem por objeto aplicar o direito aos casos concretos a fim de dirimir conflitos de interesses.

Tão importante é a separação dos Poderes que o princípio é considerado, no art. 60, § 4º, III, da Constituição, como cláusula pétrea, insuscetível, mesmo, de mudança mediante emenda ao Texto Magno.

Em razão disso, somos obrigados a nos manifestar contrariamente aos argumentos expendidos na manifestação do Senador WILSON SANTIAGO e, conseqüentemente, pelo indeferimento dos pedidos apresentados no documento.

Efetivamente, sem debater o mérito propriamente dito dos argumentos, todos eles, na medida em que discutem a decisão judicial ora comunicada a esta Casa, envolvem matéria que é adstrita à decisão do Poder Judiciário.

Isso ocorre porque desde a Constituição de 1934, cabe à Justiça Eleitoral administrar as eleições e proclamar os eleitos, restando às Casas Legislativas, tão-somente, dar-lhes posse.

Não cabe ao Senado Federal, portanto, impor limites à eficácia de diploma regularmente emitido pela Justiça Eleitoral, por suposta inelegibilidade superveniente de seu detentor. A eventual impugnação do mandato eletivo somente pode ter lugar perante os juízos e tribunais daquela Justiça Especializada, conforme prevê o art. 14, § 10, da nossa Carta Magna.

Na República, apenas a primeira Constituição, a de 1891, atribuiu essa competência à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, a quem cabia, na forma do parágrafo único do art. 18 daquela Carta Política, *verificar e reconhecer os poderes de seus membros*. Foi essa atribuição que levou à instituição, durante a República Velha das famosas, mas de triste memória, *Comissões de Verificação de Poderes*.

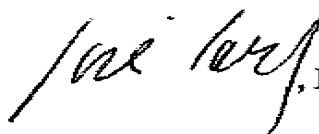


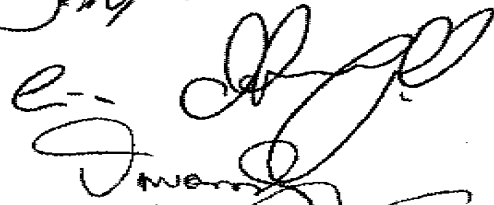
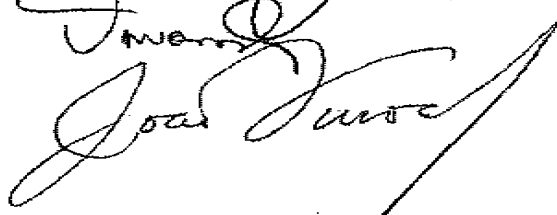
Assim, se não se contesta a veracidade da comunicação feita ao Senado Federal pelo TRE-PB, especialmente porque os fatos nela relatados são notórios, não pode esta Casa recusar a dar cumprimento ao expediente ou postergar a adoção das providências necessárias para tal, sem razões manifestamente evidentes.

Ou seja, se o Senado Federal, corretamente, sequer cogitou em recusar os diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral no momento em que a validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010 permanecia indefinida, não poderá, certamente, fazê-lo com relação àqueles editados para se conformar à manifestação da Corte Suprema sobre o assunto.

III – VOTO

Do exposto, opinamos pelo conhecimento do Ofício nº 044/2011 – SJ/PTRE, do Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, referente à comunicação da retotalização dos votos das eleições de 2010 para o Senado Federal naquele Estado, com a consequente posse imediata do candidato CÁSSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA, na forma regimental, restando indeferidos os pedidos formulados na manifestação do Senador WILSON SANTIAGO sobre a matéria.

Sala de reuniões da Mesa,

 , Presidente
 , Relator




COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,15)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,13)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽¹⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,7)

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

Instalação: 22/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

* Em 31.10.2011, foi lido o Of. n° 031/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 22.02.2011.

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento ° 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).

28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).

29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
 - ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
 - ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
 23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,3,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).

8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.

*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. VAGO ^(3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) ^(1,4)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽³⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27.04.2011.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
--

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁶⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

Edição de hoje: 290 páginas
(OS: 15930/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

